

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL
O "velho" e o "novo" na militância

Mestrando: Marcos Ribeiro Mesquita
Orientadora: Profa. Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Março de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO D FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL
O “velho” e o “novo” na militância

MARCOS RIBEIRO MESQUITA

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia sob orientação da Profa. Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Março de 2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL:
O “velho” e o “novo” na militância.**

Marcos Ribeiro Mesquita

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Prof.ª Dr.ª Janice Tirelli Ponte de Sousa
Orientadora

Prof.ª Dr.ª Ilse Scherer-Warren
Membro

Prof.ª Dr.ª Louise Amaral Lhüllier
Membro

Prof.ª Dr.ª Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Fevereiro de 2001.

**A meus pais, José Ribamar e Maria Solimar,
pela dedicação, generosidade e amor.**

**A meus irmãos, Marcelo e José Cândido,
eternos amigos e companheiros...**

**A todos os estudantes que não se cansam
de sonhar com um mundo mais igual e justo.**

Agradecimentos

Agradecer... Ah! Agradecer...

Uma palavra simples e singela, mas permeada de significados. Agradecer, para mim, é manifestar de alguma maneira, carinho por aquelas pessoas que de tanto nos amar, nos ajudam sem medir forças na construção e na trajetória de nossas vidas, e que por isso são por demais importantes.

Neste momento, quero agradecer a todos que comigo compartilharam este período tão especial.

Primeiramente, agradeço a meus pais que, cotidianamente, me impulsionam a romper desafios, e que sempre foram presentes na minha vida, apesar da relativa distância existente entre nós... A eles, todo o meu amor, sempre!

Quero agradecer também a meus irmãos, signos de alegria e companheirismo...

A meus tios que sempre me acompanham... Todos eles! De maneira especial a Maria de Jesus e Elias, Salete e Paty... e a Rosimar e Marley, que além de tudo, ofereceram o aconchego da casa na época do trabalho de campo...

Na trajetória acadêmica, e mais especificamente na prática da pesquisa, externo meus agradecimentos a pessoas que são fundamentais nesse processo de amadurecimento intelectual. Faço referência aqui:

ao professor **Leoncio Camino**, que me ensinou a amar a prática científica pela sua dedicação e seu testemunho;

à professora **Louise Lhullier**, que me mostrou que pesquisa, companheirismo e amizade estão aliadas... e que me abriu tantas portas...;

à professora **Janice Tirelli**, com quem tive o prazer e a alegria de compartilhar este trabalho, e que soube tão bem sugerir e apontar caminhos, e me fazer um apaixonado pela temática da juventude. A você, meu obrigado especial.

Agradeço a todos os meus amigos, que sempre me apoiaram nessa trajetória.

A todos do LABCOMP (Laboratório de Estudos em Comportamento Político): Elaine Cristina, Patrícia Alborghetti e Gisele Sestren... e de maneira especial a Ana Lúcia Campos Brizola e

Rosa Espejo Trigo, a quem devo todo o meu carinho por terem sido, desde o momento em que aqui cheguei, verdadeiras amigas, companheiras de festa e de militância.

A minha turma de mestrado, que compartilhou comigo todo este processo: as alegrias, as tensões, a solidão e a solidariedade. Em especial agradeço a Maria Calvo, Iñigo Carranza, Antônio Cavalcante, Valéria Carvalho, Bernadete Moreira, Luís Chaves, Ana Medeiros, Marivone Piana, Rosângela Costa e Marilise dos Reis. Vocês são inesquecíveis!

A Josenei Martins, Carmo Thum, e Paulo Bösing, irmãos de casa, de farra e de sonhos...

A todos da Pastoral Universitária... de maneira especial a Adilson, Adriano, Andréia, Edna, Fernando, Irene, Ivana, Lenir, Marcelo, Reginaldo e Taty. Vocês são extensão da minha família... E a José e Gessi, com quem compartilhei momentos maravilhosos neste último ano...

A Aparecida e Zaida. A elas devo muito pelo aconchego oferecido e pela ternura amiga de quem me conhece, desde a tenra infância...

A todos os outros amigos que encontrei neste percurso e que tanto admiro: Jardel e Renata, Ramon, Alexandre Giehl, Larissa, Giuiano, Agripino, Lidiane e Jean Carlo, Jupira Costa, Walter Pristhon, Ademir dos Anjos, Maristela Fantin e Luis Dietrich, Leila e César, e Armando Lisboa.

De modo muito especial, a todos os amigos que comigo fizeram movimento estudantil. No movimento geral: Rodrigo, Jaildes, Cibele, Ricardo, Anderson, Noaldo, Pedro, Bárbara, Elvia Lane... e no movimento de área da Psicologia: Alexandre Semeraro, Alexandre Soares (bolinho), Alexandre (sal), Alexandre Watanabe, Samir Perez Mortada, Moisés, Cássia, Hideiberto... e tantos outros...

Ao Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Sociologia Política desta universidade.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade e paciência... Pelo respeito e confiança a mim depositados. Muito obrigado por tudo!

A Flávio Jorge, que me concedeu documentos do movimento de estudantes negros... pela sua atenção e disponibilidade em atender-me.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e ao Centro de Memória da UNICAMP, por terem me disponibilizado vários dos documentos aqui apresentados... Em especial, à pessoa de Castorina.

Sou um índio do litoral, e isto me basta. o mar me
basta, não quero me misturar nas oropas; já tenho a mulher
do próximo. quero a inversão de tudo: o coelho tira o
mágico da cartola. quero a invencionice, sou pela mentirinha.
no trono do vale-tudo sei da rasteira e da pimenta que arde
nos olhos dos outros. contra o outro. contra a ética
profissional. pela estética amadora. a alegria é a prova
dos nove, mas só no carnaval, amo e odeio com razão. voto no coração.
fatalidade do primeiro barco aportado: mataram os lambaris.
ver com olhos livres. comer de tudo. o vomitar de todos.
elogio da loucura, da intuição, da magia, do drible, gingar
no asfalto a cinqüenta graus. contra a agonia da natureza.
pelo dengo da ironia. pela riqueza da ambigüidade. pelo
roubo da palavra. pelo roubo.
pela contribuição milionária de todos os erros. pelo berro.
no berro. pela surpresa. a morena cor de jambo. pela
técnica caraíba.
viver é necessário, criar também; o que não é preciso é
navegar; já estou.
pelo incêndio das cidades, pelas ruas da cidade.
pelo que odair josé fez até agora. contra o que ruy barbosa
faz até hoje, contra a imortalidade.
contra o baile do municipal. pela praça castro alves, que é
do povo, pelo povo.
pela deglutição do bispo. contra a sardinha em lata. contra
a lata, pela luta.
contra a boca fechada. pela mosca. por são jorge. pelo
preto e o vermelho. contra a realidade social, vestida,
opressora e cadastrada. pela brincadeira. pelo incerto,
contra a devastação. pela harmonia natural.
contra a caretice. por aqui, por agora, pela esperança no
porvir. contra o juízo final. contra o juízo. contra a
idade média. pela mocidade. pelo riso. pelo suor. pela
contradição. pela preguiça. contra a covardia. pelo dito.
contra o não-dito. pela arbitrariedade. pelo samba e a
paixão; o desvairio e a lucidez. pela sensualidade. pela
cópula, pela copa.
a europa curva-se ante o brasil.
ogum é de lei.

**Texto de João Carlos Pádua, publicado no Almanaque Biotônica Vitalidade,
1976.**

SUMÁRIO

RESUMO	i
INTRODUÇÃO	1
1. AS FASES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E A NOVA SOCIABILIDADE MILITANTE	7
1.1. ANOS 60: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A REBELDIA UTÓPICA	8
1.2. ANOS 70: UM CONVITE À RECONSTRUÇÃO	24
1.3. ANOS 80: O MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTRA A CORRENTE?	37
1.4. ANOS 90 E A DISPERSÃO MULTI-IDENTITÁRIA: ECOLOGISTAS, ESTUDANTES, MULHERES, NEGROS E AGRICULTORES	47
2. MOVIMENTO ESTUDANTIL: CONGRESSOS, PAUTAS E NOVIDADES...	68
2.1. TODOS OS VENTOS LEVAM À RECONSTRUÇÃO...	69
2.2. ABERTURA DEMOCRÁTICA: O PAÍS MUDANDO MUDA O MOVIMENTO ESTUDANTIL	93
2.3. O FORTALECIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS ALTERNATIVOS	101
3. 46º CONGRESSO DA UNE: A TRADIÇÃO E SUA RESIGNIFICAÇÃO...	118
3.1. CENA 1	120
3.2. CENA 2	123
3.3. CENA 3	126
3.4. REAFIRMANDO E SUPERANDO O PASSADO	129
3.4.1. <i>O movimento estudantil e os estudantes</i>	130
3.4.2. <i>O movimento estudantil e os partidos políticos</i>	134
3.4.3. <i>O movimento estudantil e seus ideários</i>	140
3.4.4. <i>O movimento estudantil, os movimentos sociais e o Estado</i>	146
3.4.5. <i>Novas linguagens e práticas emergentes</i>	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
BIBLIOGRAFIA	165
ANEXOS	171

Resumo

Este trabalho visa identificar na estrutura e organização do movimento estudantil, conteúdos e formas organizativas que nos indiquem o surgimento de uma nova **sociabilidade militante**, esta entendida como um processo de construção de estratégias e de identidades que permitem – na sua dinâmica – criar novos símbolos e linguagens. Para tanto, foi necessário analisar as relações entre os diversos grupos organizados, tanto aqueles referentes às correntes tradicionais, quanto aqueles grupos juvenis que empreendem uma nova forma de ação política no interior do movimento estudantil. A pluralidade de expressões estudantis signatárias de novos formatos, metodologias e pautas parecem apontar para esta sociabilidade, apesar do forte caráter tradicional que a política estudantil institucional ainda possui, dando-nos também indicações da existência de movimentos estudantis e não um movimento estudantil unitário.

Palavras-chaves: a) Sociabilidade; b) Estudantes; c) Juventude

Introdução

O movimento estudantil em geral, sempre foi bastante ativo e marcou presença no cenário político latino-americano, desde o início do século. Sua trajetória de certa forma remonta aos grandes momentos da história do país e dos principais fóruns e debates acerca da universidade. Além disso, conseguiu, por algum tempo, ser o ator social de maior força, mobilização e organização no Brasil, atraindo inclusive outros grupos e movimentos sociais.

No Brasil sua ação reivindicatória e seu posicionamento político perante o Estado durante a ditadura militar no país, foram cristalizados no imaginário social como o grande momento deste movimento, sendo eleito, porém, 1968 como ano marco que retrata com maior expressão sua importância.

Por isso, principalmente nas décadas de 70 e 80, foi objeto de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento: sociologia, ciência política, psicologia, história, entre outros. No Brasil foram importantes os trabalhos de Foracchi (1972), Albuquerque (1977), Sanfelice (1986), Martins Filho (1987) e mais posteriormente Cardoso (1990).

Neste sentido, como uma das expressões do protagonismo juvenil - e por muito tempo, seu termômetro – continua apresentando-se, como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parcela dos jovens. Para esta parcela de estudantes, o ingresso na universidade e a participação na vida universitária como escreveu Foracchi na década de 70,

“representam uma situação nova (...). Abrem-se horizontes de participação que são novos pelas oportunidades que o jovem encontra de conviver com outros que compartilham dos seus problemas, envolvendo-se, na busca comum das alternativas desejadas, criando compromissos semelhantes com a condição que, no momento, define as suas vidas e que é a condição de jovem”. (Foracchi, 1972:74-75).

Consideramos que o estudo da ação política estudantil na transição de um século para outro no contexto pós-moderno, deve levar em conta: a) a forma das relações sociais numa perspectiva histórica; b) o perfil da juventude estudantil que está na universidade nesta época; c) as novas formas organizativas desenvolvidas no interior do movimento aliadas ao conteúdo que ele expressa. Estes são três pontos dos quais partimos nesta pesquisa para entendermos as novas formas de militância no movimento estudantil que estão surgindo de experiências que se contrapõem às formas tradicionais de ação política deste espaço de atuação juvenil.

O movimento estudantil parece articular elementos de práticas políticas tradicionais e novas herdadas dos movimentos sociais. Mantém-se, paradoxalmente, sobre uma estrutura sustentada ainda em organizações formais e centralizadoras (DCE's, CA's, UEE's, etc), mas também incorpora novas formas (como as Executivas de curso, Grupos de Cultura, etc.¹).

No entanto, sua trajetória no período pós-década de 70 tem sido pouco registrado na bibliografia pertinente. É bem verdade, que este espaço de inserção social e política ficou subsumido no horizonte de possibilidades que hoje se apresenta aos jovens. É provável também, que os resquícios de uma forma tradicional de fazer política, que permanecem presentes, mas, sobretudo ligados à imagem das mobilizações estudantis, se apresente como pouco atraente diante das demais possibilidades de inserção e engajamento social. Diante destas questões, podemos indagar: que fatores interferem na disposição à ação política atualmente? Que elementos estão presentes na construção de uma ação política voltada à participação estudantil? Qual o alcance das ações do movimento estudantil junto aos estudantes?

Num país como o Brasil, onde predomina uma cultura política autoritária, ainda que difusa, confrontam-se constantemente as tendências democráticas e autoritárias. Ambas, em alguma medida, são interiorizadas pelos indivíduos e grupos e estão presentes nas relações sociais que se reproduzem no ambiente universitário e fazem com que o movimento estudantil seja portador destas contradições e mantenha no seu interior novos e tradicionais elementos dos movimentos sociais.

Neste sentido, nos propomos nesta pesquisa, a pensar e problematizar o movimento estudantil na perspectiva de resgatar o protagonismo juvenil como categoria de análise. A juventude como uma representação sócio-cultural será estudada aqui como uma situação social, uma construção mediada por relações sociais. Ou seja, como "uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos" (Groppo, 2000).

Refletindo sobre os modelos de análise da participação política de jovens levamos em consideração o debate apresentado por Mische (1997:6) ao afirmar que "sem subestimar os efeitos reais de normas e de classes sociais, precisamos de outros instrumentos de análise mais flexíveis, capazes de compreender o dinamismo, a

¹ Estas são entidades estudantis que nasceram da necessidade do movimento estudantil "cobrir" demandas mais pontuais. Por exemplo, as Executivas de Curso foram criadas com o fim de discutir questões específicas do próprio curso e de sua dinâmica.

contingência, e a multiplicidade das experiências e interações sociais”. Assim, se o avanço das novas tecnologias de informação e a ênfase dada à subjetividade, trazem em cena novos valores que priorizam o individualismo, o consumismo, etc, por outro lado, hoje existe uma pluralidade de redes e grupos, com reivindicações diversificadas e pontuais, que nem sempre conseguimos perceber.

Neste trabalho partimos dessa necessidade de se pensar novos referenciais de análise para contribuir com a construção de categorias auxiliares para a compreensão das ações juvenis concordando com a discussão de Melucci (1997:10) sobre a pluralidade de redes e de grupos que marcam a presença juvenil. Para ele,“(…) entrar e sair dessas diferentes formas de participação é mais rápido e mais freqüente do que antes e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida”. A pluralidade de espaços de participação, a rapidez dos processos de informação, entre várias outras mudanças, indicam que estes aspectos são concebidos atualmente pelos jovens, sob outra perspectiva, contribuindo assim, “para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua toma-se cada vez mais incerta”(idem).

Na atualidade, **novos elementos** começam a aparecer nos movimentos juvenis, através das **novas formas organizativas** que também nos levam a repensar outros referenciais de análise. Atualmente, os movimentos juvenis “(…) tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática” (ibidem, 12-13).

Estas formas organizativas aparecem hoje não só com um formato diferenciado, mas também trazem consigo, uma heterogeneidade de conteúdos que nos faz pensar: até que ponto, pela diversidade de redes juvenis existentes e no seu cruzamento, as outras formas organizativas advindas dos movimentos de juventude estão influenciando a prática e as estratégias militantes do movimento estudantil? Como as novas sociabilidades emergentes no meio juvenil colaboram na formação de uma **nova sociabilidade militante** no interior do movimento estudantil?

O objetivo de nosso trabalho é identificar na estrutura e organização do movimento estudantil, conteúdos e formas organizativas que nos indiquem o surgimento de uma nova sociabilidade militante.

Entendemos, então, **sociabilidade militante** como um processo de construção de estratégias de ação/participação além de identidades que permitem – na sua dinâmica – criar novos símbolos e linguagens.

As hipóteses deste trabalho nos remetem a pensar a existência – mesmo que ainda difusa – de uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil. A pluralidade de expressões estudantis signatárias de novos formatos, metodologias e pautas parecem apontar para esta sociabilidade, apesar do forte caráter tradicional que a política estudantil institucional ainda possui dando-nos indicações da existência de movimentos estudantis e não um movimento estudantil unitário.

O interesse de nossa pesquisa, é analisar as reconfigurações das relações entre os diversos grupos organizados, tanto em relação às correntes tradicionais quanto naqueles grupos juvenis que empreendem nova forma de ação política no interior do movimento estudantil. Destacamos aqui, a importância de “estudar a relação do movimento estudantil ‘geral’, simbolizado pela entidade histórica da UNE, com os outros movimentos e organizações mais ‘específicas’ (do ponto de vista do movimento estudantil) incluindo o movimento negro, os movimentos de área (ligados aos cursos universitários), as empresas juniores, e outros setores que se organizam” (Mische, 1997: 16).

Acreditamos que parte do movimento estudantil já sofra influência desta nova sociabilidade militante que incorpora de modo próprio a feição dos movimentos sociais contemporâneos e sinaliza em direção à transformação de suas idéias e forma organizativa. Fazendo uma analogia ao conceito de sujeito social inscrita por Scherer-Warren (1999:15), o movimento estudantil parece tentar imprimir o ideário deste conceito para si. O sujeito social

“refere-se à relação de responsabilidade e de auto-criatividade positiva, não-destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a idéia do sujeito-no-mundo. Por isso fala-se de construção de sujeitos, pois este se constitui nas relações sociais, que inclui a autonomia, ou a autocriatividade, e a alteridade, ou reconhecimento e respeito ao outro e à diversidade, mas em um mundo construído coletivamente e referenciado por valores, que se tornam socialmente relevantes nos grupos identitários, e às vezes, universalizam-se”.

Este estudo foi motivado por uma necessidade individual de compreender os processos pelos quais o movimento estudantil realiza suas intervenções sociais, constrói seus ideários e se comunica com os estudantes. Além disso, impulsionados pela prática militante que nos acompanha desde 1993, queremos colaborar no sentido de auxiliar nas reflexões relativas às suas práticas. Assim, esta pesquisa carrega em si também, um caráter biográfico, onde se inter-cruzam motivações tanto militantes e pessoais, quanto de pesquisador.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo contemplando dois momentos diferentes, a saber: a) a participação em dois encontros nacionais de estudantes; b) coleta de dados documentais das entidades estudantis.

No primeiro momento, realizamos uma pesquisa participante que se desenvolveu inicialmente no 46º Congresso da UNE, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), em julho de 1999; e posteriormente, no Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia – CONEA – realizado na cidade de Pelotas (RS), em setembro deste mesmo ano.

Nesta etapa, foram entrevistados 17 estudantes de todo o país², divididos a partir da representatividade dos grupos e tendências do movimento estudantil geral, bem como da representação das Executivas de Curso, contemplando o movimento específico de área. Os entrevistados representavam a pluralidade de grupos e orientações políticas existentes naqueles congressos, sendo eles militantes independentes, libertários, moderados, dirigentes de entidades, e pertencente às diferentes tendências.

Os entrevistados responderam a um roteiro de entrevista³ que indagava sobre os ideários, as representações destes acerca do movimento, bem como suas estratégias de atuação. As entrevistas foram posteriormente transcritas e analisadas na perspectiva de perceber categorias que nos auxiliassem na verificação de nossas hipóteses.

Além disso, foi realizada uma pesquisa etnográfica do 46º Congresso da UNE, que objetivava perceber os aspectos simbólicos subjacentes ao movimento estudantil atual. As anotações acerca do cotidiano do congresso foram escritas em um diário de campo, facilitando assim, a percepção das expressões juvenis existentes.

Num segundo momento, realizamos uma coleta de dados documentais das entidades estudantis visando obter informações de caráter histórico que nos auxiliasse na compreensão das transformações do movimento estudantil.

Esta coleta foi realizada, inicialmente no Arquivo Edgard Leuenroth, anexo do Centro de Memória da UNICAMP (Campinas) onde pudemos resgatar a partir de periódicos, boletins, panfletos, cartilhas, artigos de jornais e fotos, muitas informações acerca da atuação do movimento estudantil, e da construção de suas pautas de reivindicações, dos últimos 20 anos.

Posteriormente, e na mesma perspectiva, foram coletados documentos relativos aos Congressos da UNE, desde a sua reconstrução em 1979, até os dias atuais. Esta coleta foi realizada nos arquivos da UNE, em sua sede localizada em São Paulo. Neste

² Ao todo foram realizadas 17 entrevistas correspondendo a aproximadamente 14 horas de fitas.

³ Ver anexo.

momento, foram priorizadas as atas dos Congressos com o conteúdo de suas pautas reivindicatórias, bem como fotos.

A dissertação está organizada em três capítulos. No Capítulo I, procuramos entender na história do movimento estudantil, desde 1960 os pontos de inflexão que trazem mudanças significativas no ideário e na prática participativa dos estudantes. Perceber as mudanças deste movimento é perceber as modificações do contexto social que se modifica, a incorporação de elementos e sujeitos históricos novos etc. Para isso, foram analisados vários fatores; desde as mudanças ocorridas na sociedade e seus reflexos no interior da universidade, até as transformações na configuração juvenil e estudantil receptíveis nas diferentes épocas.

No Capítulo II, analisamos o processo interno da União Nacional dos Estudantes através das pautas estabelecidas em seus congressos – que contemplam a heterogeneidade de grupos existentes em seu interior – visando compreender o ideário e suas modificações ocorridas através do tempo, e como foram construídas as lutas do movimento e seu processo de institucionalização. A análise abrange o período de 1979 a 1997, que corresponde as etapas do pós-reconstrução da entidade.

Por fim, no Capítulo III, o movimento estudantil atual foi analisado nas suas diferentes expressões, na busca das diversas dimensões do comportamento político nele presente: a) a relação da direção das entidades com os estudantes; b) a influência das organizações político partidárias no movimento; c) seus ideários; d) sua relação com o Estado e os movimentos sociais; e) sua estrutura organizativa da entidade; e f) o surgimento de novas linguagens e práticas emergentes no interior do movimento.

Finalmente, nas considerações finais nos empenhamos na elaboração de uma síntese do processo de pesquisa proposto a compreender as novas expressões de protagonismo juvenil contemporâneo no espaço social ocupado pelos estudantes universitários.

1. As fases do Movimento Estudantil e a Nova Sociabilidade Militante

O presente trabalho tem por finalidade verificar a hipótese de que existe hoje no interior do movimento estudantil, o que intitulamos uma “nova sociabilidade militante”. Ou seja, que uma nova prática de militância política vem sendo gestada e fortalecida no interior do movimento estudantil. Estas práticas ainda estão em construção, mas já conseguimos percebê-las. Elas co-existem com as práticas clássicas de intervenção estudantil e, talvez, por isso, ainda não conseguiram obter uma visibilidade maior. Podemos afirmar também, que esta “nova sociabilidade militante” está intimamente ligada ao surgimento dos Novos Movimentos Sociais e às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas.

Este capítulo tem por objetivo, perceber na história do movimento estudantil os pontos de inflexão que trazem mudanças significativas no ideário e na prática participativa dos estudantes. Perceber as mudanças deste movimento é perceber as modificações do contexto social que se transforma, a incorporação de elementos e sujeitos históricos novos etc. Elementos novos aparecem no movimento porque a sociedade também incorpora tais elementos.

Por isso, necessário se faz analisar vários fatores; desde as mudanças ocorridas na sociedade e seus reflexos no interior da universidade, até as transformações na configuração juvenil e estudantil receptíveis nas diferentes épocas.

Assim, a identidade concentrada de “estudante” dos anos 60, se dissolve com o passar do tempo, transformando-se em novas maneiras de ser e agir nos anos 90. Hoje, esta identidade está mais pulverizada, fragmentada, dispersa em dimensões várias, incorporando, temáticas mais setorizadas como a questão de gênero, raça, terra, primeiro emprego, paz, cultura, juventude, entre outros.

É nesse contexto, que queremos falar da “nova sociabilidade militante”.

1.1. Anos 60: o movimento estudantil e a rebeldia utópica

Os anos 60 são de intensas transformações em todo o mundo e momento de grande reestruturação da sociedade brasileira devido às mudanças relativas ao desenvolvimento industrial, econômico e cultural que esta década imprimiu em seu meio. Além disso, um momento de grande debate acerca do desenvolvimento e da emancipação social, principalmente no Brasil. Desenvolvimento e emancipação social: dois aspectos marcantes da sociedade brasileira dos anos 60. Poderíamos afirmar que a ideologia se pautava pela articulação entre estes dois pontos. O desenvolvimento se tornava, então, condição para a emancipação.

A idéia do desenvolvimento como saída para os problemas sociais, se firmava, então, enquanto pensamento dominante da época. Poderíamos dizer que, neste sentido, o movimento estudantil também foi muito influenciado por um pensamento nacionalista-desenvolvimentista marcante no ideário da esquerda de então.

De acordo com Ridenti (1993:77),

“Havia toda uma ilusão libertária com o salto na industrialização a partir do governo Kubitscheck, também uma luta contra o poder remanescente das oligarquias rurais e suas manifestações políticas e culturais, além de um impulso revolucionário respaldado em amplos movimentos de massas, e portador de ambigüidades nas propostas de uma revolução brasileira, burguesa (de libertação nacional) ou socialista, com diversos matizes intermediários”.

Este ideário impulsionou não só grandes debates, mas também muitas ações coletivas e campanhas, estas relativas à educação (Campanha de alfabetização de adultos), à defesa da soberania (movimento “O petróleo é nosso”), à cultura (os CPCs), entre outros.

Impulsionados pela ascensão da esquerda no poder via João Goulart, muitas organizações e movimentos sociais se afirmavam na época. De acordo com Navarro de Toledo (1982:68) “o recrudescimento da luta de classes no início dos anos 60 foi responsável por uma intensa politização de inúmeros movimentos sociais, além de implicar transformações no sistema partidário e na vida parlamentar”. Nesse sentido, o sindicalismo corporificado na criação da CGT, o movimento rural das Ligas Camponesas no interior do nordeste, a politização e expressão social dos universitários, entre outros, são reflexos da intensa movimentação política e social existente já no início dos anos 60.

Todos esses movimentos, apesar de suas especificidades, tinham na solidariedade de classe uma marca e maneira de agir. Os estudantes por exemplo, embora tivessem a Reforma Universitária como reivindicação específica,

“através de sua entidade nacional, a UNE, integraram-se também na frente antiatífúndio e antiimperialista. Postulavam, como tarefa política imediata e decisiva, a formação de uma ‘aliança operário-estudantil-camponesa’ (Constituição da UNE, 1963). Como observou um estudioso, para os estudantes que militavam na UNE, a Reforma Agrária e a Reforma Universitária são simples momentos da ‘dialética social’” (idem: 81)

Um depoimento do presidente da UNE nos anos 61 e 62 – Aldo Arantes – destaca esta idéia de fusão e complementaridade de forças entre os movimentos existentes:

“A UNE participou do I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte, fato de extrema importância na história do movimento camponês brasileiro. No dia da abertura compareceram cerca de 5.000 pessoas, das quais mais de 2.000 pertenciam à representação de camponeses, o que demonstra o grau de representatividade do congresso. A UNE participou, ainda, de grandes manifestações de solidariedade à luta dos operários, no momento em que tinham início as lutas de cunho político, e nas manifestações de solidariedade à luta dos povos”. (Arantes, 1980:16)

A modernização social por um lado, e a extrema carência da população por outro, eram fatores suficientes para compreender aquele estado de mobilização⁴. Vivia-se um período de transição. O país que até pouco tempo tinha um modelo de sociedade calcado em bases rurais, começava a se adaptar a um novo modelo: urbano e industrial. A vida social passava agora pela agitação dos grandes centros urbanos e os sintomas do sistema capitalista se tomavam mais visíveis.

Para Buarque de Holanda (1980:16) “a intensificação do processo de industrialização nos anos 50, as pressões de uma ‘nova modernidade’ colocadas pelo capitalismo monopolista internacional, parecem causar problemas para um país acostumado a funcionar com estruturas moldadas por uma economia agrária-exportadora”. Além disso (idem), “os setores emergentes das classes dominantes que se articulam, por via de associação, aos investimentos externos mostram-se incapazes de formular uma política autônoma e de fornecer bases próprias para a legitimidade do Estado”.

⁴ A discussão em torno da modernização passava também pelo problema da dependência do país aos países desenvolvidos. A crescente onda da modernidade, ao mesmo tempo que desenhava um Brasil mais urbano e industrial, baseado em um certo crescimento econômico, ampliava a divisão entre ricos e pobres, através, principalmente do aumento de sua dívida externa.

Assim, podemos afirmar que – de certo modo – os anos 60 são a expressão do processo de agudização da tendência modernizante iniciada nos anos 50. Transformações podem ser observadas no

“aumento populacional da faixa de idade juvenil, crescimento da escolarização, principalmente através da expansão do ensino superior, aumentando o intervalo de transição para o mundo adulto para maiores parcelas da população, crescimento econômico, valorização do lazer e menor severidade na educação de jovens e crianças, como reflexo de uma maior liberalização nos costumes” (Roszack apud Abramo, 1994:38).

Os reflexos destas transformações logo são percebidos no interior da universidade. Com o crescimento econômico e a expansão do ensino superior, as camadas médias da sociedade começam a ter acesso à universidade. Como observado por vários autores (Foracchi, 1972; Martins Filho, 1996, etc.), há uma ascensão da classe média urbana dentro das universidades por conta do aumento do número de vagas e da criação de novas universidades⁵. Com a entrada desta parcela da população, evidencia-se uma crise do modelo universitário construído a partir de 1945.

Para Florestan Fernandes (1968:5), a universidade estaria passando por um processo de transição em relação à sua concepção mesma. Ele afirmava que a reflexão sobre a Reforma Universitária passava necessariamente por dois aspectos: o quantitativo e o qualitativo, onde a experiência de entendimento mais fácil é a quantitativa. Assim, observou que a universidade “mantidas suas formas atuais de organização e funcionamento”, não é capaz de absorver a procura crescente de estudantes⁶. Para além disso,

“não se tentou, ainda, ultrapassar as fronteiras dessa crítica externa. Na verdade, o que está acontecendo, através das transformações que se estabelecem em curso, é que o Brasil se acha num momento crítico da transição da era da Escola Superior para a era da Universidade. Bem ou mal, o que conseguíamos organizar institucionalmente e explorar construtivamente foi a ‘Escola Superior’. Ela se adaptava plasticamente às condições de um ambiente intelectualizado mais ou menos tosco e provinciano, que privilegiava o saber letrado, e, em particular o profissional liberal. Ela podia atingir certos níveis de eficácia em tais condições, nas quais a sua estruturação abrangia um número reduzido de estudantes, professores e funcionários. A concentração do poder nas mãos dos catedráticos era compatível com a ordem existente. (...) Por isso, quando se tentou instituir a ‘Universidade’, não se pensou em corrigir os defeitos estruturais da ‘Escola

⁵ Por conta da profunda acentuação da modernização no país iniciada, nos anos 50, os governos estimularam a criação de universidades e o aumento do número de vagas em seu interior. Nos dados de Martins Filho (1996, pp. 73), “dos 27.253 estudantes em 1945, passou-se a 142.386, em 1964, ou seja, um crescimento linear de 12,5% ao ano”.

⁶ Esta incapacidade de absorção da demanda estudantil pela universidade (mesmo com o aumento do número de vagas), eclode de maneira mais visível com inviabilização da entrada de estudantes que, mesmo tendo pontuado uma boa média através do vestibular, não tem suas vagas garantidas pela universidade. Assim, inicia a tão conhecida luta dos excedentes.

Superior', e a 'Universidade Brasileira' assumiu o caráter de uma conglomeração de Escolas Superiores".

Deste modo, tornavam-se visíveis as deficiências da universidade. Estas "continham vícios evidentes: carência de instalações, bibliotecas e equipamentos; duplicação de recursos, causada pelo sistema de cátedras; currículos defasados; métodos de ensino arcaicos, professores em tempo parcial, etc." (Martins Filho, 1996, pp. 73). A sociedade se modernizava, mas a universidade não acompanhava as mudanças.

A universidade carregava a herança de uma estrutura hierarquizada, excludente, elitista, "neutra", e distante da sociedade. Baseada num modelo que já não respondia às novas demandas, fazia-se necessário postular uma nova concepção de universidade que considerasse as reais necessidades da população. Foi assim que o movimento estudantil iniciou a luta pela Reforma Universitária, que se estendeu durante toda a década. Como ressalta Arantes (1980:16),

"a questão que polarizou neste período, e que foi fator de aglutinação do movimento estudantil, foi o problema da crise da universidade. A luta pela democratização da universidade foi realmente o problema chave da minha gestão que fez, inclusive, com que ela tivesse ressonância política. (...) Havia um descompasso entre a universidade e as aspirações do movimento popular por uma maior democratização do poder político, uma maior democratização da propriedade e uma maior democratização também da cultura. E a democratização da cultura implicava necessariamente que a universidade se voltasse para os problemas do povo brasileiro, que ela estivesse a serviço dos interesses do povo".

A luta pela Reforma Universitária ganha apoio de todo o estudante médio e de boa parte da população que via na universidade um meio de ascensão social. As reivindicações deixam o espaço meramente acadêmico e atingem a opinião pública. Já em 1961 a UNE promove o seu Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária em Salvador. Neste, os estudantes ratificavam a falência do modelo de universidade existente, e ao mesmo tempo, propunham em seu documento final (Declaração da Bahia) uma lista de reivindicações:

"democratização do ensino, a abertura da universidade ao povo mediante a criação de cursos acessíveis a todos (alfabetização, mestre de obras, líderes sindicais etc.) e a criação de escritórios de assistência jurídica, médica e odontológica às classes menos favorecidas. (...) autonomia universitária, regime integral para o trabalho docente, abolição da cátedra vitalícia, melhoria da formação dos professores; (...) participação do corpo docente, discente e grupos de ex-alunos profissionais na administração da universidade, (...) elaboração de currículos e programas em consonância com o desenvolvimento do país e ajustados às peculiaridades regionais (...)". (Bomeny, 1994:55)

Nesse contexto o movimento estudantil vai se constituindo um dos principais atores sociais da época, em que a falta de condições objetivas de sua formação, dá grande impulso ao próprio movimento. Para Albuquerque (1977b:118) “os movimentos estudantis seriam a expressão da proletarização crescente das classes herdadas da sociedade pré-industrial”. Essa condição se incorporava à identidade do movimento estudantil, fortalecendo-o.

O dia-a-dia da universidade, as discussões concernentes a ela, enfim, a vida universitária, passava a ser parte constitutiva da vida dos estudantes, ponto central no seu cotidiano estudantil, permitindo, assim, que a identidade estudantil fosse cada vez mais forte. A universidade, portanto, era um lugar de intensa socialização política: a formação e luta pela reforma universitária, uniam-se a lutas mais amplas, à visão de um projeto nacionalista e desenvolvimentista, à experiência do poder nas mãos das camadas de esquerda com Goulart. Nessa conjuntura, os estudantes, de fato, se colocavam como sujeitos protagonistas, como sujeitos históricos importantes.

Foi nesta perspectiva que o movimento estudantil se tornou um movimento de referência no país, sendo o canal de expressão tanto da juventude como de outros setores populares que não tinham voz.

Neste período, várias foram as intervenções dos estudantes na sociedade, projetando-se sobretudo nas campanhas nacionalistas como a do “Petróleo é nosso”, na realização dos chamados CPCs (Centros Populares de Cultura)⁷ da UNE, e nas campanhas nacionais de alfabetização.

Os CPCs, de certa maneira, eram um demonstrativo exemplar da performance da militância e do agir político daqueles anos. Eram um modo do movimento estudantil estimular a arte e a cultura dentro e fora das universidades e de, por ela, “conscientizar” as pessoas acerca dos problemas sociais. Na maioria das vezes uma arte panfletária se desenvolvia nestes âmbitos. Entendia-se que se devia politizar via cultura. Como nos conta Silva,

“por entender ser necessário restituir ao povo a consciência de si mesmo, condição indispensável à criação de uma sociedade e de uma cultura voltada para os interesses populares, os fundadores dos CPCs definiram a politização do povo brasileiro como seu objetivo. (...) Voltada para o público estudantil, ela possibilitou o contato direto das lideranças com as bases operárias e camponesas de todo o país, pois suas excursões apresentavam peças teatrais em praças públicas, sindicatos e organizações camponesas, além de shows, documentários exposições gráficas e exibição de filmes” (1989 :103).

⁷ Experiência “iniciada no Rio de Janeiro por um grupo de atores profissionais, fruto de uma idéia surgida durante excursão do Teatro de Arena de São Paulo”. Ver: Estudantes e Política – Estudo de um movimento (RN 1960-1969) de Justina Iva de A. Silva (1989), Cortez Editora.

Nascida da aliança entre estudantes e artistas – o CPC viajava o país inteiro levando para a sociedade em geral, um questionamento acerca da vida política, social, e universitária, bem como uma proposta de transformação social. Através da UNE Volante, que foi o método utilizado para levar as conclusões do Seminário sobre a Reforma Universitária para todos os estudantes do país, o CPC se difundia e se popularizava enquanto experiência nos diversos estados. Foram criados pelo menos doze CPCs pelo Brasil.

Ao percorrer todo o país, a UNE e o CPC não só instigavam a crítica ao modelo de universidade e sociedade, mas também organizavam e estruturavam o próprio movimento estudantil. Ao impulsionar os CPCs o movimento estudantil fortalecia a si mesmo.

A cultura se torna, então, instrumento de ação política nas mãos dos universitários. Num depoimento ilustrativo, Buarque de Holanda (1980:15/17) nos dá uma visão de como se desenvolveu a participação engajada nos anos 60, e de como esta aliava dimensões da cultura e da política:

“Eu me lembro dos hoje ‘incríveis anos 60’ como um momento extraordinariamente marcado pelos debates em torno do engajamento e da eficácia revolucionária da palavra poética, palavra que, naquela hora, se representava como muito poderosa e até mesmo como instrumento de projetos de tomada de poder. Por enquanto, a juventude acreditava e se empenhava, com maior entusiasmo, numa forma peculiar de engajamento cultural diretamente relacionada com as formas da militância política. (...) A relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia uma concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata. (...) A produção cultural, largamente controlada pela esquerda, estará nesse período pré e pós-64 marcada pelos temas do debate político. Seja ao nível da produção em traços populistas, seja em relação às vanguardas, os temas da modernização, da democratização, o nacionalismo e a ‘fé no povo’, estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito do alcance revolucionário da palavra poética”.

A “palavra poética” era incorporada pela militância como um instrumento de manifestação política com fins à transformação social. O Manifesto do CPC demonstra a opção feita pelos estudantes por uma intervenção baseada na consciência de seu papel histórico, ou seja, a opção por uma “atitude revolucionária conseqüente”, “única atitude digna” a ser adotada pelo intelectual e pelo artista.

Intitulado de “O novo é o Povo” o texto abaixo constituinte do Manifesto do CPC, aprofunda a opção acima referida, de uso da arte pelos estudantes na luta pela causa do povo, qualificando a arte pela sua vinculação com o engajamento político. Abaixo, algumas citações do Manifesto que expressam melhor esta visão.

A terceira alternativa é aquela escolhida pelos artistas e intelectuais que identificam seu pensamento e sua ação com os imperativos próprios à consciência da classe oprimida. Somente quando satisfazem a esta condição é que os artistas e intelectuais que compõem o CPC se sentem autorizados a afirmar sua qualidade primeira e fundamental de revolucionários conseqüentes. O CPC não poderia nascer, nem se desenvolver e se expandir por todo o país senão como um momento de árduo processo de ascensão das massas. Como órgão cultural do povo, não poderia surgir antes mesmo que o próprio povo tivesse se constituído em personagem histórico, não poderia preceder o movimento fundador e organizativo pelo qual as massas se preparam para a conquista de seus objetivos sociais. (...) As entidades representativas do povo vão em seu movimento cada vez mais descobrindo novas perspectivas e criando novas frentes e formas de luta sempre mais ricas e complexas. É na linha deste desenvolvimento que se situa o CPC como arma para um tipo novo e superior de combate. (...) O CPC é assim fruto de sua própria iniciativa, da própria combatividade criadora do povo. Os membros do CPC optaram por ser povo, destacamentos de seu exército no front cultural. É esta opção fundamental que produz no espírito dos artistas e intelectuais que ainda não a fizeram alguns equívocos e incompreensões quanto ao valor que atribuímos à liberdade individual no processo da criação artística e quanto à nossa concepção da essência da arte em geral e da arte popular em particular.

“O novo é o povo”. Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, redigido em março de 1962.

Alguns autores pontuam críticas em relação aos CPCs, tendo em vista questões como o uso instrumental da arte pela política; qualidade de sua arte e seu fracasso enquanto meio revolucionário. No entanto, Buarque de Holanda (1980:28) aponta que

“a função desempenhada pela ‘arte popular revolucionária’ correspondeu a uma demanda colocada pela efervescência político-cultural da época. Apesar de seu fracasso enquanto palavra política e poética, conseguiu no contexto, um alto nível de mobilização das camadas mais jovens de artistas e intelectuais a ponto de seus efeitos poderem ser sentidos até hoje”.

Além da prática nos CPCs, na mobilização em torno da Reforma Universitária, importante se faz destacar também a participação do movimento estudantil nas campanhas nacionais de alfabetização, tanto no Movimento de Educação de Base (MEB) iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, quanto no Movimento de Cultura Popular (MCP) fundado e estimulado por Paulo Freire, educador brasileiro que propôs uma metodologia de ensino que prioriza o campo cultural (e os símbolos deste campo) do aluno como meio de aprendizagem. Além disso, o

movimento estudantil participava ativamente do debate acerca das reformas de base propostas pelo então Presidente da República João Goulart.

Toda esta participação estudantil, no entanto, não pode ser idealizada ou observada como homogênea. Ela contém ambigüidades e contradições, e estas aparecerão em toda a trajetória do movimento. Em 68, por exemplo, estudantes com tendências conservadoras polarizaram em relação aos de tendência progressista no que se refere às atitudes políticas diante da ditadura. Além disso, nem sempre o movimento estudantil teve uma concepção política progressista, o que evidencia ambigüidades do decorrer de sua história⁸.

Ainda no início dos anos 60, surge com expressão muito forte a Ação Popular (AP), uma das principais organizações do movimento estudantil brasileiro. Advinda dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC) e carregando sua herança, a AP se torna a maior força do movimento. Consegue aglutinar estudantes de vários estados bem como parte do patrimônio da juventude católica no movimento secundarista. No período que vai de 1961 a 1964, a AP mobiliza todos os estudantes nos projetos que já nos referimos anteriormente (CPCs, Campanhas de Alfabetização, Reforma Universitária, etc.).

Durante esse processo, os militantes compreendem que a ação estudantil deve ser radicalizada, ultrapassando os limites da universidade. A agenda política da universidade, apesar de centrada na Reforma Universitária, na luta pela representação de 1/3 para os estudantes, entre outros, começava ganhar uma outra dimensão. A percepção de que o caráter político militante deveria abranger outros setores da sociedade apareceria em um discurso muito forte. Na visão da AP, o "movimento estudantil deveria se engajar diretamente nas lutas de todo o povo, das quais a reforma universitária seria mais uma consequência do que um fator de impulso" (Souza Lima apud Martins Filho, 1987:60). Assim, o movimento estudantil passa a ter uma maior intervenção nas lutas mais gerais e nelas concentra todas as suas forças. No período entre 1963/1964, esta linha de intervenção afastou muitos estudantes que apoiavam o movimento. Isso também gerou uma cisão entre a vanguarda do movimento e sua base.

O distanciamento entre direção e "base" foi temporário. O golpe militar e a instituição da ditadura alteraram o cenário político diante do qual o movimento reage.

⁸ Lembramos aqui do momento em que a UNE - entidade maior dos estudantes - em 1937, foi fundada. Em pleno Estado Novo e com a simpatia de Vargas, a UNE, por muito tempo e até pouco antes da década de 60 se caracterizou, principalmente, por ter um grande elo e dependência do governo. Fato curioso que expressa a concepção inicial desta entidade foi a sugestão e aprovação na reunião inicial do 1º Conselho Nacional de Estudantes, da proibição expressa da discussão de temas políticos. No início, da década de 50, particularmente, seus dirigentes por estarem muito ligados ao Ministério da Educação eram chamados de "ministerialistas". Somente na década de 60 esse quadro se reverte e o movimento passa a "posicionar-se a favor de uma aliança com as classes trabalhadoras". (Martins Filho, 1987:28).

Ridenti (1993:124) ao perceber este aspecto alerta que, maior que o fosso existente entre militantes e “bases”, era a organicidade do movimento que se fazia muito presente entre os estudantes. Para o autor,

“Não deve ser exagerada a distância entre as lideranças e as bases estudantis nos anos 60 no Brasil. Tanto, que a médio prazo, fracassou a tentativa do regime militar de desmobilizar os estudantes pela repressão às suas lideranças após 1964. A “subversão” no meio estudantil era atribuída à ação de minorias ativas que não seriam representativas do estudantado. Essa política governamental mostrou-se equivocada porque, apesar da distinção entre as lideranças e as massas estudantis, cujas relações devem ser estudadas em cada caso concreto, segundo Guilhon de Albuquerque, ‘era o próprio movimento que se orientava e agia politicamente, não bastando, portanto, simplesmente substituir ou decapitar as lideranças. É isso que explica a dificuldade encontrada pelo governo para modificar a orientação do movimento estudantil através de medidas legislativas ou repressivas”.

Assim, a identidade estudantil se consolidava durante a ditadura, funcionando como catalisadora dos interesses dos estudantes, que se reuniam e organizavam. Logo, “a esquerda estudantil mostrava-se capaz não apenas de retomar as principais entidades como de liderar efetivamente grandes passeatas”. (Martins Filho, 1998:16).

Nesse período, as insatisfações dos estudantes contra o regime militar aumentavam; a afirmativa inversa também era verdadeira, os militares também deram mostras de sua insatisfação crescente com o movimento e suas manifestações. Nesse sentido, buscando enquadrar e controlar as entidades estudantis ainda em 1964 o governo decreta a Lei Suplicy. Esta lei mudava o quadro de representação dos estudantes, tirando sua autonomia. Assim, pela nova legislação, foram criados os novos órgãos de representação, sendo estes respectivamente:

“a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em cada universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de estado, território ou Distrito Federal; e d) o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal. (...) Ao mesmo tempo em que ficaram vedadas aos órgãos de representação estudantil quaisquer ações, manifestações ou propaganda de caráter político-partidário, eles agora estavam atrelados à fiscalização dos órgãos oficiais. Caberia à Congregação ou ao Conselho Departamental fiscalizar o Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário fiscalizar o Diretório Central dos Estudantes e ao Conselho Federal de Educação fiscalizar o Diretório Estadual de Estudantes e o Diretório Nacional de Estudantes” (Sanfelice, 1986: 81).

Mas, se a Lei tinha o objetivo de “desmantelar” o movimento estudantil e inibir a participação política dos estudantes, acabou por fortalecê-lo. Como descreve Poemer (1979:243), “a Lei Suplicy de Lacerda apresentou, contudo, um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava,

naturalmente, uma fase de reorganização, como conseqüência da perseguição aos seus líderes”.

Nesse período de reorganização, mas também de aumento de repressão, a UNE teve sua sede fechada dificultando o processo de mobilização dos estudantes. Em 1965, o MEC firma acordo com a United States Agency for International Development. Este acordo previa a realização da Reforma Universitária, porém com conteúdo diverso do reivindicado pelo movimento estudantil.

O convênio do MEC com a USAID tinha como eixo a implantação de um modelo de universidade tecnicista, produtivista, baseada num projeto de “desnacionalização do ensino brasileiro”⁹, e inspirado no modelo norte-americano. O acordo foi baseado no Relatório Atcon¹⁰ que sugeria entre outras coisas,

“desenvolver uma filosofia educacional para o continente; (...) estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política; (...) a transformação da Universidade estatal numa fundação privada; (...) a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial; (...) colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos...” (Relatório Atcon, in: Poerner, idem:250)

O acordo MEC-USAID nesse sentido, aumenta a mobilização, gerando as ondas de protesto em todo o país. As manifestações eram violentamente reprimidas pela força policial o que, se por um lado, era sinal de que a ditadura se acirrava, por outro, demonstrava o potencial de resistência e enfrentamento do movimento com o regime.

A ditadura não conseguia abafar as manifestações políticas e culturais que precediam o golpe (o Cinema Novo, o Teatro de Arena e o Teatro Oficina, a Bossa Nova, os Centros Populares de Cultura)¹¹. Para Ridenti (1993:128),

“o problema dos excedentes, a falta de verbas, a modernização autoritária do ensino acenada com os acordos MEC-USAID e com outras iniciativas governamentais, o arcaísmo das instituições universitárias anterior a 1964, a crise econômica geradora de arrocho salarial e de estreitamento das oportunidades de trabalho até mesmo para os formandos, a chamada ‘crise da cultura burguesa’, a política repressiva da ditadura contra os estudantes e suas entidades – tudo isso contribuía para criar uma insatisfação estudantil sem precedentes e para a

⁹ Termo usado por Poerner, pp. 244.

¹⁰ Também intitulado de “Anteprojeto de Concentração da Política Norte-Americana na América latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica”.

¹¹ “No que tange à sobrevivência de um Brasil supostamente arcaico, marcado pela presença política e cultural de uma oligarquia agrária, alguns artistas e intelectuais do movimento nacional e popular, como os CPCs, o Teatro de Arena, o Cinema Novo numa primeira fase, entre outros, empenharam-se por um lado em combater o que lhes parecia ser o ‘feudalismo’ na zona rural, mas por outro identificaram-se ao camponês explorado, no qual estaria enraizada a genuína arte e sabedoria do povo. Essa identidade seria mais forte após 1964, quando a ameaça da indústria cultural à liberdade artística e intelectual fez-se mais presente, e o apego às tradições populares pré-capitalistas pareceu a muitos uma forma de resistência cultural à modernização capitalista nas artes”. Ridenti (1993:77-78).

retomada da antiga bandeira de luta pela Reforma Universitária, ligada ao projeto de ascensão social pela educação, de camadas urbanas nos anos anteriores a 1964”.

Esta insatisfação promovia uma dinâmica de confronto da população com o Estado, o que permitia o que Mische (1996) aponta como “uma nova forma de reconhecimento”¹². Setores sociais identificados com as movimentações estudantis se solidarizam – ainda que timidamente – com o movimento e o apoiam. Neste sentido, o movimento estudantil acaba tecendo uma grande rede de apoio, o que até o ano de 68, dará sustentação para boa parte de suas mobilizações e encontros. No apoio ao movimento estavam presentes vários grupos: o de artistas e intelectuais (segmento cultural); parte da Igreja católica que teve grande peso na articulação e fundação de organizações que trabalhavam questões sociais emergentes, além do apoio de outras igrejas (segmento religioso); de sindicatos organizados – apesar de sua pequena força de organização e combate contra o governo, com exceção das Ligas Camponesas que tiveram grande força e êxito no interior do Nordeste e partidos de esquerda – principalmente o PCB¹³ (segmento político), entre outros.

Foi com esse apoio que o movimento conseguiu resistir, realizar seus encontros e se consolidar enquanto o maior movimento de oposição à ditadura.

Em 1967 a UNE realiza seu 29º Congresso na cidade de Valinhos em São Paulo, e percebe que a força autoritária do regime cresce. Talvez, um exemplo do que viria no ano seguinte, em 1968.

O artigo abaixo, ilustra o clima de tensão que envolve os militantes, bem como o grau de clareza da crítica que os mesmos faziam ao regime.

Estranho panorama apresenta a América Latina. Há uma volta ao obscurantismo da Idade Média contra o qual a burguesia lutou. O Humanismo, bandeira de luta do capitalismo nascente, volta-se agora contra o próprio capitalismo. (...) não se trata mais de defender a liberdade, a igualdade, a fraternidade, o direito de autodeterminação dos povos, mas sim de procurar a interdependência, a grandeza de algumas nações às expensas do subdesenvolvimento de outros povos, de manter guerras intermináveis, de criar fronteiras ideológicas. Trabalhos filosóficos e científicos de

¹² Para Mische (1997:10) “o reconhecimento e aprendizado social dos estudantes, ocasionado pelas manifestações de massa e os conflitos com a polícia, aguçaram tanto a crítica do Estado militar (e seus laços com o imperialismo capitalista), quanto a identidade empolgante dos estudantes como ‘sujeitos da história’, engajados em projetos revolucionários de transformação social. (...) Além disso, o clima foi permeado pelo utopismo social, a liberalização cultural e a alta sociedade político-moral que caracterizou o movimento juvenil internacional que estava explodindo em várias partes do mundo”.

¹³ A intensa militância dos jovens nos partidos de esquerda após 1964 deve ser compreendida em relação direta com a intensa participação juvenil nos movimentos sociais do período, favorecida pelo clima político e cultural dos anos 60. (Ponte de Sousa, 1997: 63).

enorme importância histórica como os escritos econômicos e filosóficos de Marx são cassados e queimados como se fossem livros pornográficos. As ciências sociais, como a sociologia e a economia política, que no passado, o capitalismo desenvolveu e glorificou, agora são odiadas pelos próprios capitalistas modernos. São muito perigosos para eles, na medida em que desvendam esse mundo tão incompreensível ao leigo e mostram uma estrutura social, uma organização da produção totalmente retrógrados e de onde se originam as mais profundas contradições do mundo atual. (...) vemos então um projeto Camelot, um MEC-USAID surgindo como fórmulas saciadoras. A cultura humanística é uma inimiga; morte a ela! Mais técnicos! Surgem as táticas: mais horas-aula por dia, condensação dos cursos de 5 em 4 anos, tratamento das matérias curriculares isolando aspectos da realidade em pedaços tão pequeninos para que não tenhamos nunca mais tempo em montá-los e, finalmente, uma medida muito importante, a morte à escola pública. (...) e esse assassinato não se realiza somente através de cobranças de anuidades, mas de uma forma geral através de um encarecimento da educação. Citemos algumas formas: 1) vestibulares difíceis que exigem uma preparação dispendiosa; 2) morte a organismos de caráter assistencial. (...) Assim é possível vermos que a UNE torna-se de fato, um entrave à execução dos planos do Pentágono em relação à política estudantil na América Latina, na medida em que mobilize de fato, os estudantes na luta pela defesa da escola pública (...).(...) A repressão ao Congresso da UNE dentro do ponto de vista da burguesia se fazia necessária e não porque esse movimento entravava a exceção de planos do Sr. Atcon, do Sr. Gama e Silva etc. Devemos enxergar na repressão, não uma repressão ao Congresso da UNE, e sim, ao movimento estudantil.

Vanguarda: Órgão oficial da Associação de universitários
Rafael Kauan – nº 4 – Agosto de 1967. Editorial (pg. 3):

Mas é em 1968 que a ditadura se acirra e o clima de tensão aumenta. Neste ano há uma explosão de manifestações estudantis em vários países, expressando de maneiras diversas, a insatisfação juvenil com o status quo.

No Brasil, esse movimento foi caracterizado pela resistência e luta contra a ditadura militar. A marca da repressão aos estudantes foi gritante: muitos foram torturados e mortos¹⁴. O estudante Edson Luís, morto no restaurante Calabouços, no Rio de Janeiro torna-se um ícone do movimento. Um pequeno texto publicado na primeira página do Jornal Última Hora datado de 30 de março de 1968, expressa o inconformismo daqueles que participavam ou apoiavam as manifestações políticas libertárias naquele momento:

¹⁴ Para aprofundar este assunto ler: "Dossiê Brasil: nunca mais" de Dom Paulo Evaristo Ams.

ORA, BOLAS: ACABOU A GRAÇA

Há um estudante morto. Um tiro no peito de uma criança de 16 anos. Vinha com as mãos vazias de arma, quentes de amor. Era o gesto generoso de quem pede, de quem luta - limpa a alma, certo gesto. Seus olhos ainda úmidos da infância traziam reflexos da aurora que ele sonhava. Está morto. Um tiro no peito, tão criança, uma bala no coração, tão menino. Hoje não tem graça fazer graça. Ele era meu irmão. Podia ser meu filho. Hoje não tem graça. O Brasil perdeu a graça. Não é um país para rir. É um funeral para chorar. Também eu quero carregar nos ombros seu corpo sem vida. Em silêncio. Dentro da boca, embora fechada, os dentes cerrados. Por um menino morto.

Fonte: Jornal Última Hora, 30 de março de 1968. Editorial.

A morte de Edson Luís foi o estopim para o crescimento das mobilizações organizadas pelo movimento estudantil. A morte, o enterro, o sétimo dia, foram momentos significativos para a expressão de símbolos organizados e sensibilização da população em geral¹⁵. Transformou-se no arquétipo da desilusão, da falta de garantia em relação ao futuro. Nesse contínuum – onde o movimento oscilava entre uma maior ou menor expressão de radicalidade – os estudantes conseguem organizar em junho deste ano, uma importante passeata de protesto que ficou mais conhecida como a Passeata dos Cem Mil, marco da mobilização estudantil contra a ditadura.

Mas foi em outubro deste ano que o movimento sentiu maior o peso da repressão. Vários estudantes que participavam do 30º Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna (SP), foram presos e a organização estudantil desarticulada. Era o início do fim, da dispersão e da passagem do movimento estudantil para a clandestinidade que resistia pela prática da guerrilha¹⁶. Em 13 de dezembro de 1968 era decretado o Ato Institucional Nº 5, que proibia toda e qualquer manifestação política, e fechava o Congresso Nacional.

¹⁵ No livro intitulado: "Abaixo a Ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes", José Dirceu reafirma o aspecto simbólico da morte de Edson Luís: "Foi chegando cada vez mais gente ao longo das horas, em número surpreendente para nós; chegaram os colégios com as freiras, os padres e centenas de crianças; chegaram os estudantes, os professores e os curiosos. Aquele dia trágico ficou marcado por uma frase histórica que todos gritavam: 'Mataram um estudante, podia ser seu filho'. Era batata. Todo mundo sentiu aquilo realmente como um caso de família: Edson era um menino de dezesseis anos, um estudante comum. Se fosse algum de nós da liderança a levar um tiro, ainda poderiam dizer que o risco era calculado, que a gente sabia muito bem onde estava se metendo etc; mas o fato de ser um estudante comum conferia um tom emocional, peculiar à situação. (...) Nesse dia se articularam diversos setores sociais: um movimento de mães, por exemplo, dirigido pela Irene Papi; os professores que começaram a se organizar e mandaram representantes; os intelectuais e os artistas, muito mobilizados e ativos. O fato é que a morte do estudante havia comovido todo mundo". pp.85-86.

¹⁶ Com o acirramento da repressão, muitos dos estudantes só conseguiam visualizar a guerrilha como modo de resistência à ditadura. Na guerrilha, urbana e rural, os estudantes clandestinos tentavam dar continuidade – sem muito êxito – aos projetos e sonhos revolucionários. Para aprofundar ver Ridenti, M.: "O fantasma da Revolução Brasileira" (1993). Editora da UNESP.

Mas que lições tirar deste ano tão representativo? Que motivos impulsionaram milhares de estudantes em todo o mundo? Inúmeras foram as interpretações dadas às manifestações daquela época.

Ferry & Renaut (1988) em livro intitulado "Pensamento 68" fazem uma análise das diversas interpretações acerca das movimentações estudantis na França. Para os autores, a interpretação da crise de 68 merece uma retomada cuidadosa, devido à complexidade mesma da realidade.

Na obra, retomam e sistematizam as diversas leituras existentes pontuando as diferenças e a importância de cada uma delas. Porém, como afirmam, "se visamos desde então, não tanto esgotar as referências, mas sim a sistematização da classificação, torna-se necessário indicar um fio condutor preciso, que uma vez seguido, permitiria orientar-nos nos labirintos deste campo interpretativo e descobrir nesta diversidade, uma lógica" (idem:62). É neste sentido que discute a relação entre os acontecimentos de 68 (suas reivindicações) e a tirania da subjetividade – e porque não afirmar individualismo – dos dias atuais.

Para os autores, mais do que uma aparente ruptura, Maio de 68 pode ser percebida como uma mudança na continuidade da lógica do sistema. Como afirmam:

"Poderíamos estar inclinados, não sem razão, a considerar Maio 68 como um ressurgimento do humanismo. Todos percebem hoje que o espírito do tempo se compraz em descobrir as virtudes da 'subjetividade': que se trate do consenso reencontrado em torno da moral dos direitos do homem ou da reivindicação crescente, mesmo à esquerda, de uma autonomia do indivíduo ou da sociedade face ao Estado, tudo parece testemunhar atualmente uma renovação de um certo número de valores que, aparentemente, poderiam parecer opostos a 68. Contudo, se olharmos mais de perto, um dos leitmotivos de Maio não teria sido a defesa do homem contra o sistema? (...) e se a revolução aí toma freqüentemente a forma da desintegração é certamente no sentido de que, para o revolucionário, se trata não só de fazer explodir o mundo antigo, mas também de recusar deixar-se 'integrar' naquilo que negaria sua individualidade. (...) sob outras referências, uma comparação entre o final dos anos 60 e o início dos anos 80 parece muito mais instigar a hipótese de uma filiação do que convidar a se falar de uma ruptura, ou da transformação do a favor em contra: não traziam as reivindicações de 1968, um projeto público, enquanto todos reconhecem na ideologia dos anos 80 o desenvolvimento culto das felicidades privadas e a perseguição bastante liberal dos projetos individuais? A realidade de uma tal descontinuidade não poderia ser tomada, de início, sem outro exame, como mais segura que a realidade de uma eventual filiação. (...) Todavia, digamos por enquanto que, creditando ao Movimento de Maio uma visão global 'sobretudo humanista', corre-se o risco de se deixar enganar por uma simples fórmula, pois bem poderia ser que 1968, em sua defesa do sujeito contra o sistema, estivesse mais ligado ao individualismo contemporâneo do que à tradição do humanismo". (Ferry & Renaut, 1988:16-17).

Em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo (1998), Cohn-Bendit, a maior liderança estudantil de maio de 68 na França, ratifica a idéia de Maio de 68 como a

defesa do sujeito contra o aparelho do Estado e a ideologia marxista tradicional. Para ele, o movimento de Maio de 68 foi o agente que deu início ao fim do marxismo-leninismo como ideologia emancipadora. Ao colocar o *indivíduo* em primeiro plano e sublinhar seu desejo de autonomia, as revoltas dos anos 60 ensejaram a eclosão dos movimentos pela igualdade entre mulheres e homens, pelos direitos à cidadania, à homossexualidade, formando assim uma política mais setorizada, o que de certa maneira, será confirmado através do surgimento dos NMSs dos anos 70. Assim afirma Cohn Bendit: "(...) politicamente nós perdemos, porque nossas idéias políticas eram as do século XIX, mas social e culturalmente nós ganhamos, porque propiciamos o surgimento de uma nova sociedade nas estruturas políticas existentes". Continua: "Maio de 68 transformou as sociedades ocidentais e colocou em xeque as certezas que herdamos das gerações da guerra. Certezas fundadas na concepção fortemente autoritária da política que dominava a vida institucional e da sociedade".

Desta maneira, Maio de 68 pode ser visto como

"uma revolta dos sujeitos contra as normas, isto no sentido da afirmação da individualidade contra as pretensões às normas da universalidade. Mas ao mesmo tempo, esta afirmação hiperbólica da individualidade inaugura um processo que tem por horizonte previsível, a dissolução do Eu como vontade autônoma, ou seja, a destruição da idéia clássica do sujeito. (...) o sujeito morre no advento do indivíduo" (Ferry & Renaut, idem:89-90).

Esta hipótese possibilita perceber com mais clareza as mudanças ocorridas na trajetória dos movimentos juvenis, e entender o processo de debilitação do projeto público – tão sonhado pelos revolucionários da década de 60. A afirmação da individualidade foi se firmando enquanto opção, ou única saída visível nos anos seguintes, marcados pela ampliação do mercado e pela subtração do papel da comunidade.

Santos (1999:249), situa o movimento estudantil como "o grande articulador da crise político-cultural do fordismo", distinguindo nele três facetas:

"em primeiro lugar, opõe ao produtivismo e ao consumismo uma ideologia anti-produtivista e pós-materialista; em segundo lugar, identifica as múltiplas opressões do cotidiano, tanto ao nível da produção (trabalho alienado), como da reprodução social (família burguesa, autoritarismo, da educação, monotonia do lazer, dependência burocrática) e propõe-se alargar a elas o debate e a participação política, e; em terceiro lugar, declara o fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social e legitima a criação de novos sujeitos sociais de base transclassista" (idem).

De fato, o movimento estudantil no Brasil assume características relativas à realidade na qual está inserido e, dessa forma, tem suas orientações definidas em função

da problemática do desenvolvimento da sociedade. Ao reivindicar em nome de outros atores sociais, reafirma o caráter classista do movimento. Como explica Albuquerque (1977b:76),

“Esse papel de arauto de uma base social de empréstimo provém das origens sociais do meio estudantil. As camadas médias urbanas fornecem um modelo (econômico, social, político) em nome do qual possam estruturar-se reivindicações em nome próprio” (Albuquerque, 1977b:76).

Para Touraine (1998:120), todo movimento social tem duas vertentes: uma utópica e outra ideológica. Na primeira, o ator identifica-se com os direitos do sujeito; a segunda se concentra na luta contra um adversário social. Assim, exemplifica, “o tema da luta de classes é alçada na vertente ideológica; põe o acento mais no conflito social do que na comunidade de apostas”. Em sua visão, “os movimentos estudantis de 1964 nos Estados Unidos e 1968 na França e alhures, foram tão fortemente carregados de utopia que definiram muito vagamente o seu adversário, o que permitiu que grupos ideológicos os interpretassem em termos de ‘frente’ nova da luta de classe operária”.

Ao final da década de 60 o movimento que parecia sólido se desmancha no ar, fragmenta-se frente à estrutura militar violenta e autoritária. “Tampouco sobraram ilusões coletivas acerca do caráter libertário que a modernização tecnológica e industrial traria em si mesma”. (Ridenti, 1993:80).

Santos (1999:276), recupera a herança do movimento dos anos 60:

“A nova teoria da emancipação parte da idéia de que os anos sessenta apenas começaram e continuarão a ser uma referência central nos anos noventa. Isto porque, com todas as limitações e fracassos atrás assinalados, os movimentos sociais dos anos sessenta tentaram pela primeira vez combater os excessos de regulação da modernidade através de uma nova equação entre subjetividade, cidadania e emancipação”.

1.2. Anos 70: um convite à reconstrução

Os anos setenta se caracterizam principalmente pelo **silêncio social** - fruto do medo que a repressão militar causou; pela **gestação de um novo perfil no interior das universidades**, ou seja, de uma nova geração estudantil; e pelo **surgimento de uma nova maneira de organização e participação dos movimentos sociais**.

A segunda característica tem sua causa, em parte, na mesma fonte que tem a primeira: o medo, a insegurança, e a censura. A utilização da força e o uso arbitrário da repressão constitui, talvez, a principal característica do regime autoritário. O medo, resultante da violência usada durante a ditadura coíbe fortemente a participação mais ampla dos estudantes em movimentos de organização política. Além disso, o silêncio social se torna consequência da naturalização do autoritarismo e da interdição do passado. Este último, fica em suspense na constituição da história e vida das pessoas. Se estabelece então, uma ruptura, que se expressa principalmente no esquecimento e na normalização social.

Cardoso (1990:103) nos mostra que no Brasil a normalização, via violenta repressão, toma a forma do

“‘milagre econômico’ dos anos 70, da ‘distensão lenta, gradual e segura’, da ‘abertura’, da anistia submetida ao veto militar marcada pela interdição de investigação do passado, de fortes prerrogativas militares institucionais, da mais longa transição, que concorre para o esquecimento ou diluição na memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar”.

Para a mesma autora, o esquecimento como imposição da repressão produz “a necessidade do recalque, ou no limite o que Vidai Naquet chama de ‘inexistencialismo’ – realidades que passam a ser consideradas como inexistentes pelos ‘assassinos da memória” (idem:104).

Num mesmo sentido, Martins (1979) em seu ensaio sobre a contra-cultura na década de 70, pontua que pela banalização das práticas autoritárias, a sociedade vai sendo ‘acostumada’ ao princípio autoritário como constituindo algo normal. O autoritarismo político, aos poucos, e subliminarmente, vai tomando conta das relações sociais.

De forma que,

“a ideologia explicitamente autoritária é substituída, assim, por uma difusa ‘cultura autoritária’, que se transmite à sociedade pelas práticas cotidianas da censura, da violência policial, da arrogância da burocracia, do desrespeito aos direitos individuais, da ocultação do processo decisório e dos ukases inapeláveis do

poder. Práticas essas que começam a condicionar a existência de indivíduos na medida em que não apenas passam a definir as relações entre poder e sociedade, mas penetram e ordenam, os mais variados domínios da vida cotidiana” (idem:73).

É contra esta naturalização das práticas autoritárias, além do próprio regime autoritário que negava não só a condição de cidadão, mas a condição de sujeito através da supressão da liberdade individual e da violação da consciência crítica, que surge a contra-cultura. Esta passa a ser um instrumento de contestação do regime¹⁷.

A luta política, quase que predominantemente estudantil, resiste nos movimentos de guerrilha. A instituição do AI-5, em dezembro de 1968, é o sinal de que tempos muito violentos viriam. O confronto direto e violento entre o aparelho repressivo do Estado e os grupos estudantis organizados clandestinamente (guerrilhas, focos de resistência, etc.¹⁸) ocasiona muitas mortes. Fazer política se torna arriscado, perigoso. Além do AI-5, o Decreto nº 477 veio para acentuar a dispersão dos estudantes¹⁹, tornando visível o declínio da participação em manifestações ou reuniões. Nessas circunstâncias, a política enquanto manifestação da vontade social deixa de ser praticada, fato que neutraliza ações coletivas e cria um vazio político dentro das universidades.

Nesta perspectiva, um novo perfil de estudante vai se criando nas universidades; “o medo trouxe despolitização, a redução das atividades associativistas, o apoio à privatização econômica, a adoção de estratégias egoístas de sobrevivência, a competição e especulação, isto é, em síntese, o florescimento de uma política econômica de ‘mau vizinho’ na vida cotidiana” (Ponte de Sousa, 1997:65). Assim, e os estudantes

¹⁷ Não aprofundaremos a temática da contra-cultura e suas conseqüências, no momento. Porém, de acordo com Martins (1979) podemos afirmar que ela se expressou principalmente através de três fenômenos reativos: a) o culto das drogas; b) a desarticulação do discurso e c) o modismo psicanalítico. A discussão da contra-cultura passa também pelo questionamento dela mesma enquanto restituidora e restauradora da condição de sujeito. Na ânsia de resgatar a liberdade individual do sujeito e sua capacidade de intervenção, a contra-cultura acabou suprimindo esta idéia e substituindo-a pelo exacerbamento da subjetividade. “Negando mais sua função do que o estado de coisas ao qual ela é suposta a se contrapor, a contra-cultura se transforma apenas num conjunto de comportamentos idiossincráticos. Na justa medida em que os indivíduos que se pretendem portadores da contra-cultura ignoram a contrafação que praticam, eles revelam também o grau máximo de sua própria alienação (idem:74).

¹⁸ Aqui citamos um pequeno trecho de um artigo de Celso Marcondes publicado na Teoria e Debate nº 35, que reflete um pouco como se dava o comportamento dos estudantes que participavam desses focos de resistência naquela época: “A verdade mesmo é que para todos nós que teimávamos em militar clandestinamente naquelas épocas bravas de ditadura, de medo, prisões e torturas, as reuniões eram sempre entre poucos, dentro de um carro que vagava pelas avenidas marginais até a discussão, ou a gasolina acabar. Ou nos bancos do Ibirapuera simulando um piquenique. Lembro até das idas a Santos, em pleno inverno, para reunir na praia, três ou quatro pessoas, devidamente vestidas dos pés à cabeça. Nada suspeito, mas quais alternativas? (...) Também nos esforçávamos para aprender a falar espanhol, bem antes dos imperativos da formação do Mercosul. A tarefa era obrigatória, pois os livros marxistas que chegavam eram importados da Argentina ou da Espanha e vendidos numa só livraria, na Praça da República” (pp. 5 e 6).

¹⁹ “O decreto-lei 477 foi em grande parte o responsável pela destruição do movimento estudantil. Na época em que foi elaborado e publicado este malfadado decreto serviu aos interesses do sistema repressivo que detinha e que ainda hoje, detém o poder. E como por esse decreto o estudante podia ser apanhado e condenado de várias formas, até os mais politizados dos estudantes esmoreceram (...). O marginal (Jornal) Órgão Livre dos estudantes de Direito. 1977, nº 1/março.

não seriam exceção, “grupos cada vez mais amplos se sentem cada vez mais incapazes de entenderem e de influenciarem acontecimentos dos quais depende o curso de suas existências” (Martins, 1979:79). O individualismo se torna uma grande barreira para os grupos que teimam em (re)organizar suas ações coletivas.

Principalmente no período mais duro do regime militar, a universidade permaneceu como um dos únicos lugares possíveis de resistência. Assim, conseguia se manter enquanto espaço de elaboração e manifestação de um pensamento e postura crítica ao regime. Neste sentido, era um importante instrumento de criação e difusão cultural. A cultura permanecia ainda, mesmo que em menor grau, com seu caráter de engajamento. A universidade, então, protagonizava uma função de resistência cultural que se manifestava através da realização de shows, debates, palestras, peças, filmes etc. As manifestações culturais que não encontravam meios e mecanismos de expressão no meio social por conta da censura, imposta pelo regime, encontram na universidade um espaço de resistência.

Para Abramo (1994:76),

“A universidade, principalmente o espaço conquistado e mantido pelas entidades estudantis, mostrou-se um lugar privilegiado para a circulação dessa cultura alternativa. Além disso, a produção intelectual acadêmica era um dos principais agentes do pensamento crítico do país, tornando-se pólo de referência permanente”.

Porém, também a universidade é afetada nesse processo. Ao mesmo tempo que consegue ser local de resistência cultural, vai perdendo centralidade na vida dos estudantes. No caos de desmobilização ocasionado pela ditadura militar, é enfraquecida enquanto *locus* de socialização política e, ainda, “há uma crise de eficácia em relação à capacitação profissional que a formação universitária pode dar, nesse sentido diminuindo sua importância para os projetos pessoais dos estudantes, na medida em que não garante mais um emprego bem remunerado” (idem:77).

Um paradoxo neste contexto universitário é que a universidade perde centralidade num período de expansão do ensino superior.

A repressão ao movimento estudantil e a Reforma Universitária tentam moldar a universidade como um espaço meramente acadêmico de feições tecnocráticas.

Buarque de Hollanda ao estudar os movimentos culturais e ao contextualizá-los no âmbito da universidade, descreve a realidade universitária da época como contendo, já, muitos indícios de uma visão tecnicista e acrítica no que diz respeito à realidade social do momento.

Para a autora (1980:93),

“A burocracia universitária passa a controlar as novas ‘associações’ estudantis e o ensino vai se especializando, tendendo à sofisticação e à valorização da ‘competência técnica’, resultando muitas vezes num arremedo colonizado de novidades européias. Um exemplo flagrante é a moda de tendências estruturalistas, que acabava por não encontrar correspondente na problemática estudantil, mas mostrava a burocratização e a melancolia de boa parte dos scholars nativos. Ao lado de certo aprofundamento teórico – desejável – o que se tem em algumas áreas é um elitismo colonizado e colonizador até certo ponto semelhante à postura das vanguardas: a impostação intelectualizada e tecnicista que nada tem a dizer ao problema político e vivencial dos estudantes e professores nesse momento”.

Com o aumento da censura e a impossibilidade de manifestação política a contestação migrou para o âmbito da cultura, passando a se expressar através da produção cultural. Ou seja, a impossibilidade de organização política transferiu para as manifestações culturais o lugar privilegiado da “resistência”. Essa transferência pode ser notada claramente nos shows de música popular e nas criações teatrais. A ditadura não consegue abafar as diversas manifestações culturais; o endurecimento do regime gesta uma nova maneira de participação.

A rejeição do regime autoritário pela juventude assume várias formas de expressão, mas a cultura sintetiza boa parte desta recusa.

Abramo pontua que a reafirmação dessa cultura de resistência se faz também em relação à indústria cultural que, no momento, aparece identificada com o processo de despolitização. Para a autora (1994:76),

“A indústria cultural aparece identificada com o processo de despolitização, com o ufanismo dos setores dominantes, assim como relacionada a valores superficiais, consumistas e moralizantes da classe média, que amplia e fortalece nos anos do ‘milagre brasileiro’. Contra esse universo político e cultural – em que ditadura, autoritarismo e mediocridade se associavam e se mostravam reinantes – é que se articulou toda uma série de produções alternativas, de seminários como Opinião e Movimento, a grupos de teatro, revistas e filmes undergrounds, poesia marginal etc.”.

Mas é Buarque de Hollanda (1980) que irá estudar mais detalhadamente a participação, principalmente de estudantes, na produção cultural da época na área da literatura. Ao analisar a produção da “biotônica vitalidade” dos anos 70, esta percebe a existência de toda uma geração que se expressará através da produção poética. Esta produção deve ser analisada a partir do contexto histórico da época.

O aperto da censura, a transformação da cultura em objeto de consumo, o investimento por parte do Estado em grandes produções culturais (principalmente na área do cinema), e a “crescente desconfiança em relação aos padrões de comportamento e às

linguagens fornecidas pelo sistema e pela própria esquerda marxista-leninista” (idem:90), são alguns fatores que concorrem para o aparecimento desse tipo de produção poética, que aos poucos, vai sendo popularizada e chamada de poesia marginal.

Um “surto de poesia” parece acontecer. Há um crescimento na produção e proliferação de livretos de poesia que são passados e vendidos à margem da cultura comercial. Estes são vendidos em portas de cinema, museus e teatros. “Mais do que os valores poéticos em voga, eles trazem a novidade de uma subversão dos padrões tradicionais da produção, edição e distribuição da literatura” (ibidem:97), visto que sua produção é puramente artesanal. A venda e distribuição é feita pessoalmente, aumentando, assim, a aproximação entre autor e público.

O surgimento destas publicações alternativas tem como alguns de seus expoentes Chico Alvim, Chacal, Torquato Neto, Cacaso, Waly Salomão, Paulo Leminski etc.

A “marginalidade cultural” não é exclusividade da literatura. Como Buarque de Hollanda chama a atenção,

“É exatamente num momento em que as alternativas fornecidas pela política cultural oficial são inúmeras que os setores jovens começarão a enfatizar a atuação em circuitos alternativos ou marginais. No teatro aparecem os grupos “não-empresariais”, destacando-se o Asdrubal Trouxe o Trombone; na música popular os grupos mambembes de rock, chorinho, etc.; no cinema surgem as pequenas produções, preferencialmente os filmes em “Super-8” e, em literatura, a produção de livrinhos mimeografados. Todas essas manifestações criam seu próprio circuito – não dependem, portanto, da chancela oficial, seja do Estado ou das empresas privadas – e enfatizam o caráter de grupo e artesanal de suas experiências” (1980:96).

Se todas estas produções culturais foram em seu interior uma recusa e descrença em relação às linguagens das significações dadas, elas atingem também o discurso da esquerda burocratizada, “que passa a ser confundido com o discurso da cultura oficial e, portanto, com o próprio sistema” (idem). Assim, a negação dos “velhos” modos de fazer política passa a se dar na dimensão da cultura.

Aliás, neste momento e ainda sob a influência do tropicalismo da década de 60, movimentos culturais e o próprio debate no âmbito da cultura vão realçar a falência da produção ortodoxa de esquerda. Abrem-se espaço à tematização e discussões de temas “não prioritários pela política militante, como as drogas, o homossexualismo, a loucura, etc.” (ibidem: 94). Essa tendência era reforçada pela divulgação de problemas relativos aos governos do leste europeu. Para Buarque de Hollanda (1980:94),

“É importante perceber que a rejeição a “um lugar da grande Recusa – alma de revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário”, já estava sendo colocada em prática por setores jovens da produção cultural que privilegiavam a intervenção múltipla sob a forma de resistências **setorizadas** abandonando o

projeto **globalizante** de tomada de poder que informava a atuação cultural do início dos anos 60. A adoção de Foucault ou de outros teóricos preocupados com o assunto, nesse momento, surge da necessidade de uma discussão conceitual a respeito de uma atitude já presente em setores jovens da produção cultural e na experiência da vida de significativas parcelas da juventude". (grifo nosso)

Indícios de uma cultura pós-moderna começam a se fazer presentes no espaço cultural e nas novas práticas organizativas de movimentos que irão aos poucos influenciar também o movimento estudantil, que principalmente na década de 90, voltará seu discurso para projetos mais setorializados (com a emergência da discussão de gênero, raça, cultura etc.), como veremos posteriormente.

Novos atores sociais surgem no cenário brasileiro, grupos que tentam um novo tipo de inserção dos movimentos sociais. Assim, aparecem com grande vigor as Comunidades Eclesiais de Base - Cebes - que são comunidades católicas organizadas que trazem ao meio social uma espiritualidade encarnada, ou seja, uma espiritualidade ligada às lutas e dificuldades do povo. Neste sentido, as mesmas organizam grupos inteiros para reivindicar melhores condições de vida, moradia, saúde, escolas nos bairros, etc.

Nascem também (e agora, no interior das universidades) a maioria das Executivas de Curso - que são entidades organizadas e formadas por estudantes para mobilizar, questionar e pensar os problemas relativos a cada curso universitário, em específico - que crescem e vão se consolidando enquanto outra maneira de se fazer movimento estudantil. É necessário ressaltar a grande importância que este movimento teve enquanto espaço aglutinador de estudantes que, não tendo como se expressar no movimento geral, vêm nas executivas um lugar de formulação, debate, organização, mesmo que, a princípio, estas entidades tenham um caráter meramente corporativista. Se o surgimento das Executivas de Curso estava ligado a uma visão tecnicista e à competência profissional, com o passar do tempo vão se afastando dela para pensar e assumir projetos políticos mais globais.

Vários grupos que, sufocados pela ditadura, não se manifestavam abertamente até metade da década, vão se firmando enquanto alternativa social. Em 1975 e 1976, as Cebes se reúnem em Vitória para a realização de seus I e II Intereclesial, respectivamente, que foram dois grandes momentos de encontro das comunidades e de troca de suas experiências pelo país.

Dentro das universidades a resistência à ditadura vai tomando corpo e o movimento estudantil começa seu processo de reorganização. Em janeiro de 1976, acontece uma reunião nacional de estudantes em Campinas, em que propõem uma Campanha Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas. Em maio, uma assembléia geral de universitários cria o DCE livre da USP e, em julho, a Reunião Anual da SBPC na PUC de São Paulo, evento tomado como histórico pela coragem de assumir tal

responsabilidade, visto que o governo já tinha cortado verbas oficiais que inviabilizariam a mesma²⁰.

Como afirma Marcondes (1997:7),

“das reuniões contra o ensino pago de 1972 às freqüentes passeatas em 77, muita água correu debaixo da ponte. Mais devagar do que almejado por nós, aqui e ali apareciam sinais de quebra da unidade das chamadas classes dominantes em torno do regime militar. Grandes jornais começavam a questionar a censura, surgiam os ‘jornais alternativos’ (Opinião, Movimento, Versus, Ex, entre outros), ficavam públicos alguns entreveros entre os generais”.

Nesse sentido, o Estado passou a ser “um referente negativo para um número cada vez maior de cidadãos. Mal a sociedade começou a se mover, tendeu sempre a encontrar-se com o Estado - e quase sempre do lado oposto.” (Abramo, 1997:2).

Isso facilitou a adesão de grande parte da sociedade a favor da abertura rumo a uma sociedade democrática, o que somente viria a acontecer na década de 80.

Assim, em 1977 o movimento estudantil (o de São Paulo se toma a maior referência) retoma às ruas depois de quase uma década de ausência. Para Abramo (idem:4), “as manifestações estudantis representaram a retomada das ruas pelo movimento social como espaço de manifestação pública”. Continua: “esse aspecto, ou seja, a importância de se manifestar, de provar a si mesmo e à sociedade que éramos capazes de fazer coisas que pareciam impossíveis era justamente uma das características mais marcantes e importantes do processo de reorganização dos movimentos sociais nos quadros da ditadura militar”.

Num primeiro momento, as manifestações se limitavam ao *campus* e à reivindicações de questões internas, como a melhoria do restaurante universitário, fim do autoritarismo dos diretores de centro, professores, etc. Logo, passaram à luta pelas liberdades democráticas, pela abertura, e à reorganização do movimento estudantil.

Dessa forma, foi se constituindo o que os próprios militantes definiam como resultado do “lento acúmulo”, de “reconstruir um movimento de massas, democrático, de melhoria das condições de ensino, e de oposição à ditadura, que realmente tivesse a ver com o conjunto dos estudantes, que expressasse os seus anseios e os representasse” (Abramo, 1997:3).

Com a adesão de significativa parcela da população, as manifestações começavam a ganhar destaque nos principais jornais. Buscavam espaços e apoio

²⁰ Ver artigo: Anos incríveis de Celso Marcondes e O movimento Estudantil na USP de Beatriz Tibiriçá em Teoria e Debate, nº 35, pp. 7.

diversos: “ (...) fazíamos de tudo para trazer às nossas assembleias e atos públicos ‘pelas liberdades democráticas’ representantes de outros movimentos e personalidades” (Marcondes, 1997: 3). Também, a participação em fóruns como a SBPC eram importantes para marcar presença e demarcar o campo político.

Assim, “a sociedade civil reage e desperta para as questões pendentes para a democracia, a OAB pede revogação do AI-5, estudantes saem às ruas em São Paulo e no Rio e declaram greve na UnB por sanções a companheiros, familiares de desaparecidos e exilados se manifestam...” (Ponte de Sousa, 1997). Surge ainda, o Movimento contra a Carestia, destacando-se pelo grande alcance popular.

Para Abramo,

“trata-se de conjunturas de fusão, de ‘momentos de encontro’ para onde confluíram processos gestados durante toda década, e na medida dessa confluência e da possibilidade de sua expressão condensada começaram a inverter-se tendências. O que durante muito tempo havia estado particularizado, atomizado, fragmentado, expressou-se. E na medida dessa expressão conquistou espaços antes impensados e abriu novos caminhos” (1997: 5).

Com o processo de abertura e a entrada em cena de outros segmentos organizados da sociedade civil, o movimento estudantil ganha impulso para sua reorganização e novos aliados nas lutas sociais gerais da época: luta pelos direitos humanos, anistia e liberdade democrática. Todo esse período é perpassado por um jogo de abertura e repressão, conforme pontuado por Fagundes (1991:167):

“O processo de reorganização do movimento estudantil é acompanhado por atos de boicote, coação e intimidação, chegando à repressão física e à prisão de lideranças estudantis, demissão de professores e mesmo dirigentes de estabelecimentos de ensino, simpáticos e solidários com a causa defendida pelos estudantes. (...) Em contraposição à repressão, desdobra-se a luta pela anistia geral, ampla e irrestrita, pela autonomia da universidade, pelas liberdades democráticas e pela convocação de uma Assembleia Constituinte”.

Com o objetivo de reorganizar o movimento nacionalmente e reconstruir a entidade, os estudantes multiplicam os encontros visando a preparação e divulgação do Congresso da UNE. O movimento ganha força e aceitação da opinião pública, porém a repressão continuava de maneira acentuada.

O movimento estudantil não recua e realiza, ainda que de maneira clandestina, seu III Encontro Nacional de Estudantes, que delibera a reorganização do movimento nacionalmente e a refundação de sua entidade máxima - a UNE. Logo após a divulgação da realização do Encontro, policiais entram em confronto com estudantes deixando feridos 16, sendo hospitalizados 4 com graves queimaduras. Muitos são presos e sete

enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O jornalista Perseu Abramo repudia o episódio.

As bombas

As bombas que a polícia jogou contra os estudantes, durante a invasão da PUC, na noite de 22 de setembro, feriram pelo menos 16; esse é o número oficial que consta dos depoimentos prestados à Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa, encerrada esta semana. Também consta do material entregue aos deputados um documento da Comissão Justiça e Paz, evidenciando a extrema gravidade das queimaduras provocadas pelas bombas em cerca de meia dúzia de estudantes. Os deputados e os presentes à CEI tiveram ocasião de presenciar as fotos das moças queimadas; algumas dessas fotos foram publicadas pela imprensa. Numerosos professores e estudantes, em seus depoimentos, referiram-se às altas labaredas que saíam das bombas. Essas bombas, segundo a versão oficial dos acontecimentos, não seriam diferentes das que normalmente a Polícia utiliza em casos semelhantes. Esse foi um ponto sobre o qual as autoridades policiais fizeram questão de insistir, aduzindo a seu favor o parecer de laudos periciais elaborados pela própria Polícia. Conclusão: as bombas que a Polícia joga contra estudantes são capazes de ferir e queimar, com suas labaredas, a ponto de colocar as vítimas em perigo de vida. Isso é uma violência. O exercício do poder de jogar essas bombas sobre os estudantes é uma violência. Eles podem falar o que bem entenderem, mas a impunidade no exercício desse poder é uma violência. Não importa o nome que se dê a essas bombas: qualquer que seja, elas estão pejudicadas de arbítrio e violência, e caem sobre as cabeças dos estudantes como o resultado final de ordens emanadas de cima, também peneiras de violência e arbítrio. Apenas, que o pudor impeça, doravante, de se continuar chamando esses violentos petardos de "bombas de efeito moral". Ao contrário: é extremamente imoral o tempo em que se permite que essas bombas sejam impunemente jogadas sobre os estudantes. Também que o bom senso evite chamá-las de bombas de gás lacrimogêneo, para não favorecê-las com o endosso da amena respeitabilidade que a violência política assume quando se lhe aplicam expressões técnicas. As lágrimas que elas provocam não resultam apenas de efeitos químicos: nascem da indignação diante da injustiça, do ódio diante da prepotência, da vergonha e da desesperança. São bombas, simplesmente: artefatos de destruição, de dor e de morte, que homens armados jogam contra inimigos. E não pode haver malabarismo semântico ou contrafação humanística capaz de disfarçar a simplicidade eloqüente dessa abominável constatação: na noite de 22 de setembro, na PUC, os estudantes brasileiros foram atacados como inimigos. Não foi a primeira vez. Mas agora, chega: é preciso que seja a última.

Fonte: Folha de S. Paulo, 27/11/77

As manifestações contra a ditadura e condições de vida da população se sucederam pelo país. Na cidade de Florianópolis, no ano de 1979, um episódio fica conhecido popularmente como Novembrada. Com o mesmo espírito vários estudantes foram à Praça XV (no centro da cidade) protestar durante uma visita do então Presidente General João Batista Figueiredo. Esta manifestação que de início era realizada somente por estudantes conseguiu rapidamente a adesão maciça da população que ali estava. No confronto direto com a polícia, alguns estudantes foram presos e outros fugiram. O episódio não acaba com o fim da manifestação na praça mas se estende até o julgamento dos estudantes, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Depois de intensas mobilizações, foram absolvidos.

Na década de 70 aparecem as redes sociais, ou redes de movimentos que impulsionam uns aos outros e estimulam o processo de abertura. Assim, nesta mesma década, teremos a refundação da UNE em Salvador em 1979; a anistia concedida aos presos políticos em 79/80; e o surgimento do chamado “novo sindicalismo”, com a organização dos sindicatos no Grande ABC paulista e suas mobilizações gigantescas²¹. Alguns operários afirmariam nas greves do ABC, que a efervescência política que começou em 77, por causa do movimento estudantil, atingiu as fábricas.

De acordo com Abramo (1997),

“segundo vários depoimentos, as mobilizações estudantis foram intensamente comentadas nas fábricas. (...) Um operário entrevistado da Scania destaca a importância dos acontecimentos gerais, e particularmente das passeatas estudantis de 1977 na criação do clima de greve em São Bernardo: ‘A efervescência política que começou a aparecer em 77, principalmente por causa do movimento estudantil que fazia greves e saía às ruas em passeata, atingiu as fábricas. Era muito comum ouvir entre os trabalhadores dizerem: precisamos fazer alguma coisa (...). Estudante que não trabalha, quando faz greve dá essa confusão, a gente que produz, se parar, o que acontece? Aí vira uma revolução’”.

No final da década de 70 a atuação do movimento estudantil na luta contra a ditadura reforça o espaço da universidade e do próprio movimento estudantil como “locus de sociabilidade, de elaboração de valores e referências, assim como a construção de identidades positivas em torno da figura do estudante” (Abramo, 1994:76).

Porém, o movimento estudantil deixa de ser o único movimento socializador da juventude, e mais especificamente, dos estudantes. A identidade do sujeito estudante vai se enfraquecendo, dando margem ao aparecimento de novas identidades. Entram em cena o estudante participante das novas formas de expressão cultural que se manifestam

²¹ As forças populares se manifestam também através do movimento sindical, que reaparecia com grande força em 1978 no ABC Paulista, reivindicando aumentos salariais e liberdade de organização sindical. É a partir daí que os trabalhadores começam a se organizar pensando em fundar sua Central Sindical, que posteriormente seria concretizada com o surgimento da Central Única dos trabalhadores – CUT.

nas periferias dos grandes centros; o estudante trabalhador, que entra no mercado de trabalho mais cedo etc.

O trabalho é um fator importante para perceber a configuração juvenil que atravessa o final da década de 70 para o início dos anos 80. Estudos realizados daí em diante “trataram logo de reconhecer não só a heterogeneidade do estudantado que estava ingressando na universidade, como também de mostrar que boa parte desses estudantes concilia o trabalho com sua formação superior” (Cardoso, R. e Sampaio, H., 1994:31).

Na década de 70 cresce o número de jovens – e os estudantes não são exceção - que entram no mercado de trabalho. Abramo (1994:57) observa que “o modelo de crescimento adotado pelo regime militar, consubstanciado no milagre econômico (1968 a 1973), combinou um considerável crescimento de empregos na área urbana com arrocho salarial, o que criou as condições para um notável movimento de ingresso de jovens e de mulheres no mercado de trabalho”.

Madeira (1986) defende a tese de que ficou cada vez mais comum a combinação entre trabalho e estudo por parte dos jovens trabalhadores. Nessa dupla jornada, a condição estudantil passa a ser um elemento entre outros que aparecem em termos de vivência e experiência pessoal e coletiva. De acordo com Spindel,

“Para esses jovens e adolescentes, o trabalho tem, além do caráter de necessidade, o de via de acesso a uma autonomia desejada em relação à família, tanto no sentido de maior independência e liberdade de ação (onde se incluem também as decisões sobre as alternativas entre trabalho e educação) pois o trabalho confere maturidade e respeito no interior da família, como no sentido de possibilidade de consumo de bens pessoalmente valorizados (Spindel, apud Abramo, 1994:60).

A obtenção de renda representa para além do início de uma autonomia perante a família, a entrada no mercado consumidor. A formação de uma camada importante de jovens consumidores fez com que o mercado se moldasse e se preparasse para criar e suprir as demandas de tal público. A sociedade de consumo se fortalece e os produtos e serviços dos setores de roupas e diversão são o que mais crescem²². A estética aparece como um elemento novo a ser estudado.

Para Ridenti, estes novos elementos sociais aparecem no seio do que ele intitula de modernização conservadora. Com esta, “o que se generalizou foi a espoliação dos trabalhadores e deserdados, submetidos à lógica ‘selvagem’ do mercado e do capital” (1993:80). Esta modernização, porém, será mais visível com o crescimento da indústria cultural.

²² Ver: Abramo, H. (1994) – Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. Editora Página Aberta. SP.

A expansão da indústria cultural nos anos 70 fortalece o crescimento do mercado fonográfico. De acordo com Brandão (1990:91),

“(...) o Brasil se tornou o quinto mercado fonográfico do mundo, deixando profundas marcas na indústria cultural do país. Grande parte dos investimentos externos na indústria cultural brasileira estava vinculada ao crescimento da indústria do disco nos anos 70, período em que a música pop nacional e internacional teve grande destaque”.

Muitos jovens universitários vão em busca de outros aspectos de vivência e atuação, basicamente em torno de atividades de produção cultural. Novamente, acontece uma migração da expressão política para o âmbito da cultura, ou melhor dizendo, para o âmbito da indústria cultural.

Analisando este momento, Abramo (1994:76) sugere que a possibilidade de outras inserções facilita o esvaziamento do movimento estudantil e da própria universidade como agentes socializadores centrais. Afirma que,

“quando as mudanças no quadro internacional e nacional propiciam o início da abertura política, o cenário se altera passando a caracterizar-se, agora, pela entrada em cena de outros personagens sociais (Sader, 1988), pelo fortalecimento da sociedade civil e pela abertura de novos espaços de atuação cultural e política. Nesse momento, inicia-se uma mudança na configuração do papel social da universidade e do movimento estudantil. Ocorre então um esvaziamento do papel da instituição, que deixa de ser o foco central da oposição, ou o mais capaz de gerar uma referência de oposição à ideologia dominante”.

Nesse sentido, o movimento estudantil primeiro retoma seu lugar de protagonista de lutas sociais, se refaz enquanto forte ator social, conseguindo realizar grandes mobilizações no final da década e obter aceitação por parte da opinião pública para, depois, entrar em crise e perder paulatinamente sua importância.

Cabe então ressaltar que nesta década, a repressão fomenta um novo gesto: a de reconstrução e recriação de modelos de participação política. Entre os estudantes ressaltamos a formação das Executivas de Curso como um novo canal de expressão. Um novo modelo de movimento estudantil começa a ser gerado. A violência do regime não é suficientemente capaz de ocultar o surgimento destas novas expressões, estas que vão sendo reforçadas pela dimensão da cultura, como o caso do movimento literário, o qual citamos.

Na reconstrução das entidades surge um espírito de novidade, e a possibilidade de, em novas bases sociais, criar outras formas de intervenção política. Porém, como veremos posteriormente, a novidade que poderia ser gestada, por diversos fatores não se

concretizou, e o movimento estudantil entra em crise na década de 80. Mas é no final dos anos 70 que as condições desta crise foram sendo criadas.

1.3. Anos 80: o movimento estudantil contra a corrente?

Nos anos 80 podemos perceber dois momentos de diferentes expressões do movimento estudantil.

O primeiro momento, datado da primeira metade da década, é caracterizado por uma certa continuidade da tendência dos anos 70: um apelo à reconstrução das entidades, a luta pela democracia, o sentimento ainda presente da repressão, fragmentação e dispersão.

O segundo momento, que se inicia na metade dos anos 80, se caracteriza pela experiência de reconstrução do movimento por ele mesmo; não mais das entidades no que diz respeito a seu aspecto institucional-estrutural, de retomada das bandeiras, mas trata-se da reformulação de conteúdos. Novos elementos se fazem presentes, advindos do fortalecimento dos NMSs. Este segundo momento será a base para a diversificação de experiências e fragmentação de discursos no interior do movimento estudantil dos anos 90. Os anos 80, então, serão anos de transição que permitirão ao movimento - ao dialogar com outros movimentos sociais – elaborar e tomar para si temáticas e pautas mais setorializadas, apesar de também globais, posto que não são exclusivas do movimento estudantil.

Apesar dos NMSs terem surgidos nos anos 70, atuando desde então, foi nos anos 80, com a conquista da democracia, que estes se fortaleceram, disseminando valores e formas de organização e ação política.

As mobilizações coletivas a partir do final da década de 60 – principalmente o movimento de 68 -, “foram terreno fértil para uma grande produção de novas teorias acerca dos movimentos sociais” (Scherer-Warren, 1998:57). Como mencionado na década de 60, os movimentos começam a se envolver numa nova pluralidade de demandas e a se organizar estruturalmente de maneira diferente. Nasceram e se fortalecem o movimento feminista, o movimento negro, pelos direitos humanos, pelo meio ambiente etc.

Era realizada a crítica aos movimentos tradicionais, quer seja pela sua estrutura e forma de organização, quer seja pelo seu conteúdo que não consegue atingir a uma nova configuração social e suas demandas. A estrutura centralizada e hierárquica passa aos poucos a coexistir com novas formas de organização, mais horizontais e descentralizadas. Os grupos começam a se inscrever no âmbito experimental de um novo paradigma. Em lugar dos movimentos centralizados, com direção nacional e mesmo

internacional, próprios do mundo industrial moderno, surge uma rede de experiências diversificadas, diferentes entre si.

Toda essa reorganização dos movimentos vai influir diretamente na tematização teórica destes mesmos movimentos. A partir daí, é iniciada uma grande produção de novas teorias, onde se inscreve nesse momento a Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Gohn (1997:15) ao caracterizar este novo paradigma sugerir que este

“parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das políticas etc.”

Nos anos 70 e 80 a construção teórica avança permitindo uma percepção melhor dos próprios movimentos.

Santos (1999:250) afirma serem estas duas últimas décadas

“anos de grande experimentação social, de formulação de alternativas mais ou menos radicais ao modelo do desenvolvimento econômico e social do capitalismo e de afirmação política de novos sujeitos sociais, bem simbolizada nos novos movimentos sociais, sobretudo nos países centrais, e nos movimentos populares em toda a América Latina”.

Este novo paradigma de atuação dos movimentos sociais é, para Ponte de Sousa (1997:117),

“um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais ‘clássicos’ de representação social (partidos, governos, sindicatos, esferas institucionais, etc.) redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiram um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum”.

Os NMSs se inserem num novo marco teórico e prático, sendo caracterizados por Santos (1999:261) da seguinte forma: a) os NMSs representam a afirmação da subjetividade perante a cidadania. A emancipação por que lutam **não é política mas antes pessoal, social e cultural**; b) as lutas em que se traduzem **pautam-se por formas organizativas (democracia participativa)** diferentes das que presidiram às lutas pela cidadania (democracia representativa); c) **os protagonistas dessas lutas não são mais as classes sociais (...)** são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis; d) **as formas de opressão e de**

exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser **abolidas** com a mera **concessão de direitos**, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais, exigências que em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstratos e universais, e; e) **os NMSs ocorrem no marco da sociedade civil e não no marco do Estado** e, em relação ao Estado, mantêm uma distância calculada, simétrica da que mantêm em relação aos partidos e aos sindicatos tradicionais.

Beck (1995), em obra intitulada *Modernização reflexiva*, afirma que esses novos atores se localizam no âmbito de uma nova maneira de fazer política. A lógica que o autor pontua é a da reinvenção da política, visto a nova configuração social. Para Beck, a política foi feita para criar certezas, e no mundo contemporâneo, as certezas não mais existem. Este autor chamará a nova prática política dos atores sociais de sub-política.

Embora estes movimentos não se prendam mais a uma perspectiva marxista e classista, estas dimensões não desaparecem de sua atuação política. Isso se torna mais claro no Brasil, onde a questão de classe é um marco de diferenças sociais profundas. As lutas setorializadas dos NMSs se aliam aos fatores de classe, articulando uma política mais ampla. Por mais que as lutas tenham acentuado o seu caráter social, pessoal ou cultural, o caráter político não é subtraído e, sim, envolve toda a ação.

A prática desse período evidencia que a contribuição do método marxista de análise, bem como a de proposta de emancipação social, que inspirou por muito tempo os movimentos sociais tradicionais, perde sua exclusividade nesses novos movimentos²³. Este movimento é, ao contrário, a expressão de que o método de análise marxista continua presente e forte nesse período.

O movimento estudantil tem uma certa resistência a incorporar este novo paradigma e realiza um movimento próprio, diferenciado. Nesse sentido, até a primeira metade desta década mantém o mesmo modelo, não conseguindo assim, responder à demandas surgidas a partir da inscrição dos NMSs no cenário político.

Estes movimentos impulsionam nos anos oitenta uma grande parcela da sociedade à participação. A gigantesca mobilização no movimento pelas Diretas-Já, que

²³ Reafirmando, em artigo recente, Gomes de Souza (1999:10) faz uma crítica feroz à utilização do marxismo para, desenhar um projeto socialista que privilegia os próprios mecanismos de poder do sistema. Escreve: "a análise de Marx, com todas as suas limitações, é um instrumento útil para apreender e criticar os mecanismos do sistema capitalista e suas estruturas de poder econômico, político e social. Torna-se bem mais discutível quando é utilizado para desenhar um projeto socialista onde, *em sua vertente leninista*, privilegia os próprios mecanismos de poder do sistema, para tentar criar um caminho alternativo impositivo, a partir da tomada do poder por uma revolução política. O socialismo real não é apenas uma distorção acidental, mas está inscrito na própria lógica de uma proposta que nasceu autoritária. (...) Nesse sentido, o marxismo é terrivelmente prisioneiro dos paradigmas da modernidade e da razão instrumental". (*Grifo nosso*).

tinha como objetivo garantir à população a participação direta no processo de sucessão presidencial a partir da abertura. As mobilizações eram massivas e de forte apelo emocional, apesar do que, o conjunto da sociedade civil não conseguiu imediato êxito. As eleições diretas foram prorrogadas para depois da promulgação da Nova Constituição.

De qualquer maneira,

“Os eventos de protesto políticos de 1983 e 1984, sintetizados nas ‘Diretas-Já’, ajudaram a redefinir o lugar da soberania política. Usando uma metáfora, diríamos que a ‘praça’ se contrapôs ao ‘palácio’. A rearticulação do poder político, após o fim do regime, ainda que tenha ocorrido de forma ‘palaciana’, não pode desconsiderar este aspecto inovador das lutas democráticas do período. (...) Desta vez não se tratava de uma categoria em greve, de estudantes radicalizados ou do movimento social organizado, tal como surgia o protesto desde fins dos anos 70. Era a ‘massa amorfa’ que ocupava as ruas para protestar. À direita e à esquerda a multidão em protesto mexia com os parâmetros da percepção política”. (Napolitano, 1995:162-163)

Os movimentos sociais, então, centraram suas forças no processo de formulação da nova Constituição brasileira, realizando intensas mobilizações para a aprovação de reivindicações específicas de suas áreas. Era importante se fazer presente para que o “quadro de forças” progressistas fosse maior que o dos setores políticos conservadores. Disputar cada emenda era a meta da sociedade civil “corporificada” nos movimentos sociais organizados. Como afirma Touraine (1999:113),

“a noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade”.

O sentimento de indignação frente às forças majoritárias no poder dava coesão aos movimentos sociais e populares em luta pelo atendimento de suas reivindicações.

Em decorrência também desta mobilização a esquerda consegue, no final desta década, levar seu candidato, Luís Inácio Lula da Silva - liderança do movimento dos metalúrgicos do ABC -, ao segundo turno das eleições presidenciais, pelo Partido dos Trabalhadores. Porém, seria ainda o candidato das elites, Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura militar.

O aparecimento de jovens das classes populares, a influência da indústria cultural, a fragmentação, a diversidade temática enquanto possibilidade de inserção são alguns elementos importantes para caracterizar esta época. Abramo (1994:55) relata que,

“os anos 70 e 80 introduziram transformações significativas no quadro da juventude brasileira ainda não suficientemente pesquisadas e sobre as quais não há ainda muita clareza. Mas é possível ressaltar uma mudança sensível na composição da categoria juvenil dos meios urbanos do país: se nos anos 50 e 60 esta referia-se centralmente aos jovens de classe média, agora passa indiscutivelmente a abranger os jovens dos setores populares. O espectro público da juventude também muda: o movimento estudantil perde expressividade e começa a ganhar visibilidade uma grande variedade de figuras juvenis, cuja identidade se expressa principalmente através de sinais impressos sobre sua imagem e pelo consumo de determinados bens culturais oferecidos pelo mercado”.

Ao contrário da década de 60 a identidade juvenil se dispersa, de forma que “a maior parte dos acontecimentos que põem em evidência a juventude dos anos 80 parece estar ligada à formação de tribos (bandos, estilos, subculturas, culturas) ligadas a determinados estilos musicais e modos espetaculares de aparecimento” (idem:43).

Nos anos 80, os jovens passam a ter novamente visibilidade no mundo da produção e do consumo cultural: música, cinema, vídeo, artes plásticas, enquanto os movimentos estudantis, na maior parte dos países, perdem a importância expressando-se de forma pontual e localizada. É então que muitos destes estudantes

“se sentem impactados e atraídos pelas movimentações que já ocorriam entre os setores jovens das classes populares, que estavam usando o tempo e os elementos de diversão para abrir espaços significativos de vivência e para elaborar e expressar as inquietações relativas à sua condição, bem como as suas perspectivas naquela conjuntura social” (Abramo, 1994:79).

O movimento estudantil, nessa década, aprofunda o conflito organizacional e de conteúdo. Além da dispersão dos estudantes - que acarretou o esvaziamento do movimento - a estruturação e relações internas dentro do movimento estudantil foram responsáveis, em parte, pelo início de uma crise de mobilização e representatividade.

A estrutura organizacional dos anos 60 é mantida quando da reabertura da UNE no final dos 70, o que já não atende as novas demandas estudantis e a própria dinâmica social que se apresentava. Herança do modelo clássico das organizações de esquerda dos anos 60, a UNE se reafirma como uma entidade “única, hierárquica, centralizada, disputada por forças divergentes, com instâncias menores espalhadas pelos estados e universidades” (Mische, 1996:26). Além disso, a eleição das diretorias é realizada congressualmente e não pelo voto direto dos estudantes.

Ribeiro Neto (1985) , em um dossiê acerca do movimento estudantil, faz uma crítica ao processo de reorganização da UNE apontando justamente seu caráter tradicional e pouco atrativo para a comunidade estudantil de então. A sociedade tinha mudado e as lideranças do movimento estudantil continuavam presas (até de maneira

saudosística) a uma prática política ultrapassada. Apoiada neste autor, Ponte de Sousa (1997:70) destaca três questões que concorrem para explicar a dispersão:

“a) primeiro porque a sociedade estava mudando, e com ela os próprios setores sociais dos quais os estudantes eram provenientes. Junto com as classes populares, os jovens estudantes vão encontrando novas formas de articulação para responder ao autoritarismo; b) segundo, o estudante já não mais se vê como uma categoria social, mas apenas como um futuro profissional de uma área específica, entendendo a universidade como oportunidade real de ascensão social e; c) terceiro, já não fazia o mesmo sentido dirigir o movimento estudantil com sua concepção política dos anos 60”.

Neste sentido, ao tentar adaptar à nova realidade modelos antigos de intervenção, “se criou um discurso cindido, rompido com a idéia de uma prática compartilhada entre organização, estudantes e movimento” (ibidem). A incongruência entre discurso e prática coloca o movimento estudantil na contra corrente dos NMSs.

Não conseguindo formular um projeto concreto para a universidade assim como para suas próprias lutas e organização, reproduz conteúdos e estruturas passados. Não consegue, enfim, refletir acerca de si mesmo e do novo contexto.

Esses são reflexos também da fragilidade da instituição universitária que, calcada no pensamento tecnicista e dividida em departamentos, perde a capacidade crítica.

A ausência de participação dos estudantes em uma “simples” eleição livre (seja para o Centro Acadêmico ou para o Diretório Central dos Estudantes) refletia esta situação. No início dos anos 80 já era possível perceber a “moderação da classe média, satisfeita com o ritmo gradual da abertura” (Martins Filho, 1998).

A militância já não tinha um rosto ou caminhada definidos. Os estudantes passam a integrar a “massa” e não mais o coletivo de sujeitos sociais com forte identidade coletiva. Apoiavam a reconstrução democrática, “mas não pareciam dispostos a acompanhar a esquerda na luta por uma democracia mais avançada” (idem).

A discussão do desgaste entre as entidades e suas “bases” se toma freqüente nos encontros estudantis, na imprensa e na própria academia.

Touraine (1999:118) definindo o conceito de movimento social afirma que: “longe de ser um personagem profético, um movimento societal é um conjunto mutável de debates de tensões e de divisões internas; fica entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes”.

As atividades se restringiram às especificidades da área. Assim, podemos sublinhar o surgimento das organizações de casas de estudantes, que começavam a se destacar enquanto tal; o trabalho quase invisível das Executivas de Curso, mas que aos

poucos terá grande importância; e a participação dos estudantes na Reforma Universitária.

Com o aumento do número de organizações populares e de suas redes, a juventude tinha outros meios de se manifestar. Eram vários: Pastorais (PJ, PJMP e PU); Juventude Negra, movimentos culturais de periferia, entre outros. O campo de inserção aumentou.

No campo cultural, o rock nacional era uma grande via de expressão juvenil, principalmente depois da realização do I Rock in Rio, ocorrido em 1985.

A democratização dos meios de expressão política, de certa forma, reduziu o poder de canalização do movimento estudantil. Nesta fragmentação, derivada do aumento de *locus* político, a universidade também deixava de ter certa importância enquanto agente socializador de seus estudantes.

“Os demais passam pela universidade como um ponto, entre outros, de referência. Ela ocupa a mesma importância que ir à danceteria, ao cinema ou assistir ao programa de TV favorito. Em outras palavras, não é o lugar onde se elabora a identidade destas pessoas. (...) A condição de estudantes deixou de significar um investimento global, deixou de ser um território onde múltiplas experiências podem encontrar-se e ser pensadas” (Ribeiro Neto, 1985: 63).

Nesta época também acontece um boom no aumento das universidades privadas, que posteriormente nos anos 90, será predominante, mudando radicalmente o perfil do estudante brasileiro.

Com a abertura do regime, e o surgimento dos vários movimentos sociais que traziam demandas altamente diferenciadas, a constituição no modo de participar será pautada pelo associativismo. Assim, como afirma Gohn (1998:11),

“A conjuntura política dos anos 80 construiu outras dimensões para a categoria da participação. Para os que estavam engajados na busca de redemocratização do Estado, inicialmente o processo concentrou-se na questão dos conselhos, priorizando-se no debate da dicotomia o caráter que eles deveriam ter: consultivo, para auscultar a população ou normativo/representativo, com poder de decisão. Firmaram-se as primeiras experiências de conselhos de gestão da coisa pública, numa ampla gama de tipos que ia dos conselhos comunitários, aos conselhos de escola, da saúde, as câmaras de gestão de setores variados como os transportes, os conselhos da condição feminina, do negro etc.”

Além do forte associativismo dos anos 80, entraram em cena os novos partidos políticos, que aos poucos se consolidavam como um espaço de organização e intervenção político-social. A tradição partidária foi fortalecida, retomando seu lugar no meio social.

Com o fortalecimento dos partidos, estes se tomam instrumentos influentes na organização popular, conseguindo aglutinar vários setores sociais e organizações políticas. Nesse momento, a relação entre partidos e movimento estudantil se fortalece, e muitas vezes os primeiros, se sobrepõem ao segundo imprimindo um movimento e uma dinâmica diferente. A grande influência dos partidos no comando das entidades é olhada pelos estudantes com certa desconfiança. Esta relação estreita permitiu ao movimento estudantil pensar na tentativa de oferecer respostas globais para a sociedade.

Ribeiro Neto (1985) ao falar das mobilizações e do próprio movimento no final da década de 70 já observava essa mudança sutil relacionado ao seu conteúdo. Concordando com essa idéia Abramo (1994:77) afirma que

“o papel desempenhado pelo movimento estudantil nas mobilizações de 1977 – que efetivamente alteraram o rumo dos acontecimentos da conjuntura política – criou para suas lideranças a ilusão da necessidade e da possibilidade de manter esse papel de intervenção nos rumos do movimento social. Essa ilusão, as levou, à tentativa de oferecer respostas globais para a sociedade”.

Paradoxalmente, o movimento estudantil passa a oferecer respostas globais sem, porém, conseguir ter uma atuação mais expressiva no meio social. Sua inserção é cada vez mais setORIZADA, o que vai agravando cada vez mais sua crise.

Outra característica importante desta época – que está intimamente ligada à questão partidária - é o fortalecimento da atuação das tendências, que sendo um meio de organização política no interior do movimento compõe informalmente sua estrutura. Foi nesse momento que as tendências se constituíram enquanto lugar que dava dinâmica ao movimento no jogo político, além de identidade aos sujeitos que participavam do movimento.

Para Munakata (1997:3),

“a novidade das tendências que surgem no final dos 70 e início dos 80 é que elas deixaram os delírios de lado e decidiram fazer o que era possível. “Utopia do possível”, disse alguém recentemente, e isso foram as tendências que inventaram. Elas criaram o modo de efetivação do pragmatismo realpolitik. Em que consistiu tal pragmatismo? Em primeiro lugar, as tendências tomaram-se o provedor das reflexões e das decisões políticas, logo formando um careta que monopolizava a formulação das análises de conjuntura e das propostas de ação daí derivadas. Dispunham não apenas de quadros para essas análises, como também meios de sua propagação e métodos de convencimento. Desse modo, e em segundo lugar, as tendências se constituíram em sujeitos privilegiados da história, nesse universo estudantil”.

As diferenças entre as várias tendências sempre foram muito grandes, o que era motivo de debate, discussão, luta pela palavra e convencimento entre os estudantes.

Porém, “na hora do vamos ver, o comportamento de uma ou outra tendência não era diferente: cada uma trazia o seu pacote pronto de análises e propostas, recrutava os levantadores de mão nos corredores, exercitavam técnicas de conduzir a assembléia e até conturbavam as votações tentando reverter uma situação adversa”. (idem:4)

Como sujeitos privilegiados dentro do movimento, as tendências acabavam – com sua estrutura centralizada e verticalizada – abafando a participação maior de estudantes que viam nelas um modelo antigo e tradicional.

Percebendo este modelo, Munakata (ibidem) descreve,

“Uma dessas várias tendências trotskistas, a Liberdade e Luta – a famosa Libelu – chegou até a formular uma sociologia da estratificação do movimento estudantil: no mais baixo grau de hierarquia, havia a ‘massa atrasada’, depois vinha a ‘massa avançada’ e, por fim, a ‘vanguarda’, isto é, as tendências. A ‘atrasada’ era a figura da alienação: não participava da assembléia, ignorava os panfletos, talvez nem soubesse que vivia numa ditadura! A ‘avançada’, essa sim, era razoavelmente politizada, ia nas assembléias, mas ora votava com uns, ora com outros; era vacilante, independente; às vezes era metida ‘papo-cabeça’, intelectual demais, em suma, pequeno burguês. A ‘vanguarda’ também tinha lá sua hierarquia: havia uma espécie de massa da vanguarda, aquela que nas assembléias servia para levantar a mão sempre a favor da sua tendência, repetir as palavras de ordem e vaia os militantes da tendência adversária, mas sem muita capacidade de análise. (...); e havia a “liderança”, formada por aqueles militantes carismáticos, bons de discurso a empolgar a massa, exímios manobradores de mesa, bravos a encabeçar a passeata”.

Assim, “os estudantes ficavam à margem dos processos que não mais passavam pelo espaço público das decisões. O problema não é a existência de tendências, mas o caráter que elas assumem em determinadas épocas”. (Munakata, 1997:4)

Nesse processo, as tendências políticas do movimento estudantil que, no período da ditadura, haviam atuado de forma muito colada à dinâmica do movimento e com formas inovadoramente democráticas – “passam a se distanciar da vivência propriamente estudantil e a perder a capacidade de dar respostas a suas questões. Isso contribuiu para provocar o rompimento da identidade estudantil, o desaparecimento do ‘sujeito estudante’” (Abramo, 1994:78).

O número de tendências acabou por refletir também a fragmentação pela qual passava o movimento estudantil, fragmentação esta que se manifestaria no final da década através das várias maneiras de atuação e intervenção estudantil.

As Executivas de Curso, apesar de muitas delas existirem desde a década de 60, só ganham força no final da década de 80 e início dos anos 90. A formação de grupos de negros universitários que realizam seminários, colocando para dentro do movimento a temática racial, também é um indicador de uma nova configuração dentro do movimento.

Para Mische (1996:28),

“Com a diversificação das redes de estudos, trabalho e sociabilidade juvenil os espaços políticos mais emergentes se localizam nas áreas específicas ou de preocupações sociais setorizadas. Já no final da década de 80 viu-se o crescimento de movimentos mais ligados à discriminação social, como os da mulher, dos negros, dos povos indígenas”.

Se por um lado o desgaste do movimento estudantil tradicional favoreceu o distanciamento dos estudantes, permitiu também a possibilidade da construção de novos espaços de vivência social, cultural, de laços afetivos, de elaboração de experiências. São também, uma clara tentativa de uma alternativa à estrutura do movimento estudantil” (idem). É a pluralidade da significação militante associada a novas temáticas. O movimento estudantil nessa passagem no decorrer da história vai se moldando, interiorizando novas demandas e se tomando múltiplo.

É importante realçar, porém, que estas novas características assumidas pelo movimento, coexistem com as formas antigas de intervenção. Todas estas novas experiências serão fortalecidas na década de 90.

Desta maneira, podemos localizar nesta pesquisa, as diferenças que marcam as estratégias do movimento estudantil. Estas aparecem até certo período identificadas com uma maneira de fazer política que não contempla as estratégias construídas pelos NMSs. Com a abertura do regime militar e a conquista da democracia formal, a própria dinâmica social – com a efervescência da construção e discussão da Nova Constituição e das próprias formas de intervenção política – faz com que o movimento estudantil repense e introduza novas temáticas de discussão no seu meio. Isso se dá pela influência das diversas redes de movimentos e alianças que o movimento estabeleceu na sua luta política. Estas novas discussões, ao entrar no seu interior, criam novas relações e proporcionam algumas mudanças. Apesar da ainda herança pesada das formas tradicionais do fazer política, devemos destacar que estas novas formas já são presentes no cotidiano das entidades e dos estudantes. Os anos 80, então aparecem como um período de transição que possibilita a construção de outras estratégias políticas.

Finalizando, destacamos Paoli (1985:60) quando se refere às novas formas emergentes que trazem os estudantes nesse período: “é importante atender para aquilo que estas práticas estudantis estão trazendo: a coragem de perder os pontos de apoio míticos, a obrigação de sair do isolamento, a anuência em deixar emergir a experiência cotidiana como reflexão política coletiva”.

1.4. Anos 90 e a dispersão multi-identitária: ecologistas, estudantes, mulheres, negros e agricultores

Compreender o processo histórico e social dos anos 90, as diferenças e contribuições que eles trouxeram para a dinâmica social, ou seja, perceber as bases sociais estruturantes desta década, não é uma tarefa fácil, visto sua recente passagem. Porém, podemos afirmar que esta foi portadora de um misto de novidades, afirmação de modelos, desesperanças por parte de setores da militância, bem como, a reestruturação, ou um novo pensar acerca desta mesma prática militante.

Nos anos 90, se expressam com maior força, todas as formulações políticas e sociais implantadas nas décadas anteriores. A idéia de um Estado “modernizante” é assumida cada vez mais pelas classes dirigentes. Em 1989 boa parte das elites brasileiras já haviam aderido à retórica das reformas liberais e o discurso neoliberal vai aos poucos se impondo como único apoio nas reformas econômicas²⁴. A idéia da reformulação do Estado, como não intervencionista, ou seja, de um Estado mínimo, ganha espaço social.

Como afirma Vieira (1995:30/31),

“o debate sobre a redução da interferência estatal no Brasil começa a tomar corpo a partir do final dos anos setenta, quando se inaugura um primeiro programa governamental de privatização. Foi na década de 90, contudo, que esta discussão efetivamente veio a tomar corpo, de modo específico com o início do governo Collor. Para tanto, contribuíram condicionantes que se articulam mutuamente. Do ponto de vista externo, as condições da conjuntura internacional vieram a desencadear no mundo inteiro um movimento pela redefinição das funções do Estado. Do ponto de vista interno, por sua vez, a falência da mediação estatal, como consequência primordial de uma profunda crise fiscal, em sua contrapartida no questionamento da intervenção estatal na realidade brasileira”.

No mesmo sentido, e reafirmando a idéia de que esse modelo já vinha sendo gerado no interior da elite brasileira, Velasco e Cruz (1999:6) afirma que “esse movimento de opinião ocorreu durante o governo Samey, mais particularmente depois da falência do plano Cruzado. Em boa medida, ele foi fomentado pelo discurso do próprio governo, que aposentou a retórica desenvolvimentista de sua fase ‘Nova República’ e, principalmente na gestão Mailson da Nóbrega, passou a enaltecer as virtudes auto-reguladoras do mercado”.

²⁴ A queda do muro de Berlim, a crise dos países do Leste Europeu, e por conseguinte a crise do modelo do socialismo real, datado no final da década de 80, deu margem, para a construção de um discurso pautado numa visão finalista da história. Essa visão foi marcadamente expressa pelo historiador Fukuyama, um dos pensadores do neoliberalismo, que ao se referir à crise do modelo socialista e sua relação com o modelo capitalista, afirma que “a história acabou”. Nesse sentido, o capitalismo e suas derivações outras, como o neoliberalismo, são colocados como modelos únicos a serem seguidos.

Esse modelo de política, vai, enfim, se fortalecer nos anos 90, e a expressão desta, na prática, inicialmente se dá pela via da privatização das estatais, iniciada no Brasil, a partir do governo Collor e reforçado pelos governos subsequentes.²⁵

Desestatização, abertura de mercado, "enxugamento da máquina", livre comércio, privatização, são palavras ou expressões que compõem um léxico constitutivo de uma linguagem própria desse modelo.

Aliada ao neoliberalismo, a globalização é um outro elemento que aparece com força nesta década. Esta sugere uma universalização dos bens culturais e econômicos, em todos os seus níveis, de maneira que todos se sintam parte constitutiva de uma grande aldeia global.

Quando se fala em globalização, geralmente se discutem as vantagens comunicativas que, com o avanço da modernidade esta traz (democratização e maior acesso às informações, maior possibilidade de estabelecer contatos com pessoas e instituições de países diversificados etc.) e os reflexos das implicações financeiras que esta propicia (surgimento de mercados comuns, instabilidade econômica dada a fluidez de investimento/desinvestimento por parte das empresas em ações nacionais etc.).

Porém, é necessário afirmar também que a globalização produz reflexos em outras dimensões como na cultura, política etc.; não se restringe ao âmbito da economia. Vários autores pontuam nesse sentido, (Touraine, 1998; Santos, 1992; Alexander, 1987), que as ciências sociais devem criar novas categorias para analisar e ler a realidade social e suas novas questões e explicar o fortalecimento e exaltação das identidades – num mundo que se diz ser homogêneo, padronizado –, e a questão do multiculturalismo e da xenofobia, são de fundamental importância na compreensão das relações sociais contemporâneas.

O debate acerca da globalização e a mundialização dos bens disponíveis, tem sido polemizado em campos explicativos distintos. Segundo Ponte de Sousa (1997:89)

"o primeiro tipo propõe a explicação da modernidade das relações econômicas no âmbito de relações universais, associadas ao argumento da competitividade, da produtividade e da cultura global. Afinado com uma feição neoliberal, este discurso dissimula uma relação econômica e até cultural ainda existente, como em algumas formas de imperialismo, dando a idéia de que a vida é linear e todos tem que se adaptar a ela ou estarão no caminho contrário ao da 'história' (...) Não passam de formas de transmissão da ideologia dissimulada do neoliberalismo, cujas palavras chaves como competitividade, individualismo, competência, por exemplo, nada têm de novo – pelo contrário, são referências da economia política há mais de dois séculos. (...) O segundo tipo de discurso engloba pensar os rumos da sociedade contemporânea com relação ao processo civilizatório, considerando a globalização da economia no âmbito da sociabilidade capitalista avançada; denuncia a

²⁵ Para aprofundar o assunto ver: Biondi, A. (1999): O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo.

dissimulação do aspecto conflitivo desse processo que a primeira tendência oculta”.

À busca de novas categorias explicativas nas Ciências Sociais que apontem como a modernidade contemporânea estrutura a consciência social dos indivíduos na dimensão da cultura, da ideologia, acrescentariam à abordagem econômica outros elementos deles decorrentes:

“não se pode ignorar que a modernidade contemporânea vive a condição de ‘globalidade’ mesmo não sendo uma estrutura única e permanente mas que atinge a vida e a consciência das pessoas. Ela tem que ser encarada para que reconheçamos o mundo em que vivemos e percebamos o caráter anti-civilizatório ainda presente” (idem).

Não nos deteremos, no momento, no debate acerca da globalização em si. Porém, importante se faz, ressaltar que a existência de um mundo globalizado não responde e nem supera os antagonismos sociais existentes; nem pode ocultá-los, a partir do seu entendimento como uma etapa avançada do capitalismo. Não podemos fazer da globalização um fetiche moderno e acreditar que sob a sua hegemonia, as condições sociais e de distribuição serão as mesmas para todos.

Neste sentido, Santos (1999:312) é esclarecedor quando afirma que

“é debatível a medida em que a globalização da economia das últimas décadas contribui para a expansão do consumo na periferia do sistema mundial. O aumento da pobreza e a permanência das formas de subsistência tradicional revelam que uma larga maioria da população mundial tem ainda muito pouco contato com o consumo mercadorizado e que, portanto, a maior parte da produção multinacional nos países periféricos não se destina obviamente ao mercado interno. É difícil generalizar neste domínio, mas as disparidades de consumo entre o centro e a periferia estão certamente relacionadas com o fato de a expansão do consumo dos trabalhadores do centro ter sido feita à custa da exploração e da contração do consumo dos trabalhadores da periferia”.

Mesmo entendendo a variável da economia como uma das dimensões da globalização – e não como única -, esta se torna o ponto articulador entre as outras. A ótica do mercado se sobrepõe aos princípios da política e da sociedade (comunidade, como nos diz Rousseau); se toma a medida para todas as coisas. Tudo vira objeto de consumo e se toma descartável, dependendo do valor atribuído à capacidade do objeto em responder tal demanda. O consumo passa a ser um dos eixos desta lógica.

As concepções acerca das artes, das ciências, das relações humanas e sociais, entre outros, começam a se pautar pela lógica da rentabilidade, da produção. As relações sociais e humanas incorporam a lógica da concorrência, da competição, da competência e eficiência individual. As experiências acerca do empreendedorismo, como saída para o

desemprego - consequência da política neoliberal -, multiplicam-se. Estas mesmas relações perpassam a percepção do outro como concorrente, acirrando o individualismo.

As mudanças ocorridas no tecido social, decorrentes dos efeitos do neoliberalismo, irão se refletir em vários lugares, desde os movimentos sociais às instituições sociais. Estes se moldarão, ou se redefinirão neste novo cenário.

Numa realidade cada vez mais complexa, onde a distribuição de renda é cada vez mais desigual, a violência e a pobreza aumentam; o desemprego em massa torna-se uma cena naturalizada; e a corrupção e os escândalos na vida política se tornam freqüentes, os movimentos se tornam sujeitos cada vez mais importantes de transformação social.

Em contrapartida, tentando responder aos novos problemas sociais, os movimentos e grupos organizados, incorporam em suas pautas novos conteúdos e maneiras de agir coletiva. Poderíamos dizer que, os movimentos sociais no Brasil estão numa constante redefinição de suas práticas, na tentativa de contemplar e de responder às infinitas demandas sociais existentes. Paradoxalmente, nos anos 90, as mudanças ocorrem em meio a uma desilusão pela prática política.

Na década de 90 o resgate de temas passados, como a Reforma Agrária; a incorporação da temática da ética; a revalorização da cultura como instrumento de formação e expressão de novas sociabilidades; e as experiências afirmativas de administração gestadas em governos populares são pontos característicos novos desenhados pelos movimentos sociais.

Outro tema muito importante nos anos 90, que vai impulsionar uma série de estudos e se consolidar enquanto ponto catalisador de mobilizações, é o do meio ambiente. A questão ecológica entra no ponto de pauta dos movimentos sociais, bem como das instituições sociais em todo o planeta. A realização da Eco 92²⁶, e a interiorização de uma consciência coletiva - por meio de grupos e organizações - e de uma consciência individual de uma certa ética ecológica, são expressões do fortalecimento do movimento ecológico.

Estas pautas são articuladas pelo tema da cidadania, termo que apesar de sua origem liberal, foi significada pelos movimentos sociais como um conceito catalisador que indica a construção de ações afirmativas e originais com fins de obtenção da qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido, o "novo" dos NMSs discutidos anteriormente, é redefinido. Como afirma Gohn (1997:309),

²⁶ Fórum Internacional, promovido pela ONU ocorrido no Rio de Janeiro que reuniu várias organizações governamentais e ONGs para discutir a temática do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

“O ‘novo’ dos movimentos sociais se redefiniu novamente nos anos 90, e isto se fez em duas direções. Primeiro, deslocando o eixo das reivindicações populares, antes centradas em questões de infra-estrutura básica ligadas ao consumo coletivo (transportes, saúde, educação, moradia etc.), para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimento – como na campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, ou terra para produzi-lo, no caso dos sem-terra. Retomou-se a questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvido no país, como o direito à vida e à sobrevivência. (...) O segundo, localiza-se no plano moral, que ganhou lugar central como eixo articulador de fatores que explicam a eclosão das lutas sociais. A indignação diante da ausência de ética na política e a agressão a certos valores consensuais da sociedade em relação à gestão da coisa pública foram fatores que levaram à eclosão de movimentos sociais de base pluriclassista, liderados pelas camadas médias e articulados em torno de problemáticas de gênero, raça, idade etc.”

Na segunda metade da década, percebe-se muito presente no discurso dos movimentos a temática da exclusão social. No Brasil, a faixa de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza chega a 1 milhão. A exclusão social e econômica aliadas a outros fatores geram outras exclusões como a cultural e a política. Assim, nascem e se fortalecem, no Brasil e na América Latina, movimentos de protesto contra a exclusão. Dentre estes, talvez o mais importante – ou expressivo – o Grito dos Excluídos, articula e organiza grupos de variadas matizes e identidades, como os de ordem religiosa, política institucional, ONG's, entre outros. Participam deste movimento as Centrais Sindicais, Central de Movimentos Populares, ONG's, Pastorais, Movimentos Estudantis, Movimento dos Sem-Terra etc.

A ética e a cidadania se firmam como valores presentes na agenda dos movimentos sociais como um reflexo da carência de políticas públicas que respondam a variedade de demandas sociais. São também, temas-discursos geradores de articulação de grupos e redes.

Como podemos observar, os NMSs no Brasil se caracterizam muito pela fusão de interesses, de temáticas afins etc. A luta pelos direitos da mulher, por exemplo, não se resume à questão de gênero em si, mas passa necessariamente pela sua posição de classe, de raça etc.

Reafirmando o enunciado anterior, Santos (1999:262) pontua que, diferentemente dos NMSs dos países centrais, uma das características dos movimentos da América Latina,

“é que não há movimentos sociais puros ou claramente definidos, dadas a multidimensionalidade, não somente das relações sociais, mas também dos próprios sentidos da ação coletiva. Por exemplo, é provável que um movimento de orientação classista seja acompanhado de juízos étnicos e sexuais, que o diferenciam e o assimilam a outros movimentos de orientação culturalista com

conteúdos classistas. (...) A meu ver, reside nesta 'impureza' a verdadeira novidade dos NMSs na América Latina e o seu alastramento aos NMSs dos países centrais é uma das condições da revitalização da energia emancipatória destes movimentos em geral".

Outra característica dos NMSs desta década é o seu "formato" organizacional. A articulação dos movimentos tem passado por uma dinâmica mais horizontal e participativa. A comunicação e a articulação "em rede" têm facilitado tanto o processo de organização, como os próprios movimentos e atividades de pressão.

O Movimento de Agricultores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, ao mesmo tempo que articula suas lutas políticas no interior do país, realiza seus encontros e fóruns nacionais, e cria campanhas a favor da reforma agrária, utiliza-se também de mecanismos outros, como a Internet, para informar e divulgar suas ações, denúncias, entre outros. As listas de apoio, solidariedade, repúdio, bem como os abaixo-assinados formatados e passados pela Internet, indicam maneiras e possibilidades de intervenção e pressão outras.

Esta organização em rede facilita e sugere a criação de movimentos e fóruns de maior força e expressão, que são formados por diversos outros grupos. Podemos citar, por exemplo, a Semana Social Brasileira, Opção Brasileira, Fórum Brasil XXI, Consulta Popular e Outros 500.

Estes organizam e criam novas pautas no cenário nacional, como o Plebiscito da Dívida Externa²⁷ e a questão da Identidade Nacional²⁸; criam coletivamente emendas constitucionais que garantem direitos como a que limita o tamanho da propriedade rural no país²⁹ e a que fiscaliza a corrupção eleitoral³⁰; entre outros

Todas estas ações e organizações ao mesmo tempo em que trazem os conteúdos de cidadania, ética etc., se articulam através de redes e intercâmbios. Assim, surgem identidades que vão se "construindo num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campos de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização" (Scherer-Warren, 1998).

Além disso, os movimentos têm organizado fóruns internacionais próprios, onde discutem temas e se organizam enquanto tais, transnacionalmente, permitindo assim, uma contínua "revitalização da energia utópica". Podemos pontuar o movimento contra o neoliberalismo organizado, inicialmente, pelo movimento Zapatista e depois por vários outros movimentos latino americanos, que por duas vezes realizaram o Encontro Mundial

²⁷ Campanha organizada pela CNBB através da Semana Social Brasileira.

²⁸ Colocada pelo Movimento Outros 500, por ocasião das comemorações dos 500 anos de Brasil.

²⁹ "Repartir a terra para multiplicar o pão" gestada pela Consulta Popular.

³⁰ Lei 9840, organizada por várias entidades e movimentos populares

contra o Neoliberalismo, tendo o último acontecido em Belém do Pará/BR no ano de 1999.

Outra novidade em termos de organização é o surgimento e o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONG's), que atuam como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado na criação e implementação de políticas públicas. Das mais variadas temáticas, elas atuam também como promotoras de fóruns nacionais e internacionais, estabelecendo assim, o elo entre as discussões e interesses locais e globais.

Nos anos 90, as ONG's foram – não sem conflitos – interlocutoras dos movimentos e grupos das mais diversas matizes, principalmente nos fóruns de caráter internacional.

De acordo com Scherer-Warren (1999:85),

“A partir da Eco/92, na qual as ONG's tiveram grande visibilidade, sobretudo por sua atuação no Fórum Global (paralelo à conferência oficial), passaram a ter significativa expressividade nas subseqüentes Conferências Mundiais das Nações Unidas: Direitos Humanos (Viena/93), População e Desenvolvimento (Cairo/94), Desenvolvimento Social (Copenhague/95), Mulher (Beijing/95), Habitat II (Istambul/96). No âmbito local, as ONGs atuam como agentes organizadores de vários fóruns preparatórios para essas conferências. É a oportunidade oferecida aos atores da sociedade civil para participar nos debates e influir no estabelecimento das agendas sociais”.

Neste sentido, o “movimento” dos movimentos sociais e das ONG's tenta restabelecer um certo equilíbrio entre os princípios da comunidade, do mercado e do Estado, dando voz aos atores sociais, fortalecendo assim, o papel da sociedade civil. Ao organizarem e intervirem, relativizam o poder dos outros princípios.

Porém, numa sociedade marcada fortemente pelo princípio do mercado devemos ter no discernimento o nosso critério para guiar as nossas ações políticas, pois o próprio conteúdo e pautas dos movimentos (cidadania, por exemplo) podem ser passíveis de apropriação por parte da própria lógica do mercado e do lucro, como alerta Santos (1999:225):

“Ao contrário do que sucedeu no período do capitalismo liberal, o princípio do mercado hoje é diferenciado. Hoje, ele faz apelo ao princípio da comunidade e às idéias que ele envolve, como, por exemplo, as de participação, solidariedade e autogoverno, para obter a sua cumplicidade ideológica na legitimação da transferência dos serviços da providência social estatal para o setor privado não lucrativo. (...) Também neste domínio, a resposta do capital aproveita e distorce sabiamente algumas das reivindicações dos movimentos contestatórios dos últimos trinta anos. A aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca os indivíduos na compulsão consumista”.

A política como discernimento é o que propõem os autores alemães Negt e Kluge. Para estes, o elemento político – ao contrário da *Realpolitik* – deve estar associado à categoria da comunidade. Neste sentido, afirmam que “a ação coletiva toma-se política quando seu valor de uso decorre da formação da comunidade, quando ela serve à proteção dessa comunidade e incentiva suas possibilidades de desenvolvimento. Uma comunidade não pode excluir segmentos da população, indivíduos, situações reais isoladas, reivindicações de direito; ela é tão rica quanto for o seu poder de criar relações” (Negt & Kluge, 1999:20).

A relação de medida da política, deve ser a comunidade e as relações nela existentes, pois assim a política produz algo durável, ou seja, a concretização mesma “de melhores possibilidades de organização da comunidade” (idem:21).

No entanto, podemos observar a grande fragilidade do aspecto político no meio social, vista a grande importância dada ao mercado enquanto relação de medida. Porém, na correlação de forças, a comunidade e seus movimentos, podem atuar enquanto sujeitos transformadores da realidade, e aqui, o discernimento se toma fundamental.

Essas questões também servem para pensarmos as mudanças que ocorreram no interior das universidades nos últimos anos.

Influenciada por esse processo, e por reproduzir nas relações a realidade social mais ampla e suas contradições, boa parte da universidade passa a incorporar esta lógica mercadológica e de consumo. A universidade, como veremos, passa de uma condição de instituição para a de organização. Esta passagem se insere sob a égide das mudanças mencionadas anteriormente e num processo lento. Primeiro, a universidade toma-se funcional, depois operacional.

Chauí (1999), descrevendo melhor esta passagem, faz uma descrição da sensível mudança que vem se passando no interior das universidades nos últimos anos acerca da compreensão do seu papel. De uma universidade com base num modelo crítico, a universidade passou a se centrar atualmente muito mais na idéia de modelo reflexo, ou como ela mesma aponta, num modelo funcional. “Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa” (idem)³¹. Pior, a universidade vem perdendo o seu caráter de instituição social e vem passando a ser uma grande organização prestadora de serviços, o que a autora denomina de “universidade operacional”.

³¹ Chauí, Marilena (1999) – Universidade Operacional. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 09/05.

A universidade seria definida, portanto, como uma “prática social” de “instrumentalidade”; estaria

“referida ao conjunto de meios particulares para a obtenção de um objetivo particular. Não está aí referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que o define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função (...) Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe”. (Chauí, 1999)

Na idéia de instrumentalidade, fica implícita a idéia de consumo, esta aliada agora a outros termos como flexibilidade e produtividade. Nesses termos, quanto mais “produtiva” for a universidade, em termos quantitativos, mais capacitada estará para receber investimentos de agentes externos e a sobreviver diante do mercado. A minimização de investimento público por parte dos governos federal e estadual acentua este quadro, permitindo que a universidade estabeleça outros vínculos e parcerias para a obtenção de recursos. Neste sentido, a própria soberania do saber científico se põe em risco, visto os interesses daquele que o financia.

Na concepção de uma universidade operacional a função da docência e da pesquisa são modificadas:

“A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em CDs. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins - o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorchado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, ‘flexíveis’. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores”. (Chauí, 1999)

Enquanto a universidade clássica estava voltada para a produção do conhecimento crítico, e a universidade funcional estava voltada para a sua adaptação às exigências do mercado de trabalho, “a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos” (idem).

É forte a pressão sobre as universidades para que as mudanças que materializam essas concepções se tornem de fato concretizadas. A visibilidade desta

pressão está na iniciativa governamental de incentivar a privatização das universidades, implementar mestrados profissionalizantes, extensões pagas, etc.

Cardoso (1998:50) aprofundando estas questões pontua que,

“Estes enunciados de caráter operacional e/ou funcional, que aparecem como inquestionáveis, caracterizam o discurso da universidade hoje e são formulados como respostas às ‘necessidades’, que também aparecem como naturalizadas – sejam as de racionalização e de modernização da própria organização universitária, sejam as de sua adequação às transformações da sociedade ou do mercado – transformadas imediatamente em seus ‘objetivos’. Estas ‘necessidades’ inevitáveis da modernização são enunciadas a partir de um saber objetivo, neutro, impessoal e anônimo, que se quer portador de uma racionalidade que estaria inscrita no real. Enunciados que reivindicam, desse modo, um saber quase absoluto sobre o movimento do real, a partir do que seria a sua capacidade de representação científica dele, aparecendo então como depositário da verdade sobre o presente e o futuro”.

Pensar a nova caracterização estudantil a partir de um modelo de universidade que vem sendo ratificado por uma concepção utilitarista acerca da própria produção do saber é desafiador. Podemos afirmar que este modelo influencia a identidade estudantil e o próprio cotidiano dos estudantes. As reações são variadas. Se percebe tanto uma reação contestatória do modelo que se quer implantado, a uma internalização de valores que reforcem o ideário neoliberal como a competência, a competitividade, o individualismo, a produção e o lucro diante e através do saber.

Como afirmamos, as reações são variadas por parte da categoria estudantil. O empobrecimento das classes média e baixa, a falta de uma perspectiva econômica que garanta a subsistência de parcela dos estudantes, o sucateamento das universidades públicas e as implicações deste quadro na qualificação profissional, a descrença na política institucional como interlocutora de seus desejos, entre outros, são alguns fatores importantes para entender a pouca mobilização ou reação por parte dos estudantes – os “etemos sujeitos sociais e históricos”, “protagonistas da transformação”.

Soma-se a isso, a grande mudança de perfil do estudante brasileiro. Mas como são os estudantes que entram, no momento, na universidade? O que fazem? Que diferenças trazem?

No Brasil hoje são cerca de 2 milhões de universitários³² (diferentemente da década de 60 onde só existiam 100.000). Houve um boom no crescimento de estudantes que fazem o terceiro grau. A princípio, por conta do aumento de universidades públicas (estaduais e federais) ainda no final da década de 60; e depois pelo crescimento de universidades privadas, estas últimas contendo hoje a maioria dos estudantes. O crescimento do ensino superior foi mediado pelo aumento das universidades e faculdades

³² Ver Coggiola (1998) – A universidade no fundo do poço.

particulares. Porém, este aumento da entrada de jovens nas universidades - mesmo que ainda pequeno em relação ao número populacional do país - não garante mais, nem estabilidade profissional pós-universitária, nem se associa mais ao prestígio social de anos anteriores; “a vida dos alunos não se distancia tanto da dos jovens em geral, nos patamares das classes médias”. (Thiollent, 2000:7)

A condição estudantil também passa por outro fator importante: o trabalho. O crescimento de jovens que entram no mercado de trabalho – já uma realidade observada na década de 70 – se fortalece. Estudo e trabalho já não são atividades excludentes. Em pesquisa realizada na Grande São Paulo (20 instituições), mais da metade dos estudantes trabalham³³. Para Cardoso e Sampaio (1994:48/49),

“o acesso ao trabalho significa o acesso ao consumo. Nas sociedades contemporâneas, ser jovem significa partilhar, juntamente com outros membros dessa categoria, de uma série de consumos de sociabilidade e apresentação. Em outros termos, significa tomar parte de uma linguagem geracional comum, em que o consumo de bens, materiais e simbólicos, é fundamental. (...) é na condição de jovens que para esses estudantes o trabalho assume uma dimensão importante, diluidora da própria distinção entre estudantes e trabalhadores”.

Thiollent (idem) ao discutir a condição estudantil atual, indica mudanças interessantes na constituição do perfil do universitário. Para o autor,

“Hoje os jovens são muito ‘realistas’, tendem a aceitar as leis do mercado e os produtos dos meios de comunicação com mais facilidade. Os estudantes não parecem manifestar o mesmo entusiasmo. Não existe um modelo de sociedade atraente. Os ideais revolucionários ainda existem, mas não mobilizam como no tempo de Che Guevara. O realismo de mercado, o domínio da tecnologia, os produtos da mídia, a globalização compõem um quadro de referência para o posicionamento dos indivíduos e seus comportamentos parecem mais ‘cautelosos’. (...) A insegurança quanto ao futuro torna-se uma importante característica da condição estudantil e, nesse contexto, coloca-se a questão dos comportamentos orientados pelo individualismo, dificultando o surgimento de possíveis alternativas de caráter mais solidário”.

A norma da eficiência e da competição leva grande parte dos estudantes a preocupações mais localizadas e especializadas como solução imediata para seus interesses. A insegurança, o ‘realismo’, o pragmatismo, o individualismo, a tendência em aceitar as leis do mercado, são características ou mudanças que vão sendo incorporadas no modo de ser do estudante, e são conseqüências também da própria forma como a universidade está sendo estruturada.

Contudo, ao fazer esta leitura, é preciso ter o cuidado de perceber também o movimento dialético que se realiza nesse processo. Como alerta Thiollent (2000:9), “é inegável a existência do atual individualismo, mas é preciso também relativizá-lo e

³³ Ver Cardoso e Sampaio (1994) – Estudantes universitários e o trabalho. In: RBCS, nº 26 Ano 9.

distinguir seus vários níveis”. O interesse dos estudantes pela política pode ser um fator que pode nos ajudar a compreender a dinâmica que se dá nessa nova caracterização dos estudantes universitários.

Como já afirmamos acima, a descrença da política institucional é outro elemento característico de boa parte dos estudantes. A grande parcela já não participa das entidades estudantis ou mobilizações organizadas por estas. Isso não quer dizer porém, que a idéia do político esteja morta, mas que talvez se mostre sob outra forma.

Teixeira Coelho (1997:159) aponta que estaria em “declínio a política entendida tradicionalmente e, em ascensão, um modo urbano da política: a política enquanto relação de convivência na cidade (apesar da violência), a política enquanto estar junto, enquanto socialidade”. Em sua pesquisa com estudantes de sociologia da USP, observou que os formandos lêem menos sobre política nos jornais, porém interessam-se muito mais que os calouros por assuntos de sua cidade. Estão mobilizados pelo interesse “numa inserção que mais de perto lhes diz respeito”. Os universitários querem refletir e transformar o seu cotidiano, pensar o micro.

Krischke (1995) aponta em seus estudos a construção de uma nova cultura política no meio juvenil na qual os jovens incorporam as dimensões do prazer e da felicidade como constituintes da prática militante. Ou seja, a subjetividade torna-se uma dimensão relevante na prática, no agir político.

Se o individualismo existente prevalece nesta expressão de suas demandas sociais, há que se considerar que o mesmo não se confunde com o individualismo filosófico, oposto ao coletivismo como lembra Thiollent:

“prevalece o individualismo em conjunturas sociais e políticas quando não há projetos coletivos e mobilizadores, mas os conflitos históricos fazem emergir, em qualquer momento, novos fatos. (...) O predomínio do individualismo não impede o possível ressurgimento de formas coletivas de ação, dentro de um movimento dialético entre minoria e maioria. Como reação ao fluxo liberal/individualista, já se observam comportamentos e formas de pensar orientados por princípios de cooperação e solidariedade, inclusive na área econômica” (Thiollent, 2000:10).
Grifo Nosso.

Estaria sendo o movimento estudantil, portador de projetos coletivos e mobilizadores entre os estudantes? De quais características se revestem estes projetos diante do contexto em que as demandas individuais se sobressaem às demais? Talvez esteja aí o ponto de inflexão para analisarmos o movimento estudantil desta década.

No final da década de 80 e início dos anos 90, o movimento estudantil começa a incorporar elementos novos, demandas outras que não somente as relativas a universidade, política nacional/internacional e organização interna. O movimento assume

também para si temáticas emergentes no meio social e defendidas como bandeiras de luta por outros movimentos sociais.

É nesse contexto que originam-se no interior do movimento, grupos que se organizam para tentar implementar pautas diferenciadas e globais. As temáticas da causa negra, de gênero, indígena, da cultura, da paz, da terra, do primeiro emprego, entre outros, começarão a ser implementadas e debatidas nos Congressos da UNE. Não sem conflitos e contradições, principalmente por estes temas estarem mais presentes e fortes na “base” do movimento. É esta mesma “base” que colocará a discussão à tona nos congressos e encontros diversos.

As experiências variadas de expressões estudantis vão crescendo e amadurecendo em meio a uma variedade de articulações estudantis. O que foi gestado nas décadas anteriores começa a aparecer de maneira mais forte. O movimento estudantil ao tentar se expressar por outras vias que não somente a tradicional, passa por um processo de ampliação de identidade. O movimento gesta experiências múltiplas, e ao fazer isso, deixa de assumir uma identidade única e somente “estudantil” e passa a ter uma dimensão mais plural e heterogênea. Sem perceber, os militantes criam novas relações e porque não dizer, criam novos movimentos estudantis. A idéia de um movimento único continua enquanto organização, mas as frentes se ampliam enquanto possibilidades de atuação. O movimento se toma mais feminista, mais negro, cultural, ecológico etc. A fragmentação e dispersão acentuadas, características dos anos 90, se expressam na identidade do movimento estudantil, e suas ações se pulverizam. Como já afirmamos, isso não se faz sem conflitos. O fato destes conteúdos se expressarem e serem interiorizados pelo movimento estudantil, não quer dizer que não hajam resistências por parte do mesmo, principalmente por parte da entidade máxima – a UNE. Os interesses e expressões outras do movimento estudantil mais tradicional – pelos diversos conflitos existentes - limitam a visibilidade e tentam abafar estas novas experiências.

Mas, se o conteúdo e ideário do movimento se diversifica, se pulveriza, abrangendo discussões sociais mais específicas e ao mesmo tempo global – característica da alta modernidade e incorporada pelos NMSs – construindo assim, outras expressões e relações estudantis, o mesmo também fortalece outras experiências no que diz respeito ao seu modo de atuar, de fazer política. Uma destas, pode ser percebida através do modo de organização das Executivas de Curso.

Na década de 90, as Executivas de Curso – que ensaiavam há algum tempo suas atuações e intervenções no meio estudantil – se fortalecem como um canal expressivo de participação estudantil. Ao aliar temáticas específicas do curso a questões

políticas de âmbito mais geral, conseguem aglutinar boa parcela de estudantes. A tática de, a partir dos problemas mais específicos (currículos, avaliação, qualidade dos cursos, entre outros) debater questões de dimensão macro, consegue ser uma das chaves de leitura para compreendermos o sucesso das executivas perante os estudantes. Como descreve Mische (1996:28),

“Nos encontros nacionais das executivas, são discutidas questões concretas sobre a organização dos cursos e a reforma universitária, além do papel social do profissional e propostas alternativas para políticas públicas (como a proposta elaborada pela Denen, a executiva de Medicina para avaliação universitária) . Muitas das executivas têm inserção em movimentos sociais, com o movimento dos sem terra, no caso da Agronomia (a Feab, a executiva mais antiga do país, se destaca pela organização de estágios de vivência, que levam estudantes para conhecer a realidade dos acampamentos), além do movimento de saúde, no caso de enfermagem e medicina , ou educação popular, no caso da pedagogia”.

Mas isso não é suficiente para explicar tal capacidade mobilizadora. Para enriquecer esta análise, outros fatores devem ser considerados, como a estrutura das executivas, e o caráter mais íntimo que estas assumem na sua relação com os estudantes.

Diferente da estrutura da UNE, as executivas – em sua maioria – contemplam uma forma mais descentralizada e democrática. Dirigida por um coletivo de Centros Acadêmicos, geralmente, possui no interior de sua organização executivas regionais que atuam com o objetivo de deixar mais presente no meio estudantil o próprio movimento de área, suas decisões políticas etc.

A dinamicidade das executivas regionais podem ser expressas nas atividades e encontros que estas realizam. A visita dos representantes em cada universidade para discutir o movimento, a realidade de cada “escola”³⁴, entre outros; bem como a organização dos encontros regionais e estaduais são essenciais para revigorar a militância estudantil e o próprio movimento.

Esta é outra característica do movimento de área: a constante presença entre os estudantes; o uso de uma metodologia que faz com que o movimento estabeleça vínculos mais pessoais e até afetivos com os estudantes, ao contrário dos Congressos de massa da UNE. Podemos observar nos encontros toda uma preocupação em passar para os estudantes um caráter de familiaridade, de ligação afetiva. Isso se manifesta na realização de oficinas, nos momentos de mística³⁵, nas noites culturais etc. A dicotomia

³⁴ Termo usado para designar cada universidade ou faculdade.

³⁵ Esta é uma peculiaridade do movimento de área das ciências agrárias: Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Florestal. A mística do movimento é um momento de sensibilização da plenária, onde de maneira ou mais “celebrativa” ou mais “reflexiva” são colocadas questões sociais e políticas que pensam a América Latina, seus problemas etc... A luta pela terra, a memória de mártires latino americanos que significam a luta por justiça, a construção de uma nova sociedade marcada pela inclusão, são algumas “categorias” ou símbolos usados neste momento.

entre o pessoal e o social é melhor trabalhada no movimento de área, fazendo com que o peso da “ética militante” se relativize.

Com a força conseguida pelas executivas nesta década, as mesmas organizaram em 1992, o Fórum das Executivas, este que tinha o objetivo de socializar experiências, articular projetos, construir políticas alternativas para a intervenção no próprio movimento de área, como também no movimento estudantil geral. Sua estrutura também segue um modelo mais descentralizado e horizontalizado.

“O Fórum é concebido como um espaço de elaboração e troca de experiências entre as executivas, sem processos de votação, sem disputa de cargo, sem sede ou diretoria fixa. Em contraste explícito com a UNE, o Fórum não é designado como entidade representativa, mas como um espaço-rede, descentralizado e democrático, que responde às necessidades e preocupações emergentes no movimento de área. Na prática, a própria concepção democrática do Fórum acaba criando algumas tensões. Uma delas é a tendência à dispersão, a dificuldade de conduzir a comunicação de maneira eficiente para todos os pontos de rede”.
(idem)

Outra novidade no meio estudantil que aparece com grande vigor nos anos 90 são os estágios de vivência. O originado no interior da Executiva do Curso de Agronomia (FEAB), esta experiência cresceu e foi incorporada pelo movimento geral em alguns lugares do país. Essa novidade surgiu da necessidade de estabelecer, entre os estudantes e a comunidade, um elo maior. O estudante precisava “sair dos muros” da universidade e conhecer melhor a comunidade com quem vai trabalhar posteriormente. Mas diferente dos estágios formais, o estágio de vivência não se limita a uma experiência puramente profissional. Contém em seu interior, um caráter de formação e sensibilidade política que aparece na própria vivência do estudante no lugar do estágio. Geralmente realizado em assentamentos do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), o estágio dá ao estudante a oportunidade deste conviver diariamente com uma realidade muitas vezes diferente da sua, trazendo um conteúdo de solidariedade de classe e luta por justiça. Esta novidade se torna mais forte e se multiplica com maior intensidade principalmente por contemplar também uma dimensão de multidisciplinaridade.

A cultura no final da década consegue ser no movimento estudantil uma das grandes apostas para atrair as forças juvenis dispersas para dentro do movimento. Numa cultura juvenil, onde a diversão e o lazer são meios de expressão privilegiados, construir espaços de manifestação cultural capazes de aglutinar e de transformar a crítica social em ação coletiva, é muito importante.

Nesse intuito, a UNE passou desde 1999 a realizar o que foi chamado de Bienal de Cultura. Esta surgiu da necessidade da construção de um espaço que – como

dissemos acima – fosse capaz de concentrar as redes juvenis dispersas para dentro do movimento, conectá-las.

Diferente dos CPCs dos anos 60, a Bienal tem um caráter diferenciado. A cultura aparece não mais com o objetivo puro e simples de “conscientização” do povo, ou seja, como um instrumento pedagógico de formação política. Mais do que “usar” a cultura como meio de transformação das consciências e do próprio meio, à Bienal surge como um espaço de resgate do político que se apresenta disperso nas mais variadas expressões e redes estudantis. Na década de 60, os estudantes eram os sujeitos históricos que iriam politizar a sociedade brasileira. Na década de 90, os estudantes dispersos significam a cultura como meio e possibilidade de encontro deles mesmos com seus projetos. Na concretização do encontro, o aparecimento do político e da crítica social. Na manifestação artística os estudantes mostram que “mais do que querer mudar o país, eles querem compreendê-lo”³⁶.

Ao fazer isso, propõem também saídas para a própria realidade cultural existente no país. A Bienal serve como um circuito alternativo de circulação da arte popular de diversos matizes: cinema, música, dança, teatro, literatura, vídeo, entre outros. O mercado cultural é denunciado, e com ele, a crítica da massificação cultural e a falta de investimento por parte do governo num dos pilares da soberania nacional. A carta de Ouro Preto, que lança a 2ª Bienal de Cultura da UNE, expressa um pouco esses sentimentos.

CARTA DE OURO PRETO - NOSSA CULTURA EM MOVIMENTO
1º Circuito de Cultura Universitária da UEE/MG - Lançamento da 2ª Bienal da UNE

Mãos que vão tirar cada tijolo da cela do silêncio e romper os muros da prisão em que se transformou a indústria cultural. Luzes acesas em meio à escuridão deste final de milênio. Água que jorra das minas numa época de torneiras secas. Chaves para abrir as portas da participação. Arte não é remédio falso. Jovem não é otário. Trabalhador não é lixo. Por isso o Circuito está no centro de um cruzamento que vai ligar o artista, o público, o patrocinador, a arte, o indivíduo e o coletivo. Ela vai no fundo, do fundo, do fundo, se for para trazer o diamante de diferença, da independência e da mudança. Afinal produtor cultural não tem que se resignar com papel de cão de guarda do neoliberalismo. Como orvalho não enche o poço, a UNE estará provocando uma chuva de esperança que fará brotar a semente da transformação. Um terremoto cultural que abalará os alicerces da hipocrisia e do comercialismo estúpido e vulgar. A manipulação da informação, a uniformização, a pasteurização, enfim, a

³⁶ Fala do cantor Chico César que participou da 1ª Bienal realizada em Salvador, em 1999. Caderno da Bienal.

reprodução do mesmo não vem do acaso. Elas existem para apagar os países, afogar a soberania e identidade do povo num mar de lama, podridão e ignorância. Lutamos por uma arte e uma cultura onde não predomine o banal mortal, a esquizofrenia, o miolo mole e a intransigência elitista. Queremos que a arte e a cultura tenham abrigo certo ao invés de serem despejadas. Pela criação de um movimento artístico/cultural em defesa da soberania, da identidade nacional e da cultura popular. Queremos política cultural desenvolvida pelo Estado, que ponha fim ao balcão de negócios em que se transformou o Ministério da Cultura. Pela democratização da produção, do acesso e da difusão da cultura. Todos a 2ª Bienal da UNE em fevereiro de 2001 no Rio de Janeiro.

Ouro Preto, 15 de Julho de 2000

Todas estas experiências inicialmente marginalizadas pelo movimento estudantil tradicional e por muito tempo pela própria UNE, conseguem obter – por serem experiências afirmativas dentro do movimento – um certo grau de expressividade e passa a ter visibilidade. Além disso, conseguem diminuir o fosso existente entre a “base” e a diretoria do movimento. As executivas, por exemplo, que sempre tiveram uma relação muito difícil com a UNE que não as legitimava, conquistam poder de intervenção e voto em suas reuniões de Conselho e ampliam seu poder de influência nos rumos do movimento geral. A luta e conquista das mulheres pela instituição de cotas na diretoria da UNE – um mecanismo de democratização de representatividade muito polêmico no movimento estudantil –, consegue obter fôlego e também traz modificações para o interior do movimento, mudando – mesmo que ainda superficialmente – a sua estrutura.

Enfim, nos anos 90 emergem também no movimento estudantil, aqueles elementos que pudemos ver anteriormente nos novos movimentos sociais, ou seja, a inserção em redes e o engajamento na luta mais geral, global, porém lutas mais setorializadas.

Mas como esse conteúdo chega no interior do movimento? O que causa essa multiplicidade de expressões?

Mische (1997), ao estudar as transformações sociais que levaram os jovens à mudança da identidade de “estudante” dos anos 60 à identidade mais abrangente e ambígua de “cidadão” nos anos 90, a partir da participação do movimento estudantil no Impeachment do Presidente Collor em 92, sugere a identidade como uma categoria analítica para a compreensão da sociabilidade juvenil.

Para a autora a identidade é um focalizador de projetos, que mais do que servir como fronteira, serve como prismas, para o entendimento da fusão de projetos pessoais e coletivos que atravessam círculos e redes sociais.

Na diversificação de redes juvenis nos anos 90, a variedade de conteúdos e possibilidades de fazer coletivo se expressaram no campo da realidade estudantil. A articulação de redes e projetos interpessoais dos estudantes começam assim, a se cruzar com projetos e interesses de parte do movimento e organizações estudantis. O estudante negro, por exemplo, começa a perceber no interior do movimento, a possibilidade da criação de um espaço de discussão e reflexão acerca de sua condição racial dentro da universidade. Existe aí um cruzamento e sobreposição de identidades.

Mas para que exista esta articulação, “é essencial o papel de interlocutores sociais, com identidades múltiplas, posicionados no cruzamento de vários contextos sociais” (idem:13). Estes servem de prismas ou pontes para projetos diversos. Segundo Mische,

“No contexto brasileiro, uma ponte importante se constrói por meio do fenômeno da ‘militância múltipla’, no caso dos jovens que são simultaneamente lideranças do movimento estudantil, nos partidos políticos, nos grupos da igreja, ou em outros movimentos e organizações”. (ibidem)

Porém, o cruzamento de redes e interesses, nem sempre foi e é fácil. As tensões existentes entre as diversas expressões estudantis são um exemplo disso. Não compreendendo ainda o valor e a autonomia destes novos grupos, o movimento geral – tendo como expressão maior a UNE – faz um movimento de incorporá-los como secretarias e acoplá-los à sua estrutura, impondo ao novo, o tradicional.

Muitos destes grupos vêem-se como espaços de elaboração autônoma em relação à estrutura formal das entidades, em especial, da UNE. A relação com a UNE e as outras entidades (DCEs e CAs) se dá muito mais no sentido de fazer movimentos de pressão do que de incorporação estrutural, apesar de existirem reivindicações para tal, e na prática, a concretização de algumas secretarias.

Por mais fragmentadas que sejam as ações e lutas estudantis, não podemos descartar o conteúdo novo que estas mesmas expressões trazem. Nem tampouco devemos incorrer no erro de olhando a partir do passado, idealizá-lo e simplificá-lo, e querer a partir daí resultados imediatos para a contemporaneidade. Devemos ter o cuidado de saber lidar com as novas experiências para que não abafemos o novo existente nelas. Além disso, não podemos esquecer que existem conjunturas mais favoráveis que outras.

Como afirma Gomes de Souza (1999:2-4)

“a realidade é sempre complexa e carregada de contradições. Uma leitura linear ou maniqueísta dela tem grande dificuldade em lidar com estas últimas. E leva a um estranho fenômeno: a idealização e a simplificação do passado, encolhido em

apenas alguns de seus aspectos, esquecidas suas contradições; logo depois, as tensões e as dificuldades do presente são rapidamente tomadas por sinais de esgotamento e de possível desaparecimento do fato analisado (...) Quando uma experiência deixa de ser novidade para integrar-se no cotidiano de uma instituição, podem ocorrer duas coisas e, às vezes, se dá um pouco de cada uma delas. Por um lado, as rotinas e os hábitos tradicionais tentam reabsorvê-las, cooptando-as e integrando-as em seu velho marco. Mas elas podem também passar a dar impulso e energia a novos jeitos de ser e de fazer”.

Assim, as comparações entre as diversas gerações só podem ser feitas se baseadas na perspectiva histórica. Deve-se levar em conta as diversas conjunturas, e que as diferentes gerações sempre encontram ângulos diferenciados para problematizar as mesmas questões, equacioná-las e outras formas de expressá-las.

Enfim, na década de 90 o movimento estudantil se apropria tanto do discurso pluralista advindo dos NMSs, quanto dos discursos reativos ao modelo político-econômico-social vivido intensamente naqueles anos e expresso no neoliberalismo. Isso se manifestará claramente no Congresso da UNE, onde as tendências se dividirão nessas duas óticas. Em alguns momentos as idéias se complementam, em outras não. O movimento estudantil internaliza um conflito próprio da discussão da modernidade e pós-modernidade. Como mudar, sendo o mesmo? Como mudar, sem perder o seu caráter simbólico de contestação, sem perder o poder de concentrar as identidades e sem se perder nas possíveis particularidades? Como mudar sem perder de vista também a agenda específica dos estudantes?

Novamente Thiollent (2000:12) sugere,

“A possível atuação social, cultural, política dos estudantes é diferente da dos movimentos das décadas passadas, quando os alvos pareciam mais bem definidos: luta contra a ditadura, contra o imperialismo, etc. Hoje, o quadro de referência está mais fragmentado; há uma série de ações pela cidadania, pela defesa de direitos humanos e direitos sociais, e a favor de minorias (mulheres, jovens, negros, indígenas, trabalhadores rurais, favelados, populações de rua, e outros, que, em seu conjunto, formam uma ampla maioria). Há também o movimento ecológico, para uma reformulação do todo, na relação da sociedade com a natureza. As ideologias e mobilizações estão evoluindo e o papel da informação é diferente. Da difusão de panfletos mimeografados na rua ou na porte das faculdades e fábricas, passa-se a um sistema de informação interativo e a distância”.

As novas frentes de lutas e ações estudantis servem como catalisadores, mas pedem também demandas de energia que podem acabar por dispersar ainda mais os estudantes. Poderíamos dizer que a tensão existe, porém essa equação pode ser resolvida com o movimento de equilíbrio – que estabelece a hora e o momento de emergirem ou não estas várias expressões. A realidade mostrará a necessidade de emergência de cada identidade.

Enfim, os anos 90 podem ser lembrados no interior do movimento, como a reafirmação de experiências concretas que foram plantadas em décadas anteriores, bem como a continuidade dos modelos já existentes e clássicos. Além disso, sintetizam a forma sob a qual a juventude tem se manifestado em diferentes ondas de mobilização coletiva (Melucci, 1997), principalmente nas últimas décadas.

Vários foram os movimentos organizados (e não organizados) que colocaram em foco a atuação juvenil. Podemos sublinhar desde as ondas de protesto protagonizadas pelos estudantes, aos múltiplos movimentos culturais; desde as campanhas de caráter pacifista e ambientalista, até as “ações coletivas” caracterizadas pela fragmentação dos anos 90, como por exemplo, os arrastões e formação de gangues. Esta amplitude de manifestações, demonstra a complexidade da temática da juventude, principalmente devido à multiplicidade de inserções juvenis existentes.

Os trabalhos de Foracchi (1972), já nos remetiam à problemática da juventude como categoria sociológica. Em livro intitulado “A juventude na sociedade moderna”, a autora analisa a rebelião da juventude na sociedade e aprofunda em especial a temática do movimento estudantil como forma predominante dessa expressão de rebeldia. Para ela a estruturação dos elementos da sociedade moderna (concentração urbana da população, tecnologia avançada, meios modernos de comunicação de massa, etc.) articula-se na sociedade contemporânea de modo a encontrar expressão social direta nos movimentos de contestação, nos quais se incluem os movimentos de juventude. São os reflexos de uma sociedade que começa a se perceber enquanto industrial.

Assim, as transformações do mundo modernizado faziam-se refletir nos comportamentos juvenis de maneira que os levassem à um protagonismo social.

Atualmente, as transformações do mundo contemporâneo trazem dilemas e problemas vários e “a juventude, por causa de suas condições culturais e biológicas, é o grupo social mais diretamente exposto, o que o torna visível para o mundo todo” (Melucci, 1997:6).

Desta forma, sinaliza-se um destaque por parte da academia para esta temática. Os pontos problematizados são diversos, refletindo também essa riqueza de inserções já mencionada. Porém, como questiona Abramo,

(...) parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando essa é a intenção; (...) uma dificuldade de ir além da sua consideração como ‘problema social’ e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução de problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los. (1997:28)

O tema sempre é focado na perspectiva de problemas pelos quais a juventude passa, suas denúncias e suas privações; e, quase nunca, “pelas questões enunciadas por eles” (idem). Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se “na denúncia dos direitos negados, assim como a questão da participação só aparece pela constatação de sua ausência” (ibidem). Mas como aponta Abramo (1997), a temática da juventude deve ser resgatada no seu aspecto de protagonismo, este que também possui características próprias na atualidade.

Com a emergência de novos elementos sociais os jovens nos apontam também formas diferenciadas de ação.

A participação de jovens das mais diversas classes, nos mais variados grupos (dos ambientalistas aos culturais e políticos) que pensam suas relações e suas maneiras de manifestação, é um ponto a ser destacado. Em seus ambientes possíveis, e na fragilidade de seus canais de expressão, os jovens se organizam e apontam sugestões, intervêm.

Múxell, em suas reflexões acerca da juventude dos anos 90 afirma que,

“Apesar do mal-estar do marasmo político e da instalação de uma morosidade ambiente quanto às esperanças de mudança na sociedade, apesar da difusão da ideologia da renúncia e do ‘egoísmo da fatalidade’, que parecem afetar todo o mundo, os discursos dos jovens sobre o engajamento político revela uma vontade de implicação e um grau de consciência espantosos. É certo que com bemóis e nuances, e sobretudo invocando uma concepção do engajamento que já não tem mais a ver com os usos militantes do passado. Mas nada deixa transparecer nas suas palavras um recuo do terreno da ação política. Não a ação política que seria levada no quadro institucional dos partidos, mas uma ação política com ‘P’ maiúsculo, como dizem, o que significa, atacar por meios ‘concretos’ os ‘verdadeiros’ problemas, os do dia-a-dia e também os que dizem respeito à sociedade em escala planetária. Eles não acreditam na possibilidade de grandes mudanças e medem os limites da eficácia das ações que eles poderiam realizar à sua altura. Eles desenvolvem uma outra visão de mudança social, ao mesmo tempo mais modesta e mais realista, e imaginam a generalização e a multiplicação de pequenas ações, uma ampliação de um engajamento ‘artesanal’, segundo os meios e as vontades de cada um (...) Não se trata de ‘mudar o mundo’, mas de tão somente ‘melhorar as coisas’” (1997:161-162)

Essas questões apontam para outras que procuramos responder no decorrer desta investigação. Até que ponto as diversas formas de expressão que estão assumindo as ações coletivas juvenis contemporâneas em outros territórios sociais têm marcado sua presença com uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil?

2. Movimento Estudantil: Congressos, pautas e novidades...

Como vimos anteriormente, o movimento estudantil cria e recria nos diferentes momentos, maneiras de ser e agir que se modificam a partir dos determinantes históricos e sociais, bem como a partir de sua própria dinâmica interna. Para pensar a existência de uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil, importante se faz então, perceber como esta foi sendo gestada, construída e apreendida pelos seus militantes; como foram realizadas as sutis mudanças no seu ideário; a lógica – ou fio condutor – que permeia e está contida na sua caminhada.

Este trabalho foi realizado no primeiro capítulo, onde o movimento estudantil foi contextualizado no processo histórico e social desde a década de 60 aos dias atuais. Nele, observamos os pontos de inflexão pelos quais o movimento estudantil foi se diferenciando enquanto sujeito social, que se mostra num primeiro momento com uma força mobilizadora e identidade fortes, e depois com uma intervenção pouco visível para a categoria juvenil/estudantil, além de aparecer muitas vezes fragmentado.

Neste momento, aprofundaremos a temática da possível existência desta nova sociabilidade militante a partir do processo interno do movimento, ou seja, como sua estrutura e seu conteúdo foram sendo modificados e institucionalizados com a realização de seus congressos e encontros, bem como foram construídas suas pautas e lutas nesse período.

Optamos por analisar estas mudanças, tanto estrutural quanto de conteúdo, a partir dos congressos pós-abertura democrática e legalização da UNE, isto é, desde a realização do 31º Congresso, em Salvador, no ano de 1979 no qual o principal objetivo deste, era reestruturar o movimento estudantil depois de 15 anos de ditadura.

Inicialmente faremos a análise da pauta dos congressos que será a base de identificação das tendências tanto de atuação, quanto de expressão do movimento. Desta maneira, dividimos esta análise em três períodos, tendo como critério a diferenciação de temáticas abordadas nos congressos.

O primeiro período compreende os anos de 1979 a 1984. Estes retratam uma fase em que o movimento estudantil se caracteriza por abordar em suas pautas, lutas relativas a sua reconstrução enquanto organização e legalização de suas entidades, bem como a reconstrução da sociedade.

O segundo período compreende os anos de 1985 a 1989, e se caracteriza por dar uma certa continuidade em suas lutas, principalmente relativas à educação no ensino superior e à política nacional. Porém, no lugar das antigas reivindicações de reconstrução

de suas entidades e da própria sociedade, o movimento estudantil começa a assumir, ainda que esporadicamente, pautas e temáticas de outros movimentos sociais. Além disso, suas bandeiras se concentram na questão da garantia na Constituição dos direitos sociais. Isso se deve, em parte, pela forte relação obtida neste período com outros movimentos e setores sociais que se articulavam com fins a intervir na construção da nova Constituição; bem como da influência dos Novos Movimentos Sociais. É o que chamamos de período de transição.

O terceiro período compreende os anos de 1990 a 1997, fase última que revela no interior de suas lutas um caráter mais amplo. Além das lutas referentes à educação, o movimento incorpora lutas outras como: gênero, cultura, juventude etc.

Consideramos que a análise das pautas aprovadas nos congressos, contribuirá também no sentido de encaminhar algumas chaves de leitura para o capítulo posterior, que se deterá num estudo mais pormenorizado do movimento estudantil, tomando como base o processo e a organização do 46º Congresso da UNE, realizado no ano de 1999 em Belo Horizonte/MG.

Desse modo, a análise da coleta de dados se dividirá em duas partes, a saber: a) a análise das três fases do congresso da pós-abertura, que se realiza neste capítulo; e b) na pesquisa etnográfica realizada no 46º Congresso da UNE e a análise das entrevistas com militantes, que tentará pontuar os aspectos simbólicos da prática estudantil atual visando extrair possíveis categorias que possam responder às nossas hipóteses iniciais.

2.1. Todos os ventos levam à reconstrução...

No final da década de 70, o movimento estudantil e outros setores sociais começavam a mostrar sua capacidade de ação e intervenção frente ao regime militar. As pequenas passeatas começam a dar sinais de vitalidade de uma frente ampla contra a ditadura. As passeatas de estudantes em São Paulo, o Movimento da Luta contra a Carestia, a resistência da SBPC, entre outros serviram como movimentos e focos de pressão contra o Estado autoritário. A crise econômica e social causada pelo “milagre brasileiro” gerava insatisfação na população e servia de “objeto” catalisador desta mesma insatisfação, facilitando assim, o processo de organização popular.

Nessa recomposição de forças, o movimento social foi conseguindo algumas vitórias, entre elas, a percepção de que o Estado se enfraquecia e que a concretização da abertura democrática era questão de tempo. Havia um certo consenso social da necessidade da abertura, inclusive entre alguns setores militares. A promessa da

abertura democrática ampla e gradual fazia com que os estudantes lutassem pela anistia dos líderes políticos e pelas liberdades democráticas³⁷. Todos estes fatores foram de grande estímulo e força para que o movimento estudantil realizasse seu processo de reconstrução, num primeiro momento de suas entidades; num segundo, de sua própria dinâmica, dos conteúdos temáticos, de suas diretrizes e lutas, como veremos neste capítulo.

Este processo, é perpassado por um jogo de avanços e retrocessos, abertura e violência, empolgação e repressão. Depois das passeatas dos estudantes em 1977, o movimento estudantil conseguiu realizar, ainda, vários encontros e reuniões para discutir tanto o processo de abertura, quanto a reconstrução de sua entidade maior – a UNE. Vários foram os encontros e seminários para discutir a reorganização do movimento nacionalmente. Assim, conseguiu-se realizar o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), realizado na PUC/SP; o IV ENE; entre outros. Nestes, ia se formando a Comissão Pró-UNE, que iria organizar o seu 31º Congresso.

Foi nesse contexto que em 1979, em Salvador, mais de 3.000 delegados (e umas 10.000 pessoas entre observadores e convidados) de todo o país, se reuniam para participar do 31º Congresso da UNE, intitulado também de “Congresso da Reconstrução”.

Este congresso, além de sua perspectiva organizativa, teve também um caráter simbólico muito forte. Como presidente de honra do congresso estava a figura de Honestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido desde 1973. Outro momento de forte apelo ao passado, foi a leitura da Carta de Abertura escrita e lida por José Serra, ex-presidente da UNE nos anos de 1963/1964. Parecia que o congresso tinha a necessidade de exaltar o passado como uma maneira de, posteriormente, reatar-se com ele; continuar de onde se tinha parado. Neste momento também foram lembrados todos os estudantes mortos que lutaram neste período do regime.

Com a perspectiva de reorganizar o movimento estudantil em todo o país, o congresso tinha como pautas de discussão as questões relativas a: a) Realidade Brasileira; b) Universidade; c) Lutas do movimento estudantil; d) Estatutos e Carta de Princípios; e e) Eleição da Nova Diretoria.

³⁷ Para exemplificar este momento transcrevemos o trecho de um artigo do periódico *Reconstrução e Luta*, datado de abril de 1977: “As últimas mobilizações estudantis da cidade de São Paulo, marcaram uma nova etapa de lutas no Brasil. Há quase 10 anos que o país não via manifestações deste tipo. 5000 estudantes, de todas as escolas da Grande São Paulo deslocaram-se desde a cidade universitária até o Largo Pinheiros. Suas faixas e cartazes proclamavam: a) Mais verbas para a universidade; b) Por um ensino acessível a todos; c) Abaixo a carestia; d) Pelas liberdades democráticas. Durante todo o trajeto a população aplaudia e externava seu apoio às reivindicações. Os aplausos redobravam quando se falava contra a carestia e pelas liberdades democráticas (...). (...) Mas seria errôneo colocar que este avanço é exclusivo do movimento estudantil. Na verdade, as mobilizações estudantis nada mais são do que o reflexo das profundas modificações na situação nacional. A crise econômica foge por completo do controle das autoridades governamentais. Não há mais solução para o problema do endividamento externo (...)”.

Dadas as discussões, foram retiradas várias deliberações, desde o campo mais organizativo do movimento, ao campo mais político. No que diz respeito aos Estatutos, “os estudantes aprovaram que as instâncias deliberativas da entidade seriam o Congresso Nacional de Estudantes, instância máxima deliberativa; o Conselho de Entidades de Base (CONEB) formado por diretórios e centros acadêmicos; Conselho de Entidades Livres (DCE’s e UEE’s), e a diretoria” (Cavalari, 1987:265).

As deliberações dos estudantes acerca de suas lutas são as mesmas que faziam ecoar muitos movimentos sociais naquele período. Havia uma sintonia entre as pautas que o movimento estudantil assumia para si, com as reivindicações mais gerais de outros setores sociais. A luta contra o ensino pago; mais verbas para a educação; autonomia universitária; anistia ampla, geral e irrestrita; contra a devastação da Amazônia; por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana; por uma campanha de filiação de entidades à UNE; pela legalização das entidades estudantis; pelo fim da ditadura e por uma universidade voltada para os interesses do povo, foram as principais lutas assumidas pelos estudantes nesse processo de abertura do regime e de reconstrução da UNE. São lutas que se aliavam à realidade brasileira daqueles anos.

A possibilidade de refazer as coisas, de construir um modelo novo de sociedade a partir de valores democráticos, de reconstruir a história do país, e de dar continuidade ao movimento que tinha sido desarticulado desde 1964, impulsionavam os estudantes à participação. Daí a necessidade de postular uma pauta que tivesse em seu meio a legalização das entidades populares e sociais, a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com fins à elaboração de uma Constituinte voltada à nova realidade social e democrática, a defesa dos interesses nacionais consolidando assim a soberania do país etc.

Além dessas deliberações acerca das lutas do próprio movimento, este congresso aprovou a proposta de eleger a composição da nova diretoria a partir de uma eleição direta. Neste sentido, foi homologada uma diretoria provisória que teria como objetivo promover as eleições diretas da UNE no segundo semestre daquele ano. Estava criada a comissão que organizaria a 1ª eleição direta da entidade.

Terminado o congresso e formada a diretoria provisória, aconteceu nos dias 03 e 04 de outubro de 1979 a eleição para a composição da nova diretoria da UNE. Concorreram neste processo eleitoral cinco chapas: a) Novação; b) Liberdade e Luta; c) Maioria; d) Mutirão; e e) Unidade.

Para Cavalari (1987:268) “os programas das cinco chapas eram muito parecidos. Todos defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita; liberdades democráticas, o fim da ditadura militar e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, entretanto, as

tendências representadas nessas chapas divergiam quanto a forma de conduzir o movimento estudantil e quanto à prioridade das lutas a serem encaminhadas”.

Realizada a eleição, foi eleita a chapa Multirão que tinha como candidato a presidente, o estudante Rui César Costa e Silva. A eleição contou com a participação de 713 entidades estudantis e 300 mil estudantes.

Para Fagundes (1991:171), “ o 31º Congresso da UNE configurou-se como um dos acontecimentos mais significativos da reconstrução democrática do país, ocupando o primeiro plano do debate político nacional”.

Para a direção da UNE, anos depois,

“a reconstrução da UNE permitiu a ampliação da luta dos estudantes brasileiros. Se até 1979 os protestos contra as péssimas condições de ensino e a falta de liberdade restringiam-se ao eixo Rio-São Paulo-Minas ou quando muito abrangendo Porto Alegre-Salvador-Recife, com o surgimento da UNE o movimento estudantil ganha direção e unidade, alastrando-se por todo o território nacional”. (Revista Movimento, 1981:4)

É assim que a UNE, após 15 anos de clandestinidade, volta ao cenário nacional. Nesse primeiro mandato, a entidade busca aliar proposições gerais - o fim da ditadura, liberdades democráticas, anistia ampla, geral e irrestrita – a proposições de cunho mais organizativo – legalização da entidade, reconstrução das entidades estudantis (DCE's, UEE's etc.), filiação destas entidades à UNE, realizando assim, seu processo de autonomia.

Questões específicas relativas à educação também foram parte integrante do rol das lutas da UNE e do movimento estudantil como um todo neste período. A falta de verbas para a educação, as altas taxas no pagamento das universidades privadas e a tentativa de implantação do ensino pago são pontos centrais no que se refere a esta questão.

O jornal da UEE/SP de Maio de 1980 nos mostra como este ponto é presente na lista de reivindicações dos estudantes.

80: ANO DA LUTA POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO

Para 1980, a UNE definiu através de seu Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), que a campanha central dos estudantes brasileiros é a luta por mais verbas para a educação. A priorização dessa luta vem no sentido de os estudantes se cansarem da política educacional do governo, que se concretiza hoje na gradativa redução de verbas para a educação, e na constante tentativa de implantação do ensino pago. Com isso, o governo tenta fazer com que a população seja duplamente onerada, pois

já paga, além dos impostos, as anuidades, taxas etc. (...) A luta por mais verbas para a educação tem como objetivo avançar na conquista do Ensino Público e Gratuito para todos, voltado para os interesses da maioria da população.

Jornal da UEE Maio/1980 pg. 7

É neste sentido que o movimento estudantil encaminha suas proposições no primeiro ano de sua reconstrução: tomado pela perspectiva de combate à ditadura e defesa dos interesses nacionais e da categoria.

Passado o primeiro ano, o movimento se organiza para realizar seu segundo congresso depois da reconstrução. O 32º Congresso visualiza dar continuidade a este processo de reorganização que está apenas no seu começo, face ao grande desafio que este movimento e os outros setores populares tem no combate ao autoritarismo do regime militar.

Na preparação para o congresso várias discussões foram feitas para a construção de suas teses. Um dos pontos polêmicos no que se refere às propostas é a forma como deve ser escolhida a nova diretoria da entidade, se via congressual, ou voto direto nas umas como na eleição anterior. A discussão da eleição direta passava necessariamente pela questão da reafirmação da democracia enquanto modelo a ser seguido, sinalizando de forma simbólica seu repúdio frente à ditadura e ao regime autoritário. Eleições indiretas para a UNE seria ratificar as eleições realizadas pelos gerais.

Muitas teses aprovadas no congresso anterior foram novamente postas em pauta, o que caracteriza uma certa continuidade e repetição nas propostas durante esse período de reconstrução da UNE e de abertura do regime. A luta pelas liberdades democráticas, por uma Assembléia Nacional Constituinte e a defesa soberana dos recursos naturais, são algumas delas.

A questão da precarização da educação continua sendo foco de embate político contra o governo. Os tópicos relativos ao pedido de aumento de verbas para a educação, a crítica acerca da elevação abusiva da anuidade das faculdades privadas e a falta de condições de ensino continuam na agenda do movimento. Nas teses o claro recado: "Nenhum aumento no 2º semestre e em 81" e "Todo o controle de verbas realizada pela comunidade universitária". Devemos entender estas reivindicações contextualizadas numa sociedade marcada pela carestia ocasionada pela política econômica do regime militar e sua modernização conservadora.

Num boletim do Jornal do DCE Livre da PUC/SP, datado de outubro de 1980

(mês da realização do Congresso) são postuladas algumas das proposições relativas à Política Nacional, em que a discussão acima se refere.

PROPOSTAS PARA O CONGRESSO DA UNE/ POLÍTICA NACIONAL

A pedra de toque deste regime é o achatamento brutal e progressivo das verbas destinadas à educação. As conseqüências drásticas dessas reduções para o nosso ensino atingem: queda do nível de ensino, má remuneração dos professores, fechamento de hospitais-escolas, laboratórios precários etc. Para combater tudo isso a UNE deve lutar por mais verbas para a educação, 12% do índice federal, contra o aumento das anuidades, melhores condições de ensino, por uma universidade voltada para os interesses do povo. De fato, a crise que abala o país é grave e profunda. Mas o que os generais não revelam é que a crise está na própria política de fome, repressão e entreguismo que eles impuseram. Temos que nos colocar à cabeça da luta contra o Governo e conquistar a MAIS AMPLA LIBERDADE política, que exige e pressupõe a derrubada do Regime Militar. Precisamos também lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, convocada por um governo que garanta ampla liberdade política.

**Jornal do DCE Livre. Órgão de divulgação e debate do
Diretório Central dos Estudantes Livre da PUC/SP. Nº 3.
Pg.6. Outubro de 1980.**

Todas estas proposições simbolizam tanto o caráter de anseio pelo fim da ditadura e pela liberdade democrática, quanto a defesa de patrimônios sociais como a educação e as riquezas naturais.

É nesse contexto que é realizado em Piracicaba, nos dias 13, 14, 15 e 16 de outubro, o 32º Congresso da UNE. Contando com a participação de 5.000 estudantes, este congresso foi marcado por grandes discussões políticas que ratificaram muitas teses postuladas no 31º, mas também pela ampliação de suas lutas, principalmente aquelas relativas à democratização dos espaços institucionais, como a Universidade.

São características desta fase todas as reivindicações de abertura democrática e mudança dos espaços públicos, coerentes e em sintonia com o anseio popular de democratização da sociedade. A revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), a eleição direta para reitores, maior representatividade discente, direito à greve, liberdade e autonomia dos sindicatos, liberdade de imprensa e livre organização partidária são algumas proposições características desta fase.

No que se refere ao processo organizativo do movimento, este congresso, em relação ao anterior, também contou com novidades. Várias foram as propostas acerca

da organização e articulação do movimento estudantil. A realização de atividades unificadas com outras categorias – principalmente a dos professores -, a elaboração de jornal e revista com vistas à discussão de problemas universitários e também de caráter informativo, a realização de encontros com estudantes que visassem a dimensão dos aspectos de formação cultural e de lazer, foram algumas alternativas dadas pelos estudantes, e aprovadas em assembléia final do congresso. Ainda sobre o seu caráter de reconstrução, foi aprovada a proposta de que 1981 fosse eleito como o ano de reconstrução material da entidade.

As posições acerca das questões internacionais – clássicas em todos os congressos – apareceram. Foram lembradas nas pautas a solidariedade aos povos do CONESUL e de todo o continente latino-americano, bem como a reafirmação da filiação da UNE às entidades: União Internacional dos Estudantes (UIE) e Organização Continental Latino-Americano de Estudantes (OCLAE).

Ainda foram assumidas algumas campanhas políticas para o movimento naquele ano: a) Repúdio ao adiamento das eleições: no dia 15 de novembro organizar uma grande manifestação contra a prorrogação dos mandatos; b) Campanha contra a Lei de Segurança Nacional, organizando manifestações de repúdio aos atentados terroristas e exigindo a punição dos responsáveis; c) Campanha contra a Lei dos Estrangeiros; d) Contra a Política Econômica da Ditadura participando do Movimento Contra a Carestia; e e) Apoio a criação da CUT solidarizando-se com suas lutas.

Como já citado acima, a polêmica maior foi a proposta da realização de eleições diretas para a diretoria da entidade, como realizada no ano anterior. A proposta – coerente com a realidade social da época – foi aprovada, e mais uma vez a direção da UNE seria eleita pelo voto direto dos estudantes.

Assim decidido, formaram-se cinco chapas, estas apresentadas na última sessão plenária do Congresso. “Apesar de cinco chapas concorrentes, a disputa pela diretoria da entidade ficou mesmo entre as chapas ‘Viração’, presidida pelo ex-secretário geral da UNE na gestão anterior, Aldo Rebelo, e ‘Voz Ativa’, presidida por Marcos Gaivão, ex-presidente da UEE/SP, que tinha o apoio de Rui César, o presidente da entidade na gestão anterior” (Cavalari, 1987:272).

As eleições ocorreram em novembro, ganhando, a chapa “Viração” que recebeu 122.637 votos. Mesmo assim, apenas “27% dos estudantes votaram para a presidência da entidade naquele ano” (idem:273).

O movimento estudantil apesar de sintonizar-se com as grandes bandeiras democráticas do país, já dava, naquele ano, sinal de esgotamento organizativo, tornando visível o distanciamento dos estudantes frente à sua entidade maior.

Quadro I – Pauta das Lutas do Movimento Estudantil no 32º Congresso da UNE

Política:	Organização:
<ul style="list-style-type: none"> - Democratização da universidade que se resume ao apoio à luta pela reestruturação da carreira do magistério, destruição autoritária do poder, representação discente nos órgãos colegiados, fim dos regimentos internos, eleições diretas para reitor, retomada do patrimônio das entidades estudantis. - Democracia na vida nacional: que se formalize uma campanha pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte; revogação da LSN; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela liberdade de imprensa e livre organização partidária; liberdade e autonomia sindicais; direito à greve. - Defesa das riquezas e recursos naturais que consiste em promover campanha contra o acordo nuclear, defesa da Amazônia legal, restabelecimento do monopólio estatal do petróleo, preservação do meio ambiente. - Relações Internacionais, que nos obrigam à solidariedade aos povos do CONESUL, estabelecimento do relacionamento com a UIE. - Articulação em torno da solidariedade aos povos latino-americanos vem sendo tomada em torno do Comitê de solidariedade aos povos latino americanos, o qual a UNE deverá participar ativamente. Defendemos a necessidade da UNE se filiar à UIE (União Internacional dos Estudantes) e à OCLAE (Organização Continental Latino-Americano de Estudantes). Esta proposta foi aprovada no 31º Congresso da UNE e está incluída na Carta de Princípios, que coloca a autonomia e independência da UNE e luta pela auto-determinação dos povos. - Nenhum aumento no 2º semestre e em 81; contra o repasse para os estudantes; índice federal de 12% para a educação; controle de verbas pela comunidade universitária; mais verbas para a educação; - Seminário Unificado de Professores Estudantes sobre a democratização da Universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades unificadas: realização do II Seminário de Ensino da UNE; elaboração do jornal e revista dedicado à discussão de problemas universitários; Encontro Nacional dos Estudantes pela cultura e esportes. - Cultural: a próxima diretoria, deve encaminhar: Mostra de Teatro Universitário, Festival de Música, Concurso Nacional de Poesia, Seminário de Ciência e Tecnologia. - Esporte: assegurar Seminário sobre esporte amador e torneios. - Eleições Diretas. - Encontro Nacional das Escolas Públicas; - Ano de 81 como ano de reconstrução material da UNE

Fonte: Jornal do DCE Livre. Órgão de divulgação e debate do Diretório Central dos Estudantes Livre da PUC/ISP. Nº 3. Outubro de 1980

Apesar do distanciamento dos estudantes nas lutas políticas promovidas e assumidas pela UNE, o movimento estudantil encaminhava as decisões retiradas em seus fóruns.

O ano de 1981 foi muito agitado no que diz respeito ao movimento interno do movimento estudantil. Ocorreram muitas reuniões e mobilizações. A pauta relativa a educação aprovada no último congresso foi amplamente defendida.

No Boletim Informativo, nº 2, datada de janeiro de 1981, foram publicadas as principais lutas dos estudantes assumidas pela diretoria, a saber: basta aos aumentos abusivos, à política irresponsável do corte de verbas para a educação e ao autoritarismo na universidade brasileira.

Para defender estes princípios, a UNE marcou uma greve geral dos estudantes no dia 7 de abril, tendo como maior plataforma de lutas, os pontos acima citados. A pauta de reivindicação, porém, se desmembrava nos diferenciados tópicos abaixo relacionados. Esta pauta foi assumida pela diretoria após aprovação no Conselho de Entidades Gerais (CONEG). Neste mesmo conselho foi aprovado um texto de telegrama ao Ministro da Justiça, exigindo a absolvição de 7 estudantes catarinenses enquadrados na LSN.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- Único aumento de 39,4% e nenhum centavo a mais;
- Suplemento de verbas para as escolas públicas
- Subsídios para as escolas particulares
- Fim das taxas e sobretaxas;
- 12% do orçamento da União para a educação;
- Eleições diretas para todos os cargos eletivos da universidade;
- Participação de no mínimo 1/5 de estudantes nos colegiados;
- Reajuste do crédito educativo a um valor ao salário mínimo regional, sua transformação em bolsa não-reembolsável...
- Fim a todas as formas de jubramento;
- Reconhecimento da UNE, UEEs e de todas as entidades estudantis

Boletim Informativo de nº3, em fevereiro de 1981,

A greve teve o apoio de muitas faculdades e entidades estudantis, porém, não conseguiu muitos frutos, embora as pautas elaboradas para disputa e aprovação nos congressos da UNE, tenham sido construídas na sua dinâmica cotidiana, e as lutas realizadas durante o ano, tenham sido fonte de criação das reivindicações futuras. A pauta de reivindicação dos estudantes durante a greve, por exemplo, foram retiradas das decisões do último congresso, mas também da nova realidade que se configurava

naquele momento. Algumas dessas reivindicações foram incorporadas nas teses dos congressos posteriores. Neste sentido, a greve apontou caminhos a serem seguidos.

Além das atividades exclusivamente políticas, o movimento estudantil fez uma tentativa de organizar dois seminários: o primeiro, visava realizar uma avaliação da experiência dos CPCs da década de 60, para depois discutir uma política cultural adequada àquela realidade³⁸; o segundo, objetivava discutir, e tomar posição acerca do papel da ciência no Brasil. Neste último, se discutiria também o tema da relação entre produção científica e universidade, tecnologia e dependência nacional etc.

Apesar da tentativa, esta idéia não obteve grande êxito. Os interesses outros acerca da necessidade de finalmente reconstruir e legalizar a entidade foram prioritários. Como veremos posteriormente, estes pontos de pauta retornarão com grande força na década de 90, tendo a adesão de muitos estudantes.

Importante foram também as decisões retiradas do IX Conselho de Entidades Gerais, ocorrida em setembro daquele ano. Com 67 entidades presentes, este CONEG tirou resoluções novas que, certamente, estariam presentes no próximo Congresso: a) Apoio à organização da I Conferência da Classe Trabalhadora, a saber: Congresso da CUT no ano que vem; b) Reforma Agrária radical; c) Cancelamento da dívida externa; d) Convocação da Assembléia Nacional Constituinte; e e) Contra o casuísmo nas eleições de 1982. Além da aprovação destas resoluções, foi decidida a data e local do 33º Congresso da UNE: 12 a 15 de novembro deste ano, na cidade de Cabo Frio/RJ.

Dois meses depois estava pronto o 33º Congresso da UNE, que se realizaria em Cabo Frio/RJ, marcado pela presença nas teses das reivindicações político-eleitorais, ou seja, mais explicitamente, da luta contra os casuísmos eleitorais, e na defesa da realização das eleições de 82, “derrotando as manobras e o arbítrio que tentam impedir a manifestação popular através do voto” (Boletim de Circulação - Gestão 81/82 nº 1). Também neste espaço de lutas, se destacaram o apoio às candidaturas unitárias de oposição, e às reivindicações e programa aprovados na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, filiado à CUT. Com a criação da CUT, o intercâmbio com entidades representativas da classe trabalhadora ficava mais estreito.

Nas teses apareciam também os interesses relativos à educação, muitos deles presentes em outros fóruns e atividades realizadas, como a greve de abril. São algumas reivindicações, o aumento nas escolas particulares de 34% “e nenhum centavo a mais”; subsídio para as escolas particulares; suplementação de verbas para as escolas públicas; atendimento de todos os pedidos de crédito educativo e anistia aos devedores;

³⁸ A cultura após a experiência dos CPCs se configurou dentro do movimento muito dispersa, tendo uma visibilidade fragmentada, se manifestando através da realização de pequenos concursos de música etc.

cancelamento de todos os projetos de fechamento de cursos e de redução de vagas; representação de no mínimo 1/5 de estudantes no colegiado; eleições diretas para reitores e demais cargos na universidade; participação dos estudantes, funcionários e professores na discussão de elaboração do “Projeto de Reestruturação da Universidade Brasileira” encaminhado pelo MEC; e reconhecimento da UNE e UEE’s.

A proposição da formação de espaços democráticos na universidade, e de uma política de maior alcance para as mesmas, faziam parte de uma luta que vinha acontecendo desde o “Congresso de Reconstrução” da UNE.

A visão internacionalista que a entidade incorporou através das décadas, trouxe presente desta vez, a solidariedade aos povos da Nicarágua, El Salvador, do Conesul e da Palestina; bem como a proposta da realização de uma campanha pelo desarmamento e paz mundial. Foi também foco de proposição, o combate à corrida armamentista, a qualquer tipo de ingerência imperialista nos assuntos internos dos povos em luta por seus direitos, e a favor da autodeterminação dos povos.

Abaixo, segue o quadro de lutas aprovadas no 33º Congresso da UNE.

Quadro II – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 33º Congresso da UNE

Educativo:	Política:	Internacional:
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento nas escolas particulares de 34% e nenhum centavo a mais; - Subsídio para as escolas particulares; - Suplementação de verbas para as escolas públicas; - Atendimento de todos os pedidos de crédito educativo e anistia aos devedores; - Cancelamento de todos os projetos de fechamento de cursos e de redução de vagas; - Representação de no mínimo 1/5 de estudantes no colegiado; - Eleições diretas para reitores e demais cargos na universidade; - Participação dos estudantes, funcionários e professores na discussão de elaboração do "Projeto de Reestruturação da Universidade Brasileira" encaminhado pelo MEC; - Reconhecimento da UNE e UEE's; - Cancelamento a todo e qualquer projeto que vise a privatização da rede pública, ou seu atrelamento às empresas e instituições não vinculadas à própria universidade; - 12% do orçamento anual para o MEC; 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa da realização de eleições para vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores em 15 de novembro de 1982, sem qualquer tipo de casuísmos, com a revogação da Lei Falcão e toda a legislação que impeça a liberdade de propaganda e divulgação política; - Apoio às candidaturas unitárias de oposição; - Convocação da Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, precedida o fim do regime militar; - Apoio às reivindicações e ao programa aprovado na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, filiado à CUT; 	<ul style="list-style-type: none"> - Contra a corrida armamentista hoje em curso e pela paz mundial, com respeito a autodeterminação dos povos, assegurando seu direito à independência nacional e conquista de regimes políticos democráticos. - Contra qualquer tipo de ingerência imperialista nos assuntos internos dos povos em luta por seus direitos; - Manutenção da filiação da UNE à UIE e à OCLAE. Não reconhecimento da organização chamada AIE (Associação Internacional de Estudantes) por não basear-se nas entidades nacionais unitárias e representação dos estudantes; - Realização de campanhas: pelo desarmamento e paz mundial; - Solidariedade aos povos da Nicarágua, El Salvador, do Conesul e da Palestina;

Fonte: Boletim de Circulação para as entidades Gestão 81/82 nº 1.

Diferentemente dos anos anteriores, a nova diretoria da entidade foi eleita no próprio congresso. Francisco Javier Alfaya, espanhol radicado no país presidia a partir daquele momento, a UNE e num texto de sua própria autoria, descreve – de maneira romântica - como foram os últimos momentos daquele congresso.

“O final do Congresso foi a verdadeira manifestação a favor da unidade do movimento. Milhares de participantes, depois de uma plenária que durou exatamente 25 horas, saltaram para o gramado do estádio de futebol e de mãos dadas, juntos, cantaram o Hino Nacional e o Hino da UNE, encerrando os trabalhos da diretoria 80/81, presidida por Aldo Rebelo que tantas vitórias trouxe”. (Boletim de Circulação para as entidades Gestão 81/82 nº 1)

Esta direção consegue assim dar continuidade aos trabalhos e campanhas anteriormente realizados com base nas lutas educacionais, político-eleitorais, institucionais, crítica ao governo e sua política econômica etc, que fizeram parte do rol de movimentações acontecidas neste período. Já em dezembro de 81, a direção em sua reunião ordinária, tira a resolução de convocar toda a sociedade civil – em especial, a juventude – para a realização de manifestações contrárias ao “Pacote Eleitoral” imposto pelo governo, que beneficiava a classe dominante no processo eleitoral do ano de 1982. Abaixo, um pequeno trecho da convocação.

Considerando que o governo vive um profundo processo de isolamento, desagregação e perda de bases sociais; que por outro lado, o movimento democrático e popular tem conquistado significativo avanços e vitórias, impedindo os aumentos abusivos na passagem de ônibus, na luta contra o latifúndio, com a realização da CONCLAT rumo à CUT, com os secundaristas reconstruindo a UBES, o crescimento do movimento de mulheres (...); Considerando que foi o temor do governo diante da disposição de nosso povo em acabar com a carestia, o desemprego, a corrupção, o entreguismo (...) que num ato de grande fraqueza, enviou ao Congresso Nacional o chamado “Pacote Eleitoral” (...); a Diretoria da UNE resolve: a) Conclamar a juventude brasileira ao lado de todas as forças democráticas e populares, civis e militares, partidos políticos de oposição, OAB, UBES, ABI, PRÓ-CUT, ANDES, CPB e demais entidades representativas do nosso povo a derrotar de vez o pacote eleitoral e garantir as eleições limpas em 82; b) Engrossar e garantir a realização de grandes manifestações unitárias de oposição contra o pacote nos principais centros do país, como a organização da ‘Caravana à Brasília’, no dia da votação do pacote.

Boletim de Circulação para as entidades Gestão 81/82 nº 1.

O combate aos casuísmos eleitorais entre outros, tinham sido a novidade do último congresso e – pelo menos formalmente – a direção a assumia, deixando claro sua

política anti-govemista e a favor da mais ampla liberdade política e transparência eleitoral. As eleições municipais eram um grande momento para os grupos de esquerda mostrarem sua capacidade e força mobilizadoras, apesar das muitas dificuldades impostas pelo poder político e econômico.

Neste período, as entidades já não exerciam tanta influência sobre os estudantes, deixando maior a distância entre direção do movimento e “base”. Somando-se a isso, observamos o surgimento das inúmeras tendências e grupos no interior do movimento, que se por um lado era sinal de pluralidade, por outro era também de fragmentação.

Mesmo com as debilidades e certo esgotamento do movimento, este prossegue com suas atividades, dando continuidade à realização de seus fóruns e reuniões. Neste contexto do 34º Congresso da UNE foi realizado, novamente, na cidade de Piracicaba, nos dias de 1 a 4 de outubro, contando com a participação de pelo menos 4.000 estudantes de todo o país.

O congresso foi marcado principalmente pela sua tensão inicial, a saber, a incerteza da presença do então presidente da entidade Javier Alfaya que havia sido com base na Lei de Estrangeiros processado e quase expulso do país pelo regime militar. Após grande luta judicial, Alfaya conseguiu se fazer presente no congresso, para alegria do movimento, que entendeu o fato como uma vitória.

Na abertura, dois momentos importantes: o discurso de Alfaya, afirmando que “estava ali para cumprir a tarefa que lhe foi destinada pelos estudantes, e que somente os estudantes, e mais ninguém, decidiam quem pode ou não ser o presidente da UNE” (Boletim Informativo da UNE, nov/82); e o pronunciamento de Fanzi El Mashini, denunciando enfaticamente as matanças promovidas por Israel contra os palestinos e libaneses.

O congresso se realizava num momento estratégico: dois meses depois aconteceriam as eleições parlamentares e deu animo à militância para lutar pelas mudanças tão esperadas. A bandeira de ordem mais aclamada: “Votar na oposição para derrotar o PDSI”. A mudança na política institucional via eleições visava a conquista de um projeto maior que contemplava o fim da política econômica e financeira do governo de então.

É emblemático o texto produzido pelos estudantes, onde expõem suas resoluções acerca da política nacional.

RESOLUÇÕES SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL

Vivemos hoje uma situação difícil para o povo brasileiro. O regime implantado através do golpe militar de 1964, jogou o país numa crise sem precedentes. Cresce a fome e a carestia de vida. O desemprego, notadamente nos últimos anos, tem se alastrado por todo o território nacional; a dívida externa cresce a cada dia, chegando à fabulosa quantia de 80 bilhões de dólares (...). É neste quadro que em 15 de novembro, se realizarão as eleições parlamentares que, apesar das debilidades e casuísmos impostos pelo governo, serão um momento privilegiado da luta do povo brasileiro contra o atual modelo econômico, político e social do governo. A UNE, entendendo que a principal tarefa dos estudantes e de todo o povo nessas eleições é derrotar o regime, e seu partido, o PDS, tira como resoluções:

- Voto na oposição para derrotar o PDS!
- Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte;
- Fim da LSN, Lei de Imprensa, Lei dos Estrangeiros e demais leis de exceção;
- Independência e Soberania Nacional;
- Fim da atual política econômica e financeira do governo.

Boletim Informativo da UNE nº 5 nov/82 Gestão 81/82

As propostas político-eleitorais davam novamente o tom para a pauta da política nacional. Associada a ela, continuavam persistentemente as reivindicações de revogação de toda e qualquer lei de caráter autoritário e de exceção; e a de instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Relativo às questões educacionais, foi reafirmada pelo movimento a luta pelo ensino público e gratuito e contra o ensino pago, "conclamando o conjunto dos estudantes a lutar por uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, e voltada para os interesses nacionais e populares" (Boletim Informativo da UNE nº 5 nov/82). Além da luta pela universidade pública, no congresso foi deliberada a realização de um Seminário Nacional sobre o Ensino Superior e Reestruturação da Universidade. Este seria precedido de um Seminário Nacional realizado conjuntamente com os professores e funcionários.

A luta pela universidade era desmembrada em vários outros pontos, a saber, o preenchimento de todas as vagas, bem como sua ampliação; atendimento dos pedidos de suplementação de verbas; subsídios do governo para as escolas particulares visando o rebaixamento das anuidades; revogação da legislação autoritária da escolha de dirigentes universitários e dos órgãos diretivos, realizando eleições diretas para todos os cargos de direção, inclusive o de reitor; entre outros.

No que se refere ao movimento estudantil, em particular, foi decidido que 1983 seria eleito como o ano de legalização da UNE. A campanha para este fim, bem como

para conquistar sua sede, foram tópicos aprovados em assembléia neste congresso.

Abaixo, segue o quadro de pautas e reivindicações aprovadas no 34º Congresso da UNE.

Quadro III – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 34º Congresso da UNE

Educativo:	Político:
<p>- Reafirmação de sua luta pelo ensino público e gratuito, contra o ensino pago, e por uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, e voltada para os interesses nacionais e populares;</p> <p>I - Escolas públicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atendimento dos pedidos orçamentários das universidades e contra o corte de verbas; - atendimento dos pedidos de suplementação de verbas ; - contra a portaria 03/82 do MEC; - preenchimento de todas as vagas e luta pela ampliação do número de vagas oferecidas; <p>II - Escolas particulares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - contra os aumentos estipulados pelo MEC e estipulação de um índice a partir da realidade de cada escola; - subsídios do governo para as escolas particulares, visando o rebaixamento das anuidades; <p>III - Democratização das Universidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - revogação da legislação autoritária da escolha de dirigentes universitários e de seus órgãos diretivos; - participação dos estudantes com um mínimo de 1/5 nos órgãos colegiados das universidades, faculdades e cursos; <p>IV - Fixação de um índice nacional de 12% do orçamento federal para a educação;</p> <p>V - Campanha pela legalização da UNE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - eleger o ano de 83 como o ano de legalização da UNE; - conquistar sua sede <p>VI - Campanha em defesa e pelo Ensino Público Gratuito e contra o ensino pago:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ampla denúncia de política do governo; - luta contra a implantação do ensino pago nas escolas públicas; - aglutinação de todas as entidades democráticas e populares em defesa do ensino público e gratuito; <p>VII - Realização de um Seminário Nacional sobre o Ensino Superior e Reestruturação da Universidade.</p>	<p>- Voto na oposição para derrotar o PDS!</p> <p>- Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte;</p> <p>- Fim da LSN, Lei de Imprensa, Lei dos Estrangeiros e demais leis de exceção;</p> <p>- Independência e Soberania Nacional;</p> <p>- Fim da atual política econômica e financeira do governo;</p>

Fonte: Jornal do DCE Livre. Boletim Informativo da UNE nº 5 nov/82 Gestão 81/82

Ao término do 34º foi novamente eleita a próxima direção da entidade, de maneira congressual. Pela primeira vez, em 45 anos de existência, a União Nacional dos Estudantes teve uma mulher na sua presidência e a estudante de Ciências Sociais da UFBA, Clara Araújo torna-se dirigente.

A nova gestão realiza um papel de caráter político-organizativo. A luta pela legalização da entidade - e neste sentido a promoção de fóruns com fins a mudança no estatuto da entidade -, bem como a realização de seminários acerca da Reestruturação da Universidade, foram atividades muito importantes para o movimento que marcaram o período.

O Estatuto da UNE foi aprovado em assembléia geral, no dia 18 de julho de 1983, no anfiteatro da Universidade Federal Fluminense e foi um passo importante na luta pela conquista da legalização da entidade, que viria anos mais tarde, em 1985.

As lutas educacionais aprovadas no congresso anterior são o fio condutor para entendermos as atividades realizadas neste período. Foi com base nestas lutas, que a UNE juntamente com a FASUBRA e a ANDES, organizou no ano de 83, o I Seminário de Reestruturação da Universidade que ao visar a reestruturação da universidade parte da lógica de reconstrução do movimento estudantil e da própria sociedade, que vinham se modificando e lutando por uma real abertura do regime militar. Abaixo, segue texto informativo da entidade referente aos acontecimentos deste Seminário.

Realizou-se, nos dias 2 e 3 de setembro em São Paulo, o 1º Seminário Nacional sobre Reestruturação da Universidade promovido pela UNE, ANDES e FASUBRA. O Seminário contou com a participação de 70 delegados estudantis, 40 funcionários e 30 professores, além dos participantes. Teve sua abertura realizada no dia 1º de setembro, com a presença de 400 pessoas e 70 entidades representativas.(...) Foram dois dias de intensos debates sobre os problemas da universidade e do país, sendo que o dia 2 foi reservado ao debate em grupo (democracia e autonomia, recursos públicos, ensino e pesquisa e condições de trabalho) e no dia 3, foi realizada a plenária final. (...) Discutiu-se também o problema da crise do país e aprovou uma forma de luta. Os estudantes, professores e funcionários de todo o país realizarão no dia 28 de setembro, um dia nacional de luta, com manifestação nas escolas e na rua, em protesto contra a política econômica do governo, pela revogação do decreto-lei 2045 e a defesa da universidade.

Boletim Informativo da UNE nº 15 set/1983 Gestão 82/83

Apesar da escassa documentação deste período, pode-se constatar a existência de uma certa continuidade de ações por parte do movimento e suas entidades destacando que as pautas relativas à política educacional servem de chave de leitura para perceber o perfil das atividades e manifestações realizadas neste ano.

A realização do Seminário sobre Reestruturação da Universidade foi o último evento importante desta gestão. Em outubro de 1983 iniciava o 35º Congresso da UNE, realizado na cidade de São Bernardo do Campo, no estúdio Vera Cruz.

Contando com a presença de 2700 estudantes, este congresso também teve na figura de Honestino Guimarães – ex-presidente da entidade – a homenagem de honra. Na abertura do congresso, a presença de Dona Maria Rosa, mãe de Honestino, resgatou a imagem de seu filho, emocionando toda a plenária. Presentes também se fizeram na abertura, o prefeito da cidade Aron Galante, e o representante do povo palestino El Mashini.

O 35º Congresso mantém na sua pauta de reivindicações muitos pontos dos congressos anteriores, conseguindo dar uma certa continuidade em suas lutas. A questão do financiamento das universidades, de sua democratização, e a questão da política nacional são as três diretrizes que destacam o quadro de reivindicações deste fórum.

No que diz respeito ao financiamento das universidades, algumas propostas foram adicionadas como amadurecimento de reivindicações aprovadas nos últimos congressos: a abertura do Crédito Educativo em 84 transformado-o em bolsas de estudo não-reembolsáveis, e o apoio ao projeto do senador João Calmon que estipula 13% da arrecadação dos impostos da União para a educação e 25% nos estados.

Além disso, foram aprovadas também pautas para a criação de uma política de assistência estudantil. A ampliação e/ou criação de alojamento para estudantes, o rebaixamento dos preços do RU's, e assistência médica e odontológica para a comunidade universitária, são algumas destas resoluções.

Apesar do 1º Seminário Nacional sobre Reestruturação da Universidade, realizado neste mesmo ano, as reivindicações acerca da democratização das universidades quase não trazem aspectos novos. Continuam na pauta a luta por eleições diretas para cargos diretivos; reconhecimento e legalização das entidades; lutar por 1/3 de participação discente nos órgãos colegiados; e a participação da comunidade universitária na formulação de estatutos e regimentos. Entraram porém, a luta pela participação dos estudantes nos Conselhos Estaduais de Educação que asseguram o espaço democrático; e contra a participação da UNE no CFE.

Como veremos no quadro a seguir, as reivindicações que se referem à política

nacional, são caracterizadas pela extrema consciência de luta pela liberdade: sindical, eleitoral e de independência política. Sintonizados com as aspirações populares, os estudantes reivindicam eleições diretas para presidente, livre expressão e organização de todas as correntes políticas existentes na sociedade brasileira, e participação da UNE em todas as instâncias que fortaleçam a unidade do movimento popular e democrático. A realização de uma campanha nacional pela soberania e independência nacional com revogação do acordo com o FMI também foi bandeira de luta neste congresso.

Se a repetitividade de algumas propostas significa uma certa continuidade na lógica da luta dos estudantes, pode simbolizar também a falta de proposições mais pertinentes para uma atuação mais qualificada do movimento. Abaixo, o quadro de reivindicações do 35º Congresso da UNE.

Quadro IV – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 35º Congresso da UNE

Financiamento:	Democratização:	Política Nacional:
<ul style="list-style-type: none"> - Suplementação de verbas para as escolas públicas; - Participação da comunidade universitária na discussão de elaboração e distribuição interna do orçamento; - Subsídios para escolas pagas; - Abertura do CREDUC em 84 transformando-o em bolsas de estudo não-reembolsáveis; - Apoio ao projeto do senador João Calmon que estipula 13% da arrecadação dos impostos da União para a educação e 25% nos estados; - Contra as diretrizes do SESU para 84 que reduzem vagas nas escolas públicas e contra a ampliação nas particulares. Pela ampliação da rede pública e criação de cursos noturnos; - Ampliação e/ou criação de alojamento para estudantes; - Assistência médica e odontológica para a comunidade universitária; - Rebaixamento da semestralidade - Rebaixamento dos preços do RU's; 	<ul style="list-style-type: none"> - Eleições diretas para cargos diretivos; - Reconhecimento e legalização das entidades; - Contra o jubileamento; - Lutar por 1/3 de participação discente nos órgãos colegiados; - Revogação das leis 6680 e 6737; apoio ao deputado Aldo Arantes; - Pela democratização do CFE; - Participação da comunidade universitária na formulação de estatutos e regimentos; - Luta pela participação dos estudantes nos Conselhos Estaduais de Educação que asseguram o espaço democrático; - Contra a participação da UNE no CFE; 	<ul style="list-style-type: none"> - Imediata revogação das medidas de emergência no DF; - Solidariedade ao Congresso Nacional por ter rejeitado os decretos 2024, 2036 e 2045; - Pela derrota do decreto 2065; - Realização de uma campanha nacional pela soberania do país com revogação do acordo com o FMI; - Pela revogação da LSN; - Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; - Apoio à livre expressão e organização de todas as correntes políticas existentes na sociedade brasileira; - Por eleições diretas para presidente; - Pela autonomia e liberdade sindical; - Apoio da UNE à luta dos trabalhadores em busca de um movimento sindical universitário; - Participação da UNE em todas as instâncias que fortaleçam a unidade do movimento popular; - Pela construção e organização de uma greve geral unitária da classe operária e do povo brasileiro, contra a política econômica do governo e pelo fim do regime militar.

Fonte: Nossa Voz Ano IV nº 4 Dez/83

Neste congresso foi eleita a nova diretoria da entidade, sendo Alcidon de Matos Pae, o estudante que presidiu a entidade no ano de 84, um ano muito significativo para a sociedade brasileira, que marcou a década com seu espírito de aspiração da democracia e da reconstrução política e social do país. Com o movimento das Diretas-Já, o país sonhou com a possibilidade de liberdade democrática depois de 20 anos de regime militar e junto com os partidos de esquerda, e todos os outros movimentos sociais e populares da época, o movimento estudantil participou deste momento. Sem o destaque e o protagonismo da década de 60, se envolve no movimento pela democratização do país como um entre muitos movimentos e inúmeras organizações existentes. A falta de penetração das entidades estudantis entre os universitários devido ao seu forte aparelhamento pelos grupos e tendências político partidárias foi um dos aspectos que contribuiu para o afastamento dos estudantes da política estudantil e se tomou ponto de discussão em todos os fóruns e boletins das entidades. Neste momento, no interior do debate, ganha vigor a crítica à estruturação das entidades estudantis como um dos fatores geradores deste panorama.

O texto abaixo, se refere à presença deste problema no discurso das entidades,— o distanciamento entre entidades/estudantes —, caracterizado como próprio da sua estrutura burocratizada e geradora da intolerância e doutrinação, aparelhada por pequenos grupos, situação traduzida numa prática política conservadora.

UNIVERSIDADE: O QUE FAZER?

Ninguém poderia supor que no período de amplas mobilizações estudantis dos anos 76-77, momento de aglutinação, pudesse suceder uma fase de tão grande esvaziamento quanto a que ainda atravessamos. De fato, as tarefas que então se colocavam eram relativamente simples: reconstruir nossas entidades, garantir a sobrevivência econômica da universidade, preservar o ensino público e gratuito, conquistar os espaços por mínimo que fosse, do exercício das liberdades. A imagem naturalizante do fluxo/refluxo, parente das noções golberianas de sístole e diástole, com a qual se pretende explicar o momento posterior (e ainda atual) não esclareceu em absoluto o ocorrido. A universidade, os universitários não são puros e simplesmente reacionários, ou alienados, ou burgueses, ou tudo ao mesmo tempo. Nos parece até que o afastamento da prática política do movimento estudantil tal como vem sendo efetivada é até certo ponto um sintoma saudável. Uma recusa ativa a se acumpliciar com estruturas políticas impotentes, formulações deficientes e erros e vícios persistentes. (...) O fato é que, objetivamente, a intolerância, o doutrinamento, o divisionismo, picunhismo, o mecanicismo que caracteriza a maioria de grupelhos organizados que aparelham nossas

entidades, acabaram conduzindo à uma prática política conservadora. Nem sequer a lição de unidade em torno dos objetivos maiores que permitiu as grandes vitórias da década de 70 foi adequadamente assimilada (...).

Como não? Um jornal pela legalidade do PCB. Abril de 1984, n° 0 pg.4

O movimento das Diretas-Já foi um momento importante para catalisar a empolgação dos estudantes para uma atuação mais efetiva no movimento estudantil. Mas isso na prática não aconteceu. Aliado a isto, o refluxo social causado pela rejeição, no Congresso Nacional, da emenda que traria de volta a possibilidade da população eleger o novo presidente da república, foi um fator de grande peso. Por essas e outras razões, o movimento estudantil nos anos 80 se restringiu cada vez mais às atividades específicas de suas áreas militantes.

Mesmo com a crise de participação estudantil, refletida em muitos momentos pela pouca freqüência dos estudantes em assembleias e encontros do movimento, este, a partir da organização de suas entidades, dava continuidade à realização de seus fóruns e movimentações.

Em junho deste ano é realizado o XVII Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), que entre outras coisas, fez uma avaliação do agravamento da crise pela qual passava o país considerada,

“fruto de uma política econômica e social entregüista e submissa aos interesses do imperialismo e do FMI, que levou à miséria, à fome e ao desemprego milhões de brasileiros. Com vista a implementar essa política, o regime dos generais subjogou o nosso povo a uma total falta de liberdade, prendendo, torturando, e matando centenas de jovens” (Boletim Informativo da UNE n° 26 Junho e Julho/1984).

No CONEG a proposta de retomada “imediate” das manifestações de rua, pelo movimento popular e social, para derrotar o regime militar e repudiar as tentativas de negociação com o governo, foi a bandeira de luta que servia de “guarda-chuva” para todas as outras, entre elas: a) a articulação com a ANDES e FASUBRA, com o objetivo de realizar um dia nacional de luta pelas Diretas-Já na universidade brasileira; e b) o apoio da UNE aos esforços para a definição de uma candidatura única pela via direta das forças democráticas e populares.

De maneira clara e indignada, o CONEG demonstrou que a principal vontade dos estudantes de todo o país era “ver a implosão do colégio eleitoral, instrumento de continuísmo do regime militar” (idem). E para derrubar o regime a saída era uma grande mobilização de massas juntando todos os movimentos de esquerda.

Ainda em 1984, o movimento estudantil realiza o seu 36º Congresso, onde Renildo Calheiros é eleito presidente da entidade. A escassa literatura nos impede de fazer uma análise das pautas aprovadas neste Congresso, porém, a luta pelas Diretas Já e a democratização interna da universidade foram os pilares das reivindicações dos estudantes naquele período.

Como sabemos, as eleições diretas para presidente não aconteceram, porém, foi garantido com a vitória de Tancredo Neves, o fim da ditadura militar com a possibilidade da tão sonhada reconstrução social.

É assim que termina o 1º ciclo do movimento estudantil, depois de sua retomada social em 1979.

Este período que vai de 1979 a 1984 pode ser caracterizado principalmente, pelas bandeiras de luta pela democracia expresso claramente com a reivindicação do fim do regime militar.

O 31º Congresso da UNE inaugurou uma fase do movimento estudantil que trouxe em si uma perspectiva de reconstrução não só de suas entidades, mas também da sociedade como um todo. Como observamos – a partir da indicação das pautas congressuais – esta característica se fez presente até meados de 1985, quando o movimento começa a incorporar temáticas outras, advindas – conforme análise no primeiro capítulo – da influência dos Novos Movimentos Sociais. Como vimos, as teses e pautas do movimento estudantil, nesta época, não se restringiram ao seu aspecto organizativo. A necessidade do fortalecimento das entidades estudantis foi uma característica forte neste período, expresso principalmente, na reorganização e legalização das mesmas. Nesta fase, vários jornais de entidades destacaram e refletiram acerca da reconstrução das mesmas como forma de fortalecimento da luta social e popular.

Porém, esta característica de reorganização se aliou às pautas temáticas da época, nas quais se concentravam nos aspectos políticos da luta pela abertura democrática nos diversos espaços públicos (institucionais ou não); pela revogação de todas as leis que garantiam margem para a presença do autoritarismo; pela instituição de uma Assembléia Nacional Constituinte com fins a criação de leis novas que visassem a formação também de uma sociedade nova; etc.

Na universidade, observa-se no mesmo sentido, a presença de reivindicações que retratavam a luta pela sua democratização: eleições diretas para reitores e demais cargos, maior representatividade dos estudantes nos órgãos colegiados, livre organização política de grupos em seu interior etc. Também, lutas de resgate da universidade como: maior verbas para a educação, garantia de 12% da arrecadação da União para a

educação, a construção de uma universidade voltada para os interesses da população, fim de qualquer projeto que estipulasse taxas na universidade, entre outros.

Estas lutas passaram necessariamente pela realização de seminários sobre reestruturação das universidades, livre organização das entidades etc.

A partir de 1985, o movimento não reivindica mais abertura e reconstrução da sociedade, nem de suas entidades, oficialmente reconhecidas neste mesmo ano, mas a institucionalização da Assembléia Nacional Constituinte, acompanhando o clima político da redemocratização.

Como já afirmamos, entre 1985 e 1989, o movimento estudantil passa por um período de transição, onde a pauta de suas bandeiras se concentra na questão da garantia dos direitos sociais na Constituição.

2.2. Abertura democrática: o país mudando muda o movimento estudantil...

Com a fusão de redes sociais de interesse na construção do “novo país”, corporificada na atuação dos movimentos sociais na Assembléia Nacional Constituinte, e com o seu enfraquecimento enquanto ator social, o movimento estudantil inicia uma nova fase: a de assumir e incorporar temáticas e pautas de outros movimentos, criando uma atuação mais ampla frente à sociedade, porém, mais setORIZADA. A luta pela garantia dos direitos sociais na nova legislação do país era a tônica dos discursos e teses.

A formação de redes temáticas, de informação e de pressão, realizada pelo setor popular, colaborou para que houvesse uma certa “migração” de interesses na pauta do movimento estudantil.

É importante esclarecer que, sempre - ou melhor dizendo, quase sempre - o movimento estudantil esteve sintonizado com a luta dos setores populares, articulando projetos comuns e tendo uma perspectiva mais global da sociedade. Porém, esta relação em determinadas conjunturas, é menos ou mais fortalecida. Com a abertura democrática, esta relação novamente ganha impulso, e a luta conjunta dos movimentos sociais organizados conseguiu criar uma grande correlação de forças frente à luta política existente no interior da Constituinte.

É emblemática desta época a publicação de vários panfletos e boletins exaltando este momento de abertura que alertam para a necessidade de uma maior intervenção nesse processo por parte dos estudantes:

“Vivemos uma nova fase da história do país. Milhões de brasileiros empenham-se na reconstrução nacional e na luta por mudanças políticas econômicas e sociais.

Queremos nos livrar da herança indesejável de 20 anos de autoritarismo. Precisamos garantir a liberdade, a independência nacional e melhores condições de vida”, relata a publicação dos estudantes (Jornal da PUCCAMP Ago./Set. de 1985, nº 3).

A formulação de projetos para a educação foram por demais discutidas com os diferentes setores integrantes deste campo. A realização de seminários, fóruns etc, foram espaços existentes que garantiram uma certa coesão de discurso e unidade de lutas. Várias são as reivindicações existentes nos congressos que explicitam o caráter de luta pela universidade. Este período foi um momento para pensar a universidade e propor soluções viáveis para ela, quer seja no âmbito de democratização, quer seja no âmbito de sua sustentabilidade, entre outros.

Nesta fase, que podemos chamar de transição, temáticas são incorporadas e gestadas no interior do movimento estudantil de maneira sutil e invisível, diferenciadas e desenhadas no cotidiano dos estudantes, ainda que timidamente. Estas novas lutas, não terão tanta expressão e espaço nos congressos e estarão pouco visíveis nas reivindicações e pautas oficiais, como analisaremos a seguir. É um “movimento” que se inicia na base e que terá visibilidade somente no terceiro período, como veremos posteriormente. De qualquer maneira, esta fase é de fundamental importância para entendermos como esse “movimento de incorporação” foi realizado.

Consideramos que a análise das pautas dos congressos deste período pode ter como referência as questões levantadas pelo 37º e o 40º Congresso por se relacionarem à construção de um ideário para o movimento estudantil.

Realizado nos dias de 24 a 27 de abril de 1985, na cidade de Goiânia, e contando com a participação de 2920 delegados, o 37º Congresso da UNE é marcado pelo entusiasmo da abertura democrática e social do país e principalmente por trazer em si a consciência da participação dos estudantes no processo de redemocratização da sociedade.

Imbuído dessa lógica, o congresso se pautou pela sua capacidade de mesclar proposições e interesses de caráter geral e específico. A luta pela educação – e pela universidade em especial – se aliava às outras reivindicações da política nacional advindas do estreitamento de relações do movimento estudantil com outros movimentos sociais.

Foi assim que os estudantes discutiram e aprovaram a criação de um Programa Mínimo que contemplava vários aspectos de interesse nacional. Esse programa servia como uma tentativa de sistematizar as lutas que o movimento estudantil iria assumir

como suas nesse processo de discussão no interior da Constituinte. Abaixo segue um trecho do manifesto que publica as resoluções e lutas contempladas neste programa.

Este ano de 1985 será decisivo para a consolidação da democracia em nosso país. Diante da aspiração cada vez mais crescente do povo brasileiro em torno de mudanças profundas, a campanha da Constituinte é um marco de grande relevância. Em todos os quadrantes da nação, a mobilização popular vem sendo a característica nestes dois últimos anos. Foi ela o fator decisivo para que alcançássemos no ano passado o fim do regime militar e a conquista de liberdades durante muito tempo reprimidas. É ela que poderá exigir e conquistar mudanças efetivas em nossas estruturas econômicas, políticas e sociais, não conciliando com qualquer vacilação do governo da Nova República. A União Nacional dos Estudantes, os estudantes brasileiros, de longa tradição em defesa da democracia, dos direitos dos povos, não podem ficar à margem ou ter uma participação acanhada nesta campanha da Constituinte. Precisamos aprovar um programa-mínimo que seja debatido em todas as escolas, que seja um instrumento de mobilização de todos os colegas. Para tanto é necessário o vigoroso empenho de todas as entidades estudantis. (...) Da mesma forma é necessário debatermos com todos os setores organizados de nossa sociedade pontos comuns que propiciem a formação de um grande movimento popular em defesa de uma Constituinte democrática e progressista.

Resoluções do 37º Congresso da UNE

Contendo pelo menos 5 campos de interesse, a saber, Ensino Superior, Democracia, Capital Externo, Reforma Agrária e Juventude, este programa também foi o início de uma campanha organizada pelo movimento estudantil para que houvesse entre os estudantes uma discussão mais ampliada da Constituinte.

Neste sentido, foi aprovada também a realização de um Seminário Nacional sobre a Constituinte, que pudesse avaliar o desenvolvimento da campanha e aprimorar as propostas do próprio movimento. "Um seminário que procurará discutir temas como soberania nacional, organização do Estado, reforma agrária, sistema de ensino, direitos da juventude e outros" (Resoluções do 37º Congresso da UNE).

No que diz respeito à conjuntura nacional e política do país, este congresso ainda apontou para a necessidade de discutir a questão da Dívida Externa. Desta forma, foi deliberada a deflagração de um movimento de âmbito nacional pela suspensão da dívida, implicando em moratória unilateral.

Abaixo, seguem as resoluções aprovadas relativas ao conteúdo do Programa Mínimo.

Quadro V - Programa Mínimo aprovado no 37º Congresso da UNE

Ensino Superior	Democracia	Capital Externo	Reforma Agrária	Juventude
<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis; - Garantia da expansão do número de vagas na rede pública; - Criação de um imposto de 5% de royalties das multinacionais a ser aplicado na pesquisa científica e tecnológica nas universidades; - Aplicação das verbas públicas na rede pública; - Garantir ao poder público autoridade para fiscalizar rigorosamente a rede particular. - a democratização dos estatutos e regimentos internos das universidades através dos processos como as Estatuintes Universitárias 	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação das atribuições do Executivo, garantindo a independência dos três poderes; - Definição clara do papel das Forças Armadas, impedindo sua interferência nos assuntos políticos de país; - Extinção completa da censura política; - Ampla liberdade e autonomia sindical; - Livre direito de greve. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proibição do controle de nossas riquezas naturais e de nosso solo por parte do capital estrangeiro; - Restrições à remessa de lucro ao estrangeiro; - Viabilização do desenvolvimento da indústria nacional; - Consulta através do Congresso Nacional e/ou plebiscito sobre a tomada de novos empréstimos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fixar um limite máximo para o tamanho das propriedades rurais e definir o latifúndio como forma anti-social de propriedade; - Apoio à imediata implantação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais de Reforma Agrária, como primeiro passo para a realização da Reforma Agrária no Brasil - Mobilização contra a violência no campo desencadeada pelos latifundiários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Voto aos 16 anos.

Fonte: Resoluções do 37º Congresso da UNE.

Após a aprovação das reivindicações, o movimento estudantil se concentrou na discussão da eleição de sua nova diretoria ficando decidido que a próxima direção seria eleita por voto direto, nos dias 4 e 5 de junho de 1985. Com a realização das eleições a estudante Gisela Mendonça se torna a mais nova presidente da entidade.

Deste ano até 1989, o movimento estudantil se concentra na realização de atividades que buscam a participação dos estudantes no processo de intervenção na Constituinte, visando a garantia dos direitos sociais na nova Constituição. Neste sentido, as proposições não mudam tanto de um congresso para o outro, mas durante este processo, práticas diferenciadas vão se constituindo como novas maneiras de intervenção do movimento estudantil. No final da década, por exemplo, as Executivas de curso vão se desenhando como um novo e forte canal de expressão dos estudantes. É neste período que o movimento de área (executivas de curso) conquista espaço entre os próprios estudantes, apesar de ganhar certa força política perante a UNE somente nos anos 90, quando a maioria das teses estudantis reconhecem sua importância.

É neste período também que aparecem, ainda que timidamente, grupos temáticos no interior do movimento estudantil. Surgem grupos organizados dentro do movimento, que tentam trazer a discussão da condição estudantil atravessada pelas questões identitárias como de raça, gênero etc. É o caso, por exemplo, do grupo de universitários negros, que se organizam e trazem para o movimento a necessidade de discutir a realidade do universitário negro.

Em um de seus documentos, os estudantes negros historicizam sua luta e seu processo de organização.

Diversas iniciativas marcaram na década de 80, a presença de universitários negros nas universidades. Houve o surgimento de grupos de estudantes negros, a exemplo da UCSAL/BA, que aglutinou muitos negros universitários, que hoje são profissionais e continuam na luta contra o racismo. A participação e fundação de entidades negras, centros de pesquisas e associações culturais, delineiam a retomada da concepção de luta organizada, com objetivos de combater o racismo com quadros preparatórios e de forma conseqüente. Em São Paulo, aconteceram dois seminários de pesquisadores e pós-graduados negros, na cidade de Marília, que representou também um novo salto qualitativo dos negros nas universidades. Ou seja, pensar, elaborar, enquanto segmento étnico racial possuidor de uma cosmovisão e um filosofar distintos das abordagens eurocêntricas.

Documento: Nós, os negros. Em preparação para o I SENUN

Mas é durante o 40º Congresso da UNE, que estes grupos se manifestam...

Realizado nos dias de 21 a 24 de setembro de 1989, na cidade de Brasília, o 40º Congresso da UNE contou com a participação de 2.180 delegados de todo o país. Comemorando os seus 10 anos de reconstrução, a UNE organiza seu congresso em meio a uma euforia política, a saber, a futura eleição direta para presidente da República que aconteceria naquele ano.

Na capital do país, diversas tribos e tendências se reúnem na tentativa de não mais reconstruir a entidade, como há 10 anos atrás, mas de reconstruir uma nova prática política que conseguisse agregar os jovens estudantes para uma inserção maior nas lutas em defesa da educação e do próprio país.

Com um final de década caracterizado pelo aumento do custo de vida, e da divisão entre ricos e pobres, o congresso se pautou pela defesa das garantias sociais reivindicadas no processo da Constituinte, e mais especificamente na educação, com a luta pelo caráter público e estatal das escolas e universidades. Além disso, se posicionou sobre as eleições para presidente que ocorreriam neste mesmo ano.

Mas foi neste ano que, fora da pauta oficial do congresso, realizou-se a 1ª Reunião Nacional de Estudantes Negros. O evento, além de ser uma tentativa de organizar nacionalmente um grupo que pensasse a realidade da universidade e o movimento estudantil pela questão da raça, foi também, um momento de avaliar e questionar as teses apresentadas pelas tendências no congresso. Na avaliação deste grupo, inexistem nas teses, “uma análise do racismo no Brasil e na produção acadêmica” (idem:11).

Para estes jovens, a discussão da universidade passava necessariamente pela reflexão da exclusão racial nela existente.

“Historicamente, a universidade, juntamente com o ensino de 1º e 2º graus, vem se apresentando como um dos principais instrumentos da classe dominante, na imposição de sua ideologia eurocêntrica e embraquecedora. Enquanto produtora de conhecimento e formadora de opinião, a Universidade reproduz e sofisticada as estruturas racistas do Estado brasileiro que oprime e marginaliza o povo negro” (idem:04).

Assim, surgiu a necessidade dos estudantes negros reivindicarem do movimento estudantil, atitudes que, na prática, colaborassem para o processo de “democracia racial” no interior das universidades e do próprio movimento. Deste espaço,

resultou o surgimento de uma rede de contatos que possibilitou dar continuidade à discussão e intervenção do grupo no movimento estudantil.

Além do grupo de estudantes negros, várias executivas, também se organizaram – paralelamente à programação oficial do Congresso – realizando reuniões com os estudantes de suas respectivas áreas para dar encaminhamento a suas atividades, bem como fazer uma análise do congresso, suas principais teses etc.

Estas novas expressões começam a desenhar um espaço nos congressos da UNE, reafirmando sua força enquanto canal de expressão de muitos estudantes. Num momento em que o esvaziamento do movimento era uma realidade, as executivas de curso conseguiam em seus encontros e fóruns, aglutinar vários estudantes e discutir suas questões temáticas.

Embora sem documentação, existem relatos de diferentes militantes daquela época que sugerem que foi nesta época também que se começou a organizar um coletivo de mulheres universitárias que pensava a questão de gênero no movimento estudantil e na própria universidade. Porém, as discussões realizadas por estes grupos em articulação, não foram ainda contempladas como reivindicações gerais da categoria estudantil e a pauta de reivindicações oficiais do congresso não expressa estas problemáticas acima referidas. Abaixo, segue a pauta de reivindicações e lutas assumidas neste congresso.

Quadro VI – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 40º Congresso da UNE

Política Nacional:	Universidade:	Movimento Estudantil:
<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão do pagamento da dívida externa; - Controle do sistema financeiro pelos trabalhadores; - Congelamento de preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade; - Estatização dos transportes; - Reforma agrária; - Distribuição mais equitativa da renda entre a população; - Salário mínimo de acordo com o DIEESE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lutar por 28% de OCC; - Verbas públicas somente para escolas públicas; - Mais verbas para a educação; - Autonomia e democracia. Eleição Direta para reitor. Reitor eleito, reitor empossado; - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; - Auditoria fiscal e financeira nas particulares; - Controle da comunidade nas finanças e decisões sobre as mensalidades; - Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária; - Pela estatização das escolas particulares; - Aumento das mensalidades de acordo com a política salarial do governo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dias nacionais de lutas, dias 10 e 17 de outubro; - Um novo CONEG após o dia 17/10; - A UNE via indicar como melhor forma de luta contra o aumento das mensalidades o boicote ao pagamento das mensalidades escolares; - Organização de uma prévia das eleições presidenciais nas principais universidades brasileiras; - A composição da nova diretoria da entidade será realizada com a forma de proporcionalidade direta, ou seja, cada chapa que se apresentar ao 40º Congresso Nacional da UNE, que atingir o quorum de 10% sobre o total de votos contados, somados os votos do conjunto das chapas apresentadas, tem direito, na proporção de seus votos, representação nos cargos da diretoria; - Realização do Seminário de Reestruturação da UNE, com a finalidade de discutir a organização da entidade nacional e o fortalecimento das entidades de base.

Fonte: Ata do 40º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Brasília, 24 de setembro de 1989.

Desta maneira, se conclui – a partir de nossa perspectiva analítica que tem como fonte as proposições aprovadas em congresso - o segundo período do movimento estudantil pós-reconstrução. Como vimos, este período foi caracterizado, pelo surgimento de grupos temáticos que visavam a ampliação da intervenção do movimento estudantil, para além de suas fronteiras... Não para esvaziar ou retirar de foco a dimensão da educação, mas para contemplar nesta realidade, outros aspectos e problemáticas da condição estudantil. A falta de clareza acerca do papel do movimento estudantil talvez tenha colaborado para que as reivindicações destes movimentos não fossem incorporadas de imediato. De qualquer maneira, foi nesta fase que foi gestada a maioria dos grupos que hoje servem como novos canais de expressão no interior do movimento estudantil.

2.3. O fortalecimento e institucionalização dos movimentos alternativos

Apesar de terem surgido na fase anterior, é no terceiro período, que os grupos temáticos acima citados se fortalecem. Não sem tensões em seu interior, e sem perder de vista sua especificidade, o movimento estudantil no decorrer dos anos 90 se apropria de temas como: gênero, raça, juventude, ecologia, cultura etc. Este gesto de incorporação, inicia com a pressão das próprias “bases”. É a presença da multidimensionalidade do movimento estudantil que se expressa de diferentes maneiras. Em muitos casos, como visto no capítulo 1, a UNE não dá importância, apesar de no discurso contemplar estas lutas.

Inicia-se neste período um processo de institucionalização destes valores e pautas no interior do movimento estudantil, que pode ser destacado em duas dimensões: a) no seu conteúdo e; b) na sua forma.

Na primeira dimensão, a institucionalização aparece como uma aceitação destas reivindicações por parte dos estudantes, quando estas pautas se integram às outras lutas já existentes do movimento estudantil e se firmam enquanto parte de seu ideário. Há uma certa construção na base para que isto aconteça.

Na segunda dimensão, a institucionalização aparece enquanto meio concreto que viabiliza estas lutas. Na prática, ocorre um “movimento” de formalização destas pautas a partir da criação de secretarias em sua direção. Isso é mais visível nos congressos da UNE, porém foi rapidamente incorporado para o movimento geral (DCE's,

CA's e DA's). Surgem aí as secretarias de cultura, de gênero, do movimento de área, de direitos humanos etc.

A segunda dimensão deste “movimento” de institucionalização, se dá então, de maneira conflituosa, pois na prática, tanto os grupos temáticos estudantis (movimento de estudantes negros, mulheres universitárias, entre outros), quanto as executivas de curso, reivindicavam autonomia perante a UNE.

Porém, como as secretarias criadas – que visavam realizar fóruns e seminários para amadurecerem a discussão destas pautas no interior das entidades – não tinham, de fato, muito poder de decisão, muitas ficaram no discurso e no papel. Algumas outras, contudo, por serem de interesse dos diversos grupos e tendências políticas, – como a questão do número de cotas para mulheres na composição da direção da entidade – tiveram mais repercussão e concreticidade.

É possível a interpretação de que os grupos temáticos – que são uma novidade no interior do movimento –, num primeiro momento foram institucionalizados a partir do paradigma antigo: criação formal de secretarias. Na verdade, estes movimentos lutavam para que suas reivindicações fossem contempladas pelo movimento geral, mas não queriam ser absorvidos pela estrutura pesada, hierarquizada e centralizadora das entidades estudantis, e de maneira mais peculiar, da UNE. Eram grupos que tinham um “movimento” muito mais flexível, descentralizado e que não queriam perder estas características.

Todavia, estes conteúdos “importados” de outros movimentos já eram discutidos dentro do movimento estudantil. A cultura sempre foi um canal de expressão pelo qual o movimento se apoiou; a questão de gênero e etnia também já fazia parte do seu rol de debates³⁹... Mas foi nesta nova fase que estes temas foram assumidos com maior realce. Mesmo assim, a questão da educação continuou, por ser ponto de pauta específico do movimento, o ponto de maior mobilização dos estudantes.

Iniciou-se assim, o terceiro período do movimento estudantil depois de sua saída da clandestinidade. E é nesta perspectiva que analisaremos as pautas de 3 dos 5 congressos deste período, que datam de 91 a 97⁴⁰.

³⁹ O Boletim Manifestação é emblemático. Na sua edição, número 1, Ano 3 de 1979, sai um artigo sobre a questão racial: “Em torno da questão racial: negros, quilombolismos, brancos Ku kux kian”. No mesmo número se encontra um artigo que relata a necessidade de discutir a questão do gênero. O artigo se refere à questão mais específica do aborto. O título é: “Aborto, controle da natalidade e creches: qual o significado para as mulheres?”. Como neste número, em vários outros essas duas temáticas são muito abordadas. Além disso, em 1981, o movimento estudantil em São Paulo realizava o seu 1º Congresso da Mulher Universitária Paulista.

⁴⁰ Apesar de fazer parte deste período, o 46º Congresso realizado em 99, não será analisado neste momento. Este será objeto de análise do capítulo posterior. Os congressos analisados serão respectivamente, o 41º, o 42º e o 45º.

Realizado na cidade de Campinas, e com um número bastante representativo de estudantes, o 41º Congresso da UNE reúne 5.000 delegados de todas as regiões do país.

Ainda no início do governo Collor, o congresso acontece num período de grande agravamento da crise social existente no cenário da política nacional. O processo de privatização das estatais e dos serviços públicos, acontecia de maneira rápida e era, para a maioria da população, uma realidade concreta. Como nos outros setores da vida nacional, esse processo também foi visível no interior das universidades. O projeto para o ensino pago, o crescimento contínuo de universidades particulares, a falta de verbas para o ensino público e o seu sucateamento, eram dimensões dessa realidade amplamente observadas pelos estudantes.

O congresso se tomava para o movimento estudantil uma possibilidade de discutir e organizar uma luta de massa que combatesse este “novo” projeto governamental calcado no neoliberalismo. Esta era a questão central para os estudantes que ali estavam: como lutar contra o projeto modernizante e neoliberal do atual governo, e barrar os planos de privatização do ensino?

Além disso, o movimento estudantil deveria organizar maneiras novas de aglutinar os estudantes e quebrar a barreira existente entre estes e as entidades.

Contando com novidades, o congresso contemplou em sua programação, a realização de grupos de discussão de variadas temáticas, a saber: ecologia, juventude, cultura, sexualidade, esportes e turismo. Essa multiplicidade de assuntos nos indica desde já, como seriam as pautas deste e dos congressos posteriores: marcados pela pluralidade de interesses e de proposições, características daquela década.

Novamente as executivas de curso e os movimentos temáticos apareceram expressando sua força e reivindicando seus espaços dentro do movimento estudantil.

No 41º Congresso da UNE, foi realizada a 2ª Reunião Nacional de Estudantes Negros. Com uma discussão acumulada desde o congresso anterior, lançaram o manifesto “Nós, os negros”⁴¹ que “avaliava as tendências do movimento estudantil presentes no congresso e o eixo economicista e eurocêntrico das elaborações”. (Nós, os negros. Em preparação para o I SENUN:12).

Mobilizando mais de 100 estudantes negros presentes no congresso esta reunião decidiu pela: a) Convocação do I **Seminário Nacional de Universitários Negros (SENUN)**, Salvador/BA; b) Criação do coletivo nacional de estudantes negros

⁴¹ De acordo com o documento, esta frase foi retirada de uma das cartas do Líder Sul-Africano, Steve Biko, ao seu povo.

universitários, e; c) Lançamento de um manifesto nacional denominado “NEGRATITUDE” assinado por delegados de várias bancadas presentes ao congresso.

As executivas de curso, a exemplo do 40º Congresso, também realizaram plenárias extra-oficiais que permitiram não somente uma organização destas com os próprios estudantes, mas também uma articulação maior entre cada uma delas, surgindo desta maneira, uma rede de comunicação. Estava plantada a idéia da realização de um Fórum das Executivas que pudesse possibilitar – a partir de uma discussão entre elas - uma unificação de políticas, uma comunicação mais efetiva, um debate acerca de seu papel, e uma intervenção mais qualificada nos congressos da UNE. Assim, mais respaldadas, poderiam exigir um espaço que contemplasse o poder de sua representatividade e autonomia.

Ainda, manifestando as várias expressões que o movimento estudantil pode assumir, se fez presente organicamente neste congresso, a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes que reivindicava o compromisso das entidades em geral (DCE's, CA's, UEE's e UNE) com a questão da assistência estudantil. Como afirma em seu documento:

“É notório, nos últimos congressos e encontros estudantis, bem como nas teses até hoje apresentadas, a total ausência de discussão e aprofundamento no que tange à assistência estudantil (...) embora o tema seja da maior relevância dentro do contexto sócio-econômico do país” (Tese sobre assistência estudantil – 41º Congresso da UNE:01).

A pluralidade de expressões do movimento estudantil se torna visível neste congresso. Um movimento plural – que pode ser analisado como fragmentação também – mostra sua amplitude: o movimento estudantil é bem maior que a simples estruturação das entidades. Ele contempla dimensões várias da condição estudantil e se manifesta através destas.

Nele se coloca a questão de que esta diversidade é saudável pela dinâmica que ela proporciona, porém, quando as especificidades destes grupos se tornam maiores que a luta geral, ou seja, quando as reivindicações destes não se ligam a um campo maior de lutas, o movimento corre o risco de perder seu eixo de atuação.

Caracterizado por uma forte reação frente às políticas neoliberais implantadas durante o governo Collor, e pelo fortalecimento dos grupos acima citados, as proposições do 41º Congresso da UNE contemplam estas duas dimensões. Abaixo, segue o quadro de lutas referentes às decisões aprovadas.

Quadro VII – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 41º Congresso da UNE

Política Nacional e Internacional:	Universidade:	Movimento Estudantil:
<ul style="list-style-type: none"> - Respeito à liberdade e à soberania das nações, unificação dos estudantes contra o imperialismo e apoio à luta de libertação dos povos (solidariedade à Cuba, à luta anti-apartheid na África do Sul e à OLP; Apoio à autodeterminação dos povos; - Retirada imediata das tropas aliadas do Golfo, e por uma Conferência Internacional de Paz no Oriente; - Campanha de solidariedade aos estudantes sul-coreanos; - Em defesa da criação do MERCOSUL; - Denúncia do "Projeto" do governo Collor; - Contra a privatização das estatais; - Defesa do patrimônio público e da Petrobrás; - Contra o monopólio dos grupos nacionais e multinacionais na economia brasileira; - Não à recessão "collorista" e pela estabilidade no emprego; - Fortalecimento do Fórum Nacional contra a recessão e a Fome; - Não ao pagamento da dívida externa; - Reforma agrária e apoio ao MST; - Intervenção da UNE na ECO-92; - Unidade da UNE com a CUT, CGT demais forças do movimento popular; - Defesa do direito à vida, contra a agressão dos PM's, e denúncia da chacina dos meninos de rua; - Contra o plebiscito e contra a pena de morte. 	<ul style="list-style-type: none"> - A UNE deve estar em todos os debates sobre educação, seja a nível de governo, parlamento ou sociedade civil; - Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; - Ter como prioridade desta gestão a luta contra a privatização e o projeto de Collor para a universidade; - Pela votação imediata da LDB; - Defender o compromisso da universidade com a melhoria da condição de vida da maioria da população; - Ocupação das delegacias do MEC como forma de luta; - Garantia da autonomia universitária; - Fim das taxas no vestibular; - Eleições diretas para reitores e participação paritária nos conselhos universitários; - Bolsas de pesquisa e extensão voltadas para a comunidade negra; - Incentivo aos projetos de extensão; manutenção e ampliação da assistência estudantil; - Auditoria nas escolas particulares; - Campanha: "Educação não rima com lucro". 	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição congressual com o critério de proporcionalidade qualificada; - Impulsionar a ligação das entidades de base aos DCE's; - Filiação das entidades estudantis à UNE; - Criação do departamento científico e cultural; - Criação de grupos de trabalho de cultura, de escolas pagas, esportes, ecologia na direção da UNE; - Realização do 4º Encontro de Executivas de curso com o tema: "Formação Profissional e Mercado de trabalho"; - Realização do 3º Encontro Nacional da Mulher Universitária; - A UNE deve manter uma ligação efetiva com a Secretaria Nacional das Casas de Estudante; - Promoção do 1º Festival de Cultura e Arte da UNE; - Luta pela méfia entrada nos cinemas e atividades culturais mediante carteira de estudante.

Fonte: Ata do 41º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Campinas, 1991.

Desta vez – diferentemente dos congressos relativos ao período de transição – aparecem concretamente nas pautas, a diversidade temática da qual falamos anteriormente. As reivindicações de bolsas de pesquisa e extensão voltadas para a comunidade negra; a criação de grupos de trabalho de cultura, de escolas pagas, esportes, ecologia na direção da UNE; a realização do 4º Encontro de Executivas de curso com o tema: “Formação Profissional e Mercado de trabalho”; a realização do 3º Encontro Nacional da Mulher Universitária; a promoção do 1º Festival de Cultura e Arte da UNE; a ligação da UNE com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes, entre outros são algumas destas proposições conquistadas pelos grupos temáticos organizados.

Ao seu final, o congresso elegeu pela terceira vez uma estudante para a presidência da entidade: Patrícia de Angellis. Esta gestão se caracterizou pela consolidação da proporcionalidade – mecanismo que garante a representatividade de todas as tendências na diretoria da entidade – enquanto alternativa política e de estruturação do movimento. Porém, com limites. Se a proporcionalidade democratiza o movimento dando possibilidade de expressão à maioria dos grupos existentes, na prática, a tendência com maior número de diretores se sobrepõe politicamente às outras. De qualquer maneira, é um processo que amadurece ao longo da experiência, e apesar dos conflitos, esta alternativa tem tido uma boa aceitação entre a maioria dos grupos.

A votação imediata da LDB, a realização de movimentos contra a privatização das estatais (Usiminas, Vale do Rio Doce, Petrobrás etc.), contra a liberação das mensalidades, e em defesa da gratuidade nas universidades públicas, foram algumas das lutas realizadas pela UNE e todo o movimento neste período. A UNE mantendo sua tradição de pauta voltadas para a situação econômica e social do país, reage neste período à realidade educacional daqueles anos de extrema pauperização dos serviços públicos, de ataque à universidade e de projetos de privatização que começam a se mostrar enquanto uma possibilidade real.

Ainda foram promovidos neste período o 1º Festival de Cultura e Arte, que foi realizado em Ouro Preto/MG; e o 1º Seminário de Extensão.

Na realização do 42º Congresso da UNE, algumas novidades na estrutura do encontro foram introduzidas:

“a) os grupos de discussão já existentes no congresso anterior, serão espaços de elaboração das propostas a serem aprovadas na Plenária Final; b) as convenções de chapa para a diretoria da UNE serão abertas para a participação dos

interessados; e c) as reuniões de cursos estão previstas no programa para que não ocorram em condições marginais como nos congressos anteriores” (Boletim da UNE. Abril/92).

É nesta perspectiva organizativa que inicia no dia 28 de maio de 1992, o 42º Congresso da UNE. Realizado na cidade de Niterói, o congresso reúne mais de 5.000 estudantes entre delegados e observadores e dá continuidade ao processo de institucionalização das pautas dos movimentos temáticos, que no campo de luta por espaço e voz, conseguem aos poucos, se firmar enquanto alternativa importante de expressão do movimento estudantil.

No 42º Congresso os estudantes negros apresentaram uma contribuição escrita “sobre a questão étnico-racial, econômica, política e educacional do povo negro brasileiro” (A universidade que o povo negro quer:01). Intitulado: “Universidade: tempos negros virão... A universidade que o povo negro quer”, este documento novamente trazia o questionamento da diferenciação de oportunidades existente a partir da questão racial. Mesmo sendo maioria da população, poucos são os negros que conseguem chegar ao nível superior. Assim, os universitários negros denunciam a universidade como um dos lugares sociais onde se reproduzem “os valores da estrutura racista da sociedade brasileira” (idem).

Continuam:

”Há muito se ouve falar da necessidade de incorporação por parte do movimento estudantil de questões outras: ecologia, feminismo, drogas, serviço militar obrigatório etc. No entanto, em momento algum as correntes políticas do movimento estudantil sequer levantam a problemática étnico-racial nas suas bandeiras de luta. Porém, para a efetivação de um projeto que vise uma mudança no sistema educacional do Brasil, é necessário que a UNE e o movimento estudantil absorvam como condição sine qua non um projeto contra-hegemônico e anti-racista para a nossa sociedade” (idem).

Em suas plenárias durante o congresso, os estudantes negros articularam de maneira concreta o I SENUN, que teria como objetivo, entre outros: “a) avaliar o papel da universidade brasileira numa sociedade pluri-étnica; trocar experiências de trabalhos acadêmicos relativos a questão do povo negro; c) verificar e discutir sobre a ideologia discriminatória no livro didático; e d) criar uma articulação nacional de estudantes negros” (idem:06), entre outros.

Com o tema: “A universidade que o povo negro quer”, o I SENUN também seria um espaço para discutir os 500 anos de colonização das Américas, tema a ser abordado naquele ano por muitos setores populares.

Com seu espaço oficializado neste congresso, as executivas de curso obtiveram cada vez mais, poder de intervenção. A garantia do espaço para articulação na programação do congresso já fora conquistada. Essa vitória foi resultado do grande sucesso junto ao segmento estudantil, que nos anos 90, descobrem-na como um lugar importante para sua prática de intervenção enquanto movimento organizado. Soma-se a isso, a boa articulação destas entre si. Após esta conquista, as executivas passavam a reivindicar poder de voto nos fóruns do movimento.

Este congresso também reafirma seu compromisso com duas outras causas importantes na formação do perfil do jovem dos anos 90: a ecologia e a cultura.

O meio ambiente foi um dos focos de atenção naquele ano, pois seria realizado no mesmo mês, na cidade do Rio de Janeiro, a ECO-92. Questionando a realização deste fórum internacional, e por fazer parte do Fórum Paralelo organizado pelos movimentos sociais e populares, a UNE decidiu participar das mobilizações do Fórum promovendo “um acampamento de jovens com shows e manifestações durante a ECO para registrar nosso protesto e denunciar a verdadeira situação de degradação do ambiente e das condições de vida dos povos” (Boletim da UNE. Abril/92).

A cultura, tomada como grande espaço catalisador da juventude nesta década entra, de fato, na pauta do movimento estudantil. As lutas em prol da cultura, manifestada principalmente através da promoção de festivais de cultura e arte, tomam grande impulso nos anos 90, sendo posteriormente uma das áreas mais priorizadas pela UNE.

Mas talvez, a grande reivindicação deste congresso tenha sido mesmo, aquele que daria o início de um grande movimento a favor da ética na política. Foi no 42º Congresso que os estudantes reivindicaram o Impeachment do presidente da República – Fernando Collor de Melo – denunciado por corrupção. Somada a esta reivindicação, estava a também importante pauta das novas eleições gerais. Simbolicamente, a concretização deste fato, significava a derrota do projeto modernizante que estava em andamento, e que tanto afetava a universidade. Talvez, naquele momento, não se tivesse a clareza da possibilidade real da organização de uma luta que fosse realmente capaz de depor o atual presidente. Mas estava lançado o desafio.

Abaixo, seguem as pautas aprovadas no 42º Congresso da UNE.

Quadro VIII – Lutas do Movimento Estudantil no 42º Congresso da UNE

Política Nacional e Internacional:	Universidade:	Movimento Estudantil:
<ul style="list-style-type: none"> - Respeito à liberdade e à autodeterminação dos povos e à soberania das nações; - Campanha de solidariedade a Cuba através dos CA's/DCE's e a participação na Conferência Internacional de apoio a Cuba no México em setembro; Pelo fim do bloqueio a Cuba e Irequé; - Contra as ditaduras de Andres Perez e Fujimore e que o Brasil rompa relações com o Peru; - Pela participação da UNE no II Encontro Latino Americano de Trabalhadores em defesa do serviço público e das estatais; - Abaixo o FMI e o Imperialismo; - Que a UNE disoute o MERCOSUL; - Fora Collor; Pelo Impeachment de Collor e eleições gerais; - Instalação de uma CPI para apurar denúncias contra Collor; - Grande passeata pelo Fora Collor e a tentativa de dominação dos países do 3º Mundo na ECO-92. Ato contra a ECO-92; - Contra o arrocho salarial e o desemprego; - Não à Internacionalização da Amazônia; - Reforma agrária, contra a violência no campo; - Não pagamento da dívida externa; - Ato em repúdio contra os 500 anos de genocídio e extermínio dos povos neste continente; - Não a lei de patentes; - Que a UNE dialogue com o comitê intertribal e discuta a educação indígena, garantindo o respeito às tradições e à cultura dos índios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articular instrumentos globais de avaliação institucional da universidade na sociedade brasileira, construindo uma universidade realmente integrada com a sociedade; - Melhoria das atividades de assistência estudantil, bandeirão, moradia, serviços e outros, possibilitando condições básicas para a vida nas universidades; - Realização do 2º Seminário de Ciência e Tecnologia e Iniciação Científica da UNE; - Não à proliferação de cursos de extensão pagos; - Mobilização contra a política de privatização das universidades que provoca o sucateamento e falta de recursos para a pesquisa e extensão; Contra as fundações; - Autonomia política e acadêmica da comunidade universitária; - Criação de cursos noturnos de boa qualidade; - Que os colegiados de curso e de área das federais sejam constituídos paritariamente por docentes e discentes; - Fiscalização das instituições particulares de ensino pelo poder público e pela comunidade universitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um Seminário Latino Americano sobre Reforma Universitária; - Dia nacional de lutas em defesa da universidade pública; - Realização de um seminário de cultura da UNE; criação de um grupo de trabalho sobre cultura envolvendo DCE's e UEE's; - Proporcionalidade qualificada para a diretoria da UNE; - Que a UNE apoie o primeiro Seminário Nacional de Estudantes Negros; - Luta unificada entre a UNE e a SENCE como o nome: "Brasil, mostra as tuas casas"; - Realização do 2º Seminário sobre movimento estudantil e seminário sobre extensão; - Realização do Encontro Nacional de Mulheres Universitárias; - Realização de um Encontro Nacional de Escolas Pagas; - Criação dos Conselhos Nacionais de Executivas de curso, ligadas às secretarias de humanas, exatas e biomédicas.

Fonte: Ata do 42º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Niterói, 1992.

Aprovadas as propostas, foi realizada a eleição para a composição da nova diretoria, do qual foi eleito para presidir a entidade, o estudante Lindbergh Farias.

O ano de 92 foi marcado pelo movimento estudantil de massa; a participação dos jovens nas entidades e manifestações organizadas pelo movimento, foi intensa. Isso se deve – em boa parte – à campanha realizada pela UNE que pedia o Impeachment do presidente Fernando Collor.

Momento de grande euforia do movimento, este conseguiu catalisar a grande insatisfação da população com o governo e trazer de volta os estudantes às ruas.

As inúmeras e grandiosas manifestações foram comparadas às de 1968, onde os estudantes eram a única camada capaz de mobilizar a sociedade. Porém, devemos ressaltar que apesar destas duas características, as movimentações de 92 têm um conteúdo bem diferenciado. O que mais mobilizava naquele momento, era a indignação frente à corrupção que assolava o país com as denúncias sofridas pelo presidente Collor. A ética na política colocada como um valor de extrema importância no corpo social, era a principal reivindicação da sociedade, e foi a grande catalisadora da insatisfação de todos – jovens e adultos – que estavam nas ruas. Abaixo, segue um trecho do jornal A Tarde que caracteriza uma das manifestações.

RESSURGE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os novos rebeldes e também parte da geração de 68 ocuparam, ontem, por três horas, mais de um quilômetro da avenida Rio Branco, no centro do Rio, na maior passeata de estudantes desde a redemocratização do país. Sob uma chuva de papéis picados atirados dos edifícios e gritando “Fora Collor, Impeachment Já”, entre outras palavras de ordem, pais e filhos caminharam juntos na manifestação, que se iniciou na igreja da Candelária e acabou em comício no obelisco da Cinelândia. (...) Foi uma manifestação alegre e multicolorida. Os estudantes carregavam desde as bandeiras azuis da UNE até as bandeiras vermelhas dos partidos de oposição e muitas faixas pretas com letras brancas, pedindo o Impeachment.

Jornal A Tarde. 22/08/92

O movimento estudantil, como um dos protagonistas participa da grande rede de movimentos sociais que lutam pela moralidade política no país. Junto com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), Centrais Sindicais, Igreja, e outras organizações civis, incorpora a luta pela ética na política como sinal de moralização e transparência da sociedade.

Sem aprofundar os aspectos concernentes ao movimento do Impeachment, podemos afirmar que este foi um momento de grande impulso para o movimento estudantil, onde o número de estudantes nas entidades, aumentou consideravelmente, mesmo após o término das manifestações.

Além do caso específico do Impeachment, o movimento estudantil no período concernente aos anos de 92 a 97, realizou outras atividades importantes. Neste intermédio foram realizados pelo menos dois congressos: o 43º em Goiânia, e o 44º em Brasília.

No que diz respeito às teses aprovadas no 43º e 44º congressos, não houve muita mudança significativa. As proposições acerca da defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, bem como o fortalecimento dos grupos temáticos foram as características que permearam este período.

Neste contínuum, foi realizado em 93, o III Encontro de Mulheres Universitárias. Com o lema “Viver as diferenças com direitos iguais”, este encontro objetivava discutir o papel e a realidade da mulher universitária. Discutindo questões como:

“(...) o lugar da mulher é na história; a universidade como espaço de construção de conhecimento e reprodução da opressão; saúde e sexualidade; participação da mulher nos espaços de decisão e de poder, além de várias oficinas com conteúdos diversos, as mulheres presentes no III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias demonstraram que estes temas são de grande interesse no meio acadêmico e se inserem na discussão de outras questões dentro da universidade”. (III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias:01)

Além disso, foi amplamente discutido o papel da mulher no movimento estudantil. Para as mulheres universitárias presentes,

“apesar de sermos mais de 50% dos estudantes universitários e atuarmos no movimento estudantil dentro e fora das entidades, constatamos uma realidade de discriminação e opressão às universitárias, nos mesmos moldes do que se apresenta na sociedade”. (idem:02).

Dadas todas estas discussões, as principais propostas retiradas deste encontro foram: a) a implementação no currículo dos cursos, disciplinas que tratem da questão de gênero; b) a criação de creches nas universidades que atendam às mães universitárias; c) que o departamento feminino da UNE elabore políticas e discussões sobre a questão da mulher, formação e mercado de trabalho nas universidades; d) participação das entidades estudantis de base e da UNE nas campanhas de combate à violência da mulher; e e) pela maior participação das mulheres na diretoria da UNE, tendo como

discussão principal a questão das “cotas”.

A diversidade de assuntos e as pautas assumidas pelo movimento estudantil não se esgotam. Foi neste sentido, que o movimento lançou em 94 a campanha do primeiro emprego. “Este movimento estará articulado com a campanha nacional do emprego, coordenado por Betinho, que também coordena a campanha contra a fome” (Boletim da UNE, nº 2 – junho de 1994).

Outras atividades e campanhas foram realizadas neste período. A organização de uma Frente Ampla contra o Neoliberalismo e a luta contra o “PROVÃO” – sistema de avaliação instituído pelo MEC a partir de 95 – são algumas delas.

No movimento de área foi organizado em 94, o Fórum das Executivas, que garantia a articulação e o fortalecimento deste. E é neste ritmo que chega-se ao 45º Congresso da UNE. Realizado na cidade de Belo Horizonte, este conta com a participação de mais de 6.000 estudantes. Como no 44º Congresso, este também conta com o aumento significativo dos grupos de discussão, cujo objetivo é debater as temáticas do movimento estudantil, política nacional e universidade. Além disso, os grupos são também espaços de proposição dos estudantes, que sistematizadas em relatório, vão para a votação em plenária final.

Marcado pela unanimidade na crítica à política de Fernando Henrique Cardoso, e pela rejeição à política neoliberal que este governo assume, o 45º Congresso da UNE contou em sua programação, com um momento de protesto. Reunindo nomes expressivos da política nacional do campo de esquerda, o ato de oposição, fez severas críticas e ataques aos projetos neoliberais implementados pelo governo. A privatização das estatais e das universidades, juntamente com a aliança de Fernando Henrique ao PFL, foram as principais críticas realizadas. Além disso, este ato serviu como uma tentativa de unidade do campo de esquerda.

OPOSIÇÃO ATACA GOVERNO E ALIANÇA DE FHC COM O PFL

O 45º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) reuniu ontem, em Belo Horizonte, lideranças nacionais de oposição, que acusaram o governo Fernando Henrique Cardoso de sacrificar a população ao implantar uma política neoliberal no país. ‘Estamos reunidos em busca da reafirmação da UNE e em luta contra o neoliberalismo’, explicou José Dirceu, presidente nacional do PT, para seis mil estudantes. (...) O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente nacional do PT, José Dirceu, e o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicentinho, foram unanimemente aplaudidos. Vicentinho criticou duramente

a globalização. Suplicy questionou o tipo de voto que o Brasil vai alçar enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso estiver preso ao PFL e não se aliar a grupos como o MST.

Estado de Minas. 05/07/1997

Este congresso teve também um caráter de reafirmação do movimento estudantil – e particularmente de sua entidade, a UNE – entre os estudantes. Várias foram as teses que em suas discussões contemplaram a questão do distanciamento das entidades e a falta de uma agenda específica sobre a universidade e o próprio movimento. O momento do congresso serviria para aprofundar estas questões e pensar numa maneira mais criativa de aproximar os estudantes das entidades e do próprio movimento.

Novamente os grupos temáticos apareceram, reafirmando a força de um novo estilo de se fazer movimento estudantil. Como sabemos, o movimento não se resume às suas entidades, mas se amplia com o surgimento de novos conteúdos e maneiras de fazer. As executivas de curso, bem como todos os grupos temáticos que apareceram na tentativa de ocupar o vazio existente no movimento, são exemplos disso.

A mescla de uma política que se expressa num discurso mais global, de ataque ao governo federal e de oposição à política neoliberal, com uma política mais setorializada, caracterizada pela conquista dos grupos temáticos (negros, mulheres, homossexuais etc.) no interior do movimento, é talvez, a maior marca deste congresso.

Com um dia reservado na programação para a organização dos grupos temáticos, o congresso assume de vez a luta destes setores. O que não significa, porém, que o movimento estudantil consiga estabelecer e encaminhar políticas que dêem continuidade a estas lutas pensadas à luz da condição estudantil.

MINORIAS CONQUISTAM ESPAÇO NA UNE

Hoje é dia de politicamente correto no 45º Congresso da UNE, que acontece até Domingo em Belo Horizonte. Pela primeira vez, a entidade reservou espaço na programação do congresso para negros, mulheres, gays e lésbicas. Mas, na opinião dos estudantes destes grupos, não foi a UNE quem deu espaço para ele. Eles é que conseguiram. 'No último congresso, não quiseram aprovar as cotas (para mulheres na diretoria da UNE), mas agora acho que a nossa pressão vai valer', disse Claudionice Durans, 25, do movimento de mulheres. Ela defende que 30% dos 51 cargos da diretoria sejam preenchidos por mulheres. O presidente da UNE, Orlando da Silva Júnior, que foi contra as cotas no último congresso, acredita que serão aprovadas. Ele defende a participação das mulheres em 20% da diretoria. Outro grupo que vai pedir mais empenho da UNE para suas causas, é o

dos negros. Eles vão defender que o Congresso aprove uma resolução contra o ministro dos Transportes Eliseu Padilha. Recentemente, ele comparou o ministro extraordinário dos Esportes, Pelé, ao asfalto. Cotas para negros nas universidades também serão discutidas. Os gays e lésbicas do congresso recebem hoje a visita da deputada Marta Suplicy (PT-SP), que vai falar sobre o seu projeto de união civil entre homossexuais. A UNE tem uma resolução, aprovada no último congresso, de apoio ao projeto de união civil.

Folha de São Paulo. 05/07/1997

As principais pautas relativas à educação foram, novamente, o combate ao “Provão” e à privatização das universidades. O discurso de combate ao neoliberalismo foi sendo apropriado pelo movimento estudantil como uma das marcas do seu ideário, no final da década. E toda expressão ou projeto para a universidade que fosse pensada a partir desta concepção política era desaprovado pelos estudantes.

Neste congresso ainda foi feita uma homenagem ao líder chileno, Salvador Allende, assassinado pelo exército de seu país, em 1973. A UNE escolheu Allende “para lembrar aos países da América Latina os valores da soberania nacional e da democracia” (Diário de Belo Horizonte, 07/07/1997). Para representá-lo, fez-se presente Gonzalo Allende, seu neto.

Abaixo, segue a pauta aprovada neste congresso.

Quadro IX – Pauta de Lutas do Movimento Estudantil no 45º Congresso da UNE

Política Nacional e Internacional:	Universidade:	Movimento Estudantil:
<ul style="list-style-type: none"> - Respeito à liberdade e à soberania das nações; - Contra o imperialismo; - Contra a ALCA; - Contra a privatização das estatais e Plano de Desestatização; - Por uma previdência controlada pelos trabalhadores; - Pela estabilidade dos servidores públicos; - Pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce; - Pela anulação do projeto de reeleição; - Abaixo as reformas constitucionais; - Não ao pagamento da dívida externa; - Reforma agrária e apoio ao MST; - Emprego para todos através da redução da jornada de trabalho; - Mais investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia; - Política nacional de preservação do meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; - Pela saída da UNE no CFE; - Combate ao projeto neoliberal para as universidades; - Lutar pela rejeição da PEC 370 e contra a proposta de regulamentação da LDB apresentada pelo governo; - Construir unidade com a ANDES e a FASUBRA nas táticas de enfrentamento ao governo federal; - Combate às fundações universitárias; - Luta contra o "Provão"! - Redefinição do financiamento do CREDUC, ampliando o número de alunos atendidos, mas que não sejam utilizados recursos provenientes do ensino público; - Garantia da autonomia universitária; - Manutenção e ampliação da assistência estudantil; - Luta pela democracia interna na universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eleição congressual com o critério de proporcionalidade qualificada; - Extinção do delegado nato; - Criação de congressos estaduais, com fins, entre outras coisas de eleger os delegados para o Congresso da UNE; - Realização da 1ª Bienal de Cultura e Arte; - Apoiar movimentos sociais como os de negros, feministas e homossexuais. - Seminário Nacional sobre Escolas Pagas; - Voz e voto para as Executivas de curso nos CONEGs; - Luta pela meia entrada nos cinemas e atividades culturais mediante carteira de estudante.

Fonte: Ata do 45º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Belo Horizonte, 1997.

Após a aprovação desta pauta com seus pontos reivindicatórios, o congresso elegeu sua nova diretoria. O presidente eleito foi o estudante Ricardo Capelli.

Finaliza-se assim, o terceiro período do movimento estudantil pós-reconstrução, caracterizado pela mescla de um discurso político de caráter mais geral e de ataque às políticas neoliberais, com uma política mais setorizada, que engloba no seu ideário, a luta pelos direitos das minorias (negros, mulheres, homossexuais etc.) e a luta por áreas temáticas como a cultura e o meio ambiente.

Ao passar pelo resgate das lutas do movimento estudantil, encaminhadas e aprovadas em seus congressos nacionais, quisemos ressaltar as mudanças acontecidas neste período que se iniciou em 1979 – com a sua reconstrução –, e foi até 1997, com a realização do 45º Congresso da UNE, e tem continuidade até o ano 2000. As fases testemunharam a importância do movimento e ao mesmo tempo suas ambigüidades e contradições.

Escrever sobre os congressos da UNE é sistematizar uma parte da história do movimento estudantil, que geralmente não conhecemos. Os congressos, que têm a finalidade de pensar e discutir o posicionamento dos estudantes no meio social (seus interesses, lutas e bandeiras), foram e continuam sendo muito importantes para a revitalização da militância, bem como do próprio movimento estudantil. Além disso, expressam – pelo menos em parte – o caráter da participação política dos estudantes.

Claro, o movimento não se resume à realização de seus congressos e fóruns, e muitas vezes, a própria dinâmica do movimento atualizado através do surgimento de grupos novos – dos independentes aos anarquistas – é negada ou marginalizada nestes encontros. Resgatar a fala destes grupos é de fundamental importância para observar o conteúdo que eles trazem; e para pensar o movimento estudantil a partir do não-oficial.

Ao mesmo tempo, os congressos conseguem expressar, a partir da presença das inúmeras tendências e tribos, a multidimensionalidade do movimento estudantil, ou seja, as diversas formas dele se manifestar. Assim, podemos perceber que o movimento estudantil não é um movimento unitário, mas, plural. Existem, sim, movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter-cruzam, a partir de pautas e de interesses comuns.

Nos últimos anos, o movimento estudantil, como vimos, absorveu várias das tendências dos novos movimentos sociais que preconizam uma maneira de fazer política mais setorizada. Esta incorporação – de certa forma – foi uma tentativa de criar uma linguagem mais atualizada e mais próxima dos estudantes. A discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, e das próprias executivas são peças fundamentais neste redesenho do movimento. Apesar disso, continua não cativando a maioria dos estudantes e estigmatizado como um movimento que não fala a mesma

língua e está preso ao passado. Que fatores influenciam este comportamento? Tem surgido mesmo no movimento estudantil uma nova sociabilidade militante?

Outro tópico não aprofundado neste capítulo, mas de primordial importância para entender a reação dos estudantes frente ao movimento, é a questão do partidarismo. Esta e outras questões serão analisadas no terceiro capítulo, onde será analisado o 46º Congresso da UNE.

3. 46º Congresso da UNE: a tradição e sua resignificação...

Analisar o movimento estudantil é antes de mais nada, analisar um movimento plural, capaz de se manifestar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade inclusiva – pode ser capaz de mobilizar os estudantes.

Como já pontuamos, não existe um movimento estudantil unitário. Neste sentido, seria mais correto falar em movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter-cruzam.

Nesta pluralidade existente, o movimento agrega um número infinito de tribos e grupos em seu interior, desde aqueles que se manifestam através de tendências orgânicas – geralmente ligados a um partido político –, até aqueles que expressam interesses temáticos e mais localizados – como o grupo de estudantes negros e as executivas de curso, por exemplo. Ainda existem aqueles que, apesar de serem organizados com características parecidas com as das tendências, não possuem vínculos partidários. É o caso dos independentes e dos anarquistas.

Por outro lado, a existência da pluralidade muitas vezes é ofuscada, não se deixando perceber de maneira visível, dada a capacidade de articulação e de estratégias das entidades estudantis tradicionais que imprimem um estilo, um modo de fazer política e militância – poderíamos dizer, um *habitus* – que não contempla, ou tem dificuldades de aceitar, novas maneiras de expressão estudantil, ficando estas últimas, muitas vezes marginalizadas.

Concordando com Foracchi (1977:230) entendemos que,

“não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelece a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela”.

Entender os processos pelos quais os estudantes se mobilizam para uma ou outra temática; quais os ideários construídos pelos grupos no interior do movimento estudantil (existem novas utopias?) e o seu alcance; qual a relação do movimento estudantil com o Estado, os movimentos sociais, com os partidos e os próprios estudantes; que novas linguagens estão aparecendo neste campo político capazes de

catalizar, aglutinar e gerar novas práticas... são algumas das questões que tentaremos aprofundar neste momento.

A decisão de analisar o movimento estudantil atual através dos últimos Congressos da UNE, dando maior ênfase ao último se deve a sua consideração como espaços aglutinadores e representativos de todas estas expressões, de todas estas linguagens, onde a diversidade se manifesta e se posiciona, marcando seu campo político.

Entendemos que os Congressos da UNE, não se limitam a um espaço ou fórum onde os estudantes tomam posições políticas para o seu próprio movimento e suas entidades (suas futuras ações, estratégias, novos conteúdos etc.); ou apenas um campo de disputa política por parte dos grupos organizados com vistas a imprimir sua marca na direção do mesmo. Os congressos contemplam todas estas dimensões, e também são espaços onde se localiza e se cultiva a tradição entendida aqui como a consolidação da experiência coletiva que se faz através da repetição e, por conseqüência, da recordação desse fazer, dessa experiência. Esta consolidação da experiência coletiva "garante o acesso do indivíduo à dimensão de sua ancestralidade, tradição que pulsa em cada instante do 'agora'. A repetição em um sentido preciso garante a 'recordação coletiva', substância mesma da tradição: recordação é a anamnese da experiência coletiva na sua forma social" (Matos, 1989:31).

A tradição, assim, inspira a partir da recordação a sua própria ruptura com o instituído, pois ela também é construção. O que é dado tem a possibilidade de se transformar em algo novo. Ou seja, ela carrega em si a possibilidade da interrupção, da reinterpretção do passado. Um espaço de pensar e refazer a prática.

Apesar do cunho muitas vezes **tradicional** – enquanto maneira clássica de se estruturar – reprodutivista e difuso, os congressos conseguem ser, ainda, um espaço de manifestação e enfrentamento de idéias e forças, de expressão de novidades, e às vezes, de ruptura... Ou seja, um *locus* onde se permite a criação ou fortalecimento de novas práticas, de um novo agir coletivo. Com suas tensões, luta de forças políticas em seu interior, mas também de novas práticas e conteúdos que permitem afirmar que se gesta, ou que já é real, uma nova sociabilidade militante no interior do movimento estudantil.

Mas para isso, é preciso que se analise a configuração do campo de forças, ou o campo político, no qual este movimento se insere, e pelo qual os grupos inter-agem. Deste modo, nos apoiamos nos conceitos de Bourdieu relativos a campo e campo político.

Para o autor, campo se define como um “espaço social de relações objetivas” (Bourdieu, 1998:64). Detalha: “um campo se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e aos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo” (1983:89).

A idéia de campo também é baseada na luta interna de seus participantes e suas relações, o que Bourdieu define como jogo. Para ele, todas as pessoas que estão participando de um campo tem interesses a serem disputados e conquistados. Esta é uma das características do campo: “a existência de objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus*⁴² que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc” (idem).

A partir desta mesma lógica podemos pensar a existência do campo político. Para Bourdieu (idem), todo campo contém em si suas especificidades, ou aqueles interesses específicos “que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo”. Como temos o campo científico, o das artes, o da alta costura, o jurídico, entre outros, temos o campo político, que iremos nos deter com maior profundidade neste momento a partir da análise do movimento estudantil. Poderíamos assim, conceituar campo político como sendo “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...)” (Bourdieu, 1998:164). A análise deste campo nos ajuda a compreender o movimento estudantil na sua dimensão da ação coletiva, capaz de diminuir/ampliar ou afastar/atrain para si, a participação dos estudantes.

3.1. Cena 1

Era manhã de quinta-feira e estava quente. Mais de 6.000 estudantes se reuniam naquele que seria o seu 46º Congresso⁴³. Jovens de todas as idades e lugares do país estavam juntos para ali novamente realizar o ritual do encontro. O encontro com a política, o encontro com a festa, o encontro com a “energia utópica”, enfim, com a tradição...

⁴² Definimos *habitus* como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (Bourdieu, 1983:94).

⁴³ 46º Congresso da UNE, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG) no ano de 1999.

Discutir propostas políticas, pensar alternativas e estratégias para mobilizar os estudantes, estreitar o canal entre estes e as organizações estudantis, mudar internamente a entidade, eram algumas das propostas estampadas nas faixas, bandeiras, folhetos e panfletos ali afixadas e distribuídos.

No grande pátio da PUC/MG, inúmeras tendas serviam de abrigo para as diversas tribos que ali se refugiavam do calor (e) do sol. Nestas, descansavam, conversavam e se refrescavam enquanto a programação oficial não começava. Nas mesas das lanchonetes muito barulho e empolgação.

O som advinha de diferentes lugares: do grupo de capoeira que se apresentava, das rodas de samba espontâneas organizadas pelos estudantes que chegavam a todo instante, dos carros que passavam realizando suas propagandas, e do equipamento de som que ficava próximo à tenda do credenciamento...

No cenário, podia se perceber a grande variedade de estilos e tendências visuais. A estética era algo realçada. As roupas coloridas, as bandeiras e os adesivos, se tornavam vitrines para estampar o ideário político daqueles estudantes. Na estampa, as figuras de Che, Sandino e Zapata; frases militantes e frases poéticas; símbolos da América Latina, dos próprios estudantes e suas organizações, e de seus preferidos e variados partidos... Penas e colares indígenas, saias e vestidos indianos, tatuagens na pele dourada do sol, e as roupas escuras dos darks também se faziam presentes.

Tão ou mais evidente eram as faixas, camisetas e bottons que carregavam o logotipo das teses que concorriam ao congresso. De algum modo as pessoas percebiam que no campo da política a expressão visual – passagem do implícito para o explícito – como técnica para atrair a atenção, era importante.

Nos demasiados espaços, pequenas barracas movimentavam o grande fluxo do consumo dos estudantes: colares, fitas, chapéus, bolsas, pulseiras, lenços, enfim, pequenos adereços e indumentárias realçavam o caráter visual do congresso. Além disso, revistas e livros usados, propagandas partidárias e CDs alternativos compartilhavam do rol de produtos na preferência dos estudantes.

As concepções e intenções políticas, eram assim, expressas através do universo simbólico amparado pela dimensão da expressão visual e da estética. As mensagens de protesto e solidariedade eram decodificadas sem muita dificuldade...

Tinha-se a impressão de que o congresso sofria a influência do que muitos autores (Abramo, 1994; Sposito, 1994 etc) vêm pontuando como a sociabilidade juvenil advinda “do mundo da rua”. Com a idéia do estilo como um espetáculo, as tribos se expressavam através de suas roupas e adereços (camisas com frases militantes, com símbolos anarquistas, com cores diversas, com o logotipo de seu grupo político etc.); de

sua música – compreendida tanto pelas letras como os seus diferenciados ritmos –, e pelo lazer.

Na perspectiva de uma **intervenção política** aliada às **novas linguagens juvenis**, são criados **estilos espetaculares** que – nos diferentes espaços – se manifestam como uma das **características da nova sociabilidade juvenil/militante**. Como afirma Abramo (1994:xv), “a produção de estilos espetaculares por parte desses jovens envolve a elaboração crítica de questões relativas à sua condição e a seu tempo e significa também um esforço que implica em uma intenção de intervir nos acontecimentos”.

Da mesma forma, outras mensagens e sinais são observados. Ao lado da linguagem espetacular, o congresso também apresentava uma linguagem outra. Na ótica do conceito de campo de Bourdieu, podemos pensar a disputa e demarcação de espaço através de faixas, cartazes e símbolos outros – pelas diversas tendências e grupos organizados –, como uma das táticas do jogo do campo político. Este outro estilo, talvez menos espontâneo e baseado no jogo entre as variadas tendências, também utiliza o aspecto da estética e do visual como modo de atrair a adesão dos inúmeros estudantes ali presentes. Como afirma Bourdieu (1998:165),

“a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, do universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação”.

As dimensões da “política do mundo da rua” com a política pensada a partir da concepção de *realpolitik* se fazem presentes e se relacionam no campo político neste congresso.

Com um pequeno atraso, a programação oficial daquele dia começa. Na agenda, a formação de grupos de discussão. Estes eram pequenos espaços onde os estudantes tinham a maior possibilidade de intervir devido ao seu caráter mesmo: um público e um espaço menor. Estes grupos tinham o objetivo de discutir os temas específicos e sistematizar propostas para a plenária final do congresso. Estas seriam posteriormente, analisadas e colocadas para apreciação.

Em cada grupo, dois ou três debatedores para fazerem a explanação do tema, e no final, um espaço aberto para os estudantes se posicionarem e tirarem suas resoluções, se possível. Alguns dos grupos não foram realizados, mas mesmo assim, os estudantes presentes tomavam a frente e organizavam o seu próprio debate...

Com a idéia de dar respostas à sociedade, o movimento imprimia uma dinâmica de discussão que passava pela ampliação de temáticas no seu interior, que permeavam questões das mais gerais, àquelas de cunho mais interno do movimento. Como em outros congressos, a temática de gênero, da questão racial, dos povos indígenas, enfim, do grupo de minorias, demarcava seu espaço.

As temáticas eram muito diversificadas, contemplando áreas da política, meio ambiente, juventude, justiça e paz, cultura, desemprego, discriminação das drogas, reestruturação do movimento, universidade brasileira, questão racial e de gênero no movimento estudantil, entre outros. Porém, apesar dessa amplitude de temas notava-se uma **prioridade** por parte dos estudantes para aqueles grupos de cunho político-institucional e de reestruturação interna do movimento estudantil. Os grupos organizados em tendências se dividiam para marcar posição e fazer valer suas propostas no momento da sistematização. A prioridade por esta temática era entendida e justificada se pensamos nas principais questões postas para este congresso: a democratização do movimento estudantil e a realização de uma campanha contra o governo federal e sua política econômica, simbolicamente expressas no slogan mais repetido do congresso: “Fora FHC e FMI”.

A discussão debatida no capítulo anterior relativa à abertura explícita do movimento estudantil às questões mais globais – porém, mais setorizadas – se fazia visível⁴⁴. A dinâmica não agradava a todos que percebiam naquela estrutura de discussão, a proposta de um debate fragmentado.

3.2. Cena 2

A expectativa era grande e não se sabia bem ao certo o momento de sua chegada. Milhares de curiosos estavam a postos aguardando qualquer sinal de sua presença. Enquanto isso, nas proximidades do Ginásio do Mineirinho, os estudantes se refrescavam e se alternavam naquele espaço. Ali perto, um trio elétrico fazia um som

⁴⁴ Aqui, o quadro relativo aos temas discutidos nos grupos de discussão do 46º Congresso da UNE: Governo de FHC; Privatizações, Desnacionalização e Dependência Econômica do Brasil; Globalização, Dominação e Paz Mundial; Desemprego e Mundo do Trabalho; Movimentos sociais; Meio Ambiente; Violência Policial; Brasil 500 Anos; Políticas Públicas para a Juventude; Política Cultural Brasileira; Descriminalização das Drogas?; Direitos Humanos; Discriminação Racial; Financiamento Público Para o Ensino Público: Gratuidade; Autonomia Financeira ou Autonomia Universitária; Dois Anos da Nova LDB; Avaliação do Ensino Superior e Provão; Democratização do Acesso e Aumento da Oferta de Vagas; Iniciação Científica e Política de Ciência e Tecnologia; Extensão Universitária; Gestão Democrática do Ensino Superior; Reforma Curricular e Formação Profissional; Inadimplência e Creduc; Fim da Filantropia nas Particulares; Expansão do Ensino Pago e Qualidade; Reestruturação dos Fóruns de Debate e Decisão da UNE; Aprimoramento da Comunicação; Relações Internacionais; Movimento de Área; Diversificação das Atividades do Movimento Estudantil, Empresa Júnior, Atléticas e Outras Experiências; Produção Cultural estudantil, Biental e Outras Iniciativas; Direitos Humanos e Questões Racial e de Gênero no Movimento Estudantil; Assistência Estudantil; Projetos Estudantis de Extensão Universitária; Estrutura das Entidades Estudantis.

estridente capaz de animar (ou desanimar) aqueles que estavam próximos. Em cima do trio, estudantes do norte do país dançavam suas músicas regionais. No chão, grupos organizados regionalmente criavam – com um certo etnocentrismo – um clima de exaltação às suas cidades e estados.

Pequenos grupos representando suas variadas tendências e partidos gritavam palavras de ordem, manifestando suas idéias políticas e reivindicações. Entre eles, a dinâmica era de combate; as palavras de ordem serviam de arma para expor as divergências entre si.

Também organizados numa simples barraca, estudantes mostravam a história do povo colombiano e a luta das FARC's (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), realizando uma campanha de solidariedade a este povo.

Finalmente chega a tão esperada personalidade: Fidel Castro. Foram quase duas horas de espera. Os portões aos poucos se abrem e os estudantes têm dificuldade de passar pelo estreito corredor e entrar no ginásio. Alguns minutos de confusão são gerados...

Aos poucos a multidão entra no ginásio e se acomoda. A grande maioria se posiciona no centro do Mneirinho. Não existem lugares reservados, os grupos se misturam. São poucos os blocos organizados que se reúnem em separado. Enquanto não iniciava a sessão especial do congresso, os estudantes – ao som de bandas de rock nacional – batem palmas, levantam bandeiras partidárias e as dos respectivos países – Brasil e Cuba –, além de cartazes e faixas que expressavam solidariedade ao povo cubano.

Alguns minutos depois, Fidel Castro chega. Na sua entrada os estudantes tomam conta do ginásio e o aplaudem de pé.

Em todo o ginásio ouviam-se os ecos dos gritos de guerra exaltando Cuba e o convidado de honra do congresso: “Cuba sim, yankes não, viva Fidel e a Revolução!”, “Cuba, Cuba!”... Aplausos, choro e emoção... haviam também aqueles que estavam ali somente para observar e ver Fidel.

O presidente da UNE é o primeiro a falar. Os estudantes protestam pelo seu discurso demorado. Logo após a palavra é passada para um dos dirigentes da UNE que – ao lembrar dos vários estudantes que lutam por reforma agrária, uma política de emprego etc., e dos que lutaram e morreram na época da ditadura – entrega a Fidel uma placa de honra oficializando-o como Presidente Emérito da entidade. Além da placa, uma camisa da seleção brasileira de futebol...

Fidel agradece a todas as homenagens e inicia um discurso que duraria mais ou menos duas horas. Fidel fala da necessidade da organização da América Latina e Caribe,

da luta contra a política neoliberal que vem se instituindo em todos os países do mundo. Havia uma sintonia entre o que ele falava com o que vinha sendo discutido até então, pelo 46º Congresso, que foi marcado pela crítica ao modelo neoliberal **implementado** pelo atual governo federal.

A tônica do discurso questionava a integração dos países pela via da economia (globalização financeira) e sugeria que a integração fosse viável através da cultura. Em um dos momentos pontua Fidel (1999:6)⁴⁵:

“A soma de todas as nossas culturas seria uma enorme cultura e uma multiplicação das nossas culturas. A integração não deve afetar, senão enriquecer a cultura de cada um dos nossos países. Quando falamos de união, neste sentido, o fazemos ainda dentro de um marco estreito. Acredito um pouco mais: acredito na união de todos os países do mundo, na união de todos os povos do mundo e na união livre, verdadeiramente livre. Não a fusão, senão a união livre de todas as culturas, num mundo verdadeiramente justo, num mundo onde possa ser aplicado aquele tipo de globalização de que falou no seu tempo Karl Marx, e da qual fala hoje João Paulo II quando expressa a idéia de globalização da solidariedade”.

Também foi realçada a lembrança dos 40 anos da Revolução Cubana, que acontecia naquele ano. Na lembrança, o contágio dos estudantes, os aplausos, coros enaltecendo a revolução, o balançar das diversas bandeiras. Num dos pontos do ginásio alguns poucos estudantes descontentes se expressavam timidamente.

De algum modo, Fidel falava aos estudantes que a utopia deve ser diariamente renovada, reforçando no imaginário daqueles que ali estavam, o arquétipo da possibilidade de uma sociedade alternativa – ideal plantado ou realçado na década de 60.

O encontro – e a sintonia – dos estudantes com Fidel, alimentam a idéia que pontuamos no início deste capítulo, no que diz respeito à questão da tradição.

Mais do que um simples ato, este encontro realizava a repetição e recordação do passado, atualizava a tradição, e atualizava as novas demandas, lutas sociais, e utopias. A repetição que segundo Matos (1989:41),

“tem por função inscrever o acontecimento na consciência, para a ‘sanção pela opinião dos homens’. Na ‘primeira edição’, a sanção só existe em si, como coisa histórica; na segunda, existe como consciência histórica: é a passagem do em-si ao para-si que a repetição torna possível: a repetição realiza e confirma aquilo que a princípio parecia somente contingente e possível. Existe progresso da primeira à segunda edição do acontecimento”.

⁴⁵ O discurso de Fidel foi amplamente distribuído para os congressistas. Este era uma síntese do discurso de encerramento do I Congresso Internacional de Cultura e Desenvolvimento, que aconteceu em junho daquele ano em Havana.

Mesmo não sendo unanimidade entre os estudantes, Fidel conseguia ser instrumento ou mediador entre as gerações, e da renovação da tradição.

Os estudantes – curiosos, atentos e ansiosos – pareciam querer viver, ou pelo menos guardar viva a memória da história “que os pais contaram”; e dizer a todos que, apesar das novas linguagens políticas sinalizadas e expressas por eles mesmos, os mitos e símbolos do passado que significam a construção de uma sociedade alternativa continuam presentes. A **ressignificação do passado** como meio de pausa de **reinterpretação da tradição** pode ser vista como uma outra característica desta nova **sociabilidade juvenil/militante**.

3.3. Cena 3

O ambiente estava pronto, e diferentemente dos outros espaços, o clima da política como “monopólio dos profissionais” (Negt & Kluge, 1999) se tornava visível. À frente, a mesa devidamente composta para dirigir a assembléia compunha um cenário múltiplo com os grupos e tendências políticas ali existentes e representados, inclusive na ocupação geográfica do Ginásio Mineirinho.

À esquerda da mesa, os grupos com tendências libertárias e com um discurso fortemente classista; entre a esquerda e o meio, aqueles identificados com o bloco de oposição à atual diretoria e ligados a partidos de esquerda tradicionais/clássicos; no meio da arquibancada – e de frente para a mesa – se posicionavam os independentes e outras pequenas tendências; entre o meio e a direita da mesa, grupos com concepções políticas e proposições mais moderadas; à direita, tendências ligadas a partidos e setores sociais conservadores. No centro do ginásio, aglutinavam-se os estudantes que apoiavam a tendência que representava o grupo majoritário da atual direção da entidade.

Nos vários lugares do ginásio, faixas e cartazes são porta-vozes das reivindicações dos estudantes, sendo as mais significativas, aquelas referentes à democratização da entidade – simbolizada no slogan das Diretas Já! – e aquelas ligadas à realização de uma campanha nacional para destituir o atual governo federal. Somando-se a estas, a presença de bandeiras partidárias e de entidades identificadas com o meio popular.

Alternadamente, os grupos gritavam suas palavras de ordem que eram puxadas, ora espontaneamente, ora por dois ou três líderes que ficavam à frente de seu grupo. As

estão dentro do grupo – fortalecendo-o e criando uma certa coesão interna –, e principalmente, para os que estão fora do grupo, demarcando os espaços do jogo e no campo político.

O quadro descrito nos aproxima da análise de Bourdieu (1998:183) quando afirma que

“em outros termos, a tendência para a fissão tem o seu limite no fato de a força de um discurso depender menos das suas propriedades intrínsecas do que da força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau que ele é reconhecido por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses. A simples ‘corrente de idéias’ não se torna num movimento político senão quando as idéias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais. As estratégias que a lógica da luta interna impõe aos profissionais, (...) só podem ser bem sucedidas na medida em que encontrarem as estratégias de grupos exteriores ao campo”.

No alto da arquibancada, um grupo de estudantes chama a atenção. Espontaneamente, um estudante da chapa de oposição intitulada **Mudança** é levantado. No seu corpo, vários adesivos e indumentárias formavam uma roupa ou fantasia que insinuava a caracterização da estátua da liberdade. Com uma coroa na cabeça e uma tocha confeccionada com restos de papel, o estudante passeia por todo o ginásio ovacionado por todos os blocos de oposição. Na performance, os gritos clamando “Diretas na UNE”.

Na atitude dos estudantes a expressão de suas posições políticas, o tom teatral e dramático nas tomadas de atitude dos estudantes e na própria atuação das tendências. Na disputa pela aprovação de pautas, o caráter teatralizado dos discursos expressa a tática de convencimento e dava realidade à afirmação de Bourdieu (idem:169) de que “o *habitus* do político supõe uma preparação especial”. Para o autor,

“é, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais”.

No campo do conflito e da disputa entre as tendências, os comportamentos eram, realmente, bastante performáticos. Tão performáticos quanto a própria assembleia e a dimensão que ela dava à política, como a expressão de um campo de tradição traduzido como *realpolitik* (Negt & Kluge, 1999) e uma expressão de idéias concebidas como aquelas descritas nos parâmetros indicados por Ribeiro (1994:31): “a política como espetáculo”. Aqui, porém, diferente da visão sinalizada por Abramo, que ressalta a

dimensão do espetáculo pelo viés do espetacular, da explicitação do estilo como expressão de valores e indicador de concepções políticas.

Ribeiro (1994) desenvolve sua teorização acerca da concepção de política como espetáculo, incorporando a esta a conceituação do termo público. Para o autor (idem:31-32),

“a palavra público tem dois sentidos principais nas línguas e pensamentos modernos. Por um lado, ‘público’ se opõe a ‘privado’, e se faz sinônimo do bem comum, do patrimônio coletivo, daquilo que não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. (...) Outro sentido de ‘público’ é o que se opõe a ‘palco’. Aqui, seu sinônimo é ‘platéia’ – a soma dos que assistem a uma representação, tendendo à passividade, podendo manifestar-se apenas pelo aplauso ou vaia, pela compra ou boicote do ingresso, mas sem ter meios de reverter a radical e constitutiva desigualdade a separá-la dos atores. No sentido teatral, o público vale menos que o palco”.

Realçamos esta idéia, por visualizar nas manifestações presentes nas assembléias do congresso, um *habitus* político estruturador de um modo tradicional de fazer política, onde a dimensão do discernimento como meio de autonomia se faz pouco expressivo. Assim, por mais que os estudantes resistam, criando novas práticas políticas que se contraponham a este *habitus* instituído, são limitadas as suas formas de intervenção no sentido de não romper com a estrutura teatralizada e hierárquica daquele espaço. De outra forma, estes aspectos tinham sido estipulados pela tradição e eram constituintes das regras do jogo.

Constata-se, assim, que neste espaço de intervenção do congresso (nos espaços decisórios), poucas possibilidades têm as expressões alternativas; por outro lado, estas parecem ganhar força do lado de fora da estrutura, ou seja, no lugar da expressão livre: “o mundo da rua”.

Estas três cenas nos remetem a reflexões e indicam possíveis características da existência da configuração de uma outra sociabilidade militante em processo de formação e consolidação enquanto experiência, mesmo com as limitações (constituintes do campo e do jogo político) a ela impostas. Porém, precisamos de instrumentos e categorias outras que possam, realmente, fortalecer esta nossa percepção. É o que faremos na segunda parte deste capítulo.

3.4. Reafirmando e superando o passado

O movimento estudantil, nos últimos anos, absorveu várias das tendências e temáticas dos novos movimentos sociais. Além do aparecimento das diversas e novas expressões estudantis, a pesquisa da organização e ideário do movimento demonstra o surgimento e fortalecimento de temas mais amplos no seu interior. A discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, das executivas de curso, entre outros, são constituintes desta nova linguagem que o movimento vai desenhando. Apesar disso, o movimento estudantil não consegue aglutinar boa parte dos estudantes, seja na realização de suas assembleias, seja nas passeatas etc.

O movimento passa assim, por uma crise de representatividade e organicidade que se manifesta na sua intervenção fragmentada e na pouca expressividade entre os estudantes. Existem momentos em que esta crise se põe mais em evidência que outros. Entre os poucos momentos de fluxo intenso de participação dos estudantes nos últimos anos, podemos citar o Impeachment.

Pensando nestas questões, decidimos aprofundar a análise do movimento estudantil atual, que pudesse nos mostrar as ligações existentes, entre a realidade da prática política do movimento estudantil, e a constatação da falta de participação dos estudantes no interior de suas entidades e nas lutas que delas advém. Qual o limite dessa falta de participação? A falta de participação dos estudantes é constatada em que espaços do movimento estudantil? Estaria sendo o movimento estudantil, portador de projetos coletivos e mobilizadores entre os estudantes?

Pensamos que as indagações acima têm uma relação muito forte com a própria prática política do movimento, que em seus espaços institucionalizados reforça alguns vícios estruturantes de um modo de fazer política herdados das décadas anteriores. Além disso, outros fatores devem ser investigados. Para aprofundar esta discussão, nos apoiamos em algumas categorias extraídas a partir da pesquisa participante e das entrevistas realizadas com os militantes no último Congresso da UNE. Deste modo, problematizaremos o movimento estudantil a partir de: a) o movimento estudantil e os estudantes; b) o movimento estudantil e os partidos políticos; c) o movimento estudantil e os seus ideários; d) o movimento estudantil, o Estado e os movimentos sociais; e) o movimento estudantil e sua estruturação organizativa; e f) o surgimento de novas linguagens e práticas emergentes em seu interior.

A partir da análise destes tópicos poderemos ter uma visão mais global do movimento e pontuar características que afirmem (ou não!) a existência desta nova sociabilidade militante.

3.4.1. O movimento estudantil e os estudantes

Burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado... Estas são algumas das representações (inclusive dos militantes) acerca do movimento estudantil que, de certa forma, se cristalizam enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades. Como uma das temáticas mais debatidas e refletidas por estes nos últimos anos, a questão da representatividade do movimento estudantil vem sendo uma preocupação constante.

Cada grupo ou tendência, a partir de suas concepções e olhares, formula seus diagnósticos, suas avaliações... E apesar das diferenças existentes entre estas, o discurso parece comum.

De alguma maneira, isso se refletiu na construção de propostas, críticas e intervenções no 46º Congresso da UNE. Todas as teses se referiram à crise do movimento estudantil enquanto ator catalisador de uma ação coletiva mais efetiva. Os sintomas do enfraquecimento da representatividade da entidade estavam como que inscritos na fala dos militantes. Havia uma manifestação de descontentamento...

Com uma diversidade de olhares, os militantes entrevistados no 46º Congresso explicavam o distanciamento dos estudantes, ora a partir de aspectos externos (crise dos movimentos sociais, individualismo etc.), ora a partir de aspectos e fatores internos (burocracia e aparelhamento das entidades, por exemplo). No discurso de cada um deles, evidencia-se o esgotamento de suas práticas políticas, a necessidade de realizar uma reestruturação das formas tradicionais de fazer política, apesar da dificuldade de realizá-la.

Independente das justificativas e diferenças de avaliação assumidas por cada grupo, a percepção do distanciamento entre estudantes/entidades ficou visível. Além disso, esta discussão está intimamente ligada a outras de caráter estrutural do próprio movimento como veremos a seguir, a saber: a influência dos partidos no interior do movimento estudantil e sua estruturação organizacional. Esses três temas se inter-cruzam e não podemos dissociá-los.

Na fala do militante de uma das tendências de oposição ao grupo majoritário da direção da UNE, pudemos perceber a crítica em relação à entidade, que como relata, "aparelha" o movimento e não formula alternativas para que os estudantes possam intervir de maneira efetiva:

"Bom, é aquilo que eu disse. Hoje o movimento estudantil é distante, há uma descrença muito grande por parte da base estudantil, especialmente quanto às entidades. A UNE está totalmente desacreditada, muitos estudantes têm

repulsa da UNE, tanto é que se você chama uma atividade numa universidade, se a UNE está envolvida na organização é quase certeza que não vai ter sucesso tal atividade, porque é a UNE que está promovendo. Então hoje o movimento estudantil em relação aos estudantes assume uma condição complicadíssima. É claro que a gente não pode usar como comparação os anos 60, usar somente isso, porque a conjuntura mudou completamente, tanto as estruturas quanto... Só que o movimento estudantil a partir do aparelhamento das entidades que o PC do B especialmente faz, assumiu uma postura de se distanciar dos estudantes, porque não é interessante que os estudantes intervenham na entidade, isso não é interessante. Não é interessante que o estudante vá lá e cobre da UNE uma atuação de uma determinada maneira, não é interessante que os estudantes vão lá e queiram saber o que acontece dentro da entidade, e quem faz o movimento estudantil no Brasil são as entidades, se a entidade está distante..." (Roberto)

O desgaste das entidades se corporifica no descrédito e na falta de participação dos estudantes nos espaços instituídos pelo movimento estudantil geral, que não traz consigo mecanismos ou estratégias que mobilizem ações coletivas e simbólicas que envolvam os estudantes.

A falta de um elo identitário que sirva de mediação entre o ideário do movimento estudantil e as aspirações estudantis (considerando as suas várias especificidades) deveria ser motivo de reflexão dos militantes. Atualmente, poucos são os estudantes que se identificam com o movimento estudantil tradicional. Essa questão se torna pertinente, à medida em que a existência de uma comunicação mínima entre os estudantes e suas entidades se faz necessária para que o movimento estudantil seja, de fato, representativo.

Além disso, a estrutura das entidades, com todas as suas estratificações, já não consegue contemplar as novas características e demandas juvenis existentes, limitando a participação dos estudantes, que não se vêem "enquadrados" neste modelo de organização institucionalizado. Ilustrativa é a frase abaixo que aponta para a necessidade da reformulação do movimento estudantil tendo em vista a sua atual fragilidade identitária perante a maioria dos estudantes.

"Atualmente tá um pouco precária; teria que ter uma ligação mais estreita com os estudantes a nível de categoria vamos dizer assim né, são muitos em todo o Brasil, e se tivesse uma maior participação haveria um maior poder de pressão de reivindicar aquilo que é seu direito. Mas atualmente essa participação tá um pouco precária por vários motivos, mas um pouco também porque o movimento estudantil está afastado. Essa relação teria que se estreitar mais. O conjunto de estudantes teriam que se ver identificados com o movimento estudantil; não ver como uma coisa fora de si próprio, mas ver como algo que é parte do movimento de todos os estudantes".
(Marta)

Porém, não devemos perder de vista as transformações sociais que ocorreram nos últimos tempos. Se o movimento não aglutina e nem mobiliza tanto os estudantes, como no passado, isso se torna mais problemático quando a conjuntura também não favorece. A realidade dos últimos 20 anos já analisada anteriormente, de uma sociedade marcada pela concorrência – imposta pelas leis de mercado – pelo individualismo, e por uma “inversão de valores” subjacentes a uma ideologia conservadora e estruturante do status quo, são argumentos que fazem parte da retórica estudantil para explicar a falta de participação dos estudantes e o distanciamento destes das entidades. Nos dois discursos abaixo, fica visível essa problemática que explicita as dimensões conjunturais e de valores.

“Se eu for dizer pra você no geral existe uma distância muito grande. O estudante hoje, o universitário - que é o que eu posso te falar, não posso te falar do estudante secundarista - mas o universitário hoje está muito preocupado em entrar na universidade e conseguir uma bolsa que é muito difícil e pesa muito no currículo e conseguir um emprego, se formar e conseguir um emprego, ou então entrar no mestrado ou pós-graduação. A maioria dos estudantes hoje, infelizmente, apesar de terem conhecimento do que tá acontecendo, infelizmente, acabam olhando para o próprio umbigo. A crise é grande, o emprego é difícil, uma bolsa na universidade é difícil demais, tá ficando cada dia mais difícil, o corte de verbas na universidade é grande. Só que o estudante não para pra ver que o corte de verbas da universidade tá sendo grande. Ele para pra ver que ele não tem uma bolsa de trabalho, existe um individualismo. O pessoal acaba olhando muito pro próprio umbigo. Eu acho que existe uma relação de distância, e essa relação de distância é um dos fatores fundamentais para a crise que o ME está vivendo hoje”. (Carla)

“Bom assim, hoje a gente vê que os nossos alunos, os acadêmicos, que estão acessando na universidade hoje, eles já vêm com uma imagem bem distorcida do movimento, e principalmente por essa questão hoje que o movimento muitas vezes ele consegue aproximar os estudantes, só que não consegue segurar os estudantes dentro do movimento. Essa questão é uma questão que a gente vem discutindo bastante do quê que acontece hoje... Hoje o estudante ele perdeu muitos valores que existiam na sociedade, ou mesmo construiu valores que estão totalmente deturpados. Ele já vem com a mentalidade de que ele só deve ouvir, ou só deve pegar repasse de informação, que é o que acontece muito nas universidades não tendo aquele... se dispor a discussão, a debater idéias, se dispor a ter uma cabeça livre pra obter outras informações e ele mesmo estar formulando as suas idéias”. (Dirigente da FEAB)⁴⁶

Existe aqui a idéia de uma inexistência, ou talvez, da pouca visibilidade do protagonismo estudantil, causado por diversos fatores externos ao movimento e comuns

⁴⁶ Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

a um cenário de desmobilização da maioria dos atores e organizações da sociedade civil. Pontuada como característica dos mais variados setores sociais, este argumento explica em parte a questão da falta de participação, visto que não se pode deixar de responsabilizar o próprio movimento pelas suas ações, que muitas vezes reforçam este distanciamento.

Como afirmamos anteriormente, dois aspectos estão intimamente ligados e são importantes para compreender o distanciamento já explicitado: a “partidarização” do movimento, mais entendida como o aparelhamento das entidades pelos partidos políticos; e a sua própria estrutura organizativa, caracterizada pela centralização, e muitas vezes, hierarquia. Essa discussão precede de um outro questionamento: a institucionalização no interior do movimento estudantil de uma prática política reprodutora de um *habitus* que garante na sua essência uma profissionalização da própria política. Não aprofundaremos este aspecto no momento, visto que posteriormente analisaremos mais detalhadamente a influência das organizações partidárias na dinâmica do movimento, porém antecipamos a temática da “partidarização” porque este é, para muitos estudantes, motivo de distanciamento deles mesmos para com as entidades. Nos relatos abaixo, notamos essa dimensão realçada.

“A relação entre movimento estudantil e estudantes? Olha, na verdade o quê que a gente vê no movimento estudantil... ele basicamente hoje se restringe a lutas de cargos de direção, coisa que fica aquela questão que é um partido contra o outro lutando por cargos de uma entidade que muitas vezes os estudantes não reconhecem aquela entidade como sua e não sabe nem pra quê que aquela entidade serve, e nem o quê que é aquela entidade. Então o quê que a gente vê que a relação do dito movimento estudantil de direção, que esse pessoal de partido gosta muito de acompanhar, tem capacidade transformadora quase que nenhuma na conjuntura”. (Cris)

“É o distanciamento. Eu não sei o que é que tá... eu acho que o nosso movimento tem que ser revitalizado porque os estudantes estão muito distantes do movimento estudantil, distantes mesmo. O que a gente ouve do estudante é sobre a questão partidária. Que o pessoal que está no comando do movimento estudantil só quer saber de fortalecer o seu partido. Então ele se distanciou, o fato do distanciamento é esse. Eles dizem: “ Ah, é partidário, eles só querem saber é do poder, não estão interessados em resolver os nossos problemas”, aí eles se distanciam do movimento”. (Ana)

(...) Bom, hoje, na minha avaliação existe um afastamento das entidades estudantis em relação ao conjunto de estudantes. (...) Agora no geral as entidades estão afastadas do movimento estudantil e eu acredito que por motivos históricos, políticos, etc., hoje a participação no conjunto da sociedade brasileira não é muito grande, isso é fruto de toda uma história de lutas sociais que teve no país, que depois da ditadura militar houve uma ascensão, mas a partir de determinado período começou a cair. Então tem esses motivos que são gerais em toda a sociedade, ou seja, há um não

interesse pela participação, mas não é só isso, as próprias, e aí existe um problema de ordem do próprio movimento, da forma como às vezes determinados partidos usam o movimento estudantil como forma de favorecer esse ou aquele partido, e não o conjunto das reivindicações dos estudantes. Não que não tenha que ter partido, ou que as pessoas não tenham que se filiar, pelo contrário, cada partido tá aí no movimento pra disputar pelo seu espaço, suas idéias, até pra convencer as pessoas da necessidade de organização, que é necessário ter partido pra discutir projetos pra sociedade, mas o problema do movimento estudantil e muitos estudantes concordam com isso, só que até agora não tem tido uma mudança em relação a essa questão, é que o interesse do partido em si acaba sendo prioritário (...). Na minha avaliação o partido é importante pra servir ao movimento, ao movimento de massa, deveria servir o movimento estudantil e não fazer com que o movimento estudantil sirva o partido". (Marta)

Nesse intercruzamento de identidades, o militante às vezes usa a "roupa" de estudante, às vezes troca-a pela "roupa" do militante do partido, criam-se linguagens que nem sempre a maioria dos estudantes, que não participam deste campo político, compreende. Mais do que linguagens, são criadas estratégias militantes que se incorporam à dinâmica do fazer política. Em algumas tendências do movimento estudantil essas estratégias se caracterizam por um discurso de convencimento, onde os militantes – muitas vezes com um espírito vanguardista – vão ao encontro dos estudantes. Uma linguagem caracterizada pela estratégia de convencimento e não de discernimento, pois parte de uma concepção hierarquizada da compreensão dos fatos.

"Pegando o sentido que eu te falei anteriormente, do inimigo pesado que é o sistema capitalista e seus veículos de alienação que jogam pesado para a acomodação da juventude, hoje ainda existe um distanciamento do estudante para com o movimento estudantil, para com o grêmio, para com o DA, para com o DCE de sua universidade, mas a gente tenta trabalhar, cada vez mais descer para a base, fazer esse trabalho massivo do corpo a corpo, do olho a olho com a base e aí chamar esse pessoal pra luta". (Isa)

Mas qual a real influência das organizações partidárias dentro do movimento estudantil? Como estas se expressam e são percebidas pelos próprios militantes?

3.4.2. O movimento estudantil e os partidos políticos

Todos os nossos entrevistados enfatizam a existência de uma forte relação do movimento estudantil com os partidos – em sua maioria de esquerda e que têm sua presença expressa na configuração de diversas tendências que imprimem seu ideário, suas estratégias, sua visão de mundo, sua proposta global de sociedade. Estas últimas são grupos – geralmente ligados a uma filiação partidária – que servem de espaço para orientação política para os estudantes no interior do movimento estudantil. A

institucionalização das tendências e o ritmo que elas impõem, é motivo de muitos debates quando se fala em reestruturação do movimento estudantil.

As tendências com suas melindrosas diferenças entre si, representam para muitos estudantes (e militantes), o conflito manifesto no cotidiano estudantil, e são considerados como um fator para o alargamento da distância entre estudantes/entidades e da falta de representatividade do movimento.

Com um discurso que prega a unidade do movimento para reconquistar a representatividade, a tendência majoritária da direção da UNE no 46º Congresso, apostou num movimento baseado na união de forças políticas. Com o slogan: "A UNE é união, não é partido não" a tese **Refazendo** (defendida pela tendência majoritária do PC do B), criou um discurso de um movimento estudantil unitário e apartidário. Essa idéia ficou explícita nos diversos cartazes e faixas dispostas no congresso, bem como na tese da tendência que dirigia a entidade na ocasião. No discurso de sua representante essa proposição se confirma, como veremos abaixo.

"E uma dificuldade muito maior dentro da própria militância é a questão de a gente ter que conviver com muitas divergências. O objetivo, certo, das correntes que existem no movimento na teoria é o mesmo, mas a prática nem sempre direciona para esse objetivo comum. Então existem pessoas mais radicais, mais estreitas. É difícil você conviver, é difícil você procurar uma unidade que é totalmente necessária. É a unidade que pode ajudar a resolver essa crise que existe no ME hoje. Então assim, você unir essas forças, argumentar com elas, fazer com que elas abram pra certas propostas como a gente abre, acaba sendo um pouco difícil, desgasta, estressa. No caso aqui do CONUNE (Congresso da UNE), a gente participa de grupo de discussão e as pessoas fogem do tema pra dar porrada na diretoria da UNE. Você está discutindo a comunicação e o pessoal vem falar do PC do B. Ninguém tá discutindo o PC do B, nem o PT nem o PSTU, a gente está querendo proposta pra ver como é que a comunicação da UNE melhora, como é que a UNE chega mais perto do estudante, se está tendo debilidade vamos ver porque está tendo debilidade, qual a melhor maneira de resolver, quais são as propostas, como é que a gente encaminha essas propostas".
(Carla).

O discurso se torna ambíguo, na medida em que insinua várias proposições contraditórias. A primeira é que a unidade esconde uma série de diferenças existentes no modo de fazer política. O movimento estudantil ainda resiste pelo fato de ter em si a capacidade de manifestar sua pluralidade. A segunda é que a temática do apartidarismo pode servir de pretexto para uma certa despolitização do movimento. Além disso, a proposta fica difusa quando mediada por uma tendência que se serve do partido para se manter na direção da entidade e que se coloca como "neutra" ao falar da "unidade". Fala da unidade de um lugar que não é neutro.

Mas se o discurso da unidade de forças e do apartidarismo é ambíguo, a sua existência mostra por outro lado, que a influência dos partidos, de certa forma, desgastou as entidades estudantis e acaba por se tornar signo de uma reação à excessiva partidarização existente no movimento e que tem muita aceitação no meio estudantil.

Neste sentido, podemos observar que a maioria das teses e falas dos entrevistados reproduzem o discurso da amenização da influência partidária e de toda uma cultura criada e conservada por ela. Mesmo aquelas tendências orgânicas e institucionais, moderam quando tocam neste ponto, mas não sinaliza a “extinção” da influência do partido enquanto orientação para a ação do movimento estudantil. Os entrevistados, apesar de entenderem que existem conflitos que demarcam as fronteiras de espaço do movimento e do partido, não vêem este último como um problema em si. O partido é um espaço político que organiza, orienta e estimula os estudantes. A prática do aparelhamento da entidade estudantil pelos partidos é que fica condenada pela maioria dos militantes, como veremos abaixo.

“Tem muitas, muitas. Você pode ver que tem a Causa Operária, tem o PCB, o PC do B que é a UJS, tem a Juventude Revolução, dentro do PT tem um monte, tem o PDT, tem a direita, nossa, é muita coisa. Tem agrupamentos regionais que são ligados a partido, tem os anarquistas, tem muito gente. (...) Eu não sou contra um movimento estudantil partidário, sabe, que se identifica com um partido. Eu sou filiada ao PT e me identifico com ele e não tenho vergonha de dizer isso no centro acadêmico. Não vejo problema. Eu acredito que você só consegue ter uma linha organizada dentro de um movimento se você tiver um partido. O problema está quando você aparelha a entidade, você começa a usar a entidade só para o seu partido e esquece o resto. E esquece as outras pessoas que não são do seu partido e que também acha que tem alguma coisa pra contribuir. Quando você tira dinheiro de sua entidade pra enfiar no seu partido, quando você entra na entidade visando ficar conhecido pra depois se lançar candidato com o seu partido. Não sou contra ter partido, não sou contra a UNE ser partidária, o problema é o aparelhamento. Ela fica completamente atrelada ao partido e aí não fica democrática, não respeita o resto”. (Paula)

“Sim, boa parte delas. Nós temos a UJS que é a juventude do PC do B, que é a que mais se alinha à... ela se diz de centro-esquerda, mas ela tem um discurso muito mais a direita muitas vezes do que o PSDB, o PFL, então um discurso neoliberal. É a que tem a máquina na mão, tem as entidades como a UNE, a UBES, muitos DCE's pelo Brasil a fora e usa isso pra se bancar no congresso, se hegemonizar, se perpetuar na direção das entidades nesse ciclo vicioso. Política complicada, porque é uma política de direita, é uma coisa que foge a uma dita política revolucionária que eles falam que são e tudo mais... Tem dentro do PT várias correntes possíveis: tem o Trabalho que é uma corrente mais nacionalista que por sinal é uma corrente de esquerda, mas que não está fechando com o bloco, temos a Articulação de Esquerda, o CST, a Democracia Socialista, a Articulação Unidade na Luta, que é uma articulação de direita no caso; essa fecha e muito com a política da UJS e o PC do B. Temos o PPS que tem muitas vezes um discurso muito mais a direita que a UJS; temos o PSB que muitas instruções se fecham com as correntes de esquerda no movimento estudantil. Aí tem o PSDB, PMDB...

uma infinidade de coisas, os anarquistas, os libertários, aí tem uma gama de correntes. (...) Bom, a gente não é contra que militantes das entidades sejam filiados a partidos políticos. A gente acha até importante a pessoa se definir se segue a ideologia de determinado partido ou não, porque isso faz com que enriqueça o debate, se definam atuações, as características de cada um. Mas não com que a entidade se torne um braço do partido, a entidade passe a patrocinar o partido como acontece hoje com a UNE. A gente vê um partido que é sustentado pela UNE. Que a partir do momento que essa diretoria majoritária sair acaba-se o partido. Muitos usam o discurso de que tem que ser apartidário, apolítico, a gente acha que não. A gente acha que tem sim, se as pessoas são filiadas e estão afim de participar e se aliam com a política daquele partido, tem que se filiar e tudo mais. Mas não que o partido tome conta, que o partido intervém, que atropela a política da entidade, ao contrário". (Roberto)

"(...) Veja, eu sou daquelas pessoas que acho que o movimento estudantil brasileiro está ostensivamente partidário, e isso tem feito com que a UNE perdesse sua representatividade, não só a UNE mas as organizações estudantis tem perdido essa representatividade, por conta que elas não tem uma agenda própria do movimento, uma agenda própria da universidade, uma agenda própria dos estudantes; e acabam impondo em função dessa presença do partidário a agenda dos partidos políticos. Isso acaba afastando um pouco o estudante que não tem nenhum vínculo partidário. Agora por outro lado, nós não podemos por conta disso, de uma leitura dessa, ter um tipo de reflexão e de discurso apartidário, apolítico, porque não é isso. Porque o estudante quando ele entra numa organização estudantil, no centro acadêmico, ele tende a se associar a algum tipo de bandeira, de algum tipo de proposta, de defesa de alguma coisa; no DCE a mesma coisa... No centro acadêmico ele tem proposta pra quê? Pro centro acadêmico, pra grade curricular, pra questão da pesquisa no curso... Quando você está no DCE, o DCE já tem que ter um projeto maior, pra instituição, pra universidade, pro espaço social ao qual ele está inserido. Na UNE é a mesma coisa. A UNE tem que ter projeto pra universidade brasileira, a UNE tem que ter projeto pra produção de ciência e tecnologia no país, e a medida em que você se associa a um projeto desse – e a UNE defende por exemplo uma universidade pública, gratuita e de qualidade – se você tá num centro acadêmico e defende essa bandeira que é uma bandeira da UNE, você naturalmente é, eu diria, incitado a estar associado a um projeto global de sociedade. E quem tem um projeto global de sociedade não é, e nem deve ser, o centro acadêmico, o DCE, ou a UNE. Muitas vezes em razão de nosso afã de mudar as coisas e tudo, a gente acaba tendo essa pretensão, mas o papel da UNE não é esse. Quem tem que ter projeto global de sociedade é o partido político. Então o partido tem que ter um projeto global, tem que ter projeto pra meio ambiente, projeto pra cultura, pra comunicação, pra ciência e tecnologia... Então é nesse sentido que o militante acaba se associando a um projeto global. (...) Eu acho que o problema não é exatamente a presença da militância partidária dentro do movimento estudantil; é você aparelhar o movimento, é você aparelhar as entidades estudantis pra transformá-la num braço, numa correia de transmissão do pensamento partidário. E é nesse sentido que eu acho que o movimento estudantil brasileiro está ostensivamente partidário. E isso não diz respeito a um partido A ou partido B, é uma cultura que se criou ao longo dos anos que na minha opinião a gente tem que romper com essa cultura. A UNE precisa voltar a ter uma agenda própria para a universidade, uma agenda própria para os estudantes. Agora existe uma cultura que cada vez se engendra com mais força que é a cultura do partidário, da disputa partidária, acho que isso tem gerado um afastamento dos estudantes, do movimento estudantil, dos fóruns da UNE, dos fóruns das organizações estudantis, porque se precisa ter uma agenda dos estudantes". (Mário)

O último discurso, feito por um dos dirigentes da própria UNE, explicita falta de uma formulação política que contemple uma agenda para os problemas da própria universidade. Afinal, a questão específica do movimento estudantil – a educação – e de maneira especial, a universidade, é o grande eixo que une os militantes. Para o entrevistado, a questão da incorporação de um projeto global é apenas consequência. Desta forma, o movimento incorpora a agenda dos partidos políticos.

Mas não só o aparelhamento é criticado, também a própria forma tecnicada de fazer política que a dinâmica de disputa das tendências sugere. Esta “profissionalização” advém de uma dinâmica intrínseca à disputa de espaço no interior do movimento, impulsionadas pela lógica das regras do jogo do campo político. Essa concepção fica mais visível entre os participantes dos grupos de independentes e anarquistas, que não filiados a um partido político, fazem a crítica ao atual modelo de política praticada pelas tendências: a da *realpolitik*.

“Tenho. E geralmente todas elas são pelegas, completamente pelegas; vinculadas muito a uma questão eleitoral, eieitoreiras, eleitoreiras pra caramba, que aparelham o movimento pra promoção de candidatos. Não tem aquela preocupação de construir um movimento autônomo e legítimo, classista e combativo. Mas tem muito mais de usar o movimento como trampolim, pra promoção política. (...) Tem o PT, nas suas várias tendências: Articulação de direita, o Fórum das esquerdas, onde a Articulação de direita tem vários grupos e o fórum das esquerdas também; tem mais o PSTU, com a reviravolta; tem esses partidinhos trotskistas mil, rachas, todos rachas que é o PCO, a LBI, a Liga IV Internacional e aí vai; tem os PC's: o PCB e o PC do B, que são horríveis, terríveis, péssimos; e agora estamos surgindo nós, com uma orientação libertária numa consolidação de mais ou menos dois anos no movimento. A gente tem notado assim, que a ideologia libertária tem se mostrado uma ferramenta muito útil na luta contra tudo isso. Tem se prestado muito a essas contradições aproximando vários estudantes. (...) Sim, a influência partidária é o seguinte: o partido atualmente se reduz a um fim em si mesmo, e não um meio pra se alcançar determinado objetivo. Mas pela burocratização, ele se toma um fim em si mesmo. Então o quê que acontece? Eles querem levar esse fim a si mesmo pro movimento, entendeu? Para uma pura promoção do partido, e não pra construção mesmo de movimento real e legítimo”. (Cris)

“(...) Olha a influência, eu acho que atualmente tem sido muito grande. E ocorre na prática, quando a gente vê na prática. Por exemplo, tem determinada corrente que está no poder, ou não, que perde a eleição de um DCE, por exemplo, eles procuram mostrar trabalho, entendeu? Quando passa aquele trabalho eles esquecem. É isso que ocorre na prática. Eles como é que eu vou te dizer, eles começam... Vou te citar como é a minha realidade lá. Tem uma determinada corrente que está no poder há vários anos, digamos que ela está há uns 3 anos no poder (na Federal do Piauí), e o que a gente percebe, e o que as pessoas tentam mostrar é que a cada dia que passa eles estão fortalecendo o partido deles, através do movimento estudantil, através da entidade eles estão fortalecendo o partido deles. E acho que na prática isso tá ocorrendo. Como eu comecei a falar, por exemplo, eles tem um discurso bonito, quando tá perto das eleições eles

procuram mostrar o que eles fazem, e até o que não fazem... Procuram tirar planos de luta pra lutar a favor do estudante e na prática quando passa o que lhes interessa, eles não fazem nada. Eu acho que é por aí...". (Ana)

A compreensão de fim e meio no partido é portanto, assimilada no interior das entidades estudantis e qualificam a chamada "instrumentalização das entidades". A questão da organização partidária no movimento estudantil, se torna então, central para entendermos a dinâmica desse movimento hoje partindo do entendimento que os partidos têm sua parcela de colaboração na estruturação e organização dos estudantes nas entidades. Os entrevistados admitem que eles orientam, politizam, criam uma autonomia no pensar. Porém, ao mesmo tempo, foi criado no movimento estudantil brasileiro uma cultura partidária de tamanha expressão, que acabou imprimindo sua lógica e dinâmica própria, se sobrepondo e, muitas vezes, abafando as muitas iniciativas criativas e interessantes organizadas pelos estudantes, "paralisando" por assim dizer o "movimento". A partidarização cria um estilo de intervenção que dificulta o surgimento de qualquer outra forma de manifestação ou expressão, limitando a própria forma de intervenção estudantil. E quando este estilo segue seu extremo, notamos a total prática da profissionalização da política. Como afirma Bourdieu (1998:194),

"a medida em que a política se 'profissionaliza' e que os partidos se 'burocratizam', a luta pelo poder político de mobilização tende cada vez mais a tornar-se uma competição a dois níveis: é do resultado da concorrência pelo poder sobre o aparelho a qual se desenrola no seio do aparelho só entre profissionais, que depende a escolha daqueles que poderão entrar na luta pela conquista dos simples laicos – o mesmo é dizer que a luta pelo monopólio da elaboração e da difusão de princípios de divisão do mundo social está cada vez mais reservada aos profissionais e às grandes unidades de produção e de difusão (...)"

Esta dinâmica, onde os militantes passeiam pelas várias identidades (desde a de estudante, a de militante do partido e a de dirigente estudantil), distancia aqueles que não participam desta lógica, deste campo político. Para estes estudantes, as regras do jogo são outras.

As executivas de curso, espaço que vinha garantindo uma certa autonomia, estão incorporando também características do movimento geral e em consequência a "cultura do aparelhamento". Porém, de maneira muito mais branda com a vantagem de ser um movimento específico, o que facilita a coesão e interesse e, de certo modo, um controle por parte dos alunos. Além disso, usam estratégias e metodologias que, de fato, envolvem os estudantes e como afirmam "conseguem administrar de uma forma democrática as disputas internas que ocorrem". Abaixo, segue a fala de um militante da executiva do curso de agronomia (FEAB):

“Olha só, dentro da FEAB existem tendências, existem correntes, existem pessoas militantes de partido, existem das demais correntes. Existe também pessoas que são militantes do PC do B... O que acontece aqui é que a gente consegue administrar de uma forma democrática as disputas internas que ocorrem. Então a gente consegue administrar de uma boa forma. Nós somos assim: vemos importante e necessário ter os partidos políticos dentro do movimento estudantil porque eles tem a capacidade de formar os estudantes, eles politizam os estudantes, eles conseguem com que os estudantes consigam perceber a realidade do mundo, ou ter uma visão da realidade e atuar nessa realidade. Essa é a importância dos partidos políticos. No entanto, a gente é contrário a qualquer forma de aparelhamento da entidade. O que é que significa o aparelhamento na nossa linguagem? É a utilização da estrutura da entidade, a utilização das pessoas pra que favoreçam grupos políticos e que use a estrutura meramente como um status, um status quo para... use como aparelho pra construir a política do partido e não da Federação”. (Dirigente da FEAB)

Mas num quadro tão heterogêneo e com tantas disputas políticas em jogo, como pensar e analisar a formação ou constituição de um ideário do movimento estudantil?

3.4.3. O movimento estudantil e seus ideários

Como um espaço plural o movimento estudantil expressa um ideário que contempla aspectos e pautas tanto classistas, quanto transclassistas; desde aspectos mais ligados a uma questão geral, até propostas e pautas mais setorializadas. Um misto de concepções e estratégias diferentes. Mas a exemplo do que se manifestou no 46º Congresso da UNE, não podemos fazer a leitura ou interpretação do ideário do movimento estudantil atual sem levar em conta os mecanismos pelos quais este mesmo movimento atua para conquistá-lo, concretizá-lo, tomando-o visível na mediação com outros interlocutores. Nem tampouco, podemos esquecer que o movimento atual dos estudantes se inscreve na terceira fase pós-reconstrução, cuja pauta política aponta, entre outras coisas, a diversificação de temáticas – muitas delas sob a influência dos novos movimentos sociais contemporâneos.

De maneira sintética as questões convergem para 3 pontos principais: a) reestruturação da entidade; b) ampliação das temáticas no interior do movimento expressas através de lutas amplas, porém setorializadas, característica da terceira fase do movimento pós-reconstrução; e c) lutas pela educação (mais fortemente a defesa das universidades) e contra o neoliberalismo, que resgatam aspectos mais clássicos e históricos do movimento estudantil.

Esse tripé que sustenta o ideário do movimento é, de certa maneira, uma construção ideal, um modelo. Porém, na dinâmica do cotidiano os diferentes grupos que atuam diretamente no movimento privilegiam uma ou outra dimensão acima colocada.

Neste sentido, alguns conflitos podem ser ocasionados neste processo de disputa e encaminhamento (na prática) das pautas. Contudo, mais conflitante que o conteúdo é a metodologia que cada grupo segue.

Indagados sobre quais as prioridades do movimento estudantil atual, a maioria dos militantes entrevistados pautaram a defesa da educação brasileira, e mais especificamente, as universidades como fundamentais, manifestando a compreensão do momento de crise pela qual a universidade pública passa de legitimidade e representação (Ver Santos, 1999), além de financiamento. Aliado a esta está a luta contra uma política econômica que gera menos qualidade de vida e carência de serviços básicos como educação e saúde.

A perda de sentimento da “coisa pública” e da qualidade das condições de trabalho e ensino justificam a existência desta assertiva no discurso estudantil. O discurso mostra que os militantes “sentem na pele” o sucateamento das universidades e estão conscientes da importância que ela tem para o desenvolvimento e soberania nacional. Revela também, que a pauta de “lutas” dos últimos congressos foi assimilada com propriedade pelos jovens militantes que quando têm oportunidade assim o demonstram. O primeiro discurso abaixo mostra visivelmente esta interpretação.

“Eu penso que a prioridade central do movimento estudantil hoje em razão da política educacional desse governo que é claramente privatista, de sucateamento das universidades, é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e do sistema nacional de ensino superior. Porque que eu digo sistema nacional de ensino superior? Eu sempre digo, costumo dizer que o governo brasileiro, um governo que abre mão de ter um ensino público, uma universidade pública, que produz ciência e tecnologia, que produz conhecimento, é um governo que abre mão de sua soberania nacional. Acho que o que precede de você abrir mão da soberania de um país, a soberania de uma pátria, é você abrir mão de produzir conhecimento. E o governo brasileiro já fez uma opção clara por não produzir conhecimento autônomo, por não produzir conhecimento de ponta. Isso se revela no sucateamento das universidades, isso se revela em não ter uma política para financiar os estudos dos estudantes carentes, dos estudantes que não podem pagar mensalidade, das universidades pagas, então enfim, o governo fez essa opção. Então na minha opinião, a grande causa da UNE hoje é a defesa da universidade pública, do ensino público, gratuito e de qualidade, do sistema nacional de ensino superior que está seriamente ameaçado com o projeto de lei do governo, que não altera no texto o artigo 207 da constituição, mas altera na essência, quebra a indissociabilidade do ensino, da pesquisa, e da extensão, porque cria uma concorrência selvagem entre as instituições de ensino através do contrato de gestão que esse projeto de lei institui. Então, portanto, eu acho que essa é a bandeira de luta maior. Nenhuma outra bandeira, eu acho que tem pra UNE, pro papel dela, pra sua agenda, a dimensão que tem hoje a defesa da universidade pública, que passa naturalmente, por defender bandeiras como a bandeira do fim desse governo, do fim desse modelo excludente, do fim desse modelo de sucateamento da saúde, da educação, então, eu acho que tem que conciliar essas duas coisas, porque essas coisas estão intrinsecamente relacionadas,

mas eu creio que do ponto de vista estritamente da agenda da UNE, é a principal causa, é a principal bandeira, a bandeira da defesa do sistema nacional de ensino superior e da universidade pública do Brasil". (Mário)

Vários entrevistados se reportaram à questão da defesa da universidade pública e muito poucos incluíram a universidade privada nos seus questionamentos. Independente das orientações partidárias e da dinâmica própria de cada tendência, esse discurso invariavelmente se repete. O realce dado ao problema da realidade da universidade pública pode ser facilmente compreendido, se visto os excessivos projetos de privatização, encaminhados pelo governo federal, bem como a sua política de financiamento que impossibilita uma maior autonomia das universidades para a construção do conhecimento. É um quadro muito real e presente no cotidiano dos estudantes. Os militantes, assim, reivindicam uma universidade que seja de fato: pública, gratuita, de qualidade e democrática. Os discursos abaixo reforçam essa dimensão do ideário do movimento.

"Bom, aí eu acho que é meio complicado, porque daí a gente tem que partir aí, sei lá, de um conceito de movimento estudantil, pra que existe..., porque se a gente for ver como é dado o movimento estudantil que a gente tem hoje há prioridades e prioridades. Isso depende de cada grupo, da política que cada grupo implanta. A minha prioridade, a nossa prioridade é barrar esse projeto nefasto que está colocado aí, é conseguir dar educação, fazer com que as pessoas tenham acesso, e parar com essa venda, esse verdadeiro mercado, mesmo porque educação, como diz aquela palavra de ordem, eu não pago porque não é supermercado. Então, a nossa prioridade, nós que fazemos parte do movimento estudantil de esquerda, é essa. Agora, tem outros grupos que tem outras prioridades. O movimento estudantil como um todo, não é um movimento que tenha as prioridades definidas, isso varia de grupo pra grupo". (Roberto)

"Bom, o movimento estudantil hoje deve ter enquanto prioridade lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Isso até parece uma máxima, mas não é. Quer dizer, a gente tá sofrendo com a educação sucateada nesse país, quer dizer, o governo do Fernando Henrique, seguindo a cartilha do Banco Mundial, do imperialismo norte-americano, dita as regras, corta descaradamente o orçamento que deveria ser para a educação do nosso país; hoje a gente está se vendo `a beira da privatização das universidades, as escolas públicas já começam a ser privatizadas também, através de unidades executoras, e eu acho que a maior bandeira nossa é de fato nos unirmos pra lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade". (Isa)

"As prioridades hoje, dizem que é a educação,... a principal prioridade é a educação, ou seja, lutar pela gratuidade das universidades públicas, lutar contra o neoliberalismo, que foi implantando desde a década de 90 com o Collor de Melo aqui no Brasil... Então eu vejo que as prioridades são essas, lutar pela educação e contra o neoliberalismo". (Jair)

Ainda nesta perspectiva, quando interpelados pela possibilidade real de privatização das universidades a resposta é uníssona:

“Bom, lucro não rima com educação. Ela sendo privatizada, primeiro vai atender os interesses privados, não vai ter incentivo a pesquisa que mexe com a grande população e que não gere lucro. Outro problema é que alguns cursos usam laboratórios, e aí não tem condições do ensino privado financeiro, vai ter que ter subsídio do governo, e aí, como é que fica isso? Vai cobrar mensalidade? Então quer dizer, a universidade privatizada tira do Estado o poder sobre educação e tira da população como um todo o direito de estudar, que já não se tem hoje. Então vai piorar ainda mais o acesso e as pesquisas que beneficiam todo o povo brasileiro que não traz lucro, vão deixar de ser feitas. Como já está sendo feito hoje com o sucateamento das universidades. Sem contar com a extensão. Aí privatizar não interessa a empresa privada por exemplo tá fazendo extensão na favela, dando saúde de graça, esse pessoal... Aí vai acabar de vez todo e qualquer projeto de extensão”. (Rafael).

Todos os discursos sinalizam para outras questões que também são constituintes do ideário do movimento estudantil atual. A redemocratização das entidades estudantis e seu fortalecimento (sinalizada pela proposição das Diretas na UNE), questões relativas a criação de políticas para juventude, e a luta contra o neoliberalismo (sinalizada pela reivindicação do Fora FHC, Fora FMI) são dimensões outras que – com a defesa da universidade – se somam ao rol de lutas e prioridades do movimento.

“Olha, a meu ver o movimento estudantil teria uma prioridade grande: era sair dessa crise. É mobilizar os estudantes pra que a gente possa ter unidade pra lutar contra o que estão fazendo com a educação hoje. não só com a educação, mas com o país todo. Diretamente com a educação. (...) Eu acho que é uma das prioridades que ele deve ter. A gente tem que visar outras como fortalecer as entidades, estruturas as entidades. A gente tem a UNE que é uma entidade nacional, mas a UNE não pode fazer nada sozinha. A gente precisa estrutura centro acadêmico, DCE, UEE que em muitos estados não tem, no nordeste por exemplo, no Ceará não tem UEE, então teria que ser criada uma. Temos que reconstruir as entidades, fortalecer as que já existem, porque eu acho que isso aí vai influenciar diretamente nessa questão da unidade, nessa questão da mobilização. Você tem que fazer lutar para que os estudantes criem uma consciência do que existe, e os que já tem consciência do que está acontecendo que eles se toquem que tem que fazer alguma coisa”. (Carla)

Priorizar a independência da UNE aparece aqui como um caminho para a defesa do interesse juvenil que emerge das dificuldades da sociedade do trabalho. Permite uma aproximação maior com os enfrentamentos e a vulnerabilidade sofridos pelo jovem devido à falta de políticas públicas. Uma *política para a juventude* é uma reivindicação que revela a compreensão dos estudantes de que a esfera pública está sendo

abandonada em benefício de interesses localizados e afastados da grande maioria dos jovens.

“A prioridade do movimento estudantil hoje, no meu ponto de vista, é lutar pela independência da UNE. A UNE está muito partidária, está muito aparelhada. Hoje ela só serve pra fazer carteirinha, pra cobrar dinheiro de estudante pra fazer carteirinha. (...) Não, não é só essa não. O movimento estudantil tem que lutar pelas entidades que lhe representam, no caso das entidades secundaristas, os grêmios, as entidades municipais, estaduais, a UBES, e da mesma forma no movimento universitário. Eles tem que ser independentes de governo, independente de entidade privada, voltado pro estudante pra poder resolver os problemas que a gente tem enfrentado: o problema da educação, da falta de emprego, da falta de perspectiva que a juventude tem”. (Paula)

Convencidos da necessidade de criar um espaço dedicado à discussão de políticas públicas para a juventude, os estudantes fazem com que o 46º Congresso assumisse a temática como meio de aproximação de questões mais gerais e, por verem nela representada a preocupação de boa parte da categoria estudantil. Nas reuniões temáticas realizadas, onde estudantes e debatedores se posicionavam, a conceituação de política pública foi amplamente comentada, bem como os mecanismos de participação que a viabilizam e explicitaram a diferença da juventude estudantil atual com a de décadas passadas. A ideia de uma política de participação como agente de criação de projetos a serem desenvolvidos pelo poder público marca a diferença entre o estágio fortemente reivindicatório do passado e o caráter propositivo do presente:

“Quando a gente fala de políticas para a juventude, a gente não tá falando só da relação de status quo e implementação de políticas para o jovem... Políticas para o jovem o projeto Rondon colocava, a China comunista ainda coloca... e isso a gente é contra, nós temos que ser contra. Agora, por outro lado, tem uma concepção de desenvolvimento sustentável local que a gente acha que tem que implementar... e dentro dessa discussão de desenvolvimento sustentável, a gente tem os cortes que são os grupos vulneráveis ou vulnerabilizados, que é a criança e adolescente, a mulher, o idoso, os jovens... estes são os parceiros do desenvolvimento sustentável; e para isso a gente tem que ter uma política específica. (...) O jovem de 15 a 29 anos – o adulto jovem – tem as suas especificidades; o jovem tem que ter política de primeiro emprego, tem que ter política de integração, política de participação, e para isso ele tem que ter mecanismos pra acontecer e fazer isso. E os mecanismos que nós achamos ideais são os fóruns de participação, ou seja, os conselhos e as comissões onde as entidades de juventude possam se representar. Essa é a proposta de política de juventude” (Grupo de discussão sobre políticas públicas de juventude)

Se nos anos 60 a ascensão social via um *diploma universitário* era uma expectativa da classe média da qual basicamente o movimento estudantil universitário era proveniente, no início do novo século, o *trabalho e a qualificação* são as

reivindicações realistas contra a exclusão de jovens inseridos num sistema de ensino democratizado nas últimas décadas, mas que não responde à falta de uma mobilidade social cada vez mais dificultada pelas políticas neoliberais:

“A luta pelo primeiro emprego, a luta pela qualificação do jovem brasileiro pra enfrentar um mundo globalizado que não é uma questão da gente aceitar ou deixar de aceitar. A globalização tá aí, tá posta e se a gente não se enquadrar a essa nova realidade extremamente competitiva e virtual nós vamos também ficar como seres humanos passados pra trás. A grande proposta para o terceiro milênio em nosso país é o jovem se qualificar humanisticamente, intelectualmente pra vencer os desafios que estão postos dentro dessa sociedade extremamente competitiva”. (Fabiano)

A luta por uma organização política de enfrentamento ao governo federal fez-se presente no discurso de vários dos entrevistados, que viram na ação mobilizadora a única maneira de romper com a estrutura social dominante e capitalista, e ampliar os canais de participação dos estudantes na defesa da educação e da universidade pública brasileira.

“Eu acho que a UNE na década de 90 teve um marco que foi o Fora Collor. Acho que depois a UNE não conseguiu articular, como deveria ter articulado o embate com o governo. Inclusive porque não fez oposição ao Itamar, aceitou o novo pacto da burguesia. No governo FHC, no primeiro mandato, o movimento estudantil teve numa posição muito defensiva. Participou de alguns debates na defesa da universidade... Depois veio o problema de não assumir a greve das Federais e hoje nós temos uma grande tentativa de retomar o movimento de massa do Fora FHC, Fora FMI. É a nova linha central da União Nacional dos Estudantes”. (Branco)

“A bandeira hoje principal da UNE é a defesa da universidade. Então nós estamos aí construindo o Fora Fernando Henrique, até porque todas as medidas provisórias e posturas que ele tem tomado – eu digo por exemplo com a questão da LDB, a questão dos professores, requalificar os professores, e a questão da PEC 370 que é a privatização das universidades. Então a bandeira de luta principal da UNE é a proteção do ensino público e gratuito. Essa é a bandeira principal. Agora tem outras bandeiras além da defesa das universidades que é a de discutir uma política para a juventude.”... (Luís)

“Bom, deveria se tirar uma pauta de reivindicações unificada a nível nacional, deveria se tirar um calendário de lutas com fatos de rua mensais a nível nacional, deveria se investir principalmente em extensão social a fim de colocar uma consciência realmente anti-capitalista através da prática, tanto nos estudantes como na própria comunidade do qual estão inseridos, e a questão do movimento estudantil como prioridade a resistência contra o neoliberalismo”. (Cristiano)

Observa-se, porém, que a proposição da luta pelo Fora FHC e Fora FMI, trazida pela militância estudantil filiada aos partidos de esquerda enfrenta o descontentamento pela maneira como a maioria das tendências políticas encaminharam esta questão. A crítica parte dos grupos anarquistas e libertários que mesmo concordando com o conteúdo manifesto da luta, discordam dos encaminhamentos práticos evidenciando uma tensão existente. Esta crítica, além disso, sinaliza também uma reação contra o estilo tradicional do militante que, estando convencido pela racionalidade do problema, fica na retórica e não encaminha políticas de ações e calendário concreto de como os estudantes em movimento irão interferir na questão. O depoimento é ilustrativo nesse sentido:

“É obvio que nós somos contra FHC, mas a gente acha que um Fora FHC sem reivindicações específicas dos movimentos populares, são palavras soltas ao vento. Tu dizer Fora FHC o trabalhador realmente não se identifica com aquela palavra solta, aquela frase solta. Se identifica sim com maiores salários, melhores condições de trabalho, um estudante com qualidade no ensino, com todas essas questões, aí daí sim. Então, o quê que acontece, a esquerda em geral ela solta essas palavras Fora FHC e Fora FMI, e o quê que vamos fazer? Vamos tirar o FHC e botar o Marco Maciel lá? É complicado, fica uma coisa muito solta, nem um pouco objetiva”. (Cris)

Não há um único ideário presente no movimento. A pluralidade de visões no interior do movimento estudantil leva ao surgimento de tensões no campo político. Ao mesmo tempo, as diferenças de concepção de como encaminhar questões amplas ou específicas dão visibilidade à heterogeneidade dos grupos existentes, bem como sua fragmentação.

A pesquisa junto à militância presente no 46º Congresso demonstra que a relação política no interior das entidades tem sido questionada, mas ainda de um modo geral, reproduz a tradição. Ou seja, os estudantes se relacionam fortemente sob a visão liderança/massa abandonando o esforço para que o convencimento ideológico ocorra através de um processo educativo.

3.4.4. O movimento estudantil, os movimentos sociais e o Estado

De maneira geral, o Estado é/foi representado negativamente pela militância, que o responsabiliza pelas carências e desigualdades sociais existentes. Com o acirramento das tomadas de posição do Estado a favor de uma política econômica baseada no privilégio do mercado em detrimento da comunidade, uma grande parcela dos estudantes optou por fazer uma política de enfrentamento, que ficou mais

evidenciada na proposição da Campanha “Fora FHC e Fora FMI”, ecoada pelos diversos pontos do Congresso: nas faixas, nas teses, no ato político etc. Porém, apesar da grande adesão dos estudantes a esta luta, pouco foi discutida a forma como se daria este enfrentamento. E o que era grito de guerra se diluiu no ar.

Porém, se o Estado é referente negativo para a maioria dos segmentos estudantis, é também interlocutor para outros. Baseados numa política de conciliação, grupos atuantes na UNE como Articulação Unidade na Luta (PT), Juventude do PSDB e da majoritária (PC do B), vêem no Estado uma possibilidade de estabelecimento de parcerias, assumindo uma dimensão mais centrada em seus aspectos institucionais. Apesar disso, os discursos apontam também para a interlocução com os movimentos sociais como instrumento de organização e intervenção social e coletiva. Os discursos abaixo refletem essa questão:

“Eu acho que o movimento estudantil, no caso a UNE, deve estabelecer relações institucionais, portanto relações oficiais com os governos, e relações no âmbito do movimento social, com as organizações sociais que também defendem a melhoria da educação, que defendem a melhoria das condições de vida nesse país, da qualidade de vida no Brasil. Então a UNE tem que conciliar a sua relação institucional, o diálogo oficial, o diálogo com os governos, com uma relação de construção na sociedade de formação de opinião na sociedade a partir daquelas organizações que tem uma tradição de luta democrática, tem uma tradição de luta por questões de interesse nacional. Eu acho que a UNE deve se relacionar no Brasil com partidos do campo democrático popular, com as associações da sociedade civil organizada, com a Central Única dos Trabalhadores, com o MST, várias ONG's que trabalham com questões das mais distintas... Eu acho que a UNE deve refletir um pouco a pluralidade que existe entre os estudantes no Brasil. Eu acho que a UNE deve ter a cara da pluralidade, da diversidade, da democracia”. (Mário) – Unidade na Luta

“Com a sociedade civil, com a SBPC, com os governos... Não podemos ter relação sectarizada, os governos foram eleitos a gente querendo ou não pela maioria do povo brasileiro, ou do povo de cada estado, de cada cidade. Eles representam uma gama da sociedade. Eu posso não ter votado num cara do PT pro governo do Estado, mas tenho que sentar com ele e conversar, propor as alternativas. A oposição, o movimento estudantil devia trabalhar, mesmo sendo oposição, propondo mudanças pra sociedade brasileira. Chega de sectarismo, que é burrice”. (Fabiano) – Juventude do PSDB

Deve fazer interlocução com os órgão governamentais, com os órgão não-governamentais, fazer articulação com igrejas, entidades filantrópicas, justamente pra isso, para fazer uma movimentação que tenha um fundamento básico a melhoria geral da sociedade. É o que eu te falei: a UNE deve se preocupar com as questões do bairro, a UNE deve se preocupar com as questões da cidade, melhorando não só a educação, mas também a saúde, lutar por transporte, por todos os direitos que pertence ao homem; lutar também pelas questões indígenas, lutar também pelas questões raciais a favor do movimento dos negros, feministas, a favor do movimento dos homossexuais... então, aglutinar todos esses movimentos em torno de um

só, para que a UNE possa realmente fazer um bom trabalho e que realmente seja uma representatividade estudantil. (Jair) – PC do B

Os movimentos sociais continuam sendo os interlocutores favoritos do movimento estudantil. Imbuído da lógica de que não pode isolar-se, o movimento estudantil apoia-se em outros movimentos e segmentos sociais para realizar ações em conjunto e assume pautas específicas e diversificadas dos movimentos populares e de base tanto ligados à Igreja católica quanto os de caráter comunitário propriamente dito. Várias das campanhas da UNE e de suas entidades em geral, são realizadas em parceria com outros movimentos. A mobilização contra a violência intitulada “Sou da Paz” e o “Fórum pela Terra, Trabalho e Cidadania” são experiências pautadas na organização de redes com ONG’s e outros movimentos sociais.

Os depoimentos de alguns dos militantes entrevistados muitas vezes destacam esta forma de atuação, principalmente, pela visão classista de sociedade que vários grupos do movimento estudantil têm.

“Eu acredito que o movimento estudantil deve estabelecer interlocução com todos os movimentos sociais que atuam na sociedade, movimentos sociais, especialmente progressistas, justamente pra isso, porque no atual sistema não há condições de se superar as dificuldades que são colocadas. A gente tem que romper com as bases sociais de produção, pra conseguir visualizar um horizonte, menos nebuloso, pra ver se a gente consegue ver alguma coisa. Então o movimento estudantil tem um papel fundamental nisso que é fazer interlocução com outros movimentos sociais, pra juntos derrubar o sistema, romper com o modo capitalista de produção... o MST, CUT, em São Paulo a PEOESP, mas o sindicato, porque há sindicatos, sindicatos e sindicatos que colocam uma política estúpida que não vai..., movimentos sindicais, movimento..., o MST, o movimento pela moradia, o MMPE (movimento de grandes e pequenos produtores), todos os movimentos sociais de esquerda”. (Roberto)

“Com todos os setores da universidade, com todo mundo. Não só com o estudante mas com a classe trabalhadora também. Porque estudante tem pai e mãe, e pai e mãe também sofrem porque não tem emprego, porque não tiveram educação suficiente; o estudante vai pro mercado de trabalho e vai sofrer as mesmas coisas que seus pais sofreram, vai ter filhos e os filhos vão sofrer por falta de educação e depois vão crescer...” (Paula)

“O movimento estudantil deve estabelecer interlocução com todos os movimentos populares, em geral com todos os movimentos sociais. Os movimentos de moradores, de favelas, com o MST, com o movimento sem-teto, com o sindicato, com todos os movimentos sociais e populares, a fim de se reconhecer uma unidade e uma luta comum com toda essa gente, e avançar numa luta basicamente anti-capitalista”. (Cris)

“O movimento estudantil tem que estabelecer interlocução com toda a sociedade, e os movimentos organizados, a CUT; logicamente que cada categoria representando o seu projeto, por exemplo, nós somos solidários a

greve dos professores, somos solidários a greve dos trabalhadores, mas nós não podemos tirar o nosso eixo do nosso papel, se é pra fazer uma greve geral se faz, mas nós tivemos problemas por exemplo com a greve das universidades, onde os professores entraram em greve e nós estudantes não fomos consultados, não foi discutido e nós tivemos um problema. Porque se hoje você faz uma greve por uma questão extremamente econômica, você faz greve hoje e amanhã faz de novo porque o seu salário já tá defasado. Então é uma greve economicista e nós não apoiamos uma greve economicista, e a interlocução é com a entidades não governamentais, com os sindicatos, e diretamente com a sociedade. O movimento estudantil tem que ter uma interlocução com a sociedade. Nós temos que fazer uma interlocução com a sociedade, no atacado, e com as entidades de classe". (Luís)

"Um outro problema do movimento estudantil hoje é que ele não está conseguindo fazer a necessária aliança com os movimentos sociais, populares, etc. Eu acho que a aliança prioritária que o movimento estudantil deve estabelecer é com os movimentos da sociedade, os movimentos organizados dos movimentos sociais, em geral, né? Os sindicatos... Os partidos, inclusive, mas mantendo uma relação de independência, em relação aos partidos... Não dá pra gente achar que vai mudar a universidade sozinho, então tem que ter uma relação com a sociedade. Esse projeto de universidade que a gente defende tem que estar vinculado a um projeto de sociedade, ou seja, pra ter uma universidade do tipo que a gente quer, que desenvolva ciência e tecnologia, desenvolva um pensamento crítico, é fundamental dizer que a universidade tenha uma produção de conhecimento que seja não somente democrática e que dê acesso ao povo pra universidade, mas que tenha uma produção de conhecimento que reflita as necessidades do Brasil, que hoje a nossa produção de conhecimento está voltada ao estudo, o que diz respeito ao conteúdo do estudo... Então a mudança profunda da universidade precisa, inclusive, mudar radicalmente o seu conteúdo, a sua forma de pensar. E pensar criticamente pra atender as necessidades, pra resolver os problemas do Brasil hoje, que os principais problemas são o desemprego, a fome, a miséria, etc. Então precisa pensar na perspectiva de resolver isso, e não ... às vezes as teorias, os estudos que a gente faz são muito voltados a uma realidade externa e acrítica, a gente não faz a crítica. (...) Por isso a necessidade de ter uma unidade com os movimentos sociais e populares". (Marta)

3.4.5. Novas linguagens e práticas emergentes

Quando apontamos o distanciamento entre estudantes e entidades pautamos nossa interpretação, principalmente, na realidade mais expressiva do movimento estudantil, e talvez a mais conhecida, ou seja, a da militância tradicional com suas estratégias limitadas a um modo de fazer política. Porém, por outro lado, pensamos que devemos relativizar a falta de participação estudantil e o distanciamento anteriormente observado, se olharmos para as diversas iniciativas que começam a se destacar e tomar corpo.

Mas, o que de fato vem surgindo a partir do inter-cruzamento do movimento estudantil com outros movimentos sociais? Que experiências estão acontecendo no interior do movimento estudantil a partir da nova configuração juvenil e suas demandas? Existem novas e outras linguagens que trazem consigo conteúdos e métodos diferentes dos tradicionais, capazes de impulsionar setores estudantis?

Expressões de um período recente, alguns grupos organizados a partir de uma nova lógica de militância surgem no movimento estudantil, revitalizando-o. São signos destas novas linguagens as Executivas de Curso (que apesar de algum tempo de existência somente se fortaleceram e ganharam maior visibilidade na última década), os coletivos de cultura, grupos de estudantes negros, grupos de extensão universitária realizado pelos estudantes, coletivo de mulheres universitárias etc.

Autônomos, mais democráticos e organizados de uma forma horizontal, esses grupos se fortalecem no interior das universidades como uma nova forma de intervir politicamente, criando ações coletivas que dão respostas às muitas das novas demandas dos estudantes. Estes parecem sinalizar o que Scherer-Warren (1998a:60) aponta sobre a formação de redes:

“estas redes de movimentos constróem-se sobre o pano de fundo de múltiplas redes sociais primárias e redes submersas. Segundo Fischer e Carvalho (1993), a formação das redes associativistas locais (a politização) é perpassada pelos elos que se formam nas redes submersas (a cotidianidade) que lhe dão base”.

Estas novas experiências sugerem o surgimento de uma nova sociabilidade militante no movimento estudantil, contrapondo-se às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de um comportamento político institucionalizado e (re)produzida nos espaços de apoio do movimento estudantil como os partidos, sindicatos etc.

Nesse sentido, fica explícita no depoimento um de nossos entrevistados esta nova configuração do movimento estudantil, que se gesta e se fortalece aos poucos:

“...você não pode mais falar na universidade hoje de movimento estudantil, existem movimentos estudantis. Eu sou defensor que a gente pulverize a representação estudantil pela base. Eu não estou defendendo aqui que a gente crie uma outra organização nacional, não é isso, mas você tem que pulverizar a representação pela base. Então grupos temáticos na universidade que trabalham a questão da cultura, eles representam uma parcela de estudantes, que trabalham a questão do meio ambiente, a questão de gênero, que trabalham a questão de raça, com coisas que a UNE não dá conta, que o centro acadêmico não dá conta... então eu sou defensor de uma tese que pode parece até utópica, meio sonhadora, mas eu acho que a gente deve pulverizar o movimento estudantil pela base. O movimento estudantil

hoje é muito mais que as organizações formais, ele é muito mais do que isso. Acho até que as organizações formais já não dão conta de responder as inúmeras interrogações que existem hoje na juventude, na universidade, porque no mundo global neste fim de século, pôs e impõe para nós mais perguntas que respostas. Então nesse sentido é que há na minha opinião uma necessidade da gente pulverizar isso, e tentar conformar uma globalidade de representação a partir dessa diversidade”. (Mário)

Aspectos como o racial, de gênero, juventude e cultura são incorporados pelos estudantes que desenham além de conteúdos novos, metodologias novas. Sobre a questão metodológica, analisaremos posteriormente com mais detalhe a experiência das executivas de curso.

Essa nova sociabilidade militante se gesta e se fortalece com o enfraquecimento do modelo tradicional de fazer política, mas principalmente pelas tensões que surgem quando estes dois modelos vêm à tona, ficam latentes.

Numa discussão acerca das políticas públicas da juventude, realizada em um dos espaços de debate do 46º Congresso, e para exemplificar como algumas das tensões existentes entre o tradicional e o novo são acontecidas, foi polemizada e debatida a proposição da abrangência para setores mais amplos da juventude de uma das marcas e lutas dos estudantes: a meia-entrada.

Com o intuito de, a partir da *luta dos estudantes*, catalisar forças para uma *luta mais geral da juventude*, estudantes defendiam a meia-entrada para todos os jovens e chamavam a atenção para o “elitismo” quando apenas a categoria estudantil se beneficiava com tal “privilégio”.

No centro do debate um estudante pontua:

“Uma coisa que eu acho muito interessante é uma coisa que foi colocada que é a questão da carteira. (...) 95% dos jovens não estão na universidade e tão fora de cinema, fora de teatro, fora de museu, não tem acesso à meia-entrada... No mundo todo, em toda a Europa, em toda a América Latina você tem meia-entrada para o jovem excluído, para o trabalhador, estudante, e aqui gente fica com essa balela elitizando a meia-entrada. Tá na hora dos estudantes deixarem de ser elitistas e começarem a apoiar a luta do jovem trabalhador, do jovem que não tem trabalho, do jovem excluído... e a gente não tá falando de quebrar o financiamento das entidades não, sabe porque? Porque no mundo todo tem um selinho que os conselhos de juventude dão para as entidades representativas que nem a UNE... Esse selinho vai para todas as entidades representativas e associadas... E aí se a UNE tem base, ela vai ter muita carteira; a Viva Rio tem base, faça carteira; a Organização de Jovens Comunistas tem base, faça carteira; sindicatos tem base, carteira... O jovem tem que ter acesso à meia-entrada, o jovem não é só estudante” (Grupo de discussão sobre políticas públicas de juventude).

Com a proposição e crítica por parte de setores estudantis que se abriam para o debate acerca de questões juvenis e mais amplas, a reação daqueles que habituados à

antiga prática não se abrem às novas demandas juvenis/estudantis. Com um discurso ambíguo, parte dos militantes tradicionais defendem seus interesses corporativos. No momento ficam latentes as categorias identitárias de juventude e estudante.

“Eu acho que a gente tem que fazer essa discussão de forma mais madura. Não dá para deslocar, enfim, não dá para camuflar problemas políticos para a questão da carteirinha e fazer dela o cavalo de batalha que se está fazendo. Nós achamos que a carteirinha da UNE ela é necessária. Boa parte dos centros acadêmicos e diretórios centrais do país têm seu repasse. Enquanto o movimento estudantil não conseguir propor outras formas de financiamento é complicado... agora é complicado alguém propor sem mostrar nenhuma proposta efetiva...” (Grupo de discussão sobre políticas públicas de juventude)

Outros grupos fazem a crítica ao modelo tradicional que já não consegue contemplar a nova configuração estudantil. No grupo temático de gênero e raça, a reivindicação para que, de fato, o movimento estudantil assuma também as causas das minorias e não se isole em assuntos extremamente específicos da universidade.

“Hoje existe no movimento estudantil existem o estudante chamado político e o academicista que só trabalha a questão da universidade, e andamos esquecendo que o movimento estudantil é bem maior do que isso... ele é da sociedade. Precisamos ter consciência de que precisamos fazer movimento estudantil para a sociedade e não só para a universidade. Hoje as polêmicas são vividas no próprio movimento estudantil. Hoje ele não debate a questão racial, ele se nega a discutir. Quando teve a comemoração do dia da consciência negra, em Belém do Pará, colocamos nossas propostas de cotas para negros... e todas as tendências políticas da universidade caíram em cima da gente. Eles falavam que era um assunto polêmico. E na verdade a gente tem que criar polêmica pra todo mundo saber que os negros são ainda excluídos nas universidades de Belém do Pará, não só lá, mas em todo o Brasil”. (Grupo de discussão sobre gênero e raça)

Assim, grupos temáticos vão fortalecendo-se e pulverizando-se como alternativas de expressão estudantil, capazes de mobilizarem e atraírem estudantes. Na resignificação das lutas, a possibilidade do surgimento de uma metodologia e conteúdos novos.

Partindo das características desta sociabilidade militante que ainda é nova e convive com as formas tradicionais, é importante observarmos mais de perto a experiência das Executivas de Curso, mais especificamente a executiva de curso de agronomia, a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

As Executivas de Curso (movimento estudantil do próprio curso) surgem em sua maioria na década de 70, a princípio para debater questões e problemas corporativos. Com o passar do tempo, algumas delas se fortalecem e criam vínculos com outros movimentos sociais, formulando novas políticas (mais amplas) para a entidade. É nesse contexto que se insere a FEAB e sua presença leva a refletirmos se existem mesmo

novas formas organizativas de militância neste movimento. Se estas novas formas existem, como se expressam e que experiências se contrapõem às formas tradicionais de se fazer política dentro do movimento estudantil?

Tentando perceber elementos novos dentro do movimento estudantil que possam sugerir a existência de uma nova sociabilidade militante que passa a gerar uma nova cultura política entre os estudantes analisamos: a) a metodologia usada pela FEAB para atrair os estudantes e discutir a política da entidade, e; b) o conteúdo manifesto por esta entidade (temas abordados, ideário político, etc.).

A presença da FEAB no 46º Congresso ocorreu através de reuniões setoriais com os estudantes de sua área, mas a investigação de sua atuação indica outros momentos da afirmação deste espaço que vêm afirmando-se como alternativo no interior do movimento estudantil. Além disso, articula canais de comunicação com outras Executivas de Curso, estabelecendo muitas vezes parcerias. Isso se dá de maneira mais freqüente com as Executivas de Curso da área de Ciências Agrárias, onde existe uma maior semelhança nas especificidades.

Na tentativa de entender, estudar a temática da juventude (seus problemas, perspectivas e, principalmente, a crise de valores coletivistas), a FEAB promoveu um encontro nacional dois meses após o 46º Congresso da UNE para discutir a relação Juventude – Sociedade⁴⁷. O debate central do encontro problematizou o fato de o movimento estudantil ser constituído por uma parcela significativa de jovens e situado na atual crise de mobilização estudantil que também é juvenil. Diante disso questionava-se: a) como a juventude pode recriar-se para depois construir um novo modelo de sociedade? b) como pensar as saídas alternativas de aproximação entre o próprio movimento estudantil e os estudantes?

O encontro deixou claro que existe um grande esforço de uma parcela da juventude em não se deixar levar pelos valores vigentes que “a mídia” conseguiu difundir. A difusão pela mídia, e do próprio sistema educacional, de valores como o consumo, competitividade, competência, qualidade, individualismo, pragmatismo etc. - marca do ideário neoliberal, cada vez mais forte no senso comum - facilita e permite que os jovens não consigam se organizar com tanta força e expressão como gostariam. Evidenciou-se que há pouca receptividade dos estudantes para a construção de alternativas de transformação social, indiferença às questões coletivas.

Em um dos relatos podemos observar este ponto de maneira mais clara.

⁴⁷ Encontro intitulado: Juventude em busca de novos valores. Agosto/Setembro de 1999 – Pelotas/RS.

“(...) a juventude hoje, a classe como um todo ela está com a mesma formação, com os mesmos valores, com essa questão enrustida já, porque ela não vem só da educação, ela vem da sociedade, do mundo, da mídia, da forma como é conduzida a formação da pessoa, sabe? Então isso é complicado de você resgatar esses valores ou mesmo não seria tanto resgatar, porque tem valores que nem deveriam ser resgatados, mas de construir novos valores pra essa juventude, pra esses futuros profissionais, futuros... pessoas que vão estar no mundo lá fora... e com certeza essas pessoas terão que fazer a diferença, porque não adianta nada a gente trabalhar por um longo período e chegar ao final ver estas pessoas se perdendo como acontece... é uma característica do movimento... Viajando aqui, filosofando eu acho que particularmente eu prefiro tratar a juventude como um estado de espírito, e não conceituado pela idade, de 18 a não sei quanto, de 20 a não sei quanto; mas um estado de espírito da pessoa que tá aberto a transformações, que busca por... aquela pessoa que tá com o mundo todo a sua frente e não criou raízes, assim, no sentido de não estar totalmente impregnado, que está aberto a mudanças. E acho que o principal papel do jovem.” (Dirigente da FEAB)

Ao mesmo tempo, as Executivas de Curso já são portadoras de uma dinâmica que ajuda a atrair o jovem estudante à participação no próprio movimento e nas discussões políticas que este facilita. Organizada nacionalmente, a FEAB (e as outras Executivas dos Cursos de Ciências Agrárias, como Medicina Veterinária e Engenharia Florestal) estabelece mecanismos criativos para restabelecer um contato maior com os estudantes por área de atuação que, de certa maneira, uma dinâmica diferenciada do movimento estudantil geral, que como observamos, é mais massificado e heterogêneo, fragmentado.

Em sua estrutura contempla uma direção nacional, 5 regionais e vários Núcleos de Trabalho Permanente (NTPs) que são núcleos de estudo, formado por coletivos de estudantes, que têm a função de subsidiar o movimento em suas discussões, socializando e criando textos, etc. Existem os NTPs de movimentos sociais, agroecologia, documentação e arquivo, entre outros. Mesmo assim, podemos pontuar que nem sempre estes dão conta da dinamicidade da realidade do movimento.

O movimento estudantil de agronomia, por exemplo, tem vários fóruns, sendo o principal o Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA) que é realizado anualmente. Utiliza-se de uma metodologia que permite uma integração maior entre os estudantes. Alternando momentos de debates com momentos mais “lúdicos” os estudantes conseguem estabelecer um vínculo maior entre si, de maneira que se fortalecem a identidade e coesão do grupo.

Realizando **oficinas em pequenos grupos**, durante os dois primeiros dias de encontro, os estudantes debatem acerca das mais variadas temáticas: desde a agroecologia e desenvolvimento rural, à participação do movimento em encontros internacionais ou realidade latino americana. As temáticas mais centrais são discutidas

pelos estudantes em mesas redondas já previamente programadas, ocasião em que, juntos para discutir, ocorre o que se denomina de **mística**. A mística do movimento é um **momento de sensibilização** da plenária, onde de maneira mais “celebrativa” ou “reflexiva” são colocadas questões sociais e políticas que pensam a América Latina, principalmente em seus aspectos agrários. A luta pela terra, a memória de mártires latino americanos que significam a luta por justiça, a construção de uma nova sociedade marcada pela inclusão, são algumas “categorias” ou símbolos usados neste momento.

Outra experiência importante que estimula a participação estudantil e que posteriormente foi incorporado pelo movimento estudantil geral é o estágio de vivência.

A atividade do estágio de vivência tem um caráter de sensibilizar politicamente o estudante para a realidade dos pequenos agricultores e dos sem terra. Participar do estágio de vivência é experienciar uma realidade diferente, marcada pela convivência com pessoas simples e, muitas vezes, com costumes e hábitos culturais totalmente diferenciados. Para os estudantes torna-se mais um instrumento de luta contra os valores neoliberais, constantemente debatidos nos encontros e um momento de resignificar, resgatar ou criar novos valores que dirigem-se à questão da coletividade para si.

Para um dos dirigentes da FEAB, o estágio de vivência é:

“uma coisa essencial porque, principalmente para o estudante, porque hoje você tem um estudante que tem esses valores, que se perderam... porque o estudante hoje se cria na cidade, nasce no asfalto, mora no apartamento onde ficam acentuados principalmente os valores individualistas e quando ele entra na faculdade ele não consegue fazer essa quebra de valores. Um estágio de vivência consegue colocar o estudante em choque com outra realidade, é uma realidade diferente, que força o cara pensar criticamente. Na nossa visão esse é um dos principais ganhos que a gente tem com o estágio de vivência. Se você é acostumado, no caso da agronomia, a ver grandes tratores, grande colheitadeira, veneno, bababá, e o latifúdio... qual seja a hora em que ele vai para um assentamento, uma área indígena, uma associação de pequeno produtor... porra é uma coisa assim que... aquilo é contrastante com a realidade do cara. O cara se põe a pensar no quê que ele tá aprendendo, se põe a pensar pra quem ele tá aprendendo, nossa... Então se você consegue aglutinar em cima do estágio de vivência, nossa é um ganho enorme. Você faz com que a pessoa veja a realidade, o quê que existe do portão para dentro da universidade e do portão para fora da universidade... Porque isso (comportamento) não vem só da criação da pessoa, a sua origem, mas da universidade também, o direcionamento que ela dá, a linha dos professores, como está sendo conduzido o próprio curso, e a quem a universidade atende principalmente, porque hoje o que se vê é que muitas vezes, as nossas universidades, mesmo no nosso caso sendo uma universidade pública, na maioria das escolas de agronomia, ela não é uma universidade que não atende a maioria da sociedade, que é quem a sustenta, a mantém, e isso é muito complicado porque à medida em que você chama o estudante pra ele ir a outra realidade ele está aberto a tudo; ou ele pode gostar, ou ele nossa ficar traumatizado. Sem dúvida, a pessoa que vai ao assentamento, nunca mais vai ser a mesma. Isso a gente tem uma

avaliação, principalmente da avaliação dos estágios de vivência, é que a pessoa muda completamente, seu jeito de pensar, de criticar, de formar idéias sobre pessoas que muitas vezes ela desconsiderava... ela acaba refletindo mais sobre isso” (Dirigente da FEAB).

Assim, de maneira não massificadora e com um trabalho mais organizado, estudantes vão desenhando ações políticas e criativas com outros setores, recriando novas possibilidades de intervenção. Vão sendo sujeitos protagonistas de sua própria ação, tecendo com outras organizações, redes de intercâmbio e de atuação política ainda que estas ações devam ser problematizadas quando relacionadas com o movimento estudantil geral. Outra questão que pode ser levantada é a da necessidade de uma ponte entre os dois tipos de movimento para que não se caia na fragmentação de ações que o próprio movimento de área critica. Como se dá a relação entre estes diversos espaços de atuação juvenis e como elementos de um pode influenciar no fazer do outro, são indagações que derivam conseqüentemente.

O que fica da observação da militância nestes espaços estudantis é que a juventude, em suas mais variadas expressões, tenta romper com estruturas dominadoras e torna-se, das mais diferentes formas possíveis, um sujeito coletivo que protagoniza desejos de transformação social. Mas para compreender melhor a dinâmica e a aceitação dos estudantes por estas novas linguagens, devemos levar em conta a discussão da estrutura organizacional do movimento estudantil.

Hierarquizada e centralizadora, a estrutura – ainda – de muitas entidades preserva características do passado. Mesmo se adaptando às novas regras e demandas (proporcionalidade, colegiado etc.) a estrutura maior parece ainda muito rígida. Fruto de diversas modificações, inclusive por parte do governo federal na época da ditadura, a estrutura atual do movimento estudantil geral pode ser analisada em pelo menos dois níveis: a) o das entidades estudantis de base (CA's e DCE's); e b) o da própria UNE enquanto entidade nacional. Ambos conservam em maior ou menor intensidade, uma característica estrutural baseada num modelo organizativo formal, onde o formato vertical faz-se muito presente.

Porém, podemos afirmar que nas entidades de base essa estrutura, na prática, tem um caráter mais flexível e aberto. Ou seja, as entidades de base conseguiram nos últimos anos, incorporar mecanismos que facilitassem uma certa ruptura com o modelo tradicional, garantindo uma maior participação dos estudantes. A formação de uma estrutura baseada em um colegiado e por vários coletivos (cultura, esportes, comunicação etc.) foi um desses mecanismos implementados. Apesar da heterogeneidade de entidades, essa característica mais aberta tem sido a mais aceita.

Por outro lado, se as entidades de base tentam reformular o seu modelo

organizativo, a UNE mantém-se resistente neste aspecto. Baseado no presidencialismo e num organograma vertical – que contempla os cargos de presidência, tesouraria, secretaria, vices-regionais e inúmeras diretorias –, a estrutura da UNE não consegue se flexibilizar para atender as demandas e expressões emergentes. Além disso, existem diferenças de poder internas à própria diretoria que ainda não foram resolvidas, o que faz com que a representatividade de algumas diretorias sejam praticamente nula. A garantia de espaços na diretoria não significa garantia de representatividade interna.

Apesar de ter também incorporado mecanismos como a proporcionalidade qualificada (que garante a representatividade das variadas tendências em sua diretoria), e secretarias temáticas que surgem a partir da realidade do movimento (secretaria de mulheres, anti-racismo, cultura, meio ambiente etc.), o formato fortemente institucionalizado da entidade enrijece a dinâmica própria do movimento. Essa institucionalização também reflete uma outra dificuldade estrutural da entidade. Na tentativa de incorporar temáticas emergentes impõe o modelo antigo nos novos conteúdos, formatando-os em secretarias.

No 46º Congresso, a resistência à mudança ficou evidente na rejeição às propostas de: a) formação de uma estrutura colegiada sem a figura do presidente; e b) eleições diretas para a diretoria, que vem sendo eleita nos últimos doze anos a partir da realização dos congressos. Esses problemas estruturais trazem muitas conseqüências quando não conseguem acompanhar a dinâmica do movimento, burocratizando-o.

Esta realidade, porém é sentida por muitos dirigentes e representantes estudantis que constataam essa realidade.

“O movimento estudantil brasileiro desde 1937, se você tomar a organização formal ela sempre teve essa estrutura. É claro que num dado momento, de acordo com a conjuntura política isso mudou, como no período da ditadura, que a ditadura cassou as organizações estudantis, seja a organização nacional – a UNE – sejam as de base; tentou criar as agremiações estudantis com aquela característica diferente do que tinham os centros acadêmicos; mas desde 1937 que foi fundado a UNE que o movimento estudantil vem amadurecendo e criou essa estrutura que permanece viva até hoje”. (Mário)

“Vamos dizer assim, o momento histórico é outro e aí, por si só já reflete na mudança de organização, a liberdade de expressão, hoje existem grupos de direita na UNE, grupos de esquerda, e tal, e só isso já muda a cara da organização. Agora uma coisa continua como antes que é o centralismo. A entidade vertical, desde os anos 60 ela continua existindo até hoje, e tem que ver como mudar isso. Mas aí não dá mais pra ficar naquele saudosismo. O movimento estudantil hoje é livre, tem que ser de massa, o país não está não mais numa ditadura, a gente tem que democratizar mais ainda esse país, e o movimento estudantil tem um papel importantíssimo hoje. O movimento estudantil tem que se voltar pra isso, não existe uma ditadura que tem que

se lutar contra ela. Tem agora que lutar por uma reforma universitária, uma reforma que não seja essa que o Fernando Henrique está pregando... quer dizer, hoje a pauta é outra pro movimento e aí a organização muda o seu caráter também”. (Roberto)

“A gente vive hoje, numa perspectiva de mundo onde as tarefas repetitivas vão ficar com as máquinas e o homem com a criação, o homem com a participação na sociedade. É nisso que a gente tem que apostar. Daí a gente ter hoje uma juventude mobilizada, uma juventude atuante, participante, pra gente não ter um futuro ocioso, mas um futuro de revoluções na sociedade. Por isso, eu acho que a participação de entidades como a UNE é fundamental. Ela precisa preencher um vazio que existe hoje no discurso, de uma década de 80 que não teve mobilização estudantil, uma década de 90 que só teve o modelo do Impeachment do Collor e depois se esvaziou, numa União Nacional dos Estudantes da qual eu sou diretor, que a gente acessa o site na internet e tem 17 páginas que só falam de carteirinha da UNE, uma UNE que na verdade se transformou numa fábrica de carteirinha estudantil, uma UNE onde a discussão política é esvaziada, é manipulada... num congresso onde os delegados, na verdade, discutem, discutem, discutem e nada dessa discussão é encaminhada, uma UNE centralizadora”. (Grupo de discussão sobre políticas públicas de juventude)

Sem muito apoio da maioria das tendências, no 46º Congresso foi postulada a proposta de renovar um dos aspectos de sua estrutura: o financeiro. Baseado no modelo do orçamento participativo do Partido dos Trabalhadores (PT), setores estudantis discutiam, sem muito sucesso, a possibilidade de sua implementação no interior da entidade.

No 46º Congresso fica visível a necessidade de se renovar a estrutura do movimento estudantil, ou seja, reestruturá-lo. Com uma adesão muito grande da maioria das tendências e grupos ali representados, a proposta de redemocratização da entidade corporificada nas Diretas na UNE não obteve sucesso no último dia de sua votação. Abafados os anseios da maioria pela prática política tradicional – expressa na concepção que Negt & Kluge denominam de *realpolitik* – e aliado a um modelo estrutural rígido, o movimento estudantil tradicional não conseguia observar a novidade latente nos grupos e manifestações ali existentes, mostrando sua capacidade de distanciar os estudantes – que buscam novas expressões – do próprio movimento. O voto da maioria não representava a maioria e, novamente, não dava margem para que a pluralidade existente no movimento estudantil emergisse.

Desta maneira, observamos pelas entrevistas realizadas, a tensão existente entre o modelo tradicional do movimento e suas novas expressões e linguagens, que cotidianamente aparecem no meio estudantil.

Se por um lado, a estrutura e a maneira tradicional de se fazer política continuam muito fortes, por outro, não conseguem aglutinar e mobilizar os estudantes, que inscritos

numa outra lógica, não se sentem representados pelos grupos que participam daquele campo político.

Nessa perspectiva, atuam e sinalizam práticas diferentes, seja no coletivo de extensão (como no estágio de vivência que atualmente foi incorporado como uma das práticas do movimento estudantil geral), seja no grupo de gênero, seja no coletivo de cultura, seja nos ensaios de uma universidade popular, seja na prática da criação de pré-vestibulares populares para estudantes carentes.

Estas práticas diferenciadas talvez se aproximem da análise que Negt & Kluge (1999:52) quando demonstram que a modernidade não conseguiu exercer a política como processo capaz de gerar a coletividade e a emancipação das pessoas e que é preciso emergir novas relações de medida e parâmetros pertinentes ao convívio social, sendo elas:

“vontade própria e autonomia subjetiva que se unem para formar uma coletividade, capacidade de expressão e de discernimento, que mantêm pública a experiência essencial de vida (quer dizer, que evitam a sua eliminação), produção de liberdade (por exemplo, o jogo livre, interrompido espontaneamente, dos graus de intensidade dos sentimentos)”.

Considerações Finais

Nossa pesquisa teve como objetivo identificar na estrutura e organização do movimento estudantil, conteúdos e formas que nos indicassem o surgimento de uma **nova sociabilidade militante**, esta entendida como um processo de construção de estratégias de ação e de identidades que permitem – na sua dinâmica – criar novos símbolos e linguagens.

Desta forma, procuramos investigar através do movimento estudantil institucionalizado, as suas mais diversas expressões, ora no modelo tradicional, ora nas formas inovadoras nas quais ele aparece, partindo da perspectiva de que há uma dinâmica plural no seu interior que evidencia a presença de diversos **movimentos estudantis**.

As questões centrais que orientaram esta pesquisa foram: a) se as novas sociabilidades emergentes no meio juvenil colaboram na formação de uma **nova sociabilidade militante** no interior do movimento estudantil. Ou seja, até que ponto as novas formas organizativas advindas dos movimentos de juventude estão influenciando a prática e as estratégias militantes; e b) se existem novas sociabilidades emergentes neste movimento, como estas se expressam.

No trabalho de campo pudemos perceber que existem no movimento estudantil práticas e conteúdos novos que apontam para o surgimento do que vimos denominando uma nova sociabilidade militante.

A emergência destas práticas se expressa através de características que se manifestam através de aspectos tanto estruturais quanto simbólicos.

Sobre o primeiro aspecto, podemos afirmar que diferentemente do movimento estudantil tradicional, portador de uma estrutura organizativa rígida e hierárquica, o movimento hoje se caracteriza pela constituição de coletivos que trazem uma novidade em termos de organização postulando uma participação mais democrática, autônoma e horizontalizada.

Com uma forma de participação mais direta, os grupos que defendem essas novas práticas atuam de maneira mais qualificada para proporem e realizarem um processo educativo que vincula a política ao **exercício da capacidade de discernimento e criam a possibilidade de outras relações de medida baseadas na coletividade como princípio para a emancipação dos indivíduos e da sociedade** (Negt & Kluge, 1999).

Isso fica evidente, por exemplo, na estrutura das Executivas de Curso, que privilegia em seus fóruns, a discussão em pequenos grupos em detrimento da realização

de encontros e seminários massificadores. O contato direto e mais informal dos dirigentes das entidades com os estudantes destaca a concepção assumida que rompe com a dicotomia entre a ética da militância e a subjetividade dos sujeitos, muito presente no formato de organização tradicional, como destaca Mische (1996). Assim, são criados espaços onde a dimensão da subjetividade é incorporada e enfatizada: o debate em pequenos grupos, as noites culturais, a presença dos dirigentes nacionais/regionais em cada uma das universidades etc.

Uma experiência importante que se configura nesse novo formato organizativo é o Estágio de Vivência – criado pela FEAB e assumido posteriormente pelo movimento estudantil geral. Esta experiência tem demonstrado que a estrutura organizativa aliada a uma postura política voltada para a realidade social pode colaborar no processo educativo dos estudantes.

Levando estudantes a comunidades rurais, os estágios de vivência têm o mérito de conseguir, a partir de práticas ligadas à extensão, formar e sensibilizar politicamente os estudantes, que assim, estabelecem um contato e uma troca conseqüente com uma realidade social. Neste sentido, o investimento na organização de práticas de extensão é um projeto de ação envolvente para o movimento estudantil. Isto, em primeiro lugar, porque traz maior qualidade à formação dos estudantes, ao aliar teoria e prática, no enfrentamento de problemas concretos. Além disso, a sensibilização para as questões sociais certamente concorrem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e amadurecimento político.

Foram identificados também, a partir de nossa análise, aspectos simbólicos importantes para a compreensão destas novas relações. A dimensão visual e estética é um importante aspecto desta nova sociabilidade. A roupa, o cabelo, a indumentária, os painéis etc, continuam sendo, como no passado, elementos importantes para comunicar e decodificar as intenções políticas de cada grupo. A aparição de símbolos e mitos nas expressões de estilo também permanecem como elementos de comunicação entre os estudantes. Porém, é preciso ressaltar, que este aspecto é resignificado atualmente no contexto de uma concepção de política enquanto espetáculo como aponta Ribeiro (1994). Há uma supervalorização do aspecto estético que assume dimensões espetaculares no intuito de atrair e envolver “espectadores”. O espetáculo pode ser premeditado ou espontâneo, contar com maior ou menor infra-estrutura, dirigir-se à consciência crítica ou alienada, mas é sempre performático. A **teatralização do protesto**, da denúncia e da proposta estão cada vez mais presentes nas suas manifestações políticas, que apesar de serem muitas vezes caracterizadas pela sua espontaneidade e especificidade são muito ricas e significativas em termos simbólicos.

Esta característica não é exclusiva dos grupos que incorporam as novas linguagens juvenis. O movimento estudantil tradicional também faz uso desse instrumental, porém, sob outra perspectiva: a da **tecnização da política**. No processo de **“profissionalização da política”** (Negt & Kluge, 1999) torna-se cada vez mais necessário o uso de um instrumental tecnológico e visual que sirva como **técnica de convencimento**. É o caso do recurso ao marketing.

Estas dinâmicas performáticas, na verdade, extrapolam quaisquer práticas juvenis, bem como o próprio campo da política, inserindo-se na lógica da sociedade do espetáculo, da comunicação e do consumo.

A resignificação do passado é também uma das características desta nova sociabilidade militante. Sabedores da importância da tradição no sentido de consolidação da experiência coletiva, os estudantes realizam práticas que, além de proporcionarem coesão ao grupo, produzem símbolos e orientam novas ações.

Os momentos de realização da mística nos encontros nacionais da FEAB, seriam um exemplo desta prática. A mística do movimento se expressa nos encontros através dos **momentos de sensibilização** da plenária, onde de maneira mais “celebrativa” ou mais “reflexiva” são colocadas questões sociais e políticas referentes a realidade latino americana. A luta pela terra, a memória de mártires, a construção de uma nova sociedade, são algumas “categorias” de apoio utilizadas em tais momentos. A linguagem torna-se universal pois o que predomina é o aspecto emotivo.

A emergência de novas práticas no interior do movimento estudantil, sinaliza o desgaste de uma forma tradicional de fazer política que não contempla a diversidade e anseios desta juventude, bem como tem demonstrado a incapacidade de constituir-se em instrumento político de discernimento.

Portadoras de projetos coletivos e mobilizadoras potenciais, estas experiências inovadoras conseguem amenizar o distanciamento entre estudantes e entidades estudantis. Isto é possível, sobretudo, pelo fato de conseguirem se situar como contraponto em relação às práticas tradicionais, estruturantes de um *habitus* político baseado numa concepção centralizadora, hierárquica e burocrática.

Sinalizada a partir da emergência da criação das Executivas de Curso, dos Coletivos de Cultura, dos Coletivos de Gênero e Raça, do grupos de debate para a formulação de políticas públicas para juventude, do coletivo de extensão (como no estágio de vivência que atualmente foi incorporado como uma das práticas do movimento estudantil geral), dos ensaios de uma universidade popular, da prática da criação de pré-vestibulares populares para estudantes carentes, etc, entre outros, a nova sociabilidade

militante se caracteriza pela interiorização de temáticas amplas, porém **setorizadas** que refletem a fragmentação social típica dos últimos anos como vimos no capítulo 2.

Naquele momento, vimos como os ideários do movimento estudantil foram sendo modificados a partir das mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais no contexto nacional. Assim, temáticas como a luta pela paz, contra a discriminação, pela democratização da cultura, pelo primeiro emprego, por políticas públicas de juventude etc. institucionalizaram-se como ideário da militância e incorporadas na estrutura organizativa do movimento. Este ideário contempla ainda lutas mais amplas como a defesa da universidade pública e contra o neoliberalismo.

Num eixo mais específico, a reconstrução das entidades estudantis e de sua representatividade, completa o ideário do movimento. A partir das novas práticas de organização e intervenção, os estudantes abrem a possibilidade de uma renovação do modelo, até então existente.

Negando a massificação e não a organização, esses sujeitos vão desenhando ações políticas criativas, articuladas com outros setores da sociedade civil organizada, possibilitando uma intervenção em novos moldes. Vão se constituindo como sujeitos protagonistas de sua própria ação, tecendo redes de intercâmbio e de atuação política.

O movimento estudantil, portanto não é destituído de antagonismos e conflitos, posto que convivem em seu interior formas inovadoras e tradicionais. Porém, mais que antagônicas são complementares e oferecem a uma boa parcela de jovens estudantes, um importante espaço de socialização política. O surgimento de novas formas de ação, expressão e bandeiras de luta, não significa que as anteriores tenham sido totalmente superadas.

Esta mescla de movimentos no interior do movimento estudantil indica, antes de tudo, a vitalidade do movimento, um processo necessariamente inacabado que hoje manifesta as tendências presentes.

As novas linguagens ainda estão em formação precisando, portanto, fortalecer seus coletivos e práticas, bem como resistir às pressões das forças hegemônicas, as quais até por suas características podem tentar forçar uma unidade concentradora destas novas experiências, sufocando-as.

A estrutura das entidades com sua prática **política tradicional** continua forte, mas já não conseguem aglutinar e mobilizar a maioria dos estudantes, que inscritos numa outra lógica, não se sentem representados pelos grupos que participam daquele campo político. Nesse sentido, precisa rever concepções e estratégias, alimentar-se de novas experiências a fim de levar a cabo seus projetos de transformação social.

A sociabilidade militante que agora emerge, é fruto da trajetória do movimento

estudantil, de negações e de tentativas de superação, assim como fruto das transformações por que tem passado a sociedade a partir da década de 60. Nesse sentido, é a formulação de uma resposta aos desafios colocados por uma conjuntura que transformou a tentativa de emancipação do sujeito em tirania do indivíduo.

Esta construção é uma obra coletiva, que para ser emancipadora precisa despir-se de preconceitos e resgatar a democracia não só como fim, ou seja, como justiça social mas também como instrumento para esta trajetória, garantindo o respeito às diferenças.

Com este trabalho buscamos levantar elementos para compreender a realidade em questão, e, como sempre acontece nesses casos, levantamos mais dúvidas do que respostas. Esperamos apenas ter contribuído, de alguma forma com o registro e sistematização de dados concernentes a esta temática.

Bibliografia

- ABRAMO, H. (1994) – Cenas Juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo. Editora Scritta.
- _____ (1997) - Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. S. Paulo: Revista Brasileira de Educação/ANPED.
- ABRAMO, L. (1997) - Reorganização do movimento estudantil: 20 anos. Seminário organizado na PUC de São Paulo. mimeo.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. (1977a) – Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ (1977b) – Movimento estudantil e classe média no Brasil – estudo comparativo. IN: Classes médias e política no Brasil. Org. Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- ALEXANDER, J. (1987) – O novo movimento teórico. São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 4, vol.2.
- ANTEPROJETO DO MANIFESTO DO CENTRO POPULAR DE CULTURA (1962) – In: Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970, de Buarque de Hollanda. São Paulo. Brasiliense.
- ARANTES, A. (1980) – A resistência da UNE à tentativa de golpe em 1961. In: História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes. Organizado por Nilton Santos. Volume 1. São Paulo. Editorial Livramento.
- ARNS, P. E. (1984) – Brasil: Nunca Mais.
- BARCELLOS, J. (1994) – CPC da UNE: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- BECK, U. (1995) - Modernização reflexiva. São Paulo. Editora da UNESP.
- BIONDI, A. (1999) – O Brasil Privatizado. Um balanço do desmonte do Estado. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.
- BOMENY, H. (1994) – A reforma Universitária de 1968: 25 anos depois. São Paulo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 26. Ano 9.
- BOURDIEU, P. (1983) – Questões de sociologia. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero Limitada.
- _____ (1998) – O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- BUARQUE DE HOLLANDA, H. (1980) – Impressões de viagem. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970. São Paulo. Brasiliense.
- BRANDÃO, A. C. (1990) – Movimentos culturais de juventude. São Paulo. Editora Moderna.

- CARDOSO, I. (1990) - Memória de 68: Terror e interdição do passado. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. Volume 2, nº 2.
- _____ (1998) – O discurso da Universidade. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo.
- CARDOSO, R. & SAMPAIO, H. (1994) – Os estudantes universitários e o trabalho. São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 26. Ano 9.
- CAVALARI, R. M. F. (1987) – Os limites do Movimento Estudantil 1964-1980. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- CHAUÍ, M. (1999) – Universidade Operacional. Folha de São Paulo. Caderno Mais, 09/05.
- COELHO, T. (1996) – Cultura e cultura política dos jovens. São Paulo. *Revista USP*.
- COGIOLLA, O. (1998) – A universidade no fundo do poço. Mimeo.
- DALLARI, D. A. (1997) - *Corrupção. Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC*. Belo Horizonte, MG.
- DIRCEU, J. & PALMEIRA, V. (1998) – Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo: Garamond.
- FAGUNDES, J. (1991) – Movimento Estudantil no período de abertura política – 1978-80. *Educ. Bras. Brasília*, nº 13.
- FERNANDES, F. (1968) – Reflexões acerca da Reforma Universitária. *Revista Documentos nº 5*. São Paulo. Centro Acadêmico Visconde de Cairu _ F.C.E. A. – USP.
- FERRY, L. & RENAUT, A. (1988) – Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo. Ensaio.
- FORACCHI, M. M. (1972) - A juventude na sociedade moderna. São Paulo. Pioneira (Ed. da Universidade de São Paulo).
- _____ (1977) – O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo. Editora Nacional.
- GARCIA, M. A. (1999) - Em busca de 1968. In: *Rebeldes e contestadores*. Org: Garcia, M. A. e Vieira, M. A., São Paulo. Cromossete Gráfica e Editora.
- GOHN, M. da G. (1994) - “A formação da cidadania no Brasil através das lutas e movimentos sociais”. Em Caderno: Cidadania-textos. Número 1. Campinas/São Paulo: UNICAMP.
- _____ (1997) – Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola.

- _____ (1998) - "O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. Em Caderno: Cidadania-textos. Número 12. Campinas/São Paulo: UNICAMP.
- GÓMES DE SOUZA (1984) - A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis/RJ. Ed. Vozes.
- _____ (1999) - As Ceps vão bem obrigado. mimeo.
- GROPPO, L. A. (2000) - Juventude: Ensaio sobre a sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro. DIFEL.
- KRISCHKE, P. (1995) - Atores sociais e consolidação democrática. In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo. Cortez.
- MADEIRA, F. (1986) - Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. São Paulo. Caderno de Pesquisa, nº 58.
- ~~MARCONDES, C. (1997) - Anos incríveis. Teoria e Debate. São Paulo. Ano 10, nº 35.~~
- MARTINS, L. (1979) - A geração AI-5. Um ensaio sobre autoritarismo e alienação. Ensaio de Opinião, volume II. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- ~~MARTINS FILHO, J. R. (1987) - Movimento Estudantil e Ditadura Militar. Campinas. Papyrus.~~
- _____ (1996) - Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil. Campinas. Mercado de Letras.
- _____ (1998) - 1968. São Paulo. Cortez Editora.
- MATOS, O. C. F. (1989) - Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo. Brasiliense.
- MELUCCI, A. (1997) - Juventude, tempo e movimentos sociais. S. Paulo: Revista Brasileira de Educação/ANPED.
- MISCHE, A. (1996) - Redes de Jovens. Revista Teoria e Debate, nº 31. São Paulo.
- _____ (1997) - De estudantes a cidadãos: Redes de Jovens e Participação Política, S. Paulo: Revista Brasileira de Educação/ANPED.
- ~~MUNAKATA, K. (1997) - O movimento estudantil de 77. Seminário organizado na PUC de São Paulo. mimeo.~~
- MÜXELL, A. (1997) - Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem "rótulos". S. Paulo: Revista Brasileira de Educação/ANPED.
- NAPOLITANO, M. (1995) - O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do regime militar. Revista de Sociologia da Universidade Federal do Paraná.
- NAVARRO DE TOLEDO, C. (1984) - O governo Goulart e o golpe de 64. In: Coleção tudo é história. São Paulo. Editora Brasiliense.

- NEGT, O. & KLUGE, A. (1999) – O que há de política na política? Relações de medida em política. 15 propostas sobre a capacidade de discernimento. São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU).
- PAOLI, M. C. (1985) – Movimento Estudantil hoje. São Paulo. Desvios.
- POERNER, J. A. (1968) – O poder Jovem. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.
- PONTE DE SOUSA, J. T. (1997) - Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP.
- RIBEIRO NETO, A. (1985) – Um laço que não une mais. São Paulo. Desvios.
- RIBEIRO, R. J. (1994) – A política como espetáculo. In: Os anos 90 : política e sociedade no Brasil. Org. Evelina Dagnino. São Paulo. Brasiliense.
- RIDENTI, M. (1993) – O fantasma da revolução brasileira. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- RUZ, F. C. (1999) – Cultura e desenvolvimento. I Congresso Internacional de Cultura e Desenvolvimento. Havana.
- SANFELICE, J. L. (1986) - Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64 - antecedentes (início da década de 60: a presença da UNE nos acontecimentos políticos. Parte 1). Campinas. Reflexão.
- SANTOS, B. de S. (1999) - Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 5ª edição. São Paulo. Cortez Editora.
- SCHERER-WARREN, I. (1995) - "Redes de Movimentos Sociais e processos educativos". Em Cademo: Cidadania-textos. Número 4. Campinas/São Paulo: UNICAMP.
- _____ (1998) - "Movimentos em cena... e as teorias por onde andam". Cademo de pesquisa, número 15. Florianópolis/Santa Catarina: PPGSP/ UFSC.
- _____ (1998a) Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In Sociedade e Estado: Urbano: novos olhares sociológicos. Vol. XIII, n.º 1-Jan-Jul.
- _____ (1999) – Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec.
- SILVA , J. I. de A. (1989) - Estudantes e política: estudo de um movimento (RN - 1960/1969). São Paulo. Cortez Editora.
- SPOSITO, M. P. (1994) – A nova sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: Tempo Social. São Paulo. Revista de Sociologia da USP.
- TEIXEIRA COELHO (1997) – Cultura e cultura política dos jovens. São Paulo. Revista da USP.
- THIOLLENT, M. (2000) – Reflexões sobre a condição estudantil. Mimeo.

- TOURAINÉ, A. (1999) - Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes. Petrópolis/RJ. Editora Vozes.
- VELASCO E CRUZ, S. A. (1999) - De Collor a FHC: a Crise Singular do *Impeachment*. Seminário de Sociologia Política do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FFLCH - USP
- VIEIRA, S. L. (1995) – Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. 39º Encontro Anual da Sociedade Internacional de Educação Comparada. Boston, EUA.

CONSULTA A JORNAIS:

- Jornal Última Hora, 30 de março de 1968.
- Folha de São Paulo - As bombas (Perseu Abramo), em 27 de novembro de 1977.
- Jornal Meio-Norte do Piauí. Outubro de 1999. Caderno Teen.
- Jornal A Tarde. 22 de agosto de 1992.
- Estado de Minas. 05 de julho de 1997.
- Folha de São Paulo. 05 de julho de 1997.
- Diário de Belo Horizonte, 07 de julho de 1997.

CONSULTA NA INTERNET:

- Jornal o Estado de São Paulo. Dany, o verde. Disponível na Internet. Acesso em 19 de abril de 1998. www.oestado.com.br
- União Nacional dos Estudantes. Carta de Ouro Preto. Disponível na Internet. Acesso em 15 de setembro de 2000. www.une.org.br

PERIÓDICOS ESTUDANTIS:

- Reconstrução e Luta, nº 0 Abril de 1977.
- O marginal (Jornal) Órgão Livre dos estudantes de Direito. 1977, nº 1/março.
- Boletim Manifestação. nº 1, Ano 3 de 1979.
- Jornal da UEE Maio/1980.
- Jornal do DCE Livre. Órgão de divulgação e debate do Diretório Central dos Estudantes Livre da PUC/SP. nº 3. Outubro de 1980.
- Boletim Informativo nº 2 UNE Gestão 80/81 Janeiro de 1981.
- Revista Movimento, 1981.
- Boletim informativo de nº3, em fevereiro de 1981.
- Boletim da UNE nº 7 set/81.

Boletim de Circulação para as entidades Gestão nº 181/82 .

Boletim Informativo da UNE nº 5 nov/82 Gestão 81/82.

Boletim Informativo da UNE nº 15 set/1983 Gestão 82/83.

Nossa Voz Ano IV nº 4 Dez/83.

Boletim Informativo da UNE nº 26 Junho e Julho/1984.

Como não? Um jornal pela legalidade do PCB. nº 0 Abril/1984.

Jornal da PUCCAMP nº 3 Ago/Set/1985.

Boletim da UNE. Abril/92.

Boletim da UNE, nº 2 – junho/1994.

Revista Especial sobre a 1ª Bienal de Cultura da UNE. 1999.

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES ESTUDANTIS:

Resoluções aprovadas no IX CONEG. 1981.

Resoluções do 37º Congresso da UNE. In: Ata do Congresso. 1985.

Ata do 40 ° Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Brasília, 24 de setembro de 1989.

Tese sobre Assistência estudantil. 41º Congresso da UNE. 1991.

Nós, os negros. Em preparação para o I SENUN. 1991.

Ata do 41 ° Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Campinas, 1991.

Ata do 42 ° Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Niterói, 1992.

Tempos negros virão: a universidade que o povo negro quer. 42º Congresso da UNE. 1992.

III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias 1993.

Ata do 45 ° Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. Belo Horizonte, 1997.

ANEXOS

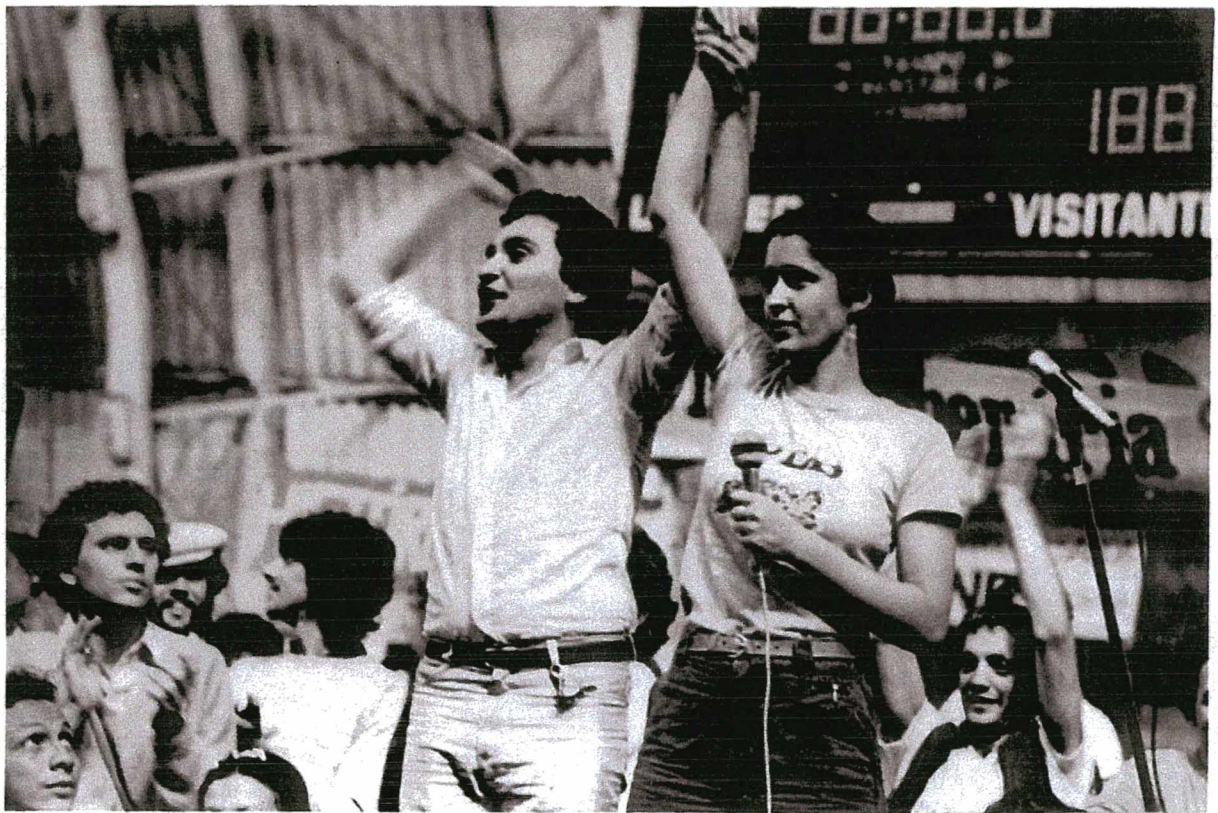
Anexo 1
Quadro de entrevistados

NOME DOS ENTREVISTADOS	CURSO	UNIVERSIDADE	CIDADE	GRUPO
1. Ana	Pedagogia	UFPI	Teresina	Independente
2. Branco	-	UFPR	Curitiba	PT – Rompendo Amarras
3. Carla	Letras	UFC	Fortaleza	PC do B/UJS
4. Cns	Ciências Sociais	UFRGS	Porto Alegre	Anarquista
5. Fabiano	Direito	UNB	Brasília	Juventude do PSDB
6. Isa	Ciências Sociais	UFPE	Recife	Juventude Rebelião
7. Jair	História	UESC	Ilhéus/BS	PC do B/UJS
8. Luís	-	UFMA	São Luís	PT – Mudança
9. Mário	História	UFMA	São Luís	PT – Mudança
10. Marta	Ciências Sociais	UFSC	Florianópolis	Juventude Avançando
11. Paula	-	UFJF	Juiz de Fora	Nós não vamos pagar nada
12. Rafael	Direito	UFPB	João Pessoa	PT – Mudança
13. Roberto	Economia	UFRGS	Porto Alegre	PT – Rompendo Amarras
14. Sônia	Ciências Sociais	UFSC	Florianópolis	PSTU – Rompendo Amarras
15. Direção Nacional da FEAB	Agronomia	UFPR	Curitiba	FEAB
16. Direção Nacional da ENMV	Medicina Veterinária	UFPEL	Pelotas	ENMV
17. Direção Nacional da ENEF	Engenharia Florestal	-	-	ENEF

Anexo 2

Roteiro de Entrevista

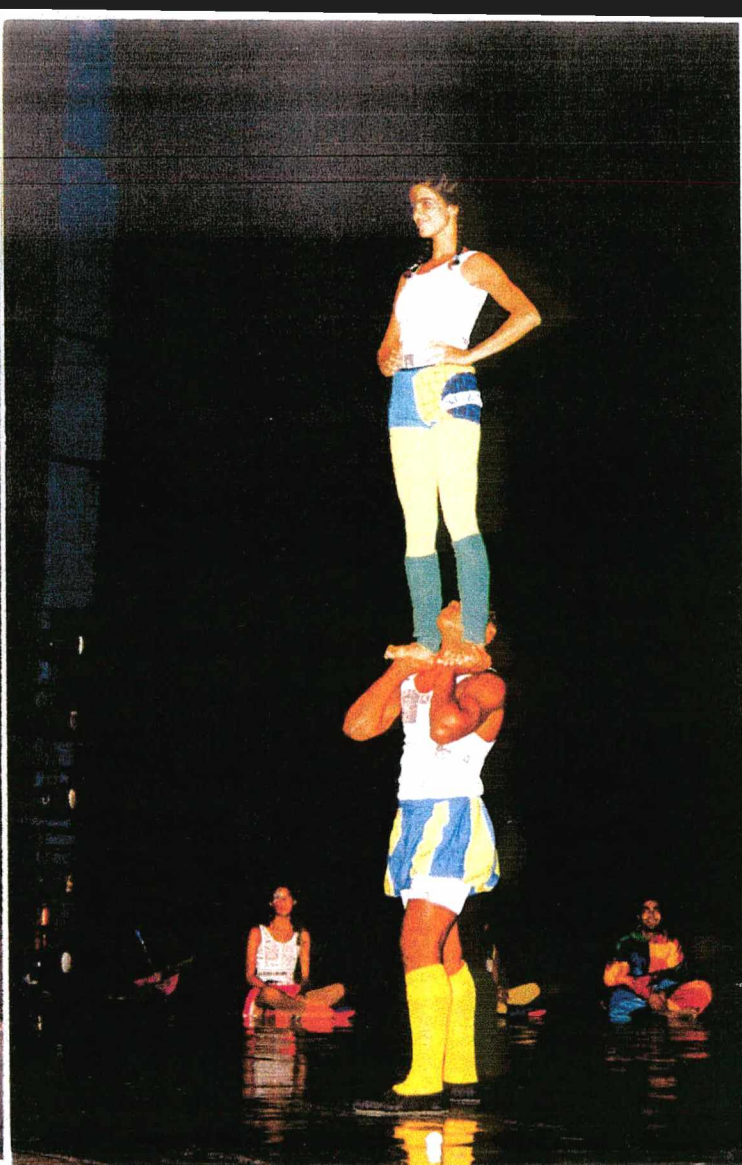
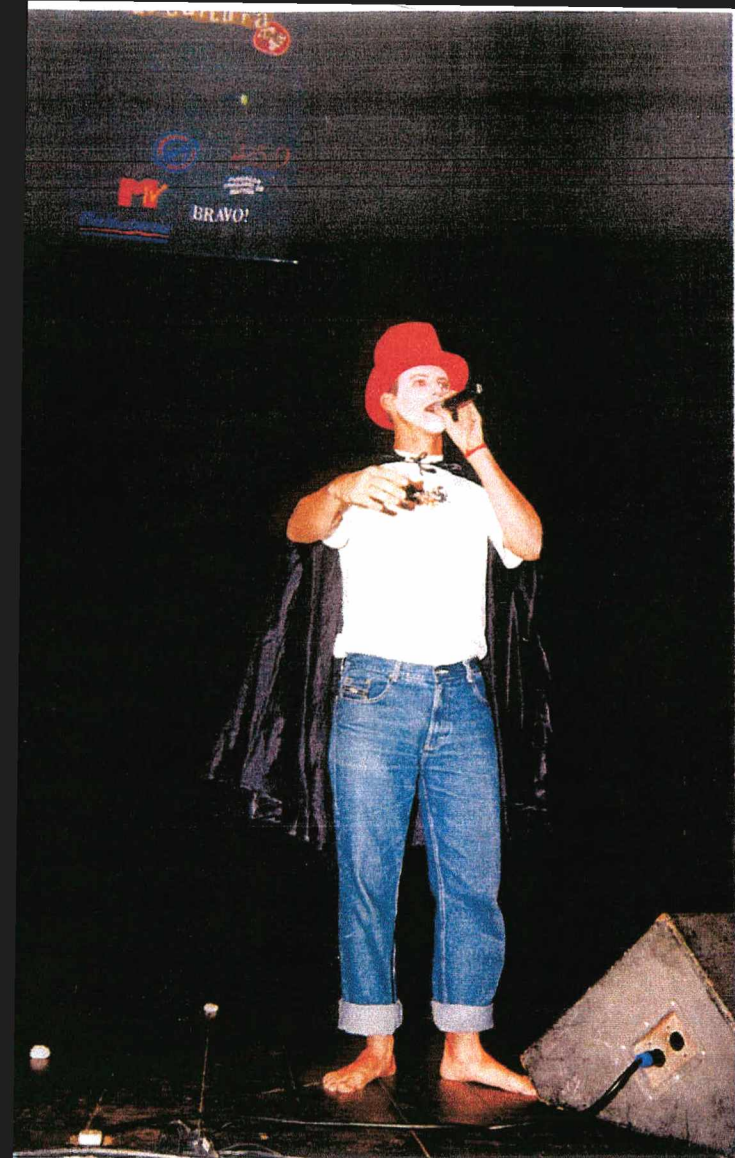
1. Quem é você, o que você faz?
2. Como você acompanha o movimento estudantil, como você participa ?
3. Quais as dificuldades que você encontra na tua militância?
4. Como e porque você entrou no movimento estudantil?
5. Você conhece as prioridades do movimento estudantil hoje?
6. Qual a prioridade que o movimento estudantil deve ter na tua opinião?
7. Como você ver a relação entre estudante e movimento estudantil?
8. O movimento estudantil deve lutar por que ideal de universidade?
9. Com quem o movimento estudantil deve estabelecer interlocução, e porque?
10. Qual a tua opinião em relação à Primeira Bienal de Cultura da UNE que aconteceu agora no início do ano?
11. A maioria das teses estão defendendo Fora FHC e Fora FMI, qual a tua posição?
12. Qual o papel do jovem no cenário nacional?
13. Qual a importância do estudante no cenário nacional?
14. O movimento estudantil deve ter uma visão classista de sociedade?
15. Qual a tua opinião sobre os temas: eleições diretas na UNE?
16. Proporcionalidade?
17. Cotas?
18. Mandato de 1 ano pra diretoria?
19. Qual a importância das executivas de curso na estrutura do movimento estudantil?
20. Você tem conhecimento das tendências presentes no movimento estudantil? Se sim, quais são ?
21. Qual a influência que as organizações partidárias tem dentro do movimento estudantil, e como isso ocorre?
22. Fale um pouco da tese que você está apoiando, as propostas...



Acima, Ana Clara Machado, 1ª mulher eleita presidente da UNE, Piracicaba/SP, out/83. Fonte: Arquivo Edgar Leuenroth, Campinas.



Acima, 31º Congresso da UNE, Salvador/BA, 1979 – A reconstrução. Em seguida, 40º Congresso da UNE, Brasília/DF, set/1989 – Comemoração dos 10 anos da reconstrução.



I Bienal de Cultura da UNE – Salvador/BA, jan/1999. Fonte: Arquivos da UNE



No alto, integrantes da banda de Hip-hop Racionais MC's na I Bienal de Cultura da UNE. Em seguida, 46º Congresso da UNE, Belo Horizonte/MG, jul/1999. Fonte: Arquivos da UNE



Acima, 46º Congresso da UNE, Belo Horizonte, jul/1999 - “espetáculos” pró eleições diretas na entidade e tese da majoritária (PCdo B).

REVOLUÇÃO CUBANA



46º Congresso da UNE, Belo Horizonte/MG, 1999. Homenagem a Fidel: presidente emérito da entidade.



46º Congresso da UNE, Belo Horizonte/MG, 1999. Plenária Final.